



PARPÚBLICA
PARTICIPAÇÕES PÚBLICAS (SGPS), S.A.

2025

DOCUMENTOS
DE PRESTAÇÃO
DE CONTAS

ÍNDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO

Sobre o Relatório	9
Mensagem do Presidente do Conselho de Administração	10
Principais Indicadores	12
1. INFORMAÇÃO SOBRE O GRUPO PARPÚBLICA	14
1.1 A PARPÚBLICA SGPS, SA	14
1.2 Grupo PARPÚBLICA	16
1.3 Estrutura Acionista	18
1.4 Modelo de Governo Societário	18
1.5 Informações Legais	18
2. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO-FINANCEIRO	19
3. RELATÓRIO FINANCEIRO	21
3.1 Atividade e desempenho da SGPS- contas Individuais	21
3.2 Gestão do Risco e Financiamento	26
Estrutura e maturidade do financiamento	26
Evolução dos fluxos associados na ótica financeira	27
Gestão do Risco Financeiro	28
3.3 Situação Financeira e Resultados do Grupo	30
Análise da Posição Financeira e Resultados Consolidados	31
PARPÚBLICA	31
Atividades Operativas	32
Gestão e Promoção Imobiliária	32
Exploração Agrícola Pecuária e Florestal	39
Produção de Moeda, Publicações e Produtos de Segurança	44
Águas	45
Diversos	50
4. EVENTOS SUPERVENIENTES	52

5. AGRADECIMENTOS	53
6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	53
CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS	55
1. Objetivos de Gestão e Plano de Atividades e Orçamento.....	55
Orientações Estratégicas.....	55
Execução do Plano de Atividades e Orçamento 2025.....	57
Execução do Orçamento SIGO/SOE	60
Recursos Humanos.....	64
Resultados Previstos e Análise de Desvios	64
2. Eficiência Operacional e Gastos Operacionais.....	65
3. Recursos Humanos e Massa Salarial.....	68
4. Plano de Investimento	69
5. Contratualização de Serviço Público	70
6. Gestão do Risco Financeiro	71
7. Limite do Crescimento do Endividamento.....	72
8. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado	73
9. Evolução do Prazo Médio de Pagamentos e divulgação dos pagamentos em atraso.....	73
10. Estatuto do Gestor Público.....	75
11. Contratação Pública.....	76
12. Recomendações do Acionista na AG Anual de 2024.....	78
13. Certificação Legal de Contas	78
14. Despesas não Documentadas ou Confidenciais	78
15. Relatório sobre Remunerações Pagas a Mulheres e Homens	78
16. Plano para a Igualdade	79
17. Relatório Anual sobre Prevenção da Corrupção	79
18. Sistema Nacional de Compras Públicas.....	79
19. Auditorias do Tribunal de Contas.....	80
20. Demonstração Não Financeira	80
21. Sistematização do cumprimento das orientações legais.....	80
22. Declaração de Conformidade da Informação Reportada no SISEE.....	82

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Demonstração Consolidada da Posição Financeira	87
Demonstração Consolidada dos Resultados por Natureza	88
Demonstração Consolidada do Rendimento Integral.....	89
Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio.....	90
Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa	91
Notas às Demonstrações Financeiras consolidadas	92
1. Atividade económica do Grupo PARPÚBLICA.....	92
2. Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas.....	97
3. Fluxos de caixa.....	120
4. Ativos fixos tangíveis.....	120
5. Propriedades de investimento.....	125
6. <i>Goodwill</i>	128
7. Ativos intangíveis.....	129
8. Ativos sob direito de uso.....	132
9. Ativos biológicos.....	133
10. Participações financeiras em associadas	135
11. Outras participações financeiras.....	138
12. Outros ativos financeiros	138
13. Ativos e passivos por impostos diferidos	142
14. Clientes	143
15. Adiantamentos a fornecedores	145
16. Estado e outros entes públicos	145
17. Outras contas a receber	146
18. Diferimentos.....	148
19. Inventários	150
20. Caixa e depósitos bancários.....	152
21. Ativos e Passivos relacionados com ativos não correntes detidos para venda	153
22. Capital próprio.....	154
23. Interesses que não controlam – Balanço	155
24. Provisões.....	155

25. Financiamentos obtidos	158
26. Responsabilidades por benefícios pós-emprego	162
27. Fornecedores	166
28. Adiantamentos de clientes	166
29. Outras contas a pagar	166
30. Vendas e serviços prestados	168
31. Subsídios à exploração	170
32. Quota-parte nos resultados de associadas	170
33. Dividendos de participações ao custo e ao justo valor	171
34. Variação nos inventários da produção	171
35. Trabalhos para a própria entidade	172
36. Custo das vendas	172
37. Fornecimentos e serviços externos	173
38. Gastos com o pessoal	174
39. Ajustamentos de inventários (perdas / reversões)	175
40. Imparidade de dívidas a receber	175
41. Provisões	176
42. Imparidade de investimentos	176
43. Aumentos/reduções de justo valor	177
44. Outros rendimentos e ganhos	179
45. Outros gastos e perdas	180
46. Gastos / Reversões de depreciação e de amortização	181
47. Subsídios ao investimento	181
48. Juros e rendimentos e gastos similares obtidos / suportados	182
49. Imposto sobre o rendimento do período	182
50. Interesses que não controlam – Resultado líquido	185
51. Partes relacionadas	185
52. Ativos e passivos financeiros	186
53. Perspetiva sobre os riscos em instrumentos financeiros	189
54. Ativos e passivos contingentes	199
55. Acontecimentos subsequentes	205
56. Divulgações de natureza não contabilística	206

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEPARADAS

Demonstração da Posição Financeira	214
Demonstração dos Resultados	215
Demonstração do Rendimento Integral	215
Demonstração de Alterações no Capital Próprio	216
Demonstração de Fluxos de Caixa	217
Notas	218
1. Apresentação da Sociedade e do referencial do relato financeiro	218
2. Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas.....	219
3. Ativos fixos tangíveis.....	234
4. Ativos intangíveis.....	235
5. Ativos sob direito de uso.....	236
6. Participações financeiras.....	237
7. Empréstimos concedidos.....	241
8. Outras contas a receber.....	242
9. Outros ativos financeiros	243
10. Clientes	243
11. Estado e outros entes públicos	244
12. Diferimentos.....	244
13. Caixa e depósitos bancários.....	245
14. Capital próprio	245
15. Provisões.....	246
16. Responsabilidades por benefícios pós-emprego	247
17. Financiamentos obtidos	249
18. Outras contas a pagar e Acionistas	251
19. Fornecedores	251
20. Vendas e serviços prestados.....	252
21. Dividendos de participações ao custo e ao justo valor.....	252
22. Fornecimentos e serviços externos.....	253
23. Gastos com pessoal.....	254
24. Perdas e reversões de imparidade	254

25. Outros rendimentos e ganhos.....	255
26. Outros gastos e perdas	256
27. Gastos e reversões de depreciação e de amortização	256
28. Juros e gastos similares suportados.....	257
29. Imposto sobre o rendimento do período	257
30. Instrumentos financeiros em geral.....	257
31. Partes relacionadas	262
32. Ativos e passivos contingentes e acontecimentos subsequentes.....	264
33. Divulgações de natureza não contabilística.....	267

DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

Demonstrações orçamentais previsionais	270
1. Orçamento e Plano Orçamental Plurianual.....	270
2. Plano plurianual de investimentos.....	271
Demonstrações de relato individual.....	272
1. Demonstração do desempenho orçamental	272
2. Demonstração de execução orçamental da receita	275
3. Demonstração de execução orçamental da despesa	276
4. Demonstração de execução do plano plurianual de investimentos.....	277
Anexo às Demonstrações Orçamentais.....	277
1. Apresentação da empresa e do referencial de relato orçamental.....	277
2. Alterações orçamentais da receita.....	278
3. Alterações orçamentais da despesa.....	279
4. Alterações ao plano plurianual de investimentos	280
5. Operações de tesouraria.....	280
6. Contratação administrativa.....	280
7. Transferências e subsídios.....	280
8. Outras divulgações.	280



RELATÓRIO DE GESTÃO

SOBRE O RELATÓRIO

A PARPÚBLICA – Participações Públicas, SGPS, S.A. (no presente documento abreviadamente designada por Sociedade ou PARPÚBLICA) publica o presente relatório de gestão, correspondente ao exercício de 2025, num modelo que é acompanhado de informação financeira, o qual é preparado de acordo com a legislação em vigor e as diretrizes emanadas para o Setor Público Empresarial. Este relatório pretende providenciar uma visão global, transparente e rigorosa das atividades da holding e demais sociedades do grupo, evidenciando os resultados obtidos no exercício.

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2025 voltou a caracterizar-se por um elevado nível de incerteza por via de crescentes tensões regionais e o regresso das tarifas alfandegárias como instrumento de geopolítica. Nos Estados Unidos, assistiu-se a uma redução do nível de taxas de juro decorrente da reorientação da política monetária em favor das condições associadas ao mercado de trabalho. Na Europa, a continuação do processo de desinflação possibilitou novos decréscimos na taxa de intervenção por parte do Banco Central Europeu.

Face ao contexto sumariamente descrito, o Grupo PARPÚBLICA demonstrou, mais uma vez, a sua resiliência e eficácia na geração de resultados. Neste sentido, gostaria de destacar os seguintes indicadores relativos ao respetivo desempenho económico-financeiro:

- O resultado líquido consolidado ascendeu a 250,7 milhões de euros (+8% face a 2024) e o EBITDA atingiu 579,3 milhões de euros (acréscimo de 2,3%);
- O ativo total consolidado registou o valor de 10 817 milhões de euros;
- O passivo do Grupo reduziu em 1,9%, para 4 351 milhões de euros, na sequência da estratégia de desalavancagem financeira em curso.

Ao nível das contas individuais da PARPÚBLICA, o resultado líquido em 2025 foi de 53,5 milhões de euros (+19,3% do que em 2024). Esta evolução beneficiou do aumento dos dividendos recebidos e da redução do impacto das imparidades. O ativo total foi 4 650 milhões de euros e o valor total dos capitais próprios ascendeu a 4 484 milhões de euros, o que se traduz num rácio de autonomia financeira de 96,4%.

Um marco relevante no exercício de 2025 foi a aquisição, em dezembro, dos 19% remanescentes do capital social da Águas de Portugal, SGPS, S.A., anteriormente detidos pela Caixa Geral de Depósitos. Com esta operação, a PARPÚBLICA passou a deter 100% do capital da AdP.

Em cumprimento com os requisitos de boas práticas, a prestação das Contas, de natureza económica e financeira, deve ser igualmente acompanhada pela prestação de contas não financeiras, suportadas pelos Relatórios do Governo Societário e de Sustentabilidade, representando um nível elevado de transparência e de responsabilidade institucional, o que se vem registando como uma imagem de marca do Grupo.

Em termos de ação futura, a PARPÚBLICA continuará a desenvolver a sua atividade orientada por critérios de eficiência, de salvaguarda do interesse público e de maximização de sinergias com as empresas participadas, nomeadamente nos domínios da sustentabilidade, desde que viáveis.

Reservo as últimas palavras desta mensagem a um conjunto de agradecimentos que importa enfatizar:

- Desde logo, ao Acionista e, em particular, à Tutela, pela disponibilidade, acompanhamento e apoio sempre manifestados;
- Às empresas participadas, pelo seu empenho e contributo permanentes, os quais se vêm traduzindo nos resultados alcançados ao longo de vários anos;
- Importa, ainda, reconhecer publicamente o esforço e a dedicação diária dos colaboradores, quer da PARPÚBLICA, quer das empresas participadas, orientados para o serviço à causa pública;
- Por último, aos membros de cada um dos Órgãos Sociais da PARPÚBLICA SGPS, pela diligência, isenção e contributos para a melhoria das boas práticas de governança que devem sempre orientar a atuação desta Sociedade.

Joaquim Cadete

PRINCIPAIS INDICADORES

Principais indicadores nas contas consolidadas

unidade: m€

Indicadores diversos	2025	2024
Vendas e serviços prestados	1 368 865,23	1 239 770,30
EBITDA	579 269,66	566 276,00
EBIT	366 730,96	370 100,07
RL	250 784,51	231 974,60
...dos quais atribuível à empresa mãe	233 442,68	195 525,61
Capital Próprio	6 466 141,11	6 694 890,57
Capital Próprio do grupo	6 070 014,43	6 013 546,40
Ativos totais	10 817 289,14	11 129 377,97
Passivos totais	4 351 148,03	4 434 487,40
Rádios económico-financeiros		
Autonomia Financeira	56%	54%
Solvabilidade	140%	136%
Margem EBITDA	42%	46%
ROA	2,1%	1,8%
ROE	3,9%	3,6%

Principais indicadores nas contas individuais

unidade: m€

Indicadores diversos	2025	2024	Variação	
			Absoluta	%
Volume de negócio	69 109 293,96	58 696 811,31	10 412 482,65	17,74%
Meios Libertos Brutos (EBITDA)	61 407 760,60	52 665 095,59	8 742 665,01	16,60%
Resultado operacional (EBIT)	61 035 268,53	52 303 492,94	8 731 775,59	16,69%
Resultados financeiros	-5 125 353,03	-5 123 817,81	-1 535,22	0,03%
RAI	55 909 915,50	47 179 675,13	8 730 240,37	18,50%
RL	53 475 577,81	44 797 716,16	8 677 861,65	19,37%
	31-12-2025	31-12-2024	Absoluta	%
Ativo	4 650 037 024,40	4 685 011 122,72	-34 974 098,32	-0,75%
Passivo	165 318 522,98	161 382 393,03	3 936 129,95	2,44%
Capital PP	4 484 718 501,42	4 523 628 729,69	-38 910 228,27	-0,86%
Ativo corrente	303 971 595,23	508 720 482,78	-204 748 887,55	-40,25%
Ativo não corrente	4 346 065 429,17	4 176 290 639,94	169 774 789,23	4,07%
Passivo corrente	162 350 741,26	37 072 813,82	125 277 927,44	337,92%
Passivo não corrente	2 967 781,72	124 309 579,21	-121 341 797,49	-97,61%
Endividamento (VN)	120 000 000,00	120 000 000,00	0,00	0,00%
Número de empregados	29	36	-7	-19,44%

Rácios	Fórmulas	2025	2024	Variação
Estrutura / Endividamento				
Autonomia Financeira	Capital pp / Ativos	96,4%	96,6%	-0,1%
Solvabilidade	Capital pp / Passivo	2 712,8%	2 803,0%	-90,3%
Endividamento	Passivo / capital PP	3,7%	3,6%	0,1%
Rácio de endividamento a médio e longo prazo	Passivo não corrente / capital pp	0,1%	2,7%	-2,7%
Rácio de endividamento a curto prazo	Passivo corrente / capitais pp	3,6%	0,8%	2,8%
Liquidez				
Fundo de maneo	Ativo corrente - passivo corrente	141 620 853,97 €	471 647 668,96 €	-330 026 814,99 €
Liquidez Geral	Ativo corrente / passivo corrente	1,87	13,72	-11,85
Rentabilidade económica				
Rentabilidade do ativo	Resultado líquido do período / Ativo	1,2%	1,0%	0,2%
Rentabilidade económica	EBIT / Ativo	1,3%	1,1%	0,2%
Rentabilidade do investimento	Resultado antes de imposto / (Capital próprio + Passivo não corrente)	1,2%	1,0%	0,2%
Custo líquido de financiamento	Juros e gastos similares suportados / Juros e rendimentos similares obtidos	5 125 353,03 €	5 123 817,81 €	1 535,22 €
Rentabilidade Financeira				
Rentabilidade das vendas e serviços prestados	Resultado líquido do período / Vendas e serviços prestados	77,4%	76,3%	1,1%
Rentabilidade do capital próprio	RL / Capital próprio	1,2%	1,0%	0,2%

1. Informação sobre o Grupo PARPÚBLICA

1.1 A PARPÚBLICA

A PARPÚBLICA, é uma sociedade anónima constituída em 2 de setembro de 2000, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 209/2000, de 2 de setembro, com o objetivo de dotar o Estado de uma entidade empresarial com capacidade para apoiar a realização do programa de privatizações, contribuir para a modernização da gestão das sociedades do setor empresarial do Estado, dinamizar a gestão do património imobiliário público e prestar apoio técnico complementar ao Ministério das Finanças no domínio da gestão de ativos e serviços de interesse económico geral.

A sua principal missão consiste no apoio ao Estado na gestão das participações públicas em geral e, em particular, das que se encontram em processo de privatização, tanto no quadro da Lei n.º 11/90, de 5 de abril (Lei-Quadro das Privatizações), como no âmbito da Lei n.º 71/88, de 24 de maio, que estabelece o regime de alienação das participações do setor público. A PARPÚBLICA tem sido mandatada para acompanhar os processos de privatização, tendo, no passado, acompanhado os processos de privatização da EDP, Galp Energia, REN, ANA, CTT, TAP, entre outros.

Uma segunda vertente da sua atividade incide na gestão indireta de património imobiliário público, segmento de atividade que tem apresentado um grande crescimento nos últimos anos. Esta área de negócio tem sido desenvolvida através de sociedades subsidiárias, diretas e indiretas: Fundiestamo, Estamo, Arco Ribeirinho Sul e Consest.

Para além do supramencionado, estão legalmente atribuídas à PARPÚBLICA, nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2000, funções especiais no âmbito do Setor Empresarial do Estado (SEE), incluindo a possibilidade de assegurar o acompanhamento de sociedades de capitais públicos que não integrem a sua carteira, ou de exercer as funções de liquidatária em sociedades dissolvidas pelo Estado, por força da concessão ou da atribuição de direitos especiais ou exclusivos. Na sequência da alteração promovida pelo Decreto-Lei que estabeleceu as regras de execução do OE 2018, passou também a prever-se a “prestação de serviços que tenham por objeto estudos, pareceres, projetos e serviços de consultoria ou outros trabalhos especializados de natureza intelectual, às empresas públicas do SEE, diretamente ou através da promoção de procedimentos de aquisição”. Neste sentido, os Estatutos da PARPÚBLICA foram alterados, aditando-se ao seu objeto social a prestação de serviços de consultoria de natureza intelectual, a empresas públicas do SEE, bem como a aquisição destes serviços em nome, por conta ou em benefício de tais sociedades e, bem assim, a instituição e gestão de plataformas de cooperação e de partilha de conhecimento em rede entre as empresas públicas do SEE.

Sendo a PARPÚBLICA uma SGPS de cariz instrumental, integral e diretamente detida pelo Estado Português, tem como atividade central a sua atuação na prossecução dos interesses públicos, em articulação com as orientações decorrentes das opções políticas do Governo no âmbito da gestão da carteira de ativos do Estado, no contexto definido pela Lei e pelos respetivos estatutos.

Nesse sentido, e no desenvolvimento da sua missão, a atuação da PARPÚBLICA é, necessariamente, enquadrada pelas orientações estratégicas definidas pelo Governo para o setor empresarial público e pelas políticas públicas dirigidas aos setores em que atua.

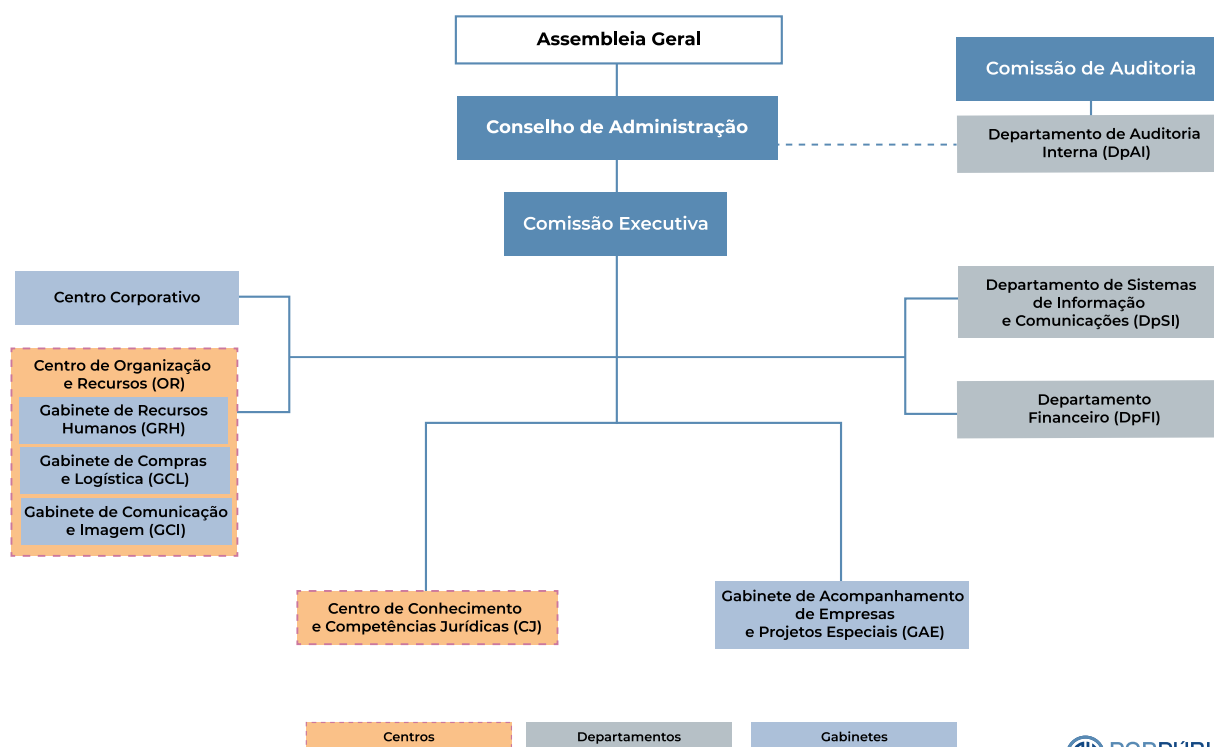
Valores pelos quais a PARPÚBLICA pauta a sua atividade e conduta:

- Evolução constante na forma de atuação, para que de forma pró-ativa possa responder aos desafios e oportunidades derivados das prioridades definidas pelo Governo;
- Profissionalismo, de modo a prestar o melhor serviço às empresas participadas e a estabelecer relações com a acionista, com elevada competência técnica, rigor e diligências;
- Rendibilidade com base na sustentabilidade do modelo de negócio e numa gestão eficaz e rigorosa;
- Transparência, prestando informação aos vários stakeholders de forma clara e objetiva;
- Integridade, cumprindo escrupulosamente as disposições legais, regulamentares e contratuais respeitando os valores éticos e obedecendo às normas de conduta em vigor;
- Inovação, através do progresso tecnológico e de trabalho.

Linhas de atuação que a PARPÚBLICA tem em consideração na prossecução da sua atividade:

- Evolução constante na forma de atuação, para que de forma pró-ativa possa responder aos desafios e oportunidades derivados das prioridades definidas pelo Governo.
- Apoio técnico ao Ministério das Finanças sobre as empresas públicas e sobre as empresas privadas concessionárias de serviços de interesse económico geral, bem como à gestão de ativos financeiros do Estado.
- Modelo de governo societário eficiente, em sintonia com as melhores práticas.
- Valorização contínua dos colaboradores implementando políticas que promovam igualdade de género e uma contínua conciliação da vida profissional e pessoal, sem descuidar os princípios basilares de legalidade e de ética empresarial.
- Compromisso com os princípios de responsabilidade social e de desenvolvimento sustentável.
- Maximização do encaixe financeiro para o Estado com a venda de ativos.
- Preservação da manutenção dos rácios financeiros em termos adequados à natureza e liquidez dos ativos.
- Potenciação da capacidade de criação de valor das várias sociedades que integram o universo PARPÚBLICA.

A estrutura funcional da *holding* é representada da seguinte forma:



1.2 Grupo PARPÚBLICA

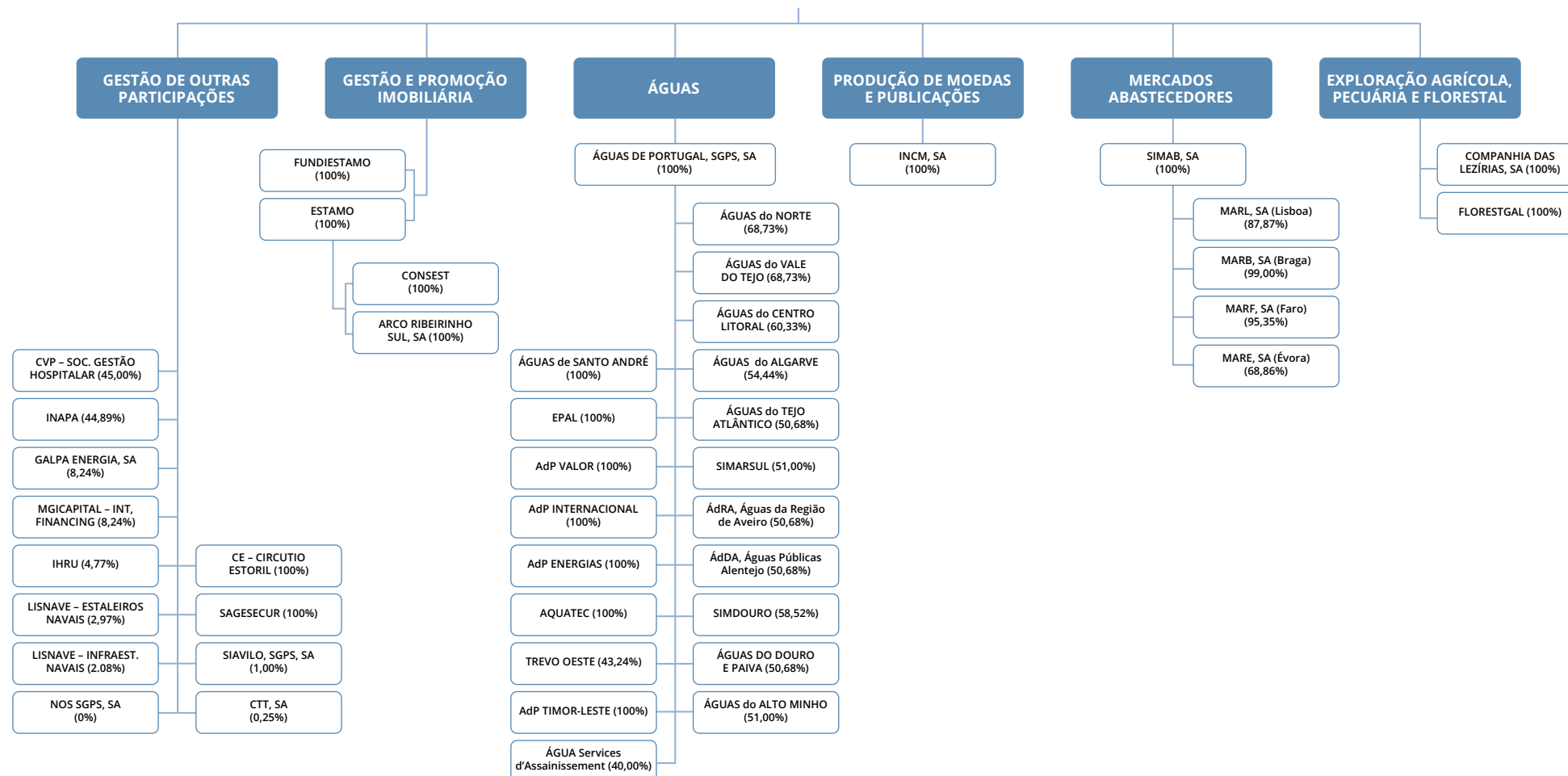
A PARPÚBLICA é uma sociedade de capitais públicos que assegura a gestão das participações do Estado em empresas estratégicas de diversos setores de atividade.

O Grupo PARPÚBLICA integra um conjunto diversificado de participações, organizadas nos seguintes segmentos operacionais:

- Gestão e promoção imobiliária;
- Exploração agrícola, pecuária e florestal;
- Produção de moeda, publicações e produtos de segurança;
- Águas;
- Mercados abastecedores;
- Outros investimentos e participações.

Esta segmentação reflete a estrutura de reporte e acompanhamento das atividades do Grupo, permitindo uma análise diferenciada do desempenho económico-financeiro de cada área de negócio.

Em 2025, o Grupo evidenciou uma evolução seletiva, marcada por uma alteração de relevo decorrente da aquisição, em dezembro, dos 19% remanescentes do capital social da Águas de Portugal, SGPS, S.A. (AdP), anteriormente detidos pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. Esta operação permitiu que a PARPÚBLICA passasse a deter a totalidade do capital social (100%) da AdP, reforçando de forma significativa o posicionamento estratégico do Grupo no setor das águas e saneamento em Portugal. A transação foi autorizada pelo Despacho n.º 438/2025-SETF, de 10 de outubro de 2025, e obteve visto prévio do Tribunal de Contas em 22 de dezembro de 2025.



1.3 Estrutura Acionista

O Capital Social é representado por ações nominativas pertencentes ao Estado Português e detidas pela Entidade do Tesouro e Finanças (ETF).

A informação relativa à estrutura acionista da *holding* encontra-se descrita em maior detalhe no Relatório Anual de Governo Societário de 2025.

1.4 Modelo de Governo Societário

O modelo de governo societário implementado ao nível individual é um modelo dualista, ajustado à dimensão, natureza e complexidade das atividades desenvolvidas, permitindo uma separação entre o exercício de supervisão e a função de gestão da sociedade, na prossecução dos objetivos e interesses da organização, dos colaboradores e da acionista.

A informação detalhada sobre o modelo de governo da PARPÚBLICA encontra-se disponível no Relatório Anual de Governo Societário de 2025. De forma a permitir uma melhor compreensão do modelo de funcionamento em matéria de governo societário, estão disponibilizados no site da holding, os Estatutos, a Missão e Objetivos, bem como a composição dos Órgãos Sociais.

1.5 Informações Legais

Não existem quaisquer dívidas em mora ao Estado e à Segurança Social. De referir, ainda, que:

- Em cumprimento do previsto na alínea d) do n.º 5 do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais: a *holding* não dispõe de ações próprias e, durante o exercício de 2025, não ocorreram quaisquer aquisições ou alienações de ações próprias;
- Para efeitos do disposto na alínea e) do n.º 5 do artigo 66º e no n.º 4 do artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais: durante o exercício de 2025, não foram celebrados negócios ou operações entre a Sociedade e os membros dos seus Órgãos Sociais, que sejam de considerar em termos económicos por quaisquer das partes envolvidas.

2. Enquadramento Económico-Financeiro

O ano de 2025 decorreu num contexto internacional marcado por uma elevada complexidade, um crescimento económico global moderado, persistentes tensões geopolíticas, políticas comerciais mais protecionistas e um processo gradual de normalização das condições monetárias. A inflação manteve uma trajetória de desaceleração ao longo do ano, permitindo uma orientação menos restritiva da política monetária nas principais economias avançadas, ainda que as condições de financiamento tenham permanecido exigentes quando comparadas com o período anterior ao ciclo inflacionista.

A economia mundial manteve um crescimento positivo em 2025, embora desigual entre regiões e setores. A atividade foi suportada pela resiliência do consumo, pelo dinamismo de algumas economias emergentes e pelo investimento associado à transformação tecnológica, incluindo a inteligência artificial. Em sentido contrário, a incerteza geopolítica, as tensões comerciais, a reorganização das cadeias de valor e os elevados níveis de dívida pública continuaram a constituir fatores de risco para a evolução da atividade económica e dos mercados financeiros.

No enquadramento mais recente, já em 2026, o agravamento da situação no Médio Oriente veio introduzir novos riscos para a economia global, em particular através da subida dos preços da energia, do aumento das pressões inflacionistas e da possibilidade de maior volatilidade financeira. Neste contexto, o Fundo Monetário Internacional passou a projetar, no World Economic Outlook de abril de 2026, um crescimento global de 3,1% em 2026 e de 3,2% em 2027, num cenário em que o conflito permanece limitado em duração e amplitude.

Na área do euro, a atividade económica revelou alguma resiliência em 2025, beneficiando da redução gradual da inflação, da robustez do mercado de trabalho e de condições financeiras progressivamente menos restritivas. Todavia, o crescimento permaneceu condicionado por fraca produtividade, perda de competitividade relativa, procura externa moderada e incerteza quanto à evolução da política comercial internacional. As perspetivas para 2026 deterioraram-se, entretanto, refletindo o impacto do choque energético e da incerteza geopolítica, com a Comissão Europeia a projetar, na sua previsão da primavera de 2026, um crescimento de 0,9% para a área do euro em 2026, após 1,4% em 2025, e uma inflação de 3,0% em 2026, depois de 2,1% em 2025.

Em Portugal, a economia manteve em 2025 uma trajetória de crescimento moderado, mas superior à média da área do euro. De acordo com o Instituto Nacional de Estatística, o Produto Interno Bruto cresceu 1,9% em volume, após um crescimento de 2,2% em 2024, suportado essencialmente pela procura interna. O consumo privado beneficiou da evolução favorável do mercado de trabalho e dos rendimentos reais, enquanto o investimento continuou influenciado pela execução de fundos europeus, em particular do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Em contrapartida, a procura externa apresentou um contributo mais condicionado, num contexto de abrandamento do comércio internacional e de maior incerteza nos principais mercados parceiros.

As finanças públicas mantiveram uma evolução favorável em 2025, com o saldo orçamental a registar um excedente orçamental de 0,7% do PIB e a dívida pública a reduzir-se para 89,7% do PIB, menos 3,8 pontos percentuais do que em 2024. Esta evolução contribuiu para preservar a credibilidade financeira do país, num contexto internacional em que a sustentabilidade das finanças públicas permanece um fator central de diferenciação entre economias.

Para 2026, o enquadramento macroeconómico mantém-se exigente, num contexto de elevada incerteza externa e de maior pressão sobre os preços das matérias-primas energéticas. No Boletim Económico de junho de 2026, o Banco de Portugal projeta um crescimento do PIB português de 1,8% em 2026, 1,6% em 2027 e 1,8% em 2028. A inflação deverá aumentar de 2,2% em 2025 para 3,1% em 2026, refletindo sobretudo o impacto do aumento do preço do petróleo associado ao conflito no Médio Oriente, antes de desacelerar para 2,4% em 2027 e 2,0% em 2028. Este enquadramento aponta para a manutenção de um crescimento moderado da economia portuguesa, condicionado por riscos externos relevantes, mas compatível com uma trajetória gradual de normalização da inflação no horizonte de projeção.

Também a Comissão Europeia antecipa uma desaceleração da economia portuguesa em 2026, projetando um crescimento de 1,7% nesse ano e de 1,8% em 2027. Apesar da revisão em baixa, a economia portuguesa deverá continuar a beneficiar da execução do PRR, da resiliência do mercado de trabalho e de uma situação orçamental e financeira relativamente favorável. Subsistem, contudo, riscos relevantes, designadamente os associados à evolução dos preços da energia, à dependência do turismo e do transporte aéreo, à incerteza geopolítica, à procura externa e à capacidade de transformar o investimento público e europeu em ganhos permanentes de produtividade.

Em síntese, 2025 confirmou a resiliência da economia portuguesa num contexto internacional adverso, combinando crescimento económico moderado, melhoria das contas públicas, dinamismo do turismo e execução de investimentos apoiados por fundos europeus. O enquadramento mais recente, contudo, aponta para um aumento dos riscos em 2026, em particular por via do choque energético, da inflação e da incerteza internacional. Neste contexto, mantêm-se como desafios estruturais a elevação da produtividade, a diversificação da base económica, a execução eficiente do investimento público e a preservação de uma trajetória financeira sustentável no médio e longo prazo.

3. Relatório Financeiro

A análise aqui apresentada tem por base as demonstrações financeiras separadas, elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS), Normas Internacionais de Contabilidade e Interpretações (International Accounting Standards and Interpretations), coletivamente denominadas IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), tal como adotadas na União Europeia (UE).

3.1 Atividade e desempenho da SGPS – contas Individuais

Atividade

Em 2025, a PARPÚBLICA prosseguiu o cumprimento da sua missão de gestão ativa da carteira de participações públicas que integram o seu património, promovendo a sua valorização sustentável e a prestação de apoio técnico especializado ao exercício da tutela financeira do Estado pelo Ministro das Finanças. A atividade desenvolvida centrou-se no acompanhamento ativo de participações e ativos relevantes para o setor empresarial do Estado, com particular enfoque na consolidação de participações estratégicas e no reforço das boas práticas de governação societária.

No setor das águas, a *holding* reforçou o seu papel através da aquisição dos remanescentes 19% do capital social da Águas de Portugal, SGPS, S.A. (AdP), anteriormente detidos pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. Em dezembro de 2025, a PARPÚBLICA passou a deter a totalidade do capital social da sociedade, operação autorizada pelo Despacho n.º 438/2025-SETF, de 10 de outubro de 2025.

A aquisição, no valor de 375.509.350,00 euros, foi financiada através de três componentes: (i) 128.250.120,00 euros, correspondentes à transferência recebida em novembro de 2025, no âmbito da redução da dívida do Estado (Despacho n.º 569/2025-SETF), (ii) 219.528.866,00 euros, provenientes da utilização parcial do saldo de gerência da PARPÚBLICA, autorizado pelo Despacho n.º 352/2025/SEAO/XXV, de 14 de novembro e (iii) o remanescente, 27.730.364,00 euros, correspondentes à aplicação de fundos próprios gerados no próprio ano. Adicionalmente, e de acordo com as condições estabelecidas no Contrato de Compra e Venda de Ações celebrado entre as partes em 26 de novembro de 2025, acresce ao valor da aquisição o montante de 4.709.657,53 euros, correspondente à parcela dos dividendos de 2025 atribuível à Caixa Geral de Depósitos, S.A. referente ao período anterior à celebração do contrato, o qual foi determinado na sequência da deliberação de distribuição de resultados aprovada em Assembleia Geral da AdP realizada em 2026 e que será liquidado nesse exercício.

Esta operação representou um reforço relevante da carteira de participações financeiras da PARPÚBLICA, contribuindo simultaneamente para a consolidação da sua posição estratégica no setor da água e do saneamento em Portugal.

Ao longo do exercício de 2025, no âmbito do apoio técnico prestado ao Ministério das Finanças, a PARPÚBLICA foi incumbida de instruir o procedimento de venda direta de ações representativas do capital social da TAP - Transportes Aéreos Portugueses, S. A. (adiante designada abreviadamente por venda direta de referência), a concretizar através de um processo de alienação de ações representativas de até 44,9 % do capital social da mencionada sociedade (Decreto-Lei n.º 92/2025, de 14 de agosto; Resolução do Conselho de Ministros n.º 141-B/2025, de 22 de setembro). No âmbito da primeira etapa do referido procedimento foram recebidas três declarações de manifestação de interesse em participar na operação de venda direta de referência. Após a obtenção da necessária aprovação governamental e dando cumprimento ao determinado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 212/2025, de 24 de dezembro, o processo avançou para a segunda etapa, tendo sido convidadas a integrar esta última as três entidades que apresentaram as acima mencionadas declarações de manifestação de interesse. O processo tem como objetivo assegurar a valorização da participação do Estado na TAP - Transportes Aéreos Portugueses, S. A. (TAP), promovendo uma solução de mercado que garanta a sustentabilidade financeira e operacional da sociedade, bem como a manutenção do serviço público de transporte aéreo.

Ainda em 2025, a SIAVILO, SGPS, S.A. (anteriormente designada TAP, SGPS, S.A.) foi declarada insolvente. A participação minoritária de 1% detida pela PARPÚBLICA já se encontrava integralmente provisionada, pelo que a insolvência não gerou impactos contabilísticos adicionais. O desreconhecimento contabilístico da participação apenas poderá ocorrer com o encerramento do processo de insolvência por decisão judicial. A declaração formal da insolvência confirma, assim, a materialização da perda previamente reconhecida, estando a situação atempadamente acautelada dado o acompanhamento da situação económico-financeira da sociedade.

A PARPÚBLICA detém ainda obrigações emitidas pela SIAVILO, SGPS, S.A., subscritas em 2016, no montante inicial de 30 milhões de euros, cujo valor, incluindo juros, ascende a cerca de 58 milhões de euros. Este ativo financeiro foi já integralmente registado em imparidade nos exercícios anteriores, pelo que a declaração formal de insolvência não determinou impactos contabilísticos adicionais relevantes no exercício de 2025.

Resultados

Em 2025, os rendimentos gerados pela atividade da PARPÚBLICA, incluindo os dividendos obtidos e os serviços prestados, ascenderam a 69,1 milhões de euros, representando um crescimento de cerca de 18% face ao exercício anterior. Esta evolução refletiu, essencialmente, o aumento dos dividendos obtidos, que passaram de 58,4 milhões de euros em 2024 para 68,8 milhões de euros em 2025.

O resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos ascendeu a 61,4 milhões de euros, registando um acréscimo de 16,6% face a 2024, enquanto o resultado operacional aumentou 16,7%, para 61 milhões de euros. Esta evolução foi positivamente influenciada pelo aumento dos dividendos e pela redução significativa das imparidades de investimentos não depreciáveis/amortizáveis, parcialmente compensada pelo aumento dos fornecimentos e serviços externos e pela diminuição de outros rendimentos e ganhos.

O resultado líquido do período fixou-se em 53,5 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 8,7 milhões de euros face a 2024.

A Sociedade manteve uma estrutura financeira muito robusta, com autonomia financeira de cerca de 96,4%. O rácio de liquidez geral reduziu-se de 13,72 em 2024 para 1,87 em 2025, em resultado da utilização de disponibilidades na aquisição da participação remanescente na AdP e da reclassificação do empréstimo obrigacionista para passivo corrente, mantendo-se, ainda assim, acima da unidade.

Rubricas	Períodos		Desvios	
	2025	2024	Variação	%
Vendas e serviços prestados	259 908,81	298 631,57	-38 722,76	-12,97%
Dividendos obtidos	68 849 385,15	58 398 179,74	10 451 205,41	17,90%
Ganhos/perdas em alienações de participações	0,00	149,95	-149,95	n.d
Fornecimentos e serviços externos	-2 222 670,95	-1 711 906,08	-510 764,87	29,84%
Gastos com pessoal	-2 916 841,79	-3 011 047,94	94 206,15	-3,13%
Imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis	-5 962 274,34	-9 033 813,25	3 071 538,91	-34,00%
Outros rendimentos e ganhos	3 452 562,41	7 759 217,14	-4 306 654,73	-55,50%
Outros gastos e perdas	-52 308,69	-34 315,54	-17 993,15	52,43%
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	61 407 760,60	52 665 095,59	8 742 665,01	16,60%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-372 492,07	-361 602,65	-10 889,42	3,01%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	61 035 268,53	52 303 492,94	8 731 775,59	16,69%
Juros e gastos similares suportados	-5 125 353,03	-5 123 817,81	-1 535,22	0,03%
Resultado antes de impostos	55 909 915,50	47 179 675,13	8 730 240,37	18,50%
Imposto s/ rendimento do período	-2 434 337,69	-2 381 958,97	-52 378,72	2,20%
Resultado líquido do período	53 475 577,81	44 797 716,16	8 677 861,65	19,37%

Demonstração da Posição Financeira

O total do ativo da PARPÚBLICA registou uma ligeira redução de 0,75% em 2025, fixando-se em 4.650 milhões de euros. Esta evolução resultou de movimentos de sinal contrário: por um lado, o ativo não corrente aumentou 4,07%, impulsionado pelo reforço das participações financeiras, designadamente pela aquisição dos 19% remanescentes da AdP; por outro lado, o ativo corrente reduziu-se 40,25%, refletindo sobretudo a utilização de disponibilidades para financiamento parcial da operação.

A aquisição da participação remanescente na AdP, pelo preço de 375,5 milhões de euros, a que acresce o montante de 4,7 milhões euros correspondente à parcela dos dividendos atribuível à Caixa Geral de Depósitos, S.A. referente ao período de 2025 anterior à celebração do contrato de aquisição, foi financiada através da utilização de créditos sobre o Estado, da aplicação parcial do saldo de gerência da PARPÚBLICA e de meios financeiros próprios. Esta operação reforçou a posição estratégica da PARPÚBLICA no setor das águas e saneamento, passando a Sociedade a deter a totalidade do capital social da AdP.

No passivo verificou-se uma alteração relevante na respetiva composição, sem aumento do endividamento nominal. O passivo não corrente reduziu-se significativamente, enquanto o passivo corrente aumentou, em virtude da reclassificação do empréstimo obrigacionista com vencimento em 2026. Esta alteração é de natureza contabilística e reflete a proximidade da maturidade da dívida, não correspondendo a um agravamento do nível de endividamento da Sociedade.

Rubricas	Posição		Desvios	
	31/12/2025	31/12/2024	Variação	%
ATIVO				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	48 480,83	56 051,72	-7 570,89	-13,51%
Ativos intangíveis	261 701,37	259 713,76	1 987,61	0,77%
Ativo sob direito de uso	2 377 816,79	2 615 479,23	-237 662,44	-9,09%
Participações financeiras	3 109 908 996,43	2 810 890 841,48	299 018 154,95	10,64%
Subsidiárias	2 197 283 186,34	1 817 064 178,81	380 219 007,53	20,92%
Associadas	0,00	0,00	0,00	n.d.
Outras	912 625 810,09	993 826 662,67	-81 200 852,58	-8,17%
Investimentos em curso	0,00	0,00	0,00	
Empréstimos concedidos	13 932 975,00	14 682 975,00	-750 000,00	-5,11%
Outros ativos financeiros	1 219 535 458,75	1 347 785 578,75	-128 250 120,00	-9,52%
	4 346 065 429,17	4 176 290 639,94	169 774 789,23	4,07%
Ativo corrente				
Clientes	23 288,15	257 486,96	-234 198,81	-90,96%
Estado e outros entes públicos	8 353 528,96	6 989 416,52	1 364 112,44	19,52%
Empréstimos concedidos	0,00	3 857 401,00	-3 857 401,00	n.d.
Outras contas a receber	243 321 255,40	248 501 509,78	-5 180 254,38	-2,08%
Diferimentos	272 415,79	277 048,19	-4 632,40	-1,67%
Caixa e depósitos bancários	52 001 106,93	248 837 620,33	-196 836 513,40	-79,10%
	303 971 595,23	508 720 482,78	-204 748 887,55	-40,25%
Total do Ativo	4 650 037 024,40	4 685 011 122,72	-34 974 098,32	-0,75%
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
Capital próprio				
Capital realizado	1 960 471 134,48	1 960 471 134,48	0,00	0,00%
Reservas legais	695 688 928,89	695 688 928,89	0,00	0,00%
Resultados transitados	1 829 362 274,94	1 795 763 987,82	33 598 287,12	1,87%
Ajustamentos em ativos financeiros	-52 709 554,69	28 491 297,89	-81 200 852,58	-285,00%
Outras variações no capital próprio	-1 569 860,01	-1 584 335,55	14 475,54	-0,91%
	4 431 242 923,61	4 478 831 013,53	-47 588 089,92	-1,06%
Resultado líquido do período	53 475 577,81	44 797 716,16	8 677 861,65	19,37%
Total do capital próprio	4 484 718 501,42	4 523 628 729,69	-38 910 228,27	-0,86%
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões	481 699,47	481 699,47	0,00	0,00%
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	216 188,39	703 868,64	-487 680,25	-69,29%
Financiamentos obtidos	2 252 662,06	123 106 779,30	-120 854 117,24	-98,17%
Outras contas a pagar	17 231,80	17 231,80	0,00	0,00%
	2 967 781,72	124 309 579,21	-121 341 797,49	-97,61%
Passivo corrente				
Fornecedores	141 778,50	120 567,80	21 210,70	17,59%
Estado e outros entes públicos	110 598,50	102 021,97	8 576,53	8,41%
Acionistas	27 905 462,55	27 905 462,55	0,00	n.d.
Financiamentos obtidos	120 940 942,72	304 393,37	120 636 549,35	39631,79%
Outras contas a pagar	13 251 958,99	8 640 368,13	4 611 590,86	53,37%
	162 350 741,26	37 072 813,82	125 277 927,44	337,92%
Total do Passivo	165 318 522,98	161 382 393,03	3 936 129,95	2,44%
Total do capital próprio e do Passivo	4 650 037 024,40	4 685 011 122,72	-34 974 098,32	-0,75%

3.2 Gestão do Risco e Financiamento

A gestão de risco da PARPÚBLICA está suportada num modelo de governação que pretende respeitar as melhores práticas na matéria e garantir a solidez e eficácia na identificação, medição, monitorização, reporte e controlo dos riscos financeiros (crédito, mercado e liquidez) e não financeiros (estratégia e negócio, IT e imagem) a que a PARPÚBLICA está ou poderá vir a estar exposta.

Estrutura e maturidade do financiamento

A política de financiamento da PARPÚBLICA tem como objetivo central manter o endividamento em níveis compatíveis com a capacidade de libertação de meios, objetivo fundamental para garantir a sustentabilidade económica e financeira e a manutenção do rating ao nível do da República.

No âmbito da sua função de SGPS a PARPÚBLICA acompanha atentamente as necessidades de financiamento ao nível do Grupo.

No final de 2025, o passivo financeiro nominal da PARPÚBLICA mantinha-se em 120 milhões de euros, correspondente integralmente a obrigações, representando uma redução face aos 250 milhões de euros registados no final de 2022.

Em termos nominais, o passivo de financiamento apresentou a seguinte evolução nos últimos 4 anos:

Passivo de Financiamento Nominal (em milhões €)				
	2022	2023	2024	2025
Obrigações	250	120	120	120
Total	250	120	120	120

No final de 2025, atendendo ao vencimento do empréstimo obrigacionista em 2026, a maturidade residual do passivo financeiro remunerado era inferior a um ano, razão pela qual o respetivo montante foi reclassificado para passivo corrente.

Em 2025, a Dívida Líquida passou a apresentar valor positivo, refletindo a redução das disponibilidades resultante da utilização de meios financeiros próprios na aquisição da participação remanescente na AdP.

(em milhões €)					
	2021	2022	2023	2024	2025
Passivo Financeiro Nominal	250,0	250,0	120,00	120,00	120,0
Caixa e Depósitos bancários	389,5	370,6	220,3	248,8	52,0
Dívida Líquida	-139,5	-120,6	-100,3	-128,8	68,0
EBITDA	56,0	29,5	130,0	52,6	61,4
Rácio Dívida Líquida / EBITDA	-2,5	-4,1	-0,8	-2,45	1,11

Evolução da taxa média ponderada do custo do passivo financeiro

A taxa média ponderada do custo do passivo financeiro manteve-se em 4,2%, refletindo a estabilidade das condições do empréstimo obrigacionista. No final de 2025, a dívida remunerada da PARPÚBLICA encontrava-se integralmente contratada a taxa fixa, mitigando a exposição direta a variações das taxas de juro de mercado.

Taxa Média Ponderada do Custo de Financiamento por tipo de instrumento				
	2022	2023	2024	2025
Obrigações	4,20%	4,20%	4,20%	4,20%
Financiamento Bancário	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Total	4,20%	4,20%	4,20%	4,20%

N.A.: Não Aplicável

Evolução dos fluxos associados na ótica financeira

Em 2025, a PARPÚBLICA manteve uma estrutura de financiamento prudente e estável, com o passivo médio de financiamento a fixar-se em 120,0 milhões de euros, em linha com o exercício anterior.

Este valor compara favoravelmente com os 555,8 milhões de euros registados em 2021, evidenciando a trajetória de redução sustentada do endividamento verificada nos últimos anos e a consolidação de uma estrutura de balanço mais robusta e equilibrada.

Os juros e encargos financeiros mantiveram-se igualmente estáveis, ascendendo a 5,12 milhões de euros, refletindo a manutenção do montante nominal do empréstimo obrigacionista e das respetivas condições financeiras. Este nível de encargos traduz o impacto das operações de amortização de dívida realizadas em exercícios anteriores e da gestão ativa do perfil de endividamento da Sociedade.

Evolução do Passivo Médio de Financiamento e Encargos [em milhões de Euros e em percentagem (base 2011)]					
	2021	2022	2023	2024	2025
Passivo Médio de Financiamento (valor)	555,8	250,0	120,0	120,0	120,0
Passivo Médio de Financiamento (evolução - base 2011)	10,61%	4,77%	2,29%	2,29%	2,29%
Juros e Encargos (valor)	22,43	10,59	15,41	5,12	5,12
Juros e Encargos (evolução - base 2011)	13,85%	6,54%	9,52%	3,16%	3,16%

Em 2025, os fluxos financeiros associados à carteira de participações e aos empréstimos concedidos pela PARPÚBLICA, ascenderam a 69,69 milhões de euros, aumentando 14% face aos 61,12 milhões de euros registados em 2024.

Esta evolução resultou essencialmente do crescimento dos dividendos recebidos, que passaram de 58,40 milhões de euros para 68,85 milhões de euros, enquanto o montante recebido a título de juros dos empréstimos concedidos reduziu devido à amortização realizada pelas participadas.

Importa notar que o exercício de 2023, com fluxos totais de 155,35 milhões de euros, foi influenciado por uma distribuição extraordinária e não recorrente de dividendos, não sendo, por isso, um termo de comparação representativo da evolução recorrente da carteira.

Fluxos Financeiros Associados ao Financiamento e à Carteira (em milhões de euros)				
	2022	2023	2024	2025
Dividendos	60,25	148,50	58,40	68,85
Juros de empréstimos Concedidos	2,78	6,85	2,72	0,84
Total	63,03	155,35	61,12	69,69

Gestão do Risco Financeiro

No âmbito da sua atividade, são identificadas pela PARPÚBLICA as seguintes áreas de riscos financeiros suscetíveis de afetar o seu valor patrimonial:

- (i) risco de crédito,
- (ii) risco de liquidez, e
- (iii) risco de mercado (de preço e de taxa de juro).

No risco de mercado identificam-se o risco associado às alterações de spreads, o risco de variação da taxa de juro e o risco de capital.

(i) Risco de Crédito

O Risco de Crédito a que a PARPÚBLICA está exposta decorre das aplicações financeiras dos seus excedentes de tesouraria e dos suprimentos concedidos às suas participadas. Habitualmente, os suprimentos são concedidos a favor de participadas cuja gestão é controlada pela PARPÚBLICA e em que a aplicação dos fundos é orientada para investimentos que demonstrem viabilidade económica ou se revelem essenciais para assegurar a continuação da sua atividade, em ambos os casos no pressuposto do retorno do investimento. A remuneração dos suprimentos reflete as taxas de mercado para novas operações de financiamento, sendo revista periodicamente. A aprovação dos suprimentos é da responsabilidade do órgão de gestão da PARPÚBLICA, uma vez obtida a necessária autorização da sua tutela, desde que contemplados no Plano de Atividades e Orçamento aprovado pela Tutela, sem prejuízo da possibilidade de a decisão assentar em orientações que pontualmente possam vir a ser transmitidas pelo acionista único, nomeadamente no contexto de políticas setoriais específicas. Quando realizadas, as aplicações de liquidez são efetuadas exclusivamente junto do IGCP, em respeito pelo Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, sendo o risco considerado residual. No final de 2025 foram realizadas aplicações em CEDIC no montante de 50,9 milhões de euros.

(ii) Risco de Liquidez

O risco de liquidez, que se traduz na possibilidade da PARPÚBLICA não dispor de meios financeiros para satisfazer os seus compromissos, está mitigado pelo facto de a sociedade estar classificada como Entidade Pública Reclassificada (EPR) e, conseqüentemente, integrada no perímetro de consolidação do Orçamento do Estado. Desta forma, as necessidades de financiamento não cobertas pelos recursos próprios são supridas com entregas da ETF, as quais no passado recente têm assumido a forma de diminuição do crédito sobre o Estado (resultante da entrega das receitas de privatização).

A liquidez da PARPÚBLICA é, entre outros fatores, influenciada pela capacidade das suas subsidiárias para distribuir dividendos e amortizar os financiamentos concedidos sob a forma de suprimentos, estando, por isso, dependente do nível de resultados alcançados pelas participadas e da cadência com que estas geram cash flow para devolver tempestivamente esses suprimentos e para remunerar o capital investido.

(iii) Risco de Mercado (preço e taxa de juro)

O risco de taxa de juro consiste na eventualidade do custo de financiamento oscilar significativamente devido à variação das taxas de juro de referência no mercado relativamente à dívida contratada a taxa variável.

Em relação aos financiamentos a taxa fixa, uma redução das taxas de juro de médio e longo prazo significa que os financiamentos vivos ficam mais caros quando comparados com as taxas exigidas pelo mercado, o que embora favoreça os investidores, prejudica o emitente, na medida em que encontraria alternativas de financiamento mais económicas caso a PARPÚBLICA se pudesse financiar diretamente no mercado.

No que respeita ao tipo de taxa de juro, no final do ano 2025 a dívida remunerada da PARPÚBLICA encontrava-se integralmente contratada a taxa fixa (4,2%).

**Tipo de Taxa de Juro dos Contratos
(em 2025)**

(iv) Risco de Capital

Até a PARPÚBLICA integrar o perímetro das administrações públicas, em 2015, a contratação de dívida dependia de deliberação da Comissão Executiva, previamente autorizada pelo acionista e após parecer prévio vinculativo da Comissão de Auditoria e do IGCP, este último na decorrência do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, diploma que rege o Setor Empresarial do Estado.

Com a integração da Sociedade no perímetro das contas públicas (EPR), a PARPÚBLICA deixou de ter autonomia para se financiar ou refinarçar a dívida no mercado, já que todas as eventuais necessidades deverão ser obrigatoriamente supridas pelo Orçamento de Estado.

A estrutura de capitais apresentada pela PARPÚBLICA, considerando o peso do capital alheio no total do capital utilizado pela Sociedade no âmbito da sua atividade, tem-se mantido em níveis adequados de exposição ao risco financeiro, de forma a não comprometer, nem a sua atividade, nem a capacidade de cumprimento do serviço da dívida.

A DBRS Morningstar, agência de notação financeira que acompanha regularmente a PARPÚBLICA, procedeu à revisão das classificações atribuídas no âmbito da mais recente atualização do seu processo de avaliação de risco, anunciada a 22 de maio de 2026. Na sequência dessa revisão, a DBRS subiu a notação anteriormente atribuída à Sociedade, mantendo-a alinhada com a notação soberana da República Portuguesa. Assim, a PARPÚBLICA obteve as seguintes classificações: 'A (high) / positive' para o 'Long-Term Issuer Rating' e 'R-1 (middle) / Stable' para o 'Short-Term Issuer Rating'.

Num enquadramento económico global marcado por elevada incerteza e rápida transformação são particularmente relevantes fatores como a aceleração da digitalização, a intensificação dos ciber-riscos, a volatilidade dos ciclos económicos e a frequência crescente de fenómenos climáticos extremos. Este contexto reforça a importância da identificação, avaliação e gestão dos riscos não financeiros na atuação das sociedades participadas. Neste domínio, a PARPÚBLICA tem vindo a reforçar os seus mecanismos de monitorização e acompanhamento destes riscos no âmbito da sua função de acionista e de supervisão estratégica, assegurando uma atuação alinhada com as melhores práticas ESG. A informação relativa à gestão dos riscos não financeiros e à sustentabilidade do Grupo encontra-se detalhada no Relatório de Sustentabilidade.

3.3 Situação Financeira e Resultados do Grupo

O Grupo PARPÚBLICA integra um conjunto diversificado de sociedades, com distintas dimensões e níveis de complexidade, que operam em setores tão variados como o imobiliário, o setor primário, a indústria e os serviços de interesse geral.

Análise da Posição Financeira e Resultados Consolidados

Em 2025 o Grupo PARPÚBLICA apresentou uma evolução económico-financeira globalmente positiva, mantendo uma estrutura patrimonial sólida e níveis elevados de autonomia financeira.

O volume de negócios consolidado ascendeu a 1.368,9 milhões de euros, registando um crescimento de 10,4% face ao exercício anterior, impulsionado sobretudo pelo contributo do segmento das Águas, que representou a componente mais relevante da atividade operacional do Grupo. O EBITDA consolidado atingiu 579,3 milhões de euros, evidenciando uma evolução favorável do comportamento operacional.

O resultado líquido consolidado atribuível aos detentores do capital da sociedade-mãe fixou-se em 233,4 milhões de euros, correspondendo a um crescimento de 19,4% face a 2024.

Ao nível da posição financeira, o Ativo Total consolidado ascendeu a 10 817,3 milhões de euros, enquanto o Passivo Total se situou em 4 351,1 milhões de euros. O capital próprio consolidado totalizou 6 466,1 milhões de euros, dos quais 6 070,0 milhões de euros correspondem ao capital próprio atribuível ao Grupo e 396,1 milhões de euros a interesses que não controlam.

Os principais rácios económico-financeiros mantiveram-se em níveis robustos, com uma autonomia financeira de cerca de 56%, considerando o capital próprio atribuível ao Grupo, e uma solvabilidade de aproximadamente 140%, traduzindo a capacidade do Grupo para suportar a sua atividade com uma estrutura de capitais sólida e equilibrada.

A atuação da PARPÚBLICA, enquanto *holding*, continua assim a refletir não apenas geração de valor financeiro para o Estado, mas também a criação de valor público, através do acompanhamento estratégico das sociedades participadas, do reforço da eficiência operacional e do contributo para objetivos estruturantes da economia nacional.

Análise por Segmentos

A apresentação da situação patrimonial e dos resultados do Grupo é feita considerando a *holding* de forma autónoma e o conjunto das atividades operativas prosseguidas pelas diferentes sociedades participadas que integram o perímetro de consolidação pelo método integral. Em 2025 a PARPÚBLICA adquiriu o remanescente das participações sociais da AdP, passando a deter 100% do capital social desta sociedade.

PARPÚBLICA

Em 2025 a PARPÚBLICA manteve a sua atuação enquanto entidade responsável pela gestão de participações públicas, centrando a sua atividade no reforço de posições em ativos estratégicos, no acompanhamento das sociedades participadas e na prestação de apoio técnico ao Ministério das Finanças.

O ativo total manteve-se globalmente estável face ao exercício anterior, tendo-se verificado uma recomposição da estrutura do ativo, com redução dos ativos correntes e reforço dos ativos não correntes. Esta evolução refletiu, em particular, a aquisição da participação remanescente de 19% no capital social da Águas de Portugal, SGPS, S.A., operação que reforçou a posição estratégica da PARPÚBLICA no setor das águas e saneamento, tendo implicado a utilização de disponibilidades e outros meios financeiros.

No plano económico, o resultado líquido ascendeu a cerca de 53,5 milhões de euros, evidenciando um crescimento face ao exercício anterior. Esta evolução resultou essencialmente do aumento dos dividendos obtidos e da redução do impacto das imparidades em investimentos financeiros, em linha com a natureza da atividade da PARPÚBLICA enquanto SGPS.

A estrutura de financiamento continua a evidenciar um elevado grau de solidez, com o capital próprio a representar a quase totalidade do ativo e os passivos a corresponderem apenas a 3,5% do ativo total. A alteração da composição do passivo, com redução dos passivos não correntes e aumento dos passivos correntes, resulta sobretudo da reclassificação do empréstimo obrigacionista com vencimento em 2026, não correspondendo a um agravamento do endividamento nominal da Sociedade.

Em termos globais, a PARPÚBLICA apresentou, em 2025, um perfil económico-financeiro robusto e de risco reduzido, sustentado por uma estrutura patrimonial equilibrada, elevada autonomia financeira e melhoria da rentabilidade líquida, mantendo capacidade para apoiar a execução das orientações estratégicas do acionista Estado e para preservar o valor da carteira de participações públicas sob sua responsabilidade.

ATIVIDADES OPERATIVAS

As atividades operativas concentram a parte mais significativa da estrutura patrimonial do Grupo PARPÚBLICA, representando cerca de 73% dos ativos e 97% dos passivos consolidados. Entre estas atividades, o segmento das Águas assume particular relevância, constituindo a principal componente do ativo, do passivo e da atividade operacional do Grupo.

Em 2025, as sociedades integradas nas atividades operativas foram responsáveis pela maior contribuição para o resultado consolidado, com especial destaque para o segmento das Águas, que apresentou o contributo mais expressivo.

Gestão e Promoção Imobiliária

O segmento imobiliário do Grupo está concentrado nos negócios desenvolvidos através das participações diretas da PARPÚBLICA nas sociedades Estamo e Fundiestamo e, de forma indireta, nas sociedades Arco Ribeirinho Sul ("ARS") e Consest, integralmente detidas pela Estamo. Integra ainda, de forma residual, o Compartmento Patrimonial Autónomo (CPA) "Cabeço da Bola", inserido no Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado.

Recorda-se também a reorganização societária ocorrida neste segmento em 2023, através de um aumento de capital da Estamo no valor global de 212 milhões de euros – na sua maioria, 196 milhões de euros, concretizado através da entrada em espécie da totalidade das participações sociais detidas nas sociedades Arco Ribeirinho Sul e Consest –, que visou dar resposta às novas competências legalmente atribuídas à Estamo, designadamente no âmbito da concretização do projeto Arco Ribeirinho Sul – que abrange operações de requalificação urbanística e de valorização dos solos – e da gestão do património imobiliário público, em nome e por conta do Estado.

No que concerne ao Compartimento Patrimonial Autónomo “Cabeço da Bola”, note-se o aumento de capital ocorrido em 2024, no montante de 9,6 milhões de euros, totalmente realizado no mesmo ano, bem como os financiamentos PRR obtidos no período de 2024 a 2025, que totalizam o valor acumulado de 21,63 milhões de euros, tendo em vista o desenvolvimento de um projeto de reconversão do imóvel denominado “Quartel do Cabeço da Bola” em habitações para arrendamento a rendas acessíveis, cuja empreitada se prevê que esteja concluída até ao final de 2026.

Em 2025, o volume de negócios deste segmento correspondeu a um valor global de 68,31 milhões de euros, o que se traduz numa redução de 9,7% face a 2024, ano em que se situou em cerca de 75,62 milhões de euros. O volume de negócios foi impactado, na sua maioria, pela contribuição da Estamo (81%) e da Arco Ribeirinho Sul (15%), que representam, em conjunto, cerca de 96% do volume faturado em 2025. Para a referida redução do volume de negócios deste segmento contribuiu de forma significativa a Estamo, cuja quase inexistência de vendas de imóveis em 2025 – apenas 0,26 milhões de euros, face a 9,2 milhões de euros em 2024 – conduziu a uma variação negativa do seu volume de negócios em 2025, que se fixou em 55,66 milhões de euros, menos 12% face ao valor atingido em 2024 de 63,08 milhões de euros. Note-se ainda o ligeiro aumento do volume de negócios da Arco Ribeirinho Sul face a 2024, na ordem dos 0,33 milhões de euros, atingindo 10,43 milhões de euros. A sociedade Consest e o Subfundo “Cabeço da Bola” não apresentam ainda rendimentos, tratando-se de atividades de promoção imobiliária em curso.

No que concerne aos resultados deste segmento, estes atingiram, em 2025, cerca de 69,62 milhões de euros, verificando-se um aumento acentuado de 53% em relação a 2024, ano em que ascenderam a 45,52 milhões de euros. Esta evolução é essencialmente explicada pelos incrementos muito relevantes dos resultados líquidos da Estamo (+12,16 milhões de euros face a 2024) e da Arco Ribeirinho Sul (ARS) (+11,96 milhões de euros face a 2024). Este incremento é, na sua maioria, explicado pelo montante de variações positivas do justo valor nas propriedades de investimento da sociedade ARS, que ascenderam a 11,59 milhões de euros em 2025, face ao montante registado em 2024, ano em que foram registadas variações positivas de justo valor de apenas 1,21 milhões de euros. No caso da sociedade Estamo, destaca-se o efeito das reversões de imparidades de dívidas de clientes, no montante de 6,55 milhões de euros, quando, em 2024, tinham sido registadas imparidades de 5,09 milhões de euros, bem como das reversões de ajustamentos de justo valor nas suas propriedades de investimento, que totalizaram 4,25 milhões de euros, quando, em 2024, tinham sido registados ajustamentos negativos de justo valor na ordem dos 0,91 milhões de euros.

Os ativos deste segmento ascendiam, no final de 2025, ao montante de 1.576,5 milhões de euros, apresentando um aumento de cerca de 81 milhões de euros (+5,4%) em relação ao ano anterior, em que se situavam em 1.495,5 milhões de euros. Para o referido incremento concorrem os aumentos do justo valor das propriedades de investimento da sociedade ARS, mas também a evolução registada no CPA “Cabeço da Bola” com a execução do projeto do Quartel do Cabeço da Bola, cuja propriedade de investimento foi valorizada em 35,92 milhões de euros no final de 2025, constituindo um incremento de 18,37 milhões de euros face ao valor deste ativo em 2024 de 17,55 milhões de euros. Refira-se ainda o contributo da Estamo para o aumento do ativo deste segmento, em cerca de 50,89 milhões de euros, o qual será explicado em maior detalhe seguidamente.

Em 2025 verificou-se um aumento do passivo de cerca de 12,2% face a 2024, correspondente a um acréscimo de aproximadamente 12,13 milhões de euros. Nesta rubrica salienta-se o CPA “Cabeço da Bola”, cujo passivo aumentou 17,17 milhões de euros face a 2024, em parte devido ao financiamento PRR anteriormente referido, cujo saldo aumentou 9,98 milhões de euros no mesmo período. Este efeito foi parcialmente compensado pela redução do passivo da Estamo e da Arco Ribeirinho Sul.

Os capitais próprios deste segmento registaram, em 2025, um aumento de cerca de 5%, em consequência dos resultados favoráveis da maioria das sociedades apresentadas neste segmento. Assinalam-se, contudo, a Consest e o CPA “Cabeço da Bola”, que apresentam variações negativas nos seus capitais próprios decorrentes dos respetivos resultados negativos, uma vez que ainda não apresentam atividade geradora de rendimentos. Este segmento continua a ter uma expressão relevante no Grupo PARPÚBLICA, representando cerca de 14,6% dos ativos consolidados, os quais se encontram, na sua quase totalidade, financiados por capitais próprios do Grupo.

Apresentam-se de seguida os aspetos mais relevantes sobre a atividade desenvolvida em 2025 pelas sociedades que, no Grupo PARPÚBLICA, integram o segmento de Gestão e Promoção Imobiliária.

ESTAMO

Indicador	FY21	FY22	FY23	FY24	FY25	CAGR 2021-2025	Var. 25-24 (% ou p.p.)
Volume de Negócios /* (€ '000)	57 314	62 274	55 871	63 082	55 661	-0,7%	-11,8%
Gastos Operacionais (€'000)	9 495	12 049	5 109	13 260	7 264	-6,5%	-45,2%
EBITDA (€ '000)	41 014	57 083	54 210	53 630	65 173	12,3%	21,5%
Margem EBITDA (%)	72%	92%	97%	85%	117%	13%	32%
Resultado Líquido (€ '000)	30 237	44 223	43 028	43 540	55 694	16,5%	27,9%
ROE (%)	3%	5%	4%	3%	4%	7%	23%
ROA (%)	3%	4%	3%	3%	4%	7%	23%
Autonomia Financeira (p.p.)	97%	98%	98%	96%	96%	-0%	0%
Dívida Financeira Líquida (€ '000)	6 936	-13 816	-40 266	-72 580	-143 015	-	97,0%
Rácio Dívida Líquida/EBITDA	0,2	-0,2	-0,7	-1,4	-2,2	-	62,1%
Prazo Médio de Pagamentos (dias)	15	9	21	23	23	11,3%	0,0%
CAPEX (€ '000)	s.e.	15 067	336	89	1 127	-	1173,1%
Rácio de Eficiência Operacional (p.p.)	5%	5%	7%	8%	9%	18,2%	1,1%

A Estamo é uma sociedade cujo capital ascende a 1.061,6 milhões de euros, sendo integralmente detido pela PARPÚBLICA e parcialmente realizado em 1.053,6 milhões de euros.

A principal fonte de receitas da Estamo em 2025 continuou a ser a faturação com arrendamentos e compensações pela ocupação, integral ou parcial, de imóveis, a qual ascendeu a 50,67 milhões de euros em 2025, representando um crescimento de 1,6% face a 2024. De facto, mais de metade dos ativos imobiliários da Estamo, cerca de 62%, encontram-se arrendados ou classificados para arrendamento, correspondendo a 549,6 milhões de euros, constituindo uma fonte de receita essencial para o suporte da atividade corrente da sociedade. Decorrente das vendas ocorridas nos últimos anos, bem como do impacto das imparidades e das reduções de justo valor registadas no período da crise imobiliária de 2010 a 2013, o valor da carteira sob gestão da Sociedade reduziu-se de 1,4 mil milhões de euros em 2010 para 890,4 milhões de euros em 2025.

Na área da promoção imobiliária a Estamo prosseguiu o acompanhamento de algumas operações urbanísticas relevantes, nomeadamente em imóveis já afetos ao Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) no âmbito da denominada “bolsa de habitação”, bem como em imóveis integrados no Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado (FNRE), como o Quartel do Cabeço da Bola. Salienta-se também a conclusão do projeto de recuperação do imóvel denominado Viso I, localizado no Porto, com um custo total de cerca de 9 milhões de euros, destinado à instalação da sede da Direção Executiva do Serviço Nacional de Saúde (SNS), tendo este imóvel começado a gerar rendimentos para a Estamo em 2025.

A variação negativa de 11,8% no Volume de Negócios de 2025 face a 2024 deve-se principalmente à quase inexistência de vendas de imóveis no exercício, que ascenderam apenas a 0,26 milhões de euros em 2025, face a 9,15 milhões de euros em 2024. Assim, apesar do crescimento das rendas e compensações, a redução das vendas escrituradas condicionou a evolução global do Volume de Negócios, que passou de 63,08 milhões de euros em 2024 para 55,66 milhões de euros em 2025.

As rendas e indemnizações aumentaram, em 2025, 1,6% face a 2024, apesar da ligeira redução da área bruta locável de 0,25% face ao ano anterior. Esta evolução foi beneficiada pela aplicação do coeficiente legal de atualização de rendas, no caso dos imóveis arrendados, e pela aplicação do Índice de Preços no Consumidor à atualização das indemnizações por ocupação de imóveis. Refira-se ainda que, no final de 2025, a área devoluta constituía cerca de 10,5% da área bruta locável, aguardando, quase toda, operações de requalificação ou ampliação, na medida das propostas de arrendamento que vão sendo recebidas e aceites pela Estamo.

Salienta-se também o valor de 4,31 milhões de euros reconhecido em rendimentos em 2025, face a 3,20 milhões de euros em 2024, referente à gestão e administração do património imobiliário público, em nome e por conta do Estado. Este montante integra a remuneração de gestão fixa, correspondente aos custos fixos de estrutura acrescidos de 4%, e a remuneração variável, correspondente a 5% sobre o valor de cada operação imobiliária, ambas previstas pelo Decreto-Lei n.º 60/2023, de 24 de julho.

A evolução positiva desta rubrica, de 34,8% face a 2024, contribuiu para compensar parcialmente o aumento dos gastos associados ao reforço da estrutura e às novas funções de gestão por conta do Estado.

Relativamente ao EBITDA, este atingiu 65,17 milhões de euros em 2025, o que se traduz num aumento substancial de 21,5% face a 2024, ano em que se situou em 53,63 milhões de euros. Este aumento decorreu de diversos fatores com impactos positivos e negativos nos resultados, nomeadamente: i) a redução da margem bruta das vendas, praticamente inexistente em 2025, face a 1,77 milhões de euros em 2024; ii) a reversão de imparidades de inventários, no montante de 7,07 milhões de euros em 2025, face a 8,92 milhões de euros em 2024; iii) o aumento dos fornecimentos e serviços externos e dos gastos com pessoal, que, em conjunto, ascenderam a 6,98 milhões de euros em 2025, face a 5,89 milhões de euros em 2024, em grande medida devido ao reforço da estrutura de recursos humanos da Estamo com mais 10 colaboradores, terminando o ano com 41 colaboradores, e aos gastos associados às novas funções de gestão por conta do Estado; iv) a inexistência de reversões de provisões em 2025, face a 0,81 milhões de euros registados em 2024; v) a reversão substancial de ajustamentos de clientes, no montante de 6,55 milhões de euros em 2025, face a ajustamentos de 5,09 milhões de euros em 2024, decorrente, em particular, do recebimento extraordinário de 67,5 milhões de euros do Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça (IGFEJ) no final de 2025, para pagamento de rendas e compensações em atraso; e vi) o aumento substancial do justo valor das propriedades de investimento, com um impacto positivo de 4,25 milhões de euros em 2025, face a um impacto negativo de 0,91 milhões de euros em 2024.

No que concerne aos gastos financeiros, estes foram quase inexistentes em 2025, uma vez que a Estamo não apresenta qualquer financiamento bancário ou acionista desde 2022. A dívida financeira líquida manteve-se negativa, situando-se em -143,0 milhões de euros no final de 2025, refletindo a ausência de dívida financeira e o reforço das disponibilidades.

O resultado líquido ascendeu a 55,69 milhões de euros em 2025, o que representa um aumento de 27,9% face aos 43,54 milhões de euros registados em 2024. Esta evolução reflete o crescimento do EBITDA, o aumento dos juros obtidos e a manutenção de gastos financeiros residuais, apesar do impacto fiscal do exercício.

A rentabilidade do capital próprio aumentou de 3,4% em 2024 para 4,2% em 2025, enquanto a rentabilidade do ativo subiu de 3,3% para 4,0%, acompanhando a melhoria do resultado líquido. A autonomia financeira manteve-se muito elevada, em 96,5%, ligeiramente acima dos 96,0% registados em 2024, evidenciando uma estrutura financeira robusta e reduzida dependência de capitais alheios.

Na Demonstração da Posição Financeira, em 2025 o ativo aumentou 51,59 milhões de euros face a 2024, o que corresponde a um crescimento de 3,9%. Esta evolução decorreu, em grande parte, do efeito conjugado (i) do aumento da rubrica de disponibilidades, que atingiu 143,01 milhões de euros no final de 2025, mais 70,44 milhões de euros do que em 2024, (ii) do aumento dos inventários, em 10,30 milhões de euros e (iii) do aumento das propriedades de investimento, em 4,33 milhões de euros.

Em sentido contrário, registou-se uma diminuição da rubrica de clientes, que se situou em 101,32 milhões de euros no final de 2025, representando uma redução de 28,20 milhões de euros face a 2024, explicada sobretudo pelo referido recebimento extraordinário do IGFEJ no final do exercício.

Ainda relativamente à rubrica de clientes, expurgando o referido recebimento do IGFEJ, o ano de 2025 manteve a tendência de défice alargado entre o valor faturado, relativo a rendas e compensações, e o valor efetivamente recebido pela Estamo. O nível médio de recebimentos mensais de clientes situou-se em 2,03 milhões de euros, quando a faturação média mensal ascendeu a cerca de 4,26 milhões de euros, traduzindo-se numa taxa de recebimento média mensal inferior a metade dos montantes faturados: 47,6% em 2025, face a 45,0% em 2024. Não obstante, considerando o recebimento extraordinário do IGFEJ, o encaixe total de 2025 ascendeu a 79,56 milhões de euros, superando a faturação anual de arrendamentos e compensações.

Em 2025 as receitas da Estamo permitiram não apenas o financiamento da sua atividade operacional e do investimento em imóveis, como também a geração da liquidez necessária ao pagamento de responsabilidades fiscais, tendo a Sociedade encerrado o exercício com disponibilidades de 143,01 milhões de euros, que compara com 72,58 milhões de euros em 2024.

O rácio de eficiência operacional, calculado nos termos do indicador alternativo aprovado pela Tutela, aumentou de 8,1% em 2024 para 9,1% em 2025. Esta evolução reflete o crescimento dos FSE e dos gastos com pessoal, num contexto de reforço da estrutura interna e de assunção de novas responsabilidades de gestão do património imobiliário público.

De referir ainda, no ativo e no passivo da Estamo, a relevância das rubricas de outras contas a receber e a pagar em 2025, por efeito da contabilização da faturação do princípio da onerosidade emitida pela Estamo em nome do Estado. À data de 31 de dezembro de 2025 encontravam-se registados 12,80 milhões de euros em outras contas a receber, relativos a faturação a terceiros no âmbito do princípio da onerosidade, e 14,98 milhões de euros em outras contas a pagar, referentes a montantes de receita ainda não entregues ao Estado e às entidades beneficiárias. Em 2024 estes montantes ascenderam, respetivamente, a 17,77 milhões de euros e 22,17 milhões de euros.

FUNDIESTAMO

Indicador	FY21	FY22	FY23	FY24	FY25	CAGR 2021-2025	Var. 25-24 (% ou p.p.)
Volume de Negócios (€ '000)	2 500	2 559	2 712	2 683	2 632	1,3%	-1,9%
Gastos Operacionais (€'000)	2 077	1 849	1 888	1 866	1 808	-3,4%	-3,1%
EBITDA (€ '000)	401	650	818	791	867	21,3%	9,6%
Margem EBITDA (%)	16%	25%	30%	29%	33%	20%	3%
Resultado Líquido (€ '000)	211	376	488	499	583	28,9%	16,9%
ROE (%)	8%	13%	16%	16%	19%	22%	14%
ROA (%)	7%	9%	11%	12%	13%	17%	14%
Autonomia Financeira (%)	83%	66%	68%	71%	71%	-4%	0%
Dívida Financeira Líquida (€ '000)	-2 515	-2 857	-2 255	-2 224	-2 414	-1,0%	8,5%
Rácio Dívida/EBITDA	-6,3	-4,4	-2,8	-2,8	-2,8	-18,4%	-1,0%
Prazo Médio de Pagamentos (dias)	57	41	12	24	15	-28,4%	-37,5%
CAPEX (€ '000)	39	24	11	41	19	-16,8%	-54,3%
Rácio de Eficiência Operacional (%)	83%	72%	69%	59%	58%	-8,6%	1,4%

A Fundiestamo é uma sociedade gestora de organismos de investimento coletivo cujo capital social, no montante de 1 milhão de euros, é integralmente detido pela PARPÚBLICA. A Fundiestamo, enquanto sociedade do Grupo PARPÚBLICA, apresenta-se vocacionada para a rentabilização, maioritariamente de património público, através da atividade de gestão de fundos de investimento imobiliário, valorizando os ativos integrados nos fundos que gere, procurando obter níveis atrativos de rendimento e valorizar as unidades de participação desses fundos.

No final de 2025 o valor dos Fundos Imobiliários sob gestão da Fundiestamo ascendia a 285 milhões de euros, em linha com o valor registado no exercício de 2024, distribuídos por três fundos: o Fundo de Investimento Imobiliário Fechado “FUNDIESTAMO I”, o Fundo de Investimento Imobiliário Aberto “IMOPOUPANÇA” e o Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado (“FNRE”).

Em 2025 as receitas operacionais totalizaram 2,63 milhões de euros, ligeiramente abaixo das registadas em 2024 (2,68 milhões de euros), não obstante o incremento das comissões faturadas ao fundo Fundiestamo I (+1,9% face a 2024). Em sentido contrário, registou-se uma redução das comissões faturadas ao FNRE (-12,2% face a 2024), decorrente da concretização, em setembro de 2024, da liquidação do CPA “Imoresidências”, bem como uma diminuição das comissões faturadas ao fundo Imopoupança, em resultado da redução do valor líquido global deste fundo (-2,1% face a 2024).

No que concerne aos gastos operacionais, salientam-se as despesas com o pessoal, que atingiram 1,18 milhões de euros (-2,1% face a 2024), e os fornecimentos e serviços externos, no valor de 0,63 milhões de euros (-5% face a 2024). Em termos globais, os gastos operacionais ascenderam, em 2025, a 1,81 milhões de euros, ligeiramente abaixo (-3,1%) dos 1,87 milhões de euros registados em 2024.

A evolução conjugada das receitas e dos gastos operacionais permitiu uma melhoria do EBITDA, que aumentou 9,6% face a 2024, para 0,87 milhões de euros, com a margem EBITDA a subir de 29% para 33%.

A Fundiestamo obteve em 2025 um resultado líquido de 0,58 milhões de euros, superior (+16,9%) ao montante registado em 2024 (0,50 milhões de euros), refletindo a relativa estabilidade das receitas operacionais, a redução dos gastos operacionais e a receita não corrente relativa à recuperação de IRC e respetivos juros indevidamente pagos em anos anteriores.

Em resultado desta evolução, os indicadores de rentabilidade apresentaram uma melhoria face a 2024, com o ROE a aumentar de 16% para 19% e o ROA de 12% para 13%. A autonomia financeira manteve-se estável, em 71%, evidenciando a manutenção de uma estrutura financeira sólida.

Relativamente à Demonstração da Posição Financeira, o ativo da Fundiestamo ascende a 4,36 milhões de euros em 2025, 2,4% acima do valor registado em 2024. Este aumento deveu-se, em grande medida, à rubrica de disponibilidades (+4,6% face a 2024), a qual atingiu 3,23 milhões de euros no final de 2025, e à execução do contrato de arrendamento das instalações da Fundiestamo, no âmbito da IFRS 16, com impacto simultâneo no ativo e no passivo.

Exploração Agrícola Pecuária e Florestal

O segmento de exploração agrícola, pecuária e florestal integra os ativos e os passivos das sociedades Companhia das Lezírias e Florestgal.

Refira-se ainda que a relevância destas sociedades no seio do Grupo está essencialmente associada à natureza da sua atividade e ao contributo que podem dar para a implementação das políticas públicas destinadas ao setor agrário, num caso, e à atividade florestal, no outro, além do natural contributo no domínio da sustentabilidade.

FLORESTGAL

Indicador	FY21	FY22	FY23	FY24	FY25	CAGR 2021-2025	Var. 25/24 (%)
Volume de Negócios (€ '000)	1 172	3 144	1 423	1 511	1 702	9,8%	12,6%
Gastos Operacionais (€'000)	1 217	1 279	1 572	1 680	1 592	6,9%	-5,2%
EBITDA (€ '000)	927	(1 609)	513	2 569	1 972	20,8%	-23,2%
EBITDA Ajustado (€ '000)	(142)	1 950	27	512	424		-17,2%
Margem EBITDA Ajustada (%)	-12,1%	62,0%	1,9%	33,9%	24,9%		
Resultado Líquido (€ '000)	(286)	(355)	2 579	4 452	1 857		-58,3%
Resultado Líquido Ajustado (€ '000)	(278)	1 735	(128)	354	222		-37,3%
ROE (%)	-0,5%	-0,7%	4,6%	7,3%	3,0%		
ROA (%)	-0,5%	-0,6%	4,2%	6,6%	2,6%		
Autonomia Financeira (%)	94,6%	91,8%	92,0%	89,7%	89,1%		
Dívida Financeira Líquida (€ '000)	(5 385)	(7 509)	(5 465)	(8 134)	(9 678)	15,8%	19,0%
Dívida Líquida/EBITDA Ajustado	37,83	(3,85)	(201,05)	(15,87)	(22,81)		
Prazo Médio de Pagamentos RCM (dias)	19	9	7	24	26	8,4%	7,0%
CAPEX (€ '000)	9	18	2 242	217	48	52,2%	-78,0%
Rácio de Eficiência Operacional Ajustado (%)	-	-	-	52,1%	75,7%		

A FLORESTGAL continua a apresentar níveis de atividade baixos quando comparados com o previsto no seu Plano de Negócios, ainda exclusivamente assentes nas suas atividades tradicionais (exploração das suas atividades próprias e arrendamentos).

Em 2025 a componente cíclica da venda da produção evidenciou uma evolução positiva, enquanto os constrangimentos legais à atividade de arrendamento têm atrasado a renovação ou efetivação de novos contratos. Em síntese, a venda de ativos biológicos cresceu 47% face a 2024, essencialmente resinosas e cortiça, mais que compensando a quebra de 11% nos arrendamentos, o que fez com que, em termos globais, o Volume de Negócios crescesse 12,6%, para 1,7 milhões de euros.

Relativamente à evolução da rentabilidade operacional, apesar da evolução favorável do Volume de Negócios referida anteriormente, assim como da redução verificada no peso da estrutura de custos, a redução da componente dos subsídios à exploração fez reduzir 17,2% o EBITDA (ajustado dos movimentos contabilísticos), de 0,5 milhões de euros em 2024 para 0,4 milhões de euros em 2025. Semelhante evolução verifica-se no resultado líquido (igualmente ajustado), que se situou nos 0,22 milhões de euros em 2025, passando a rentabilidade líquida das vendas ajustada de 23,4% em 2024 para 13% em 2025.

A FLORESTGAL é detentora de um património imobiliário constituído por 12 Unidades de Gestão com um valor estimado de cerca de 39 milhões de euros e apresenta uma posição financeira bastante sólida, com o financiamento do seu Ativo assente essencialmente em fundos próprios, como espelha a sua robusta Autonomia Financeira de 89,1%.

Em 2025 a sociedade apresentou uma execução de investimento muito abaixo do previsto, com um CAPEX reportado de 0,048 milhões de euros, correspondente a uma taxa de execução de 2% do previsto no PAO 2025-2027, o que se justifica essencialmente por não terem sido executados investimentos que estavam condicionados à aprovação de candidatura a Fundos Comunitários e ao Fundo Ambiental.

Por último, de destacar que a FLORESTGAL não tem endividamento, apresentando uma Dívida Líquida de -9,7 milhões de euros, cuja melhoria em 2025 está em grande medida influenciada pela regularização da dívida do Estado referente à operação relacionada com a Herdade Gil Vaz.

Em conclusão, será muito importante para o futuro da sociedade que o seu investimento continue a ser coberto sobretudo por financiamentos a fundo perdido, mas também que consiga fazer expandir as suas fontes de receita através dos novos eixos de negócio, de modo a conseguir cobrir a expansão da estrutura de custos (embora esta pareça estar já mais controlada).

COMPANHIA DAS LEZÍRIAS

Indicador	FY21	FY22	FY23	FY24	FY25	CAGR 2021-2025	Var. 25-24 (% ou p.p.)
Volume de Negócios /* (€ '000)	9 113	7 415	9 784	9 111	9 202	0,2%	1,0%
Gastos Operacionais (€'000)	8 516	7 984	9 742	9 719	10 045	4,2%	3,4%
EBITDA (€ '000)	4 399	3 906	4 231	3 229	3 122	-8,2%	-3,3%
Margem EBITDA (%)	48%	53%	43%	35%	34%	-8%	-2%
Resultado Líquido (€ '000)	2 633	2 231	2 535	1 650	1 752	-9,7%	6,2%
ROE (%)	6%	5%	5%	3%	3%	-12%	4%
ROA (%)	5%	4%	5%	3%	3%	-12%	5%
Autonomia Financeira (p.p.)	91%	91%	90%	90%	91%	-0%	1%
Dívida Financeira Líquida (€ '000)	-10 304	-11 454	-11 364	-12 319	-13 715	7,4%	11,3%
Rácio Dívida Líquida/EBITDA	-2,3	-2,9	-2,7	-3,8	-4,4	17,0%	15,1%
Prazo Médio de Pagamentos (dias)	24	22	23	20	20	-4,5%	0,0%
CAPEX (€ '000)	753	1 088	1 514	1 285	1 598	20,7%	24,4%
Rácio de Eficiência Operacional (p.p.)	96%	91%	90%	107%	99%	0,8%	-8,0%

A Companhia das Lezírias é uma sociedade cujo capital social, no montante de 5 milhões de euros, é integralmente detido pela PARPÚBLICA.

Em 2025 a Companhia das Lezírias apresentou uma performance global positiva ao nível do resultado líquido, apesar de uma evolução operacional menos favorável face a 2024. A atividade agrícola foi condicionada por condições climáticas adversas e por fenómenos extremos verificados no ano em análise, pela continuação e aprofundamento das guerras na Ucrânia e na Palestina, pela perturbação dos preços praticados nos mercados de alguns dos produtos comercializados pela Companhia das Lezírias, designadamente o arroz, pela dificuldade de escoamento de produtos em resultado da quebra do consumo, nomeadamente no vinho, bem como pelo aumento considerável dos fatores de produção.

O volume de negócios, que inclui arrendamentos – 5.800 hectares, com 106 contratos de arrendamento rural, distribuídos por 70 rendeiros, e 53 contratos de arrendamento urbano, repartidos por 44 rendeiros –, ascendeu a 9,20 milhões de euros, o que representa um aumento de 1,0% face a 2024. Esta evolução foi suportada, por um lado, pela estabilidade e crescimento do segmento de arrendamentos, indexados à inflação, e, por outro, pelo efeito misto das vendas dos restantes segmentos de atividade. Em 2025 registou-se um crescimento na venda de produtos agrícolas (+18% face a 2024) e pecuários (+15% face a 2024), em contraste com a redução das vendas nas áreas vitivinícola e oleícola (-20% face a 2024) e florestal (-5% face a 2024). Apesar do crescimento homólogo, o volume de negócios manteve-se ainda abaixo do nível registado em 2023, ano em que ascendeu a 9,78 milhões de euros. No período 2021-2025, o indicador apresentou uma evolução globalmente estável, com uma taxa média anual de crescimento de 0,2%.

Importa ainda referir a área total de montado da Companhia das Lezírias, que ascende a 6.552 hectares e que se prevê estar totalmente reordenada em 2028. A partir desse momento, estima-se que ocorra a estabilização das quantidades extraídas, com a retirada das folhas de 9 em 9 anos, na ordem das 40 a 45 mil arrobas anuais.

Os serviços prestados pela Companhia das Lezírias permanecem reduzidos, representando 6% do volume de negócios, sendo constituídos principalmente pelo agroturismo, que correspondeu a 81% deste segmento em 2025, e pelos contratos de multiplicação de sementes, que têm vindo a registar uma redução significativa nos últimos anos, passando de 331 mil euros em 2022 para 47 mil euros em 2025.

Nota ainda para o crescimento dos subsídios à exploração, que ascenderam a 2,5 milhões de euros em 2025, representando um aumento de 28% face a 2024, principalmente devido ao ajustamento positivo dos subsídios comunitários agrícolas de Apoio ao Rendimento Base (ARB) e à nova medida relativa a Práticas Promotoras da Biodiversidade.

Em 2025 os gastos operacionais aumentaram 3,4% face a 2024, ascendendo a 10,05 milhões de euros. As três rubricas mais relevantes, representando cerca de 65% do total dos gastos operacionais, foram os fornecimentos e serviços externos (29%), os gastos com o pessoal (20%) e o custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (15%).

Sinaliza-se a redução de 8% do CMVMC face a 2024, em grande medida devido ao efeito combinado da redução dos custos associados à produção e venda de vinho, da diminuição dos custos com alimentação animal e de um menor consumo de azeite necessário à produção. Em sentido contrário, verificou-se um aumento das despesas com fatores de produção na condução das culturas, com destaque para o subsegmento do milho-grão, em resultado do aumento da área semeada em 2025.

Por outro lado, os FSE e os gastos com o pessoal aumentaram 9% e 5%, respetivamente, face a 2024. Este aumento decorreu, em grande parte, do incremento dos custos com subcontratos associados a maiores necessidades de contratação para operações culturais, em particular devido ao aumento da área cultivada de milho-grão, bem como do crescimento dos gastos com o pessoal, resultante das atualizações remuneratórias legalmente previstas e das contratações realizadas em 2025, refletidas no aumento do número médio de trabalhadores face a 2024.

Em consequência dos principais fatores anteriormente referidos, e em contas estatutárias, a Companhia das Lezírias obteve, em 2025, um EBITDA de 3,12 milhões de euros, 3,3% inferior ao registado no período homólogo de 2024. A margem EBITDA fixou-se em 34%, menos 2 p.p. do que em 2024 e significativamente abaixo dos níveis registados em 2021 e 2022, quando se situava em 48% e 53%, respetivamente. Ainda assim, o resultado líquido de 2025 ascendeu a 1,75 milhões de euros, o que representa um aumento de 6,2% face a 2024, essencialmente devido à redução do imposto sobre o rendimento apurado no final de 2025 (-43% face a 2024). Importa, contudo, assinalar que, apesar desta recuperação homóloga, o resultado líquido permanece abaixo dos níveis registados entre 2021 e 2023.

Ao nível dos indicadores de rentabilidade, o ROE e o ROA mantiveram-se em 3% em 2025, em linha com 2024, mas abaixo dos valores observados no início do período em análise. Esta evolução traduz uma menor rentabilidade dos capitais próprios e dos ativos face aos anos de 2021 a 2023, em coerência com a redução da margem EBITDA e com a pressão sobre os resultados operacionais.

O investimento ascendeu a 1,60 milhões de euros em 2025, representando um crescimento de 24,4% face a 2024 e uma taxa média anual de crescimento de 20,7% no período 2021-2025. Esta evolução evidencia o reforço do investimento realizado pela sociedade, depois de um ciclo de crescimento significativo desde 2021.

No que concerne à situação patrimonial, ainda relativamente às contas estatutárias, o ativo da sociedade ascendeu, no final de 2025, a 55,67 milhões de euros, traduzindo um crescimento de 1,3% face a 2024. Este valor encontra-se maioritariamente associado a ativos fixos e biológicos sob gestão, inventários e propriedades de investimento. A sociedade continua a não apresentar passivos financeiros remunerados, desenvolvendo a sua atividade num quadro de elevada sustentabilidade económica e solidez financeira. A autonomia financeira manteve-se muito robusta, situando-se em 91% em 2025, ligeiramente acima dos 90% registados em 2024 e em linha com os níveis observados desde 2021.

A dívida financeira líquida manteve-se negativa, atingindo -13,72 milhões de euros em 2025, o que compara com -12,32 milhões de euros em 2024. Esta evolução traduz uma posição líquida de tesouraria confortável e reforçada, apesar do aumento do investimento.

Para efeitos de consolidação das contas da PARPÚBLICA importa referir o impacto substancial da adoção das IFRS, uma vez que as contas estatutárias são apresentadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística. Este impacto verifica-se principalmente na rubrica de propriedades de investimento, cuja contabilização em SNC é efetuada pelo método do custo, enquanto o normativo IFRS determina o seu registo pelo justo valor.

Este facto implica, para efeitos de consolidação na PARPÚBLICA, um incremento do ativo no valor de 103,2 milhões de euros, do passivo em 18,85 milhões de euros e do capital próprio em 84,35 milhões de euros. Estes ajustamentos tiveram um impacto negativo de cerca de 4,59 milhões de euros no resultado líquido de 2025 para efeitos de consolidação na PARPÚBLICA, conduzindo a um resultado líquido negativo de 2,84 milhões de euros em consolidação, face ao resultado líquido positivo apurado nas contas estatutárias, no montante de 1,75 milhões de euros.

Produção de Moeda, Publicações e Produtos de Segurança

Este segmento de atividade integra apenas uma sociedade, a INCM – Imprensa Nacional Casa da Moeda (INCM), cujo capital social, no montante de 30 milhões de euros, é integralmente detido pela PARPÚBLICA.

A sociedade tem a seu cargo a produção de bens e serviços fundamentais ao funcionamento do Estado português, como a cunhagem de moeda metálica, a edição de publicações (quer publicações oficiais, quer edições de diversa natureza consideradas essenciais na cultura portuguesa e universal), a produção de documentos de segurança e a autenticação de artefactos de metais preciosos.

Indicador	FY21	FY22	FY23	FY24	FY25	CAGR 2021-2025	Var. 25-24 (% ou p.p.)
Volume de Negócios (€ '000)	98 604	118 034	119 301	138 966	135 955	8,4%	-2,2%
Gastos Operacionais (€'000)	71 836	82 426	86 814	92 383	96 266	7,6%	4,2%
EBITDA (€ '000)	27 160	35 145	38 448	42 979	39 800	10,0%	-7,4%
Margem EBITDA (%)	27,5%	29,8%	32,2%	30,9%	29,3%		
Resultado Líquido (€ '000)	15 493	20 362	21 690	24 090	20 981	7,9%	-12,9%
ROE (%)	14,8%	15,5%	11,3%	11,2%	8,9%		
ROA (%)	9,3%	11,2%	8,7%	9,0%	7,4%		
Autonomia Financeira (%)	62,5%	72,1%	76,4%	80,4%	82,3%		
Dívida Financeira Líquida (€ '000)	(20 729)	(26 736)	(22 891)	(36 628)	(50 177)	24,7%	37,0%
Dívida Líquida/EBITDA	(0,76)	(0,76)	(0,60)	(0,85)	(1,26)		
Prazo Médio de Recebimentos (dias)	56	69	31	23	31	-13,7%	34,8%
Prazo Médio de Stocks (dias)	94	84	106	94	88	-1,6%	-6,4%
Prazo Médio de Pagamentos (dias)	30	33	27	17	21	-8,5%	23,5%
CAPEX (€ '000)	19 430	14 993	14 622	14 993	11 145	-13,0%	-25,7%
Rácio de Eficiência Operacional Ajustado (%)	n.a.	n.a.	n.a.	66,3%	68,2%		

Apesar do contexto geral de crescimento do Volume de Negócios nos últimos 5 anos, o ano de 2025 vem quebrar essa tendência, tendo-se verificado uma ligeira diminuição de 2,2%, para 136 milhões de euros, sobretudo assente na evolução do mercado interno, sendo de assinalar a erosão da procura no mercado nacional de alguns produtos físicos tradicionais da área de Identificação, mas também a oscilação na procura de moeda corrente.

Assim, se por um lado se verificou uma ligeira deterioração da Margem Bruta, por via dos aumentos generalizados nos custos de produção e das matérias, por outro, a elevada rigidez da estrutura de custos não permitiu um ajustamento à redução da atividade, o que levou a uma deterioração do desempenho operacional da INCM, que se materializou numa redução do EBITDA de 43 milhões de euros em 2024 para 39,8 milhões de euros em 2025, assim como da sua prestação global, com uma redução da Rentabilidade Líquida das Vendas de 17,3% em 2024 para 15,4% em 2025.

Contudo, apesar desta deterioração da atividade operacional em 2025, a INCM continua a apresentar níveis de rentabilidade assinaláveis e uma grande capacidade de libertação de fundos.

A sociedade apresenta uma posição financeira bastante sólida, com o financiamento do seu Ativo assente essencialmente em fundos próprios, como espelha a sua robusta Autonomia Financeira de 82,3%, e com uma Dívida Líquida altamente negativa (de -50,2 milhões de euros).

Por outro lado, a libertação operacional permitiu financiar os pesados investimentos anuais e, ainda assim, acumular elevados montantes de liquidez. Em 2025 o investimento em capital fixo ascendeu a 11,1 milhões de euros, correspondente a uma taxa de execução de 65,6% face ao previsto no PAO 2025, muito por conta do adiamento do Projeto Colômbia.

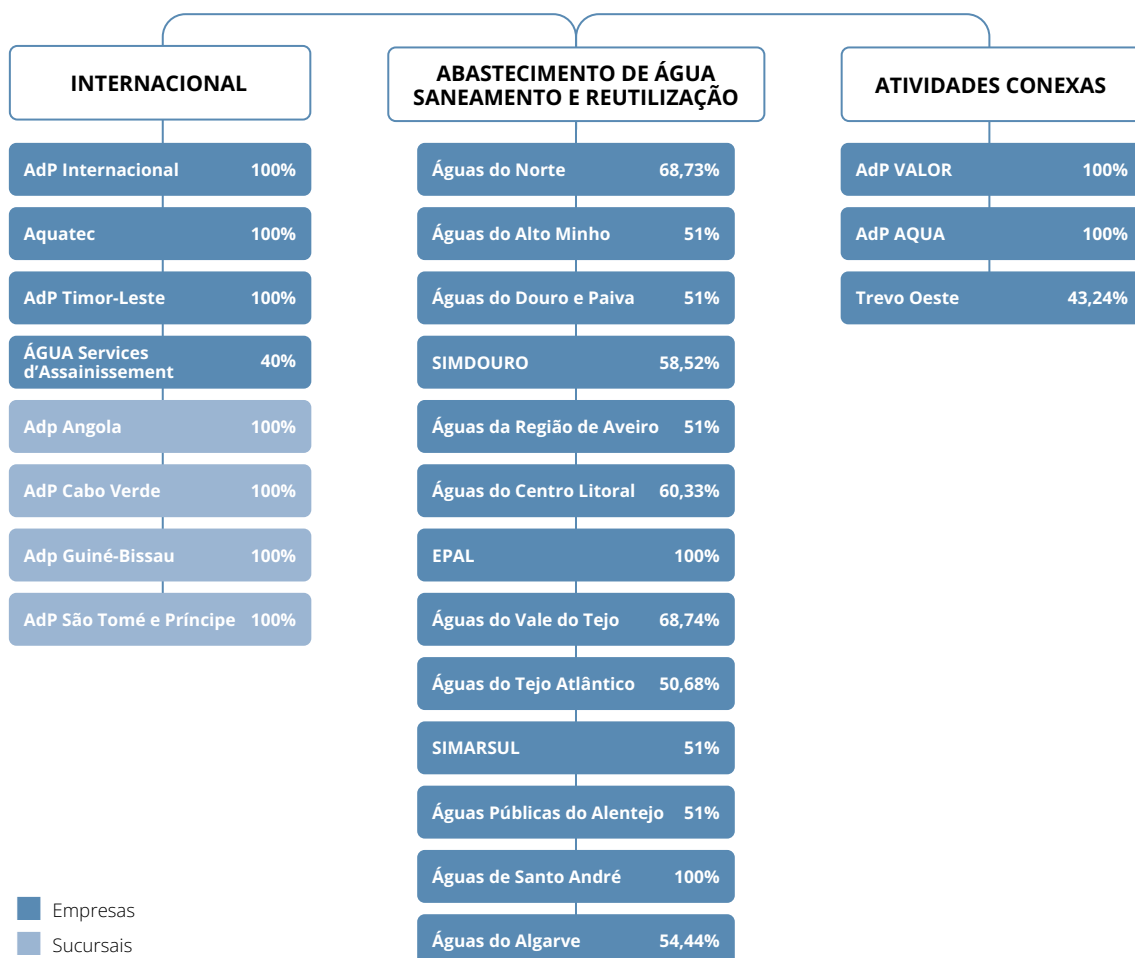
A sazonalidade do ciclo operacional da INCM atingiu, em 2025, um pico de esforço de tesouraria em novembro (correspondente à utilização de 14,1 milhões de euros de disponibilidades), tendo o seu PMR no ano conhecido um crescimento importante, sendo de destacar a este respeito à evolução do saldo do cliente AIMA e dos montantes a receber dos Camarões.

Em conclusão, no exercício de 2025, em face do bom desempenho operacional evidenciado (embora abaixo do ano anterior) continuou a ser possível cobrir os elevados fluxos de investimento e de financiamento (especialmente dividendos pagos) e reforçar significativamente o nível de disponibilidades da sociedade.

Águas

O Grupo AdP, cuja é a Águas de Portugal, SGPS, S.A., integra o setor empresarial do Estado, sendo a PARPÚBLICA titular de 100% do capital social da holding desde 26 de dezembro de 2025. O Grupo desenvolve a sua atividade principalmente na gestão integrada do ciclo urbano da água, assegurando operações de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público, bem como recolha, transporte, tratamento e rejeição de águas residuais urbanas e industriais. Paralelamente, prossegue iniciativas ligadas à economia circular, reutilização de água, valorização energética e desenvolvimento de soluções de sustentabilidade hídrica e ambiental.

Conforme se constata da análise do Organograma seguinte, o Grupo AdP, a 31 de dezembro de 2025, era constituído por 21 sociedades, das quais 13 entidades gestoras de sistemas de abastecimento de água e/ou de tratamento de águas residuais, dedicando-se as restantes a atividades conexas e a mercados internacionais.



Indicador	FY21	FY22	FY23	FY24	FY25	CAGR 2021-2025	Var. 25-24 (% ou p.p.)
Volume de Negócios (€ '000)	725 190	742 721	790 521	830 247	866 929	4,6%	4,4%
Gastos Operacionais (€'000)	343 700	352 400	436 400	451 200	476 000	8,5%	5,5%
EBITDA (€ '000)	378 900	386 500	348 700	375 700	390 734	0,8%	4,0%
Margem EBITDA (%)	52,2%	52,0%	44,1%	45,3%	45,1%	-3,6%	-0,4%
Resultado Líquido (€ '000)	83 285	100 339	102 519	102 725	107 925	6,7%	5,1%
ROE (%)	4,7%	5,4%	5,6%	5,3%	5,3%	3,2%	0,2%
ROA (%)	1,4%	1,6%	1,7%	1,7%	1,8%	7,3%	4,9%
Autonomia Financeira (%)	28,9%	29,5%	30,6%	32,3%	33,8%	4,0%	1,5%
Dívida Financeira Líquida (€ '000)	1 364 040	1 236 800	1 325 060	1 202 240	1 093 960	-5,4%	-9,0%
Rácio Dívida/EBITDA	3,6	3,2	3,8	3,2	2,8	-6,1%	-12,5%
Prazo Médio de Pagamentos (dias)	231	257	197	188	185	-5,4%	-1,4%
CAPEX (€ '000)	155 800	237 800	218 300	196 200	266 900	14,4%	36,0%
Rácio de Eficiência Operacional (%)	47,4%	47,4%	55,2%	54,3%	54,9%	3,7%	-1,0%

O contexto operacional de 2025 caracterizou-se por um crescimento da atividade consolidada, suportado sobretudo pelo aumento dos caudais faturados e pelos efeitos da atualização tarifária ocorrida no setor. O Volume de Negócios consolidado ascendeu a 867 milhões de euros, representando uma variação de 4,4% face ao exercício anterior. Este crescimento permitiu compensar parcialmente o aumento dos gastos operacionais, particularmente ao nível de gastos com pessoal e resíduos e efluentes, num contexto de pressão inflacionista e de aumento dos custos operacionais do setor.

O EBITDA consolidado atingiu 391 milhões de euros, refletindo uma evolução de 4,0% face ao exercício anterior, beneficiando do crescimento do Volume de Negócios e da manutenção de níveis de eficiência operacional globalmente positivos no universo das sociedades do Grupo. O Resultado Líquido consolidado atribuível aos acionistas da AdP ascendeu a 108 milhões de euros, correspondendo a uma variação de 5,1% relativamente a 2024.

Apesar do contexto operacional exigente e da crescente pressão regulatória sobre o setor, o Grupo AdP manteve uma estrutura financeira sólida e equilibrada. A Autonomia Financeira consolidada situou-se em 33,8%, enquanto o rácio Dívida Financeira / EBITDA se fixou em 2,8x, permanecendo dentro dos limites definidos nos covenants financeiros associados ao financiamento do Banco Europeu de Investimento (BEI).

Em 2025, o Grupo AdP realizou um investimento global de 267 milhões de euros, sendo que, deste montante, 187 milhões de euros corresponderam a investimento operacional em infraestruturas, repartidos entre 85 milhões de euros em investimento novo e 102 milhões de euros em investimentos de reabilitação e substituição. Por área de atividade, o investimento distribuiu-se de forma equilibrada entre abastecimento de água (92 milhões de euros) e saneamento de águas residuais (95 milhões de euros). O investimento realizado em 2025 incluiu ainda integrações patrimoniais no valor de 77 milhões de euros, destacando-se a integração de infraestruturas do Sistema Integrado de Despoluição do Vale do Ave na Águas do Norte. Entre os principais projetos desenvolvidos no exercício salientam-se investimentos associados à resiliência hídrica, reutilização de água, neutralidade energética e reabilitação de sistemas estruturantes, enquadrados na estratégia do Grupo para a sustentabilidade ambiental e adaptação às alterações climáticas.

A AdP – Águas de Portugal, SGPS, SA, individualmente considerada, registou em 2025 um Resultado Líquido de 67 milhões de euros, correspondente a um ligeiro decréscimo de 3,3% face ao exercício anterior. O Volume de Negócios ascendeu a 21 milhões de euros, refletindo essencialmente as comissões de gestão debitadas às subsidiárias do Grupo AdP, verificando-se um crescimento de 4,1% face ao exercício anterior. Este contraste de evoluções é justificado essencialmente pela constituição de uma provisão, não prevista em sede de PAO, no montante de 3,1 milhões de euros, para fazer face à responsabilidade de quinhão do prejuízo gerado pela subsidiária AdP Internacional, tendo o exercício de 2025 sido marcado pelo acompanhamento do processo de reorganização da atividade internacional do Grupo AdP, na sequência das orientações emitidas pela tutela relativamente à futura estrutura da AdP Internacional.

Mercados Abastecedores

No segmento dos mercados abastecedores continuam integradas as cinco sociedades que compõem o grupo SIMAB: SIMAB, MARL, MARÉ, MARB e MARF.

A SIMAB, sociedade detida a 100% pela PARPÚBLICA, mantém-se como entidade responsável pela conceção, instalação, gestão, dimensionamento, revitalização e modernização dos mercados abastecedores e municipais. É acionista maioritária dos principais mercados abastecedores nacionais: 87,87% do capital social do Mercado Abastecedor da Região de Lisboa (MARL), 99,00% do capital social do Mercado Abastecedor da Região de Braga (MARB), 68,85% do capital social do Mercado Abastecedor da Região de Évora (MARÉ) e 95,35% do capital social do Mercado Abastecedor da Região de Faro (MARF).

Indicador	FY21	FY22	FY23	FY24	FY25	CAGR 2021-2025	Var. 25-24 (% ou p.p.)
Volume de Negócios / (€ '000)	17 150	17 288	18 348	19 725	19 685	3,5%	-0,2%
Gastos Operacionais (€'000)	5 064	5 361	5 545	5 727	6 042	4,5%	5,5%
EBITDA (€ '000)	12 348	11 763	13 105	14 508	14 412	3,9%	-0,7%
Margem EBITDA (%)	72%	68%	71%	74%	73%	0,4%	-0%
Resultado Líquido (€ '000)	5 706	6 971	5 656	6 808	7 133	5,7%	4,8%
ROE (%)	6%	7%	5%	6%	6%	-0,5%	-1%
ROA (%)	4%	5%	4%	5%	5%	7%	4%
Autonomia Financeira (p.p.)	61%	67%	71%	77%	81%	7,3%	4%
Dívida Financeira Líquida (€ '000)	33 005	25 814	19 517	12 302	3 368	-43,5%	-72,6%
Rácio Dívida Líquida/EBITDA	2,7	2,2	1,5	0,8	0,2	-45,6%	-72,4%
Prazo Médio de Pagamentos (dias)	37	33	33	37	30	-5,7%	-20,4%
CAPEX (€ '000)	3 459	3 251	1 961	1 557	1 721	-16,0%	10,5%
Rácio de Eficiência Operacional (p.p.)	30%	31%	30%	29%	31%	1,0%	1,7%

Apesar de um crescimento moderado do volume de negócios ao longo do período em análise, o Grupo SIMAB evidenciou uma trajetória global sólida e consistente, atingindo 19,7 milhões de euros em 2025 (CAGR 2021-2025: 4%), ainda que com uma ligeira contração marginal face ao ano anterior. Esta evolução reflete um crescimento sustentado até 2024, seguido de um movimento de estabilização da atividade em 2025, num contexto marcado por pressões inflacionistas, instabilidade nas cadeias de abastecimento e aumento dos custos energéticos.

Ao nível da rentabilidade operacional, o Grupo SIMAB mantém um desempenho estruturalmente muito robusto, com o EBITDA a atingir 14,4 milhões de euros em 2025, em linha com o ano anterior. A margem EBITDA permanece em níveis muito elevados (73%), evidenciando a elevada eficiência do modelo de negócio, bem como a capacidade do Grupo em preservar níveis de rentabilidade operacional, mesmo num contexto macroeconómico adverso. Este desempenho reflete, em particular, o impacto positivo das medidas de gestão implementadas e da nova estratégia comercial associada à renegociação contratual com os operadores.

O resultado líquido acompanha esta trajetória positiva, atingindo 7,1 milhões de euros em 2025, o valor mais elevado registado pelo Grupo SIMAB, traduzindo um crescimento de 4,8% face a 2024 e consolidando a evolução favorável dos últimos anos (CAGR: 6%). Este desempenho evidencia a capacidade do Grupo SIMAB em gerar resultados líquidos sustentáveis, suportados por uma base operacional estável e por uma gestão eficiente dos custos, apesar do contexto desafiante.

Ao nível da estrutura financeira, destaca-se uma melhoria contínua e muito significativa dos principais indicadores de solidez. A autonomia financeira atinge 81% em 2025, refletindo um reforço consistente dos capitais próprios, enquanto a dívida financeira líquida apresenta uma redução muito expressiva, fixando-se em 3,4 milhões de euros no final do exercício. Esta evolução traduz-se num rácio Dívida/EBITDA de apenas 0,2x, evidenciando uma posição de reduzido financiamento externo e uma elevada capacidade de autofinanciamento.

No que respeita ao ciclo operacional, observa-se uma evolução favorável da gestão de tesouraria, com uma redução significativa dos prazos médios de recebimento para 15 dias, contribuindo positivamente para a liquidez do Grupo. Os prazos médios de pagamento apresentam igualmente uma tendência de redução, situando-se em 44 dias, reforçando uma posição financeira equilibrada.

O exercício de 2025 ficou ainda marcado por um evento de elevada relevância estratégica no Grupo SIMAB, em particular na MARL, associado ao processo de renovação contratual de mais de 500 operadores, cujos contratos atingiram o termo do prazo de 25 anos. Este processo, de elevada complexidade, foi conduzido de forma estruturada e alinhada com os objetivos estratégicos da sociedade, tendo resultado na definição de novas condições contratuais assentes em princípios de sustentabilidade económico-financeira, eficiência operacional e modernização das infraestruturas.

A implementação da nova estratégia comercial, decorrente deste processo, permitiu assegurar a manutenção e o reforço das margens operacionais, contribuindo para garantir a viabilidade económico-financeira da sociedade no médio e longo prazo, num novo ciclo contratual de 25 anos. Não obstante a exigência do processo negocial, a sociedade manteve uma trajetória de consolidação dos seus principais indicadores económicos e financeiros.

Por fim, o investimento apresenta uma tendência global decrescente ao longo do período (CAGR: -16%), ainda que com alguma recuperação em 2025 (1,7 milhões de euros), refletindo a continuidade dos esforços de modernização e requalificação das infraestruturas, com crescente enfoque na sustentabilidade ambiental e na eficiência energética. Esta evolução sugere uma fase de menor intensidade de investimento após ciclos anteriores mais exigentes, mantendo-se, contudo, o compromisso com a melhoria contínua das condições operacionais dos mercados.

Diversos

No segmento denominado Diversos estão considerados os ativos e os passivos das sociedades CE-Circuito Estoril e SAGESECUR, as quais, pelas suas características e dimensão, não justificam a consideração de um segmento autónomo, nem se enquadram nos restantes. Este segmento detém um peso residual, em particular em relação aos ativos consolidados do Grupo. Em 2025 o conjunto das sociedades deste segmento apresentaram um resultado positivo na ordem dos 2.831 mil euros, menos 3.301 mil euros do que o registado no ano anterior.

CE-CIRCUITO ESTORIL

Indicador	FY21	FY22	FY23	FY24	FY25	CAGR 2021-2025	Var. 25-24 (% ou p.p.)
Volume de Negócios / (€ '000)	889	1 783	2 230	3 083	2 172	25,0%	-29,6%
Gastos Operacionais (€'000)	-1 652	-1 867	-1 623	-2 171	-1 759	1,6%	-19,0%
EBITDA (€ '000)	-740	256	372	971	-18	-60,5%	-101,9%
Margem EBITDA (%)	-83%	14%	17%	31%	-1%	-	-
Resultado Líquido (€ '000)	-840	-86	-66	1 838	-594	-8,3%	-132,3%
ROE (%)	6%	-1%	-1%	13%	-4%	-	-
ROA (%)	-5%	-1%	0%	11%	-3%	-	-
Autonomia Financeira (p.p.)	85%	80%	78%	84%	82%	-	-
Dívida Financeira Líquida (€ '000)	-727	-1 363	-2 334	-2 049	-1 634	22,5%	-20,3%
Rácio Dívida Líquida/EBITDA	1,0	-5,3	-6,3	-2,1	90,8	210,1%	-4 400,1%
Prazo Médio de Pagamentos (dias)	37	31	53	36	36	-0,7%	0,0%
CAPEX (€ '000)	428	506	129	281	193	-18,1%	-31,3%
Rácio de Eficiência Operacional (p.p.)	-186%	-105%	-73%	-70%	-81%	-	-

No exercício de 2025, a Circuito Estoril, S.A. registou uma deterioração significativa do desempenho operacional, refletindo essencialmente a ausência de eventos de grande dimensão que haviam marcado positivamente o exercício anterior. O Volume de Negócios fixou-se em cerca de 2,17 milhões de euros, o que representa uma diminuição de aproximadamente 30% face a 2024, explicada maioritariamente pela não repetição de um evento de longa duração e pela redução do número de dias de utilização da pista. Esta quebra de atividade teve um impacto direto na capacidade da sociedade para absorver custos fixos.

O EBITDA apresentou um valor ligeiramente negativo (-18 mil euros), contrastando de forma acentuada com o resultado robustamente positivo alcançado em 2024. Para além da redução do volume de proveitos, este desempenho foi influenciado por fatores extraordinários, nomeadamente regularizações fiscais, e por uma menor eficiência operacional resultante da menor escala de atividade. Consequentemente, o Resultado Líquido do exercício foi negativo, situando-se em cerca de -594 mil euros, revertendo o desempenho excecional do ano anterior.

Apesar deste enquadramento desfavorável ao nível da rentabilidade, a situação financeira da sociedade mantém-se sólida. A autonomia financeira ascendeu a aproximadamente 82%, evidenciando uma estrutura de capitais fortemente assente em capitais próprios e uma reduzida dependência de financiamento externo. A Circuito Estoril, S.A. não apresenta endividamento bancário, registando uma posição de dívida financeira líquida negativa, suportada por níveis confortáveis de tesouraria e por financiamento estável sob a forma de suprimentos da acionista.

O investimento realizado no exercício foi moderado, totalizando cerca de 193 mil euros, refletindo uma política prudente de CAPEX, ajustada ao contexto de menor atividade e orientada para a preservação da liquidez.

SAGESECUR

Indicador	FY21	FY22	FY23	FY24	FY25	CAGR 2021-2025	Var. 25-24 (% ou p.p.)
Volume de Negócios (€ '000)	7 104	7 104	7 104	9 109	8 905	6%	-2%
Gastos Operacionais (€'000)	40	40	41	42	79	19%	89%
Outros Resultados (€'000)	1 168	1 078	932	1 017	822	-8%	-19%
Clientes	728	728	728	2 592	0		
EBITDA (€ '000)	8 272	8 182	8 036	10 126	9 726	4%	-4%
Margem EBITDA (%)	116%	115%	113%	111%	109%	-2%	-2%
Resultado Líquido (€ '000)	2 637	2 363	393	4 294	3 448	7%	-20%
ROE (%)	6%	5%	1%	9%	7%	1%	-25%
ROA (%)	3%	3%	0%	7%	5%	14%	-19%
Autonomia Financeira (%)	49%	50%	50%	74%	80%	13%	8%
Dívida Financeira Líquida (€ '000)	22 307	21 878	14 026	8 662	4 652	-32%	-46%
Rácio Dívida/EBITDA	3	3	2	1	0	-35%	-44%
Prazo Médio de Recebimentos (dias)	37	37	37	104	0	-100%	-100%
Prazo Médio de Pagamentos (dias)	32	42	11	0	37	4%	0%
Investimento (CAPEX) (€ '000)	8 589	6 616	100	1 857	3 688	-19%	99%
Rácio de Eficiência Operacional (%)	1%	1%	1%	0%	1%	12%	-93%

No exercício de 2025 a SAGESECUR manteve um desempenho económico-financeiro sólido, ainda que em normalização face ao resultado excecional registado em 2024. O Volume de Negócios ascendeu a cerca de 8,9 milhões de euros, refletindo uma ligeira diminuição face ao exercício anterior, essencialmente explicada pelo facto de 2024 ter incorporado um acerto extraordinário e não recorrente no âmbito do contrato de locação do material circulante à Fertagus.

O EBITDA manteve-se em níveis muito elevados, cifrando-se em cerca de 9,7 milhões de euros, embora ligeiramente inferior ao de 2024. O Resultado Líquido fixou-se em aproximadamente 3,4 milhões de euros, permanecendo claramente positivo e confirmando a forte capacidade de geração de resultados, ainda que em linha com uma trajetória de normalização após um ano de desempenho extraordinário.

A estrutura financeira da SAGESECUR continuou a reforçar-se em 2025, com uma autonomia financeira próxima de 80%, sustentada por capitais próprios que ultrapassaram os 52 milhões de euros. Esta evolução reflete a acumulação de resultados positivos ao longo dos últimos exercícios e traduz uma reduzida dependência de financiamento externo, conferindo elevada robustez patrimonial.

Ao nível do endividamento, prosseguiu a estratégia de redução da dívida, com a dívida financeira líquida a diminuir para cerca de 4,7 milhões de euros. Esta evolução resulta, sobretudo, de reembolsos significativos de suprimentos à acionista, permitindo uma melhoria expressiva dos rácios de alavancagem e uma redução substancial do risco financeiro.

O investimento realizado em 2025 totalizou cerca de 3,7 milhões de euros, refletindo um reforço do CAPEX face ao exercício anterior, maioritariamente associado às grandes reparações do material circulante. Este nível de investimento mostrou-se plenamente compatível com a forte geração de caixa do exercício.

4. Eventos Supervenientes

Após o encerramento do exercício de 2025, registaram-se desenvolvimentos relevantes no âmbito da atividade da PARPÚBLICA - Participações Públicas (SGPS), S.A., em linha com a estratégia de reorganização e racionalização do Setor Empresarial do Estado (SEE). O Despacho n.º 167/2026-SETF determinou a transferência para a PARPÚBLICA de um conjunto de participações minoritárias anteriormente detidas pela Entidade do Tesouro e Finanças, no montante global aproximado de 403 mil euros, medida enquadrada na consolidação da carteira de ativos e na compensação de responsabilidades financeiras entre o Estado e a *holding*.

De salientar, no âmbito do processo de reprivatização da TAP - Transportes Aéreos Portugueses, S. A., relativamente ao qual a PARPÚBLICA foi incumbida de instruir o procedimento de venda direta de ações representativas de até 44,9 % do capital social da mencionada sociedade, (i) a apresentação, em 2 de abril de 2026, pela Air France-KLM, S. A., e pela Deutsche Lufthansa Aktiengesellschaft das respetivas propostas não vinculativas e (ii) a seleção das referidas entidades para integrar a terceira etapa da venda direta de referência e o envio às mesmas, dando cumprimento ao determinado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 75-B/2026, de 27 de abril, de convites para apresentarem as respetivas propostas vinculativas. Encontra-se a decorrer o prazo estabelecido no Caderno de Encargos aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 141-B/2025, de 22 de setembro para a apresentação das mencionadas propostas vinculativas.

5. Agradecimentos

No quadro de uma atividade complexa, diversificada e exigente, o desempenho da PARPÚBLICA, enquanto *holding*, beneficiou decisivamente do apoio e da orientação esclarecida do acionista, na pessoa do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e Finanças.

Naturalmente, importa, neste contexto, um agradecimento especial à Entidade do Tesouro e Finanças, bem como a outras entidades públicas, seja no âmbito da supervisão, seja enquanto parceiros, pelo apoio e cooperação institucional.

Também os restantes Órgãos Sociais, e em especial a Comissão de Auditoria e o Revisor Oficial de Contas, são merecedores do nosso agradecimento pela permanente disponibilidade e apoio que nos concederam ao longo do ano.

O Conselho de Administração, e cada um dos seus membros, reconhece também o contributo inestimável dos gabinetes ministeriais do Ministério das Finanças e de outras áreas governamentais setoriais, com as quais a atividade da PARPÚBLICA se cruza.

Há ainda outras entidades, públicas e privadas, com as quais a PARPÚBLICA se relaciona – designadamente no processo de reprivatização da TAP, S.A., às quais agradecemos a parceria e competência.

Os Administradores e Colaboradores das sociedades participadas tiveram um papel determinante na concretização dos objetivos do Grupo e são, por tal, igualmente merecedores do nosso agradecimento.

Acreditamos que em qualquer organização, todos são importantes, sendo que os resultados alcançados se devem, também e sobretudo, a todos Colaboradores da PARPÚBLICA e, por isso, uma palavra de reconhecimento pelo trabalho desenvolvido.

6. Proposta de Aplicação de Resultados

As demonstrações financeiras separadas relativas ao exercício concluído em 31 de dezembro de 2025 apresentam um resultado líquido positivo de 53 475 577,81 euros.

O Conselho de Administração, nos termos da alínea f) do n.º 5 do artigo 66º e para efeitos da alínea b) do n.º 1 do artigo 376º, ambos do Código das Sociedades Comerciais, propõe que o resultado líquido apurado no exercício de 2025, no montante 53 475 577,81 euros, tenha a seguinte aplicação:

- Dividendos: 13 368 894,45 euros
- Resultados transitados: 40 106 683,36 euros

Lisboa, em 22 de junho de 2026

O Conselho de Administração

Joaquim Cadete

Presidentte

João Pinhão

Vice -Presidente

Cristina Carvalho

Vogal Executiva

João Ferreira

Vogal Executivo

Filipa Franco

Vogal Executiva

Pedro Fontes Falcão

Vogal Não Executivo e Presidente da Comissão de Auditoria

Rita Domingues da Cunha Leal

Vogal Não Executiva e Membro da Comissão de Auditoria

José Miguel Azevedo Rodrigues

Vogal Não Executivo e Membro da Comissão de Auditoria

CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

Introdução

O presente capítulo, relativo ao cumprimento das Orientações Legais, visa dar resposta às orientações definidas nas instruções da Entidade do Tesouro e Finanças (ETF), comunicadas através do Ofício com a referência SAI/2026/904, de 26 de janeiro de 2026, para efeitos de elaboração dos documentos de prestação de contas do exercício de 2025.

1. Objetivos de Gestão e Plano de Atividades e Orçamento

Orientações Estratégicas

A PARPÚBLICA, para além das orientações consubstanciadas no artigo 38º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, não foi destinatária de outras orientações específicas relativamente à sua atividade, nem foram contratualizados com os respetivos gestores objetivos específicos.

Na elaboração da Proposta de PAO para 2025 a PARPÚBLICA assumiu, para além do cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, a manutenção das principais linhas estratégicas e o cumprimento das orientações já definidas nesse âmbito, as quais assentam nos pontos infra explicitados, não se tendo incorporado, durante o exercício de 2025, novas opções estratégicas:

- (i) na gestão da respetiva carteira (com exceção da aquisição da participação social que a Caixa Geral de Depósitos, S.A. detinha na AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A.) e no exercício da função acionista e
- (ii) no aprofundamento do apoio técnico às sociedades do SEE e ao Ministério das Finanças (com exceção da incumbência relativa à instrução do procedimento de alienação de ações representativas de até 44,9 % do capital social da TAP- Transportes Aéreos Portugueses, S. A. e à prestação ao Conselho de Ministros toda a assistência necessária para a condução do mesmo).

Em 2025 foi possível, conforme a seguir se detalha, continuar a dar passos importantes no sentido da sua concretização, consolidando o que foi sendo alcançado ao longo dos últimos anos.

(i) Gestão da Carteira e Função Acionista

Dada a natureza da sociedade, uma das atividades centrais da PARPÚBLICA é a gestão de participações financeiras, tendo sido definido como um dos objetivos centrais da Gestão o aprofundamento dos mecanismos de acompanhamento das participadas e o reforço do papel da PARPÚBLICA no âmbito

das políticas relacionadas com a gestão dos ativos públicos, mobiliários e imobiliários. Neste sentido, a gestão da carteira tem sido efetuada tendo por base três focos principais:

- (i) salvaguardar o valor das participadas e assegurar o seu alinhamento estratégico com as orientações definidas nos termos do Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro;
- (ii) alienar as participações que não correspondem a um interesse estratégico público, dando cumprimento a orientações específicas da tutela;
- (iii) contribuir para a racionalização da carteira de participações públicas, nomeadamente em relação a sociedades nas quais a PARPÚBLICA também seja acionista, dando cumprimento a orientações específicas da tutela.

Em 2025 a PARPÚBLICA reafirmou o seu papel enquanto holding central do setor empresarial do Estado, garantindo a gestão integrada das participações públicas por si detidas e o exercício da função acionista em sociedades estratégicas para a economia nacional.

A carteira de participações manteve-se globalmente estável ao longo de onze meses.

Em dezembro, foi concretizada uma alteração estrutural relevante na carteira de participações da holding, com a aquisição do remanescente de 19% do capital social da AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A. (AdP) à Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD) pelo preço de 375,5 milhões de euros, a que acresce o montante de 4,7 milhões de euros correspondente à parcela dos dividendos de 2025 atribuível à CGD por referente ao período anterior à celebração do contrato de aquisição. A operação de aquisição em causa foi submetida, nos termos legais, a visto prévio do Tribunal de Contas, o qual foi concedido em 22 de dezembro de 2025. Esta transação permitiu consolidar a centralização de ativos estratégicos no perímetro do grupo, reforçando a presença do Estado em setores críticos para o país.

A atuação da PARPÚBLICA em 2025 continuou a evidenciar o seu compromisso com a eficiência, a transparência e a valorização do património público, assegurando que as sociedades do setor empresarial do Estado continuem a contribuir de forma sustentável para o desenvolvimento económico nacional.

Em síntese, o exercício de 2025 caracterizou-se como uma fase de consolidação estratégica para a PARPÚBLICA, marcada pela estabilidade global da respetiva carteira ao longo do ano e pela concretização, no final do período, da aquisição do remanescente da participação na AdP, reforçando o controlo sobre um ativo de natureza estratégica.

(ii) Aprofundamento do apoio técnico às sociedades do SEE e ao Ministério das Finanças

De acordo com as orientações estabelecidas, a PARPÚBLICA presta serviços no âmbito das suas competências, atendendo às solicitações que lhe são dirigidas.

No domínio do apoio institucional ao Ministério das Finanças, em 2025 a PARPÚBLICA continuou a implementar projetos de assistência técnica, assegurando suporte especializado nas áreas de gestão de participações públicas e orientação estratégica do portfólio do Estado

No âmbito do processo de reprivatização da TAP - Transportes Aéreos Portugueses, S. A., a PARPÚBLICA foi incumbida de instruir o procedimento de venda direta de ações representativas de até 44,9 % do capital social da mencionada sociedade, bem como de prestar ao Conselho de Ministros a assistência necessária para a condução do mesmo (Anexo I à Resolução do Conselho de Ministros n.º 141-B/2025, de 22 de setembro).

Simultaneamente, a PARPÚBLICA prosseguiu a monitorização de processos estratégicos relevantes, bem como iniciativas de racionalização e concentração de ativos, atuando em conformidade com critérios de solidez financeira e assegurando o alinhamento contínuo com os objetivos estratégicos definidos pelo acionista Estado.

Execução do Plano de Atividades e Orçamento 2025

O Plano de Atividades e Orçamento da PARPÚBLICA para o exercício de 2025 foi apresentado pelo Conselho de Administração e aprovado por deliberação do acionista datada de 25 de julho de 2025, com base no parecer favorável da UTAM (Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial) e no Despacho n.º 407/2025 do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e Finanças.

Tal como em exercícios anteriores, a execução da atividade da Sociedade não refletiu integralmente as estimativas inicialmente previstas no orçamento, em virtude da natureza específica da PARPÚBLICA enquanto holding e das limitações inerentes à previsão de determinadas componentes económico-financeiras. Em particular, assumem especial relevância as variações de justo valor de instrumentos financeiros, as eventuais perdas ou reversões por imparidade em participações financeiras e os efeitos de operações acionistas ou de funcionamento cuja concretização, calendário e impacto patrimonial podem diferir das previsões consideradas no PAO.

No exercício de 2025, as variações de justo valor dos ativos financeiros classificados como mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral geraram um impacto negativo no capital próprio, no montante aproximado de 81,9 milhões de euros, decorrente da desvalorização da GALP, SGPS, S.A. Este efeito encontra-se refletido nas rubricas Participações financeiras do ativo não corrente e Ajustamentos em ativos financeiros do capital próprio.

Por outro lado, a aquisição da participação remanescente de 19% do capital social da AdP constituiu uma operação estruturante do exercício, traduzindo-se contabilisticamente no aumento do valor das participações financeiras, por contrapartida da redução das disponibilidades e de outros ativos financeiros.

Indicadores	PAO 2025	Executado 2025	Desvio (+/-)	Observações/medidas
Resultado Líquido	50 444 946,66 €	53 475 577,81 €	3 030 631,15 €	
EBITDA	60 068 006,98 €	61 407 760,60 €	1 339 753,62 €	
Resultado Operacional ¹⁾ (EBIT)	59 527 518,42 €	61 035 268,53 €	1 507 750,11 €	
Volume de Negócios ²⁾	64 069 050,00 €	69 109 293,96 €	5 040 243,96 €	
Gastos Operacionais ³⁾	7 063 341,80 €	5 139 512,74 €	-1 923 829,06 €	
Gastos Operacionais/Volume de N.	11,02%	7,44%	-3,59 p.p.	
Endividamento ⁴⁾	20 103 561,63 €	120 621 369,80 €	100 517 808,17 €	
Dívida Financeira Líquida ⁵⁾ /EBITDA	-560,38%	111,75%	672,13 p.p.	
Disponibilidades ⁶⁾	356 714 617,87 €	52 001 106,93 €	-304 713 510,94 €	
... ⁷⁾	...	...	...	...

1) Resultado operacional líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor.

2) Detalhar e quantificar nas observações sempre que outras parcelas, para além de vendas e serviços prestados, são consideradas no cálculo do Volume de Negócios.

3) CMVMC, FSE e Gastos com Pessoal

4) Passivo remunerado

5) Por dívida financeira líquida entende-se o valor do endividamento deduzido das disponibilidades.

6) Caixa conforme Balanço

7) Adicionar linhas com a identificação de mais indicadores, designadamente de atividade, atendendo à natureza da empresa/setor de atividade.

Em 2025, a PARPÚBLICA apresentou uma execução superior ao previsto no PAO. O Volume de Negócios atingiu 69,1 milhões de euros, superando o valor orçamentado em cerca de 5,0 milhões de euros. Os Gastos Operacionais situaram-se em 5,1 milhões de euros, abaixo do montante previsto em cerca de 1,9 milhões de euros, o que permitiu reduzir o rácio Gastos Operacionais/Volume de Negócios de 11,02% previsto no PAO para 7,44% em execução.

Esta evolução refletiu-se positivamente nos principais indicadores de resultados. O Resultado Operacional (EBIT) ascendeu a 61 milhões de euros, o EBITDA a 61,4 milhões de euros e o Resultado Líquido a 53,5 milhões de euros, valores superiores aos previstos no PAO em, respetivamente, 1,5 milhões de euros, 1,3 milhões de euros e 3,0 milhões de euros.

A estrutura financeira registou alterações relevantes face ao previsto no PAO, decorrentes, em particular, da aquisição da participação adicional na AdP, bem como da não concretização da recompra de obrigações que se encontrava prevista, em termos semelhantes à operação realizada em 2023. No final do exercício, as disponibilidades ascenderam a 52 milhões de euros, valor inferior em 304,7 milhões de euros do que o previsto no PAO, enquanto o endividamento se manteve em 120,9 milhões de euros, em linha com a estratégia de gestão de tesouraria e do perfil de maturidade da dívida.

O rácio Dívida Financeira Líquida/EBITDA fixou-se nos 111,75%, refletindo um agravamento da posição financeira líquida face ao cenário previsto.

Em síntese, a execução de 2025 evidenciou um desempenho económico-operacional favorável face ao orçamentado, com resultados superiores aos objetivos definidos e uma estrutura de custos inferior à prevista. Simultaneamente, a evolução da posição financeira reflete o impacto de decisões acionistas e operações estruturantes concretizadas no exercício, designadamente o reforço da posição da PARPÚBLICA em ativos estratégicos, exigindo a manutenção de uma gestão prudente da liquidez, do endividamento e do perfil de financiamento da Sociedade.

Os desafios associados ao modelo de negócio da PARPÚBLICA, enquanto holding pública responsável pela gestão de participações sociais, continuam a centrar-se no acompanhamento ativo das sociedades participadas, na preservação e valorização da carteira de participações, na monitorização da estrutura de custos e na adequação dos meios financeiros disponíveis ao cumprimento do seu mandato institucional e das orientações que, em cada momento, sejam definidas pela tutela.

Autorizações concedidas em sede de análise e aprovação do PAO 2025-2027 e/ou autorizações autónomas

Autorização Concedida	Despacho Autorizador	Indicar o limite/montante autorizado para 2025
Gastos operacionais em 2025	Despacho n.º 407/2025-SETF	Aumento dos gastos operacionais em 2025 até ao limite de 7,063 milhões de euros
Contratação de trabalhadores	Despacho n.º 407/2025-SETF	Contratação de 3 trabalhadores em 2025: 1 analista para a área de TI e 2 juristas seniores; limite do total de trabalhadores em 39
Substituição de 2 viaturas	Despacho n.º 407/2025-SETF	Substituição de 2 viaturas não operacionais por 2 viaturas em regime de aluguer operacional (AOV) — uma AOV híbrida/eléctrica para substituir contrato iniciado em 2019 e outra AOV para substituir viatura própria com alta quilometragem.
Dispensa do cumprimento da UTE	SGC-55/2025 de 25/06/2025	Para 2025: valores necessários ao carregamento dos cartões pré-pagos (refeições). A partir de 2026, este serviço deverá ser prestado sem conta na banca comercial. Para o biénio 2025-2026: • Custódia de títulos que não sejam de dívida pública; • Valores das garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados; • Valores estritamente necessários ao serviço dos empréstimos bancários contraídos (pagamento de juros, amortizações e comissões associadas, nas datas contratuais previstas).

No âmbito da aprovação do Plano de Atividades e Orçamento 2025–2027, por despacho do Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças (Despacho n.º 407/2025SETF), foram autorizadas as seguintes medidas, necessárias à continuidade operacional da holding em 2025: (i) aumento dos gastos operacionais até ao limite de 7,063 milhões de euros; (ii) contratação de três trabalhadores – um analista de TI e dois juristas seniores – com o quadro de pessoal limitado a 39 postos (excluídos os órgãos sociais); e (iii) substituição de duas viaturas não operacionais por duas viaturas em regime de aluguer operacional (AOV), incluindo uma viatura híbrida/eléctrica para renovação de contrato iniciado em 2019 e uma viatura em AOV para substituir um veículo da sociedade com elevada quilometragem. Estas autorizações visavam assegurar a gestão eficiente e a operacionalidade corrente da PARPÚBLICA ao longo de 2025.

Adicionalmente, e nos termos da Informação SGC-55/2025, de 25/06/2025, do IGCP - Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, E.P.E. (IGCP), foi concedida à PARPÚBLICA a dispensa parcial do cumprimento da Unidade de Tesouraria do Estado, nos seguintes termos: a) para 2025, autorização para movimentação dos montantes necessários ao carregamento de cartões prépagos (refeições), sendo que, a partir de 2026, tal serviço deverá ser prestado sem recurso a conta na banca comercial; e b) para o biénio 2025-2026, autorização limitada à custódia de títulos que não sejam de dívida pública, aos valores

de garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados e aos montantes estritamente necessários ao serviço de empréstimos bancários (juros, amortizações e comissões, nas datas contratuais). Todas as demais disponibilidades e aplicações financeiras da PARPÚBLICA devem ser obrigatoriamente movimentadas através de contas no IGCP. A dispensa é estritamente limitada aos valores indispensáveis ao cumprimento das obrigações contratuais específicas, nos termos do pedido apresentado pela Sociedade.

Execução do Orçamento SIGO/SOE

A PARPÚBLICA apresenta as suas demonstrações orçamentais em conformidade com a Norma Contabilística Pública (NCP) 26, emitida pela Comissão de Normalização Contabilística, no âmbito do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP). A NCP 26 entrou em vigor em 1 de janeiro de 2018, ao abrigo do n.º 1 do art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

Recursos Financeiros globais disponíveis em 2025 e principais fontes de financiamento

Análise global da Receita e da sua estrutura

Os recursos financeiros globais da PARPÚBLICA assentam fundamentalmente no recebimento de juros de suprimentos concedidos a sociedades subsidiárias, bem como de reembolsos dos referidos suprimentos, no recebimento de dividendos de subsidiárias e, ainda, no recebimento da contrapartida dos serviços prestados, incluindo ao Ministério das Finanças. Sendo a PARPÚBLICA uma Entidade Pública Reclassificada (EPR), caso as receitas cobradas sejam inferiores ao montante projetado da despesa, as necessidades de financiamento da sociedade serão supridas por transferências com origem no OE.

A 31 de dezembro de 2024 o capital social realizado ascendia a 1.960,5 milhões de euros, pelo que, considerando que o capital social da PARPÚBLICA é de 2.000 milhões de euros, naquela data ainda se encontrava por realizar um total de 39,5 milhões de euros, situação que no final de 2025 se mantinha.

Refira-se que, no final do ano 2024, as contas da PARPÚBLICA apresentavam um crédito sobre o Estado de 1.347,8 milhões de euros, resultante da entrega de receitas de privatizações ainda não compensadas, valor que no final de 2025 reduziu para 1.219,5 milhões de euros.

O quadro seguinte apresenta resumidamente a execução orçamental da receita prevista versus arrecadada até final de 2025, analisando-se de seguida os principais desvios.

Análise da Receita

Controlo Orçamental de Receita – ano de 2025

Classificação económica		Previsões iniciais	Previsões corrigidas	Receitas liquidadas ano + liquidações transitadas anos anteriores	Receitas cobradas líquidas (ano e anos anteriores)	Receitas por cobrar no final do ano	Grau execução orçamental das receitas (Rec. cob. vs Prev. corrigidas)
Código	Descrição						
(1)	(2)	83)	(4)	(5)	(6)	(7) = (5) - (6)	(8) = (6) / (4)
FONTE DE FINANCIAMENTO 319:							
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	128 250 120	128 250 120	128 250 120	128 250 120	0	100%
10.03.01	Rec Impostos – Estado – Adm Central	128 250 120	128 250 120	128 250 120	128 250 120	0	100%
TOTAL FF 319		128 250 120	128 250 120	128 250 120	128 250 120	0	100%
FONTE DE FINANCIAMENTO 513:							
05	RENDIMENTOS DA PROPRIEDADE	66 569 420	66 683 998	81 252 818	70 661 375	10 591 442	106%
05.01.01	Públicas	124 618	124 618	699 924	255 896	444 028	205%
05.03.01	Juros – AC – SFA	0	24 681	24 680	24 680	0	100%
05.03.02	Administração Central – SFA	3 902 752	3 902 752	3 012 285	3 012 285	0	77%
05.07.01	Dividendos e Particip. Lucros de Soc.	62 542 050	62 542 050	77 426 031	67 278 618	10 147 414	108%
05.09.01	Participações nos lucros de AP		89 897	89 897	89 897	0	100%
07	VENDA BENS E SERV. CORRENTES	1 527 000	1 527 000	2 123 887	2 124 396	-510	139%
07.02.02	Prest. serv. – est., par., proj. e consultoria	1 000 000	1 000 000	0	0	0	0%
07.02.99	Outros	527 000	527 000	2 123 887	2 124 396	-510	403%
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	12 066 907	12 066 907	2 463 131	2 429 797	33 334	20%
08.01.99	Outras receitas correntes	12 066 907	12 066 907	2 463 131	2 429 797	33 334	20%
11	ATIVOS FINANCEIROS	1 400 000	1 750 330	1 100 330	1 100 330	0	63%
11.06.04	AP – AC – SFA	1 400 000	1 400 000	750 000	750 000	0	54%
11.11.01	outros Ativos Financeiros		350 330	350 330	350 330	0	0%
15	REP. N/ ABATIDAS NOS PAGAM.	0	2 427	5 421	5 421	0	n.a.
15.01.01	Rep. b/ abatidas nos pagamentos		2 427	5 421	5 421	0	n.a.
TOTAL FF 513		81 563 327	82 030 662	86 945 586	76 321 320	10 624 266	93%
FONTE DE FINANCIAMENTO 522:							
11	ATIVOS FINANCEIROS	0	236 300 000	236 300 000	236 300 000	0	100%
11.02.03	Títulos a curto prazo – Adm. Públicas -Estado		236 300 000	236 300 000	236 300 000	0	100%
16	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	0	12 539 640	12 539 640	12 539 640	0	100%
16.01.03	Na posse do serviço - Consignado		12 539 640	12 539 640	12 539 640	0	100%
TOTAL FF 522		0	248 839 640	248 839 640	248 839 640	0	100%
TOTAL FF 319 + 513 + 522		209 813 447	459 120 422	464 035 346	453 411 080	10 624 266	99%

Salientam-se *infra* os dividendos auferidos das sociedades subsidiárias do Grupo PARPÚBLICA presentes no agrupamento 05 – *Rendimentos da Propriedade*:

Empresa	Previsões recebimentos PAO 2025 jan-dez 2025 (1)	Rendimento ilíquido jan-dez 2025 (2)	Retenção na Fonte jan-dez 2025 (3)	Recebimento por conta do apuramento do IRC de 2024 (4)	Executado jan-dez 2025 (rendimento líquido) (5)	Var Executado vs PAO 2025 jan-dez 2025 (6) = (5) - (1)
Dividendos						
AdP – Águas de Portugal	22 275 000,00	22 275 000,00	0,00	0,00	22 275 000,00	0,00
INCM – Imprensa Nacional Casa da Moeda	4 096 403,00	5 000 000,00	0,00	0,00	5 000 000,00	903 597,00
Galp Energia, SGPS, SA	34 854 000,00	40 340 283,75	10 085 070,92	8 533 521,55	30 255 212,83	-4 598 787,17
Lisnave E.N.	0,00	188 972,42	47 243,10	117 922,35	141 729,32	141 729,32
NOS, SGPS, Sa	0,00	28,40	7,10	6,21	21,30	21,30
Companhia das Lezírias	900 000,00	396 209,18	0,00	0,00	396 209,18	-503 790,82
Fundiestamo	416 647,00	498 623,35	0,00	0,00	498 623,35	81 976,35
CTT	0,00	60 371,42	15 092,85	15 092,85	45 278,57	45 278,57
IHRU (ex-INH)	0,00	89 896,63	0,00	0,00	89 896,63	89 896,63
Total	62 542 050,00	68 849 385,15	10 147 413,97	8 666 542,96	58 701 971,18	-3 840 078,82

Incluso no agrupamento 05 – Rendimentos de Propriedade, encontramos a rubrica 05.03.02 – Administração Central – SFA afeta às EPR, designadamente, a SAGESECUR, que liquidou o remanescente dos juros de 2023 e parte dos juros de 2024 (3.012.284,81 €).

No agrupamento 10 – Transferências de Capital, na Fonte de Financiamento 319 foi registado um recebimento de 128.250.120 € para financiar parte da aquisição da participação no capital social da AdP (19%), também mencionado no capítulo da despesa, por contrapartida de redução da dívida do Estado para com a PARPÚBLICA.

A relatar que no agrupamento 11 – Ativos Financeiros, na Fonte de Financiamento (FF) 522, foi registada uma alteração orçamental que aumentou o orçamento de receita em 236 M€, na sequência do reembolso em janeiro p.p., por parte do IGCP, da aplicação financeira de curto prazo CEDIC – Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo, que se tinha realizado em dezembro de 2024, e que não estava previsto no orçamento.

A contribuir também para a execução do agrupamento acima referido, foi recebida uma amortização de suprimentos (750 mil de euros), tendo reduzido o endividamento da Sociedade SAGESECUR.

A receita cobrada no Agrupamento 15 – Reposições não abatidas nos pagamentos, refere-se a devoluções de fornecedores relativos a pagamentos efetuados no ano anterior.

Relativamente à execução do agrupamento 16 – Saldo da Gerência Anterior, na FF 522, dado o facto da PARPÚBLICA ter o estatuto de EPR, foi integrado em receita o valor transitado de 2024. Neste agrupamento foi autorizado, parcialmente, para aplicação em despesa em ativos financeiros, por Despacho n.º 350/2025/SEAO/XXV, de 24 de novembro, a despesa no valor de 219.528.866 euros, explicado adiante no capítulo da despesa.

Análise da Despesa

Controlo Orçamental da Despesa – ano de 2025

Classificação económica		Dotações iniciais	Dotações corrigidas	Cativos	Descativos	Dotações líquidas após cativação	Compromissos assumidos	Despesas pagas do ano e de anos anteriores	Diferenças			Grau execução orçamental das despesas após cativação
Código	Descrição								Dotação não comprometida	Saldo execução (Dot. Líq. - pagams)	Compromissos por pagar	
(1)	(2)	(83)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10) = (7) - (8)	(11) = (7) - (9)	(12) = (8) - (9)	(13) = (9) / (7)
FONTE DE FINANCIAMENTO 319:		128 250 120	128 250 120	0	0	128 250 120	128 250 120	128 250 120	0	0	0	100%
09	Ativos Financeiros	128 250 120	128 250 120	0	0	128 250 120	128 250 120	128 250 120	0	0	0	100%
FONTE DE FINANCIAMENTO 513:		81 563 327	81 563 327	3 858 686	647 705	78 352 346	77 264 609	64 527 380	1 037 760	13 774 989	12 737 229	82%
01	Despesas com o pessoal	4 591 563	4 591 563	949 446	0	3 642 117	3 512 623	3 369 208	129 494	272 909	143 415	93%
02	Aquisição de bens e serviços	3 861 745	7 861 745	870 157	647 705	7 639 293	7 171 638	2 607 686	467 655	5 031 607	4 563 952	34%
03	Juros e outros encargos	6 723 120	5 198 120	0	0	5 198 120	5 170 121	5 147 322	27 999	50 798	22 799	99%
06	Outras despesas correntes	4 851 148	4 851 148	2 039 083	0	2 812 065	2 442 054	2 442 054	370 011	370 011	0	87%
07	Aquisições de bens de capital	377 200	377 200	0	0	377 200	338 050	330 987	39 150	46 213	7 063	88%
09	Ativos financeiros	49 909 145	47 434 145	0	0	47 434 145	47 430 694	39 430 694	3 451	8 003 451	8 000 000	83%
10	Passivos financeiros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0%
11	Outras despesas de capital	11 249 406	11 249 406	0	0	11 249 406	11 249 406	11 249 406	0	0	0	100%
FONTE DE FINANCIAMENTO 522:		0	248 828 866	0	0	248 828 866	248 828 866	248 828 866	0	0	0	100%
09	Ativos financeiros	0	248 828 866	0	0	248 828 866	248 828 866	248 828 866	0	0	0	100%
TOTAL FF 319 + 513 + 522		209 813 447	458 642 313	3 858 686	647 705	455 431 332	454 343 595	441 606 366	1 037 760	13 774 989	12 737 229	97%

A despesa executada no agrupamento 02 - Aquisição de Bens e Serviços, que congrega parte importante da atividade operacional da Sociedade, foi de 34% face à dotação corrigida expurgada de cativos. Este agrupamento abarca essencialmente os gastos relacionados com o processo de reprivatização da TAP e de outras sociedades subsidiárias. Estes processos não recorrentes têm tido desenvolvimento desde 2021, continuaram durante os anos seguintes, situação que não está totalmente fechada.

Para a execução desta rubrica, a PARPÚBLICA efetuou diversos pedidos de descativação e alterações orçamentais que originaram os seguintes despachos:

- Despacho nº 243/2025/SETF, de 10 de março: Pedido de descativação para que conseguisse assegurar todas as funções de apoio; foi indispensável a aquisição externa de serviços especializados de assessoria jurídica e financeira para dar cumprimento ao mandato conferido pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2023, de 10 de maio, tendo contratado, nos termos do disposto no n.º 1, do artigo 5.º da Lei n.º 11/90, de 5 de abril, duas entidades independentes, constantes da listagem anexa ao Despacho n.º 8004/2020-SET, de 07 de agosto de 2020, para procederem à avaliação financeira da operação de aviação da TAP;
- Despacho nº 38/2025/SEAO, de 18 de julho: Pedido de alteração orçamental para assessoria financeira especializada para acompanhamento do processo de estruturação e implementação do processo de reprivatização do capital social da TAP;
- Despacho nº 320/2025/SETF, de 4 de setembro: Pedido de descativação para fazer face aos encargos relacionados com o contrato de arrendamento celebrado com a ESTAMO.

O agrupamento 06 – Outras despesas correntes evidencia o valor do IRC liquidado e o pagamento de impostos.

No agrupamento 09 – Ativos Financeiros a execução da despesa respeita:

- a suprimentos que a PARPÚBLICA concedeu à Sociedade Gestora do Hospital da Cruz Vermelha (SGH CVP);
- à constituição de CEDIC – Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo que a entidade subscreveu e que o IGCP no final do ano conseguiu acomodar por conta da tesouraria das empresas, nos termos n.º 5 e n.º 10 do artigo 96.º do Decreto-Lei n.º 13-A/2025, de 10 de março, que estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2025, cuja maturidade ocorreu no passado dia 2 de janeiro de 2026;
- à aquisição da participação financeira da AdP - Águas de Portugal (19%), autorizada por despacho nº 438/2025 – SETF, de 10 de outubro.

Recursos Humanos

A execução no final de 2025 foi de 93%, ao invés dos 100% orçamentados, desvio associado ao facto de alguns recrutamentos previstos e autorizados não terem ocorrido dentro do prazo previsto.

Resultados Previstos e Análise de Desvios

Desde a sua criação e até à presente data, uma das principais incumbências da PARPÚBLICA residia na execução do programa de privatizações aprovado pelo Governo, atividade que, dada a relevância

das participações em causa que nessa ocasião integravam a carteira, influenciou sobremaneira os resultados anuais da Sociedade. Concluído o essencial do programa de reprivatizações, os resultados da PARPÚBLICA, enquanto sociedade gestora de participações sociais, são agora essencialmente influenciados (1) pelo desempenho das suas subsidiárias, não apenas em função dos indicadores de rentabilidade que apresentam, mas também em função dos dividendos que distribuem, e por situações não recorrentes e (2) pela necessidade de intervenção na resolução de eventuais dificuldades de tesouraria.

Em termos de execução real, foram cobrados 453.411.079,12 € em resultado do explanado no capítulo da análise da receita, cujas principais componentes traduzem o reembolso dos CEDIC e a integração em receita do saldo de gerência transitado de 2024. Do lado da despesa, a execução real regista um total de despesas pagas de 441.606.366,08 €, explicado maioritariamente pelas aplicações CEDIC já referidos (40.200.000 €) e pela aquisição do remanescente da participação da AdP (19%) no montante de 375.509.350 €.

2. Eficiência Operacional e Gastos Operacionais

A promoção da eficiência da gestão e a racionalização dos gastos são objetivos que estão sempre presentes na condução das atividades da Sociedade e são prosseguidos de forma cuidada pela gestão. O resultado desse esforço pode ser visto no quadro seguinte que traduz um desempenho em linha com as estimativas apresentadas para 2025, nos domínios controláveis pela PARPÚBLICA, e constantes do Plano de Atividades e Orçamento aprovado.

EFICIÊNCIA OPERACIONAL - artigo 140.º do DLEO 2025	2025 Exec.	2025 Orç.	2024 Exec.	2025(Exec.)/2024 (Exec.)		2025 (Exec.)/2025 (Orç.)	
				Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %
Gastos operacionais (GO)							
(1) CMVMC	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00	-	0,00	-
(2) FSE	2 222 670,95 €	3 453 478,00 €	1 711 906,00 €	510 764,95	29,8%	-1 230 807,05	-35,6%
(3) Gastos com o pessoal	2 916 841,79 €	3 609 864,00 €	3 011 048,00 €	-94 206,21	-3,1%	-693 022,21	-19,2%
(4) Impactos nos gastos decorrentes de disposições legais (discriminar e fundamentar, se aplicável):	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00	-	0,00	-
(5) Gastos operacionais ajustados (1)+(2)+(3)-(4)	5 139 512,74 €	7 063 342,00 €	4 722 954,00 €	416 558,74	8,8%	-1 923 829,26	-27,2%
(6) Volume de negócios	69 109 293,96 €	64 069 050,00 €	58 696 812,00 €	10 412 481,96	17,7%	5 040 243,96	7,9%
Vendas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00	-	0,00	-
Prestações de Serviços	259 908,81 €	1 527 000,00 €	298 632,00 €	-38 723,19	-13,0%	-1 267 091,19	-83,0%
Dividendos	68 849 385,15 €	62 542 050,00 €	58 398 180,00 €	10 451 205,15	17,9%	6 307 335,15	10,1%
Indemnizações Compensatórias (se aplicável)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00	-	0,00	-
(7) Impactos no VN decorrentes de disposições legais (discriminar e fundamentar, se aplicável):	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00	-	0,00	-
(8) Volume de negócios ajustado (6)+(7)	69 109 293,96 €	64 069 050,00 €	58 696 812,00 €	10 412 481,96	17,7%	5 040 243,96	7,9%
(9) Peso dos Gastos/VN = (5)/(8)	7,4%	11,0%	8,0%	-0,61	-7,6%	-3,59	-32,5%

Informação adicional	2025 Exec.	2025 Orç.	2024 Exec.	2025(Exec.)/2024 (Exec.)		2025 (Exec.)/2025 (Orç.)	
				Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %
(1) Gastos com o pessoal	2 916 841,79 €	3 609 864,00 €	3 011 048,00 €				
i. (-) Gastos relativos aos órgãos sociais	595 821,53 €	617 048,00 €	492 473,92 €	103 347,61	21,0%	-21 226,47	-3,4%
ii. (-) Efeito do cumprimento de disposições legais (discriminar, se aplicável)	67 238,79 €	78 310,22 €	63 609,00 €	3 629,79	5,7%	-11 071,43	-14,1%
iii. (-) Acordo tripartido 2025-2028 sobre a valorização salarial e o crescimento económicoa)	1 993 523,15 €	0,00 €	0,00 €	1 993 523,15	-	1 993 523,15	-
iv. (-) Valorizações remuneratórias decorrentes da aplicação de Regulamentos/IRCT	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00	-	0,00	-
v. (+) Efeito do Absentismo	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00	-	0,00	-
vi. (-) Efeito das indemnizações pagas por rescisão (exceto por mútuo acordo)a)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00	-	0,00	-
(2) Gastos com pessoal sem os impactos i. a vi	260 258,32 €	2 914 505,78 €	2 454 965,08 €	-2 194 706,76	-89,4%	-2 654 247,46	-91,1%
(3) Gastos com deslocações e alojamento	4 543,99 €	2 356,21 €	1 152,00 €	3 391,99	294,4%	2 187,78	92,9%
(4) Gastos com ajudas de custo	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00	-	0,00	-
(5) Gastos associados à frota automóvel ^{b)}	101 271,81 €	154 350,00 €	101 334,50 €	-62,69	-0,1%	-53 078,19	-34,4%
(6) Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	973 028,01 €	1 288 500,00 €	897 800,00 €	75 228,01	8,4%	-315 471,99	-24,5%
(7) Total dos gastos (3) a (6)	1 078 843,81 €	1 445 206,21 €	1 000 286,50 €	78 557,31	7,9%	-366 362,40	-25,4%
(8) N.º de Viaturas (operacional)	3,00	2,00	2,00	1,00	50,0%	1,00	50,0%
(9) N.º de viaturas (não operacional)	10,00	11,00	12,00	-2,00	-16,7%	-1,00	-9,1%

a) Devem ser excluídos os gastos relativos aos órgãos sociais, corrigidos dos impactos do cumprimento de disposições legais, de orientações expressas do acionista Estado, em matéria de concretização do acordo tripartido 2025-2028 sobre a valorização salarial e o crescimento económico, celebrado a 1 de outubro de 2024.

b) Os gastos com as viaturas deverão incluir: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis/ou eletricidade, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

EFICIÊNCIA OPERACIONAL	2025 Exec.	2025 Orç.	2024 Exec.	2025/2024	
				Δ Absol.	Var. %
Outro indicador aprovado pelas Tutelas nos termos do n.º 3 do artigo 140.º do DLEO 2025		N/A	N/A	N/A	-

No exercício de 2025, a PARPÚBLICA evidenciou uma execução operacional favorável face ao orçamento, evidenciada por um crescimento do volume de negócios ajustado e por uma execução dos gastos operacionais ajustados inferiores ao previsto no PAO.

Os Gastos Operacionais Ajustados ascenderam a 5,1 milhões de euros, situando-se 1,9 milhões de euros abaixo do orçamento, o que representa um desvio favorável de 27,2%. Face a 2024, estes gastos registaram um aumento de 0,4 milhões de euros, essencialmente explicado pela evolução dos fornecimentos e serviços externos, parcialmente compensada pela redução dos gastos com pessoal.

Os Fornecimentos e Serviços Externos totalizaram 2,2 milhões de euros, mais 29,8% do que em 2024, mas ainda assim 35,6% abaixo do valor orçamentado. Por sua vez, os Gastos com Pessoal ascenderam a 2,9 milhões de euros, refletindo uma redução de 3,1% face ao exercício anterior e uma execução inferior em 19,2% ao previsto no PAO.

O Volume de Negócios Ajustado atingiu 69,1 milhões de euros, superando em 5 milhões de euros o valor orçamentado, correspondente a um desvio positivo de 7,9%, e registando um crescimento de 17,7% face a 2024. Esta evolução foi essencialmente determinada pelo aumento dos dividendos recebidos, que ascenderam a 68,8 milhões de euros, compensando a execução inferior da prestação de serviços face ao orçamento.

Em resultado desta evolução, o rácio de Gastos Operacionais Ajustados sobre o volume de negócios fixou-se em 7,4%, melhorando face aos 11,0% orçamentados e aos 8,0% registados em 2024 e traduzindo uma execução operacional mais eficiente do que a orçamentada.

No que respeita aos encargos com estudos, pareceres, projetos e consultoria ascenderam a 973,0 mil euros, situando-se 24,5% abaixo do orçamento, embora acima do valor executado em 2024. Os encargos associados à frota automóvel mantiveram-se globalmente em linha com o ano anterior, ascendendo a 101,3 mil euros.

Em síntese, o exercício de 2025 caracteriza-se por um volume de negócios superior ao previsto, suportado sobretudo pelos dividendos recebidos e por uma execução da despesa operacional inferior ao orçamento, permitindo uma melhoria do rácio de eficiência operacional face ao PAO e ao exercício anterior.

3. Recursos Humanos e Massa Salarial

	2025 Exec.	2025 Orç.	2024 Exec.	2025/2024	
				Δ Absol.	Var. %
N.º de membros dos órgãos sociais (OS)	8	8	7	1	14,29%
N.º de membros cargos de direção (CD)	3	3	3	0	0,00%
N.º dos restantes trabalhadores (sem OS e sem CD)	27	36	33	-6	-18,18%
TOTAL	38	47	43	-5	-11,63%
N.º restantesTrabalhadores/N.º CD	9,00	12,00	11,00	-2,00	-18,18%
Gastos com Pessoal/Total (OS+CD+T)	76 758,99 €	76 805,62 €	70 024,37 €	6 734,62 €	9,62%
Massa Salarial Global	2 093 200,04 €	0 €	2 303 854,00 €	-210 653,96 €	-9,14%
Massa Salarial sem os efeitos de volume (caso se tenha verificado um aumento ou diminuição líquida do n.º de trabalhadores) ^{a)}	2 002 765,80 €	0 €	2 062 646,00 €	-59 880,20 €	-2,90%

a) Aferição do Despacho n.º 1103-B/2025, do Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças

Grupo Profissional	Situação a 31/12/2024	Movimentos de Pessoal em 2025					Situação a 31/12/2025
		Saídas (reformas /outros)	Trabalhad. ausentes por mobilidade/ cedência /licença	Contratações para substituição de saídas	Novas contratações*	Entradas ao abrigo do ... (normativo legal, despacho, etc.)**	
	(1)	(2)		(3)	(4)	(5)	(6) = (1)-(2)+(3)+(4)+(5)
Órgãos Sociais (OS)	7	1	0	0	0	2	8
Cargos de direção (s/ OS)	3	0	0	0	0	0	3
Trabalhadores	33	12	1	6	0	0	27
Total (OS+CD+Trabalhadores)	43	13	1	6	0	2	38
Impacto nos gastos com pessoal		331 929,84 €	-	174 802,34 €	0,00 €	29 190,72 €	-127 936,78 €

* Indicar o Despacho autorizador.

** Especificar

Em 31 de dezembro de 2025 a PARPÚBLICA encerrava o exercício com um total de 38 colaboradores: 8 membros dos órgãos sociais e 30 trabalhadores, 3 dos quais com cargos de direção. Face ao exercício anterior, registou-se uma redução líquida de 5 elementos, correspondente a uma variação de -11,63%.

Excluindo os membros dos órgãos sociais, o número de trabalhadores situou-se em 30, significativamente abaixo do limite autorizado de 39 trabalhadores previsto no âmbito do PAO 2025-2027 e do Despacho n.º 407/2025-SETF. Neste contexto, embora tenha sido autorizada a contratação de três novos trabalhadores, um analista para a área de tecnologias de informação e dois juristas seniores, essas admissões não se concretizaram durante o exercício de 2025.

No decurso do exercício verificaram-se 13 saídas, das quais uma relativa a um membro dos órgãos sociais e 12 relativas a trabalhadores, bem como 6 contratações destinadas à substituição de saídas. Registaram-se ainda 2 entradas ao abrigo de normativo legal ou despacho aplicável, respeitantes a membros dos órgãos sociais.

A massa salarial global ascendeu a 2.093.200,04 euros, representando uma redução de 9,14% face a 2024. Esta evolução reflete a redução líquida do efetivo médio da Sociedade ao longo do exercício.

4. Plano de Investimento

Plano de Investimento	PAO 2025	Total	Fontes de financiamento	Orç. do Estado	Endiv.	Fundos comunit.	PRR	Outras	Desvio (PAO vs Executado)
		Executado 2025	Autofinanc. (Receitas próprias)						
INVESTIMENTOS FINANCEIROS	141 215 650,00 €	381 019 337,48 €	161 490 471,48 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	219 528 866,00 €	239 803 687,48 €
Suprimentos a Participadas	51 015 650,00 €	800 329,95 €	800 329,95 €						-50 215 320,05 €
Aquisições de partes de capital	35 200 000,00 €	380 219 007,53 €	160 690 141,53 €					219 528 866,00 €	345 019 007,53 €
Outros ativos financeiros	55 000 000,00 €	0,00 €	0,00 €						-55 000 000,00 €
INVESTIMENTOS NÃO FINANCEIROS	377 200,00 €	28 319,95 €	28 319,95 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-348 880,05 €
Valor total do investimento	141 592 850,00 €	381 047 657,43 €	161 518 791,43 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	219 528 866,00 €	239 454 807,430 €

Em 2025 a PARPÚBLICA executou investimentos no montante total de 381.047.657,43 euros, face a um valor orçamentado de 141.592.850,00 euros, traduzindo um desvio de 239.454.807,43 euros face ao PAO. Esta execução foi essencialmente determinada pela rubrica de investimentos financeiros, que ascendeu a 381.019.337,48 euros.

O principal fator explicativo deste desvio foi a aquisição da participação adicional de 19% no capital social da AdP, SGPS, S.A., no montante de 375.509.350,00 euros, a que acresceu o montante de 4.709.657,53 euros correspondente à parcela dos dividendos de 2025 atribuível à Caixa Geral de Depósitos, S.A. por referência ao período anterior à celebração do contrato de aquisição. Esta operação foi financiada através receitas próprias, que inclui a redução da dívida da Entidade do Tesouro e Finanças à PARPÚBLICA (128.250.120 euros), a utilização do saldo de gerência (219.528.866 euros), classificado em outras fontes de financiamento, e receitas provenientes da atividade (no montante remanescente).

A rubrica de suprimentos a participadas registou uma execução de 800.329,95 euros, face a um montante orçamentado de 51.015.650,00 euros. O valor previsto destinava-se, maioritariamente, à ESTAMO, 40.000.000,00 euros, e à HCVP, 10.000.000,00 euros, bem como ao Circuito do Estoril e a outras participadas com necessidades pontuais. A execução ficou limitada aos suprimentos concedidos à HCVP, refletindo a não concretização, em 2025, das demais necessidades de financiamento inicialmente previstas.

Por sua vez, a rubrica de Outros Ativos Financeiros não registou execução, originando um desvio negativo de 55.000.000,00€, o que indica que a previsão associada à operação de alienação da EFACEC não se materializou no exercício.

Os Investimentos Não Financeiros ascenderam a 28.319,95 euros, abaixo do valor previsto de 377.200,00 euros, refletindo uma execução limitada desta componente de investimento.

Em termos de fontes de financiamento, a execução global foi assegurada por autofinanciamento, no montante de 161.518.791,43 euros, e por outras fontes, no montante de 219.528.866,00 euros, não tendo sido utilizado financiamento proveniente do Orçamento do Estado, endividamento, fundos comunitários ou PRR.

Em síntese, a execução do Plano de Investimento de 2025 foi marcada pela concretização da aquisição da participação adicional na AdP, SGPS, S.A., operação que explica o desvio positivo global face ao orçamento. Em sentido contrário, registou-se uma execução inferior à prevista nas rubricas de suprimentos a participadas, outros ativos financeiros e investimentos não financeiros, em resultado da não materialização, no exercício, de algumas operações e necessidades inicialmente estimadas.

5. Contratualização de Serviço Público

No exercício de 2025 a PARPÚBLICA não recebeu qualquer compensação do Estado por obrigações de serviço público, nem foram registados aumentos de capital ou empréstimos diretos do Estado destinados a fazer face a défices operacionais.

Compensação pelas obrigações de Serviço Público	2025		2024		2023	
	Montante	Obs.	Montante	Obs.	Montante	Obs.
Indemnizações compensatórias / COSP	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Aumentos de capital*	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Empréstimos diretos do Estado*	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Total	0,00 €		0,00 €		0,00 €	

* Considerar apenas aumentos de capital cuja utilização tenha sido para fazer face a défice operacional

** Aditar linhas, se necessário.

A PARPÚBLICA não desenvolve atividades sujeitas a obrigações de serviço público que careçam de compensação financeira por parte do Estado, o que justifica a inexistência de quaisquer valores registados nesta rubrica.

6. Gestão do Risco Financeiro

A gestão do risco financeiro da Sociedade tem seguido uma abordagem prudente, focada na estabilidade e na minimização de exposição a riscos. Contudo, a execução das medidas foi condicionada por fatores externos e restrições estruturais.

1. Avaliação de Risco e Medidas de Mitigação

- *Diversificação de instrumentos de financiamento:* Desde 2015, a reclassificação da sociedade como Entidade Pública Reclassificada (EPR) vedou o acesso a financiamento de mercado, limitando as opções às dotações previstas no Orçamento do Estado.
- *Diversificação de taxa de juro:* O financiamento existente vence juros a taxa fixa.
- *Diversificação de entidades credoras:* Não se verificaram novos financiamentos desde 2014, mantendo-se as condições e credores das operações existentes contratadas em 2006.
- *Cobertura de risco financeiro:* Não houve necessidade de contratação de instrumentos de gestão de risco, dado o perfil do endividamento.

2. Reforço de Capitais Permanentes

- *Otimização da estrutura de passivos:* Em 2025 não foram realizadas operações de reestruturação ou refinanciamento de passivo.
- *Minimização de custos financeiros:* A política financeira tem permitido a contenção de encargos sem comprometer a sustentabilidade da Sociedade.
- *Gestão prudente de garantias e cláusulas restritivas:* Não foram prestadas novas garantias nem introduzidas cláusulas restritivas que possam impactar a flexibilidade financeira.

3. Otimização da Estrutura Financeira

- *Racionalização do uso de capitais:* Sempre que possível, evitou-se o uso de capitais alheios para coberturas financeiras de investimentos.
- *Critérios de investimento sustentáveis:* Foram privilegiados investimentos com retorno social e empresarial positivo, garantindo a responsabilidade financeira da Sociedade.
- *Autofinanciamento e receitas de desinvestimento:* Em 2025 não houve necessidade de recorrer a receitas de desinvestimento, mantendo-se a estabilidade dos recursos próprios.

A Sociedade tem assegurado a gestão financeira, de forma a minimizar riscos e evitar exposição desnecessária. A limitação do acesso a financiamento de mercado continua a restringir a flexibilidade estratégica da organização, o que poderá condicionar futuros investimentos e um crescimento sustentável.

Nos termos do ponto 6 do documento “Cumprimento das Orientações do Acionista e Disposições Legais 2025”, apresenta-se o quadro seguinte:

Ano	2025	2024	2023	2022	2021
Encargos Financeiros (€)	5 125 353,03 €	5 123 817,81 €	15 412 541,00 €	10 587 010,00 €	22 431 573,00 €
Taxa Média de Financiamento (%)	4,20%	4,20%	4,20%	4,20%	3,95%

Em 2025 os encargos financeiros ascenderam a 5.125.353,03 euros, em linha com o valor registado em 2024, mantendo-se a taxa média de financiamento em 4,20%. Ao longo do período analisado destaca-se a redução dos custos de financiamento, em linha com a diminuição progressiva do nível de endividamento.

A comparação com exercícios anteriores deve ser efetuada com prudência, uma vez que 2023 incluiu juros cessantes e o prémio de reembolso associados à amortização parcial do empréstimo obrigacionista, enquanto exercícios anteriores refletiam níveis mais elevados de endividamento. Assim, a evolução recente evidencia a estabilização dos encargos financeiros após os efeitos não recorrentes de 2023 e a redução da exposição financeira face aos anos anteriores.

7. Limite do Crescimento do Endividamento

Desde 1 de janeiro de 2015, data a partir da qual a PARPÚBLICA foi integrada no perímetro das administrações públicas, que a Sociedade deixou de poder recorrer autonomamente ao mercado para suprir eventuais necessidades de financiamento, as quais, quando existam, devem ser asseguradas através de verbas com origem no Orçamento do Estado.

A expressiva redução do endividamento da *holding* está associada à adoção das medidas previstas nos sucessivos Orçamentos do Estado desde 2017, destinadas à regularização da dívida do Estado à PARPÚBLICA, que no final de 2025 ascendia a 1.219,5 milhões de euros.

Na sequência da amortização parcial do empréstimo obrigacionista, no montante de 130 milhões de euros, realizada em 2023, o financiamento remunerado da Sociedade manteve-se inalterado em 2025, ascendendo a 120 milhões de euros, valor idêntico ao registado no exercício anterior.

A aquisição da participação adicional na AdP, SGPS, S.A. em 2025 não determinou o aumento do financiamento remunerado da PARPÚBLICA, tendo sido financiada conforme descrito no plano de investimentos. Nos termos da metodologia aplicável, a variação do endividamento apurada em 2025 foi de -18,27%, evidenciando o cumprimento do limite de crescimento do endividamento.

Ano	2025	2024
Capital estatutário ou social realizado e outros instrumentos de capital próprio	1 960 471 134,48 €	1 960 471 134,48 €
Financiamento remunerado	120 621 369,80 €	120 621 369,80 €
Novos investimentos com expressão material em 2025	380 219 007,53 €	
Variação do Endividamento	-18,27%	

8. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado

A PARPÚBLICA encontra-se sujeita ao cumprimento do princípio da Unidade de Tesouraria do Estado. Não obstante, a PARPÚBLICA foi autorizada, nos termos do ofício do IGCP nº SGC-55/2025, de 25/06/2025, a manter conta junto de instituições de crédito para a realização de operações específicas relacionadas com a gestão do serviço da dívida, nomeadamente o pagamento das responsabilidades associadas aos empréstimos obrigacionistas, bem como outras de natureza operacional correspondentes a serviços que o IGCP não assegura, como seja a guarda de títulos. Esta autorização já havia sido concedida para anos anteriores.

No entanto, a PARPÚBLICA mantém em permanência à guarda do IGCP praticamente a totalidade das suas disponibilidades de tesouraria. A 31 de dezembro de 2025, o saldo da conta da PARPÚBLICA junto do IGCP ascendia a 1.097.361,06 euros, enquanto a totalidade dos saldos junto da banca comercial pouco excedia os 3,5 mil euros, conforme se apresenta no quadro seguinte:

Banca Comercial*	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre
CBI	1 963,66 €	1 963,66 €	1 963,66 €	1 963,66 €
CGD	3 132,90 €	8 781,38 €	1 218,36 €	1 781,69 €
Total	5 096,56 €	10 745,04 €	3 182,02 €	3 745,35 €

* Identificar a Instituição junto da qual se encontram as disponibilidades e/ou aplicações financeiras, acrescentando as linhas necessárias.

** Identificar os juros auferidos de todas as aplicações financeiras que se encontram junto da Banca Comercial.

*** Identificar a(s) data(s) da entrega dos rendimentos das aplicações financeiras.

IGCP	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre
Disponibilidades	247 274 763,57 €	292 249 222,82 €	312 316 681,44 €	1 097 361,06 €
Aplicações financeiras				50 900 000,00 €
Total	247 274 763,57 €	292 249 222,82 €	312 316 681,44 €	51 997 361,06 €

A PARPÚBLICA aplicou 50 900 000 euros em aplicações financeiras de curto prazo, no âmbito dos CEDIC- Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo, ao abrigo do artigo 96.º do Decreto-Lei n.º 13-A/2025, de 10 de março de 2025.

9. Evolução do Prazo Médio de Pagamentos e divulgação dos pagamentos em atraso

Nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, que aprovou o Programa Pagar a Tempo e Horas, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, do Ministério das Finanças e Administração Pública, de 13 de abril, o Prazo Médio de Pagamentos (PMP) da PARPÚBLICA em 2025 foi de 22 dias, representando uma melhoria de 4 dias face ao PMP de 2024.

A PARPÚBLICA tem implementado mecanismos para prevenir atrasos nos pagamentos, no âmbito dos procedimentos definidos relativamente à receção, validação e pagamento da faturação.

PMP	2025	2024	Variação 25/24	
			Valor	%
Prazo (dias)	22	26	-4	0,0%

Divulgação de Atrasos nos Pagamentos (“arrears”)

No final de 2025 não existiam quaisquer pagamentos em atraso, como se evidencia no seguinte quadro:

Dívida Vencida (>90 dias)	PAGAMENTOS EM ATRASO Valor das dívidas vencidas (art. 1º do DL 65-A/2011 conjugado com o n.º 2 do art. 4º do DL 127/2012)				
	2025				2024
	[90-180] dias	[180-365] dias	> 365 dias	Total	Total
1 - Aq. de Bens e Serviços	0	0	0	0	0
2 - Aq. de Capital	0	0	0	0	0
3 - Total dívida vencida >90 dias (1+2)	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
4 - Situações excluídas (n.º2 art. 4º DL 127/2012)	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
4.1 - obrigações de pagamento objeto de impugnação judicial até que sobre elas seja proferida decisão final e executória	0	0	0	0	0
4.2 - Situações de impossibilidade de cumprimento por ato imputável ao credor	0	0	0	0	0
4.3 - montantes objeto de acordos de pagamento desde que o pagamento seja efetuado dentro dos prazos acordados	0	0	0	0	0
5 - PAGAMENTOS EM ATRASO (3)-(4)	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €

Nota: **PAGAMENTOS EM ATRASO** são representados pelas contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documentos equivalentes.

Excluem-se deste conceito: as obrigações de pagamento objeto de impugnação judicial até que sobre elas seja proferida decisão final e executória; as situações de impossibilidade de cumprimento por ato imputável ao credor, e os montantes objeto de acordos de pagamento desde que o pagamento seja efetuado dentro dos prazos acordados, conforme estabelece o **n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho**.

Pagamentos em atraso nos termos do n.º 1 do artigo 40.º da LOE 2024	Saldo
1 - Pagamentos em atraso 2024 (>90 dias) ¹	
2 - Pagamentos em atraso 2025 (>90 dias) ¹	
3 - D Pagamentos em atraso ⁽²⁻¹⁾	
4 - Dotações orçamentais adicionais em 2025 ²	458 642 313,00
5 - Saldo (3+4)	

1 - Nos termos do artigo 1.º do DL n.º 65-A/2011;

2 - Apenas aplicável às entidades públicas reclassificadas

10. Estatuto do Gestor Público

10.1 Objetivos de Gestão

Em cumprimento do artigo 18.º do Estatuto do Gestor Público (EGP) e da Portaria n.º 317-A/2021, de 23 de dezembro, o Conselho de Administração submeteu à ETF/UTAM uma proposta de objetivos de gestão para 2025. Todavia, até à data, estes objetivos não foram aprovados. Não obstante, a Sociedade prosseguiu alinhada com as orientações estratégicas em vigor e com o Plano de Atividades e Orçamento aprovado. Não se registaram desvios significativos face às metas operacionais internas.

10.2 Artigos 32º e 33º do EGP

a) Cartões de Crédito

Tal como estabelecido no art.º 32 do Estatuto do Gestor Público, os membros do Conselho de Administração não utilizam cartões de crédito ou outros instrumentos de pagamento na realização de despesas ao serviço da Sociedade.

b) Reembolso de Despesas Pessoais

Do mesmo modo os administradores também não foram reembolsados de quaisquer quantias que caíam no âmbito do conceito de despesas pessoais.

c) Gastos com comunicações

O valor máximo mensal das despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel e internet, fixado por deliberação da assembleia geral, apresenta-se no quadro infra, conjuntamente com os gastos verificados durante o ano de 2025:

Membro do CA (Nome)	Gastos com Comunicações		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Joaquim António Pereira Cadete	80,00 €	516,68	
João Carlos da Silva Sacadura Pinhão	80,00 €	516,52	
Ana Cristina de Lemos Cabral Gouveia de Carvalho	80,00 €	517,02	
Filipa Mafalda Amaral Gomes de Brito Franco	80,00 €	550,09	
João Carlos Marques Ferreira	80,00 €	601,90	
Pedro Miguel Ribeiro de Almeida Fontes Falcão	NA	NA	
Maria João Dias Pessoa de Araújo*	NA	NA	
Rita Domingues dos Santos da Cunha Leal	NA	NA	
José Miguel Azevedo Rodrigues	NA	NA	

* renúncia com efeitos a 30.06.2025

** DUE com efeitos a 01.07.2025

d) Gastos com combustível e portagens

Os valores máximos mensais fixados para os gastos dos administradores com combustível e portagens são os que constam do quadro seguinte, onde também se apresentam os valores correspondentes aos gastos incorridos em 2025:

Membro do CA (Nome)	Plafond Mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas			
		Combustível	Portagens	Total	Observações
Joaquim António Pereira Cadete	627,76 €	1.504,65€	608,40 €	2 113,05 €	
João Carlos da Silva Sacadura Pinhão	564,99 €	1.107,70€	767,79 €	1 875,49 €	Inclui carregamento elétrico
Ana Cristina de Lemos Cabral Gouveia de Carvalho	N.A	N.A	N.A	N.A	
Filipa Mafalda Amaral Gomes de Brito Franco	502,21 €	1.338,91€	1.339,59€	2 678,50 €	Inclui carregamento elétrico
João Carlos Marques Ferreira	502,21 €	893,66 €	555,79 €	1 449,45 €	
Pedro Miguel Ribeiro de Almeida Fontes Falcão	NA	NA	NA	NA	
Maria João Dias Pessoa de Araújo*	NA	NA	NA	NA	
Rita Domingues dos Santos da Cunha Leal	NA	NA	NA	NA	
José Miguel Azevedo Rodrigues	NA	NA	NA	NA	
				8 116,49 €	

* renúncia com efeitos a 30.06.2025

** DUE com efeitos a 01.07.2025

11. Contratação Pública

Cumprimento das normas de Contratação Pública

O entendimento que tem vigorado na PARPÚBLICA, suportado em pareceres jurídicos externos, aponta no sentido de a Sociedade não estar abrangida pela obrigatoriedade de aplicação do regime jurídico da contratação pública.

Em consequência, a PARPÚBLICA dispõe de um Regulamento próprio que sistematiza as normas específicas que têm de ser observadas em todas as ações relacionadas com a aquisição de bens e serviços e locação de bens.

O referido Regulamento constitui uma peça essencial da gestão operacional e do próprio sistema de controlo de gestão, encontrando-se disponível no sítio da sociedade na internet.

Procedimentos internos instituídos para a contratação de bens e serviços

De acordo com o Regulamento acima referido, a regra geral consiste na consulta ao mercado através de convite dirigido a um número significativo de potenciais fornecedores ou prestadores de serviços, o qual inclui o descritivo do bem ou serviço pretendido e a definição das principais condições exigidas. As respostas obtidas são objeto de análise, tendo em vista validar a sua conformidade face ao convite formulado e realizar uma avaliação de mérito das respetivas propostas. Na sequência

dessa análise, é elaborado um relatório contendo, quando aplicável, uma proposta de adjudicação, o qual é acompanhado da informação relativa à disponibilidade orçamental e à cabimentação da despesa e submetido à Comissão Executiva, a quem compete deliberar sobre a adjudicação.

No caso da contratação de serviços especializados no âmbito da montagem e execução dos processos de reprivatização ou alienação de participações sociais, existe um regime específico que estabelece o universo das entidades potencialmente prestadoras de assessoria técnica-financeira, as quais são obrigatoriamente objeto de pré-qualificação por parte do Ministério das Finanças.

Cumprimento das normas de contratação pública por parte das sociedades maioritariamente participadas pela PARPÚBLICA

- Contratação Pública - Sociedades detidas maioritariamente pela PARPÚBLICA ^A	Cumprido			Quantificação	Justificação (*)
	Sim	Não	Não aplicável		
FLORESTGAL, S.A.			X		Regulamento de Compras
INCM, S.A.	X				-
Companhia das Lezírias, S.A.			X		Entidade que se encontra em concorrência.
CE – Circuito Estoril, S.A.			X		Entidade que se encontra em concorrência.
SAGESECUR, S.A.			X		Dada a natureza da atividade da sociedade e o seu enquadramento no Grupo PARPÚBLICA, as contratações efetuadas seguem as normas e procedimentos em utilização na holding.
ESTAMO, S.A.	X				
FUNDIESTAMO, SGOIC, S.A.			X		Nos termos do n.º 2 do art.º 2.º do Código de Contratação Pública, a sociedade não se enquadra no âmbito do diploma
AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A.			X		A AdP dispõe de uma unidade de serviços partilhados (AdP Serviços) que funciona como estrutura operacional de centralização otimização e racionalização da aquisição de bens e serviços
SIMAB – Soc. Instaladora dos Mercados Abastecedores, S.A.	X				-

* Fonte: Relatório de Gestão das Participadas – Capítulo relativo ao Cumprimento das Orientações Legais

Celebração de contratos de valor superior a 5 milhões de euros

Em 26 de novembro de 2025, a PARPÚBLICA celebrou com a Caixa Geral de Depósitos, S.A. o contrato relativo à aquisição da participação remanescente de 19% no capital social da AdP — Águas de Portugal, SGPS, S.A., pelo preço de 375.509.350,00 euros, acrescido do montante de 4.709.657,53 euros, correspondente à parcela dos dividendos de 2025 atribuível à Caixa Geral de Depósitos, S.A. referente ao período anterior à celebração do contrato. Este montante foi determinado na sequência da deliberação de distribuição de resultados aprovada na Assembleia Geral da AdP realizada em 2026 e será liquidado nesse exercício.

O contrato foi submetido a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, tendo sido concedido o respetivo visto em 22 de dezembro de 2025.

Com exceção do contrato identificado, a PARPÚBLICA não celebrou, durante o exercício de 2025, contratos de valor superior a 5 milhões de euros, nem contratos com o mesmo cocontratante cujo valor acumulado tenha ultrapassado esse montante.

12. Recomendações do Acionista na AG Anual de 2024

A PARPÚBLICA não foi destinatária de qualquer recomendação por parte do seu acionista no quadro da aprovação dos documentos de prestação de contas referentes ao exercício de 2024.

No desenvolvimento da sua atividade, a Sociedade presta especial atenção a todas as orientações e recomendações dos organismos de tutela e supervisão, sendo um dos objetivos centrais da gestão o cumprimento de todos os princípios e regras aplicáveis ao setor público, incluindo as bases gerais do estatuto das empresas públicas definidas pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro.

13. Certificação Legal de Contas

As certificações legais das contas (consolidadas e separadas) da PARPÚBLICA, relativas ao ano de 2024, não tinham reservas.

14. Despesas não Documentadas ou Confidenciais

Em conformidade com o disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Regime Jurídico do Setor Público Empresarial (RJSPE) e do artigo 11º do Estatuto do Gestor Público (EGP), não foram realizadas quaisquer despesas não documentadas ou confidenciais.

15. Relatório sobre Remunerações Pagas a Mulheres e Homens

Em junho de 2025 foi elaborado, com referência a 2024, o Relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens, determinado no n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março. Este relatório encontra-se disponível no sítio de Internet da Sociedade – <https://www.parpublica.pt> -, incidindo sobre a situação existente na PARPÚBLICA.

Importa referir que todos os processos de recrutamento efetuados na Sociedade são desenvolvidos com respeito pelos princípios da não discriminação, incluindo em função do género, e da salvaguarda da igualdade de oportunidades. Na Sociedade é, igualmente, garantido o princípio de remuneração equivalente para funções equivalentes.

16. Plano para a Igualdade

A PARPÚBLICA tem em vigor o seu Plano para a Igualdade, conforme determina o artigo 7.º da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto. Este Plano foi atualizado em 2025 e foi objeto de comunicação às Comissões competentes - CIG - Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género e Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego¹ – encontrando-se publicitado no site da Sociedade:

https://www.parpública.pt/newsfiles/2025/Plano_para_Igualdade_2026.pdf

17. Relatório Anual sobre Prevenção da Corrupção

A Lei n.º 54/2008, de 4 de setembro, que obrigava à elaboração do relatório identificativo das ocorrências ou risco de ocorrências foi revogada pelo Decreto-Lei n.º 109-E/2021 de 9 de dezembro, que aprovou o Regime geral da prevenção da corrupção (RGPC). A PARPÚBLICA não é considerada uma entidade abrangida para efeitos da aplicação do Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, pelo facto de ter menos de 50 trabalhadores, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 2.º do Regime Geral da Prevenção da Corrupção (RGPC), aprovado pelo referido diploma. Não obstante, e em cumprimento do previsto no n.º 5 do artigo 2.º do RGPC, a PARPÚBLICA adotou instrumentos de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas adequados à sua dimensão e natureza, incluindo os que promovam a transparência administrativa e a prevenção de conflitos de interesses. Neste sentido, a PARPÚBLICA dispõe de uma Política de Prevenção da Corrupção e de Infrações Conexas aplicável a todos os colaboradores(as) da Sociedade, prestadores de serviços e a todas as entidades terceiras agindo em nome da Sociedade. Esta política poderá ser consultada em <https://www.parpública.pt/newsfiles/PoliticaPrevencaoCorrupcaoInfracoesConexas2024.pdf>.

18. Sistema Nacional de Compras Públicas

Tal como reportado no passado, a PARPÚBLICA não se encontra abrangida pelo Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP), e, até à data, também não optou pela possibilidade, inerente à sua natureza de empresa pública, de aderir aos serviços prestados pela Agência Nacional de Compras Públicas.

1) Nos termos conjugados do artigo 3.º e do n.º 3 do artigo 6.º do Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho.

19. Auditorias do Tribunal de Contas

Durante o exercício de 2025, a PARPÚBLICA, enquanto Sociedade e no quadro da sua atividade corrente, não foi sujeita a auditoria do Tribunal de Contas.

Já enquanto executora de processos de reprivatizações de participações sociais de que foi, direta e indiretamente, detentora, tem vindo a ser regularmente auditada pelo Tribunal de Contas, ao abrigo da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na redação dada pela Lei n.º 20/2015, de 9 de março (e alterações subsequentes) e das disposições específicas constantes dos diplomas que aprovaram os respetivos processos de reprivatização. O acolhimento das recomendações específicas neste âmbito emitidas é regularmente avaliado pelos serviços do Tribunal de Contas. As últimas auditorias incidiram sobre os processos de privatização da ANA, da TAP SGPS e de financiamento público da EFACEC.

20. Demonstração Não Financeira

A Sociedade prepara o Relatório de Sustentabilidade, o qual se encontra em anexo do presente documento e compila os contributos das várias sociedades do Grupo PARPÚBLICA, respondendo às exigências de informação não financeira previstas no Código das Sociedades Comerciais.

21. Sistematização do cumprimento das orientações legais

Nos termos do ofício-circular relativo às instruções sobre a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão (IPG) para 2025, para efeitos de sistematização da informação quanto ao cumprimento das orientações legais, foi preenchido o quadro infra:

Ponto	Cumprimento das Orientações	Cumprimento	Indicar Pág. Relatório Gestão
		S/N/N.A.	
1	Execução do PAO		
	Metas a atingir constantes no PAO	S	55-70
	Investimento	S	69-70
	Resultados	S	57-60
	Nível de endividamento...	S	72-73
	Execução do orçamento carregado no SIGO/SOE	S	60-64
	Autorizações Concedidas	S	59
2	Eficiência operacional e gastos operacionais	S	65-68
3	Recursos humanos e Massa Salarial	S	68
	Indicação da evolução dos RH	S	
	Identificação e disponibilização do Despacho autorizador de aumento dos RH (se aplicável)	S	
	Evolução da massa salarial (sem efeito de volume)	S	
4	Plano de Investimentos	S	69-70
5	Contratualização de Serviço Público	N.A.	70
	Indicadores, metas e execução	N.A.	
	Compensações recebidas	N.A.	
6	Gestão do Risco Financeiro	S	71
7	Limites de Crescimento do Endividamento	S	72
8	Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado	S	73
	Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	S	
	Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	S	
	Juros auferidos e entregues em Receita do Estado	N.A.	
	Identificação do Despacho autorizador do excecionamento (se aplicável)	S	
9	PMP a fornecedores e arrears	S	73
	Evolução do PMP	S	
	Pagamentos em atraso	S	
10	Estatuto do Gestor Público	S	75
	Objetivos de gestão ^(a)	S	
	Não utilização de cartão de crédito	S	
	Não reembolso de despesas de representação pessoal	S	
	Valor máximo das despesas associadas a comunicações	S	
	Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	S	
	Despesas não documentadas ou confidenciais	N.A.	
11	Contratação Pública	N.A.	76
	Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	N.A.	
	Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	N.A.	
	Contratos submetidos a visto prévio do TC	N.A.	
12	Informação Complementar	N.A.	79-81
	Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas	N.A.	
	Diligências tomadas sobre as recomendações do acionista na última aprovação de contas	N.A.	
	Recomendação ...	N.A.	
	Diligências tomadas sobre as reservas emitidas na última CLC	N.A.	
	Reserva ...	N.A.	
	Auditorias do Tribunal de Contas(b)	N.A.	
	Recomendação 1		
	Recomendação 2...		
	Medidas implementadas para o cumprimento do relato sobre sustentabilidade (CSRD).	S	Anexo
13	Sistematização Informação	S	81

(a) Indicar cada objetivo de gestão da empresa.

(b) Deverão ser indicadas também recomendações resultantes de auditorias transversais ao sector de atividade e/ou SEE.

22. Declaração de Conformidade da Informação Reportada no SISEE

No âmbito da preparação e submissão dos documentos da prestação de contas referente ao exercício de 2025, o Conselho de Administração da PARPÚBLICA, reunido para o efeito, declara que:

1. Foi verificada a consistência entre a informação financeira reportada no SISEE ao longo do exercício e os elementos constantes da prestação de contas agora submetida ao acionista Estado;
2. Não foram identificadas divergências materiais entre os dados comunicados nas diferentes fases de reporte que comprometam a fiabilidade ou a comparabilidade da informação financeira final;
3. O Conselho de Administração assegura que as informações prestadas obedecem aos princípios de veracidade, transparência e rigor exigidos às sociedades do Setor Empresarial do Estado.

Mais se declara que a presente declaração de conformidade é emitida para os efeitos tidos por convenientes e integra os anexos ao Relatório de Gestão.

Lisboa, em 22 de junho de 2026

O Conselho de Administração

Joaquim Cadete

Presidente

João Pinhão

Vice -Presidente

Cristina Carvalho

Vogal Executiva

João Ferreira

Vogal Executivo

Filipa Franco

Vogal Executiva

Pedro Fontes Falcão

Vogal Não Executivo e Presidente da Comissão de Auditoria

Rita Domingues da Cunha Leal

Vogal Não Executiva e Membro da Comissão de Auditoria

José Miguel Azevedo Rodrigues

Vogal Não Executivo e Membro da Comissão de Auditoria



DESPACHO

FINANÇAS

Despacho n.º 300/2026-SETF

Aprova-se a minuta de Deliberação Social Unânime por Escrito, em anexo, a emitir pelo representante do acionista Estado Português, detentor direto da totalidade do capital social da PARPÚBLICA - Participações Públicas, SGPS, S.A., nos termos previstos na primeira parte do n.º 1 do artigo 54.º do Código das Sociedades Comerciais.

O Secretário de Estado do
Tesouro e das Finanças

João
Silva
Lopes

Assinado de
forma digital
por João Silva
Lopes
Dados:
2026.04.01
11:45:57 +01'00'

João Silva Lopes

DELIBERAÇÃO SOCIAL UNÂNIME POR ESCRITO

Aos 27 dias do mês de maio de 2026, de acordo com a vontade expressa pelo acionista Estado Português, devidamente representado por António Pedro Ramos Nunes dos Santos, na qualidade de acionista único da PARPÚBLICA - Participações Públicas, SGPS, S.A., doravante designada de PARPÚBLICA, SGPS, S.A., com sede em Lisboa, na Rua de Santa Marta, n.º 55-5.º piso, 1150-294 Lisboa, com o capital social de 2.000.000.000,00 euros, correspondendo a 400 milhões de ações com valor nominal de 5 euros cada, pessoa coletiva n.º 502 769 017, é tomada, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 54.º do Código das Sociedades Comerciais, a seguinte Deliberação Social Unânime Por Escrito:

Considerando que:

- i) A PARPÚBLICA, SGPS, S.A. submeteu no Sistema de Informação do Setor Empresarial do Estado (SISEE) o Plano de Atividades e Orçamento (PAO), incluindo o respetivo Plano de Investimentos, para o período 2026-2028;
- ii) Nos termos dos n.º 7 e 8 do artigo 39.º do Regime Jurídico do Setor Empresarial do Estado (RJSPE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, na sua redação atual, a Entidade do Tesouro e Finanças elaborou o Relatório de Análise n.º 38/2026, de 11 de março;
- iii) O relatório de análise referido na alínea anterior foi aprovado por Despacho n.º 242/2026-SETF, de 19 de março de 2026, do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças, estabelecendo determinadas limitações;

Determina-se o seguinte:

Aprovar o Plano de Atividades e Orçamento para 2026-2028, circunscrito ao exercício de 2026, com as seguintes limitações:

- i. aumento dos Gastos Operacionais até ao limite de 4,838 milhões de euros face ao valor estimado para 2025, limitando a 11,910 milhões de euros o seu valor total em 2026;
- ii. aumento dos Fornecimentos e Serviços Externos em 4,545 milhões de euros face ao valor estimado para 2025, limitando a 8,086 milhões de euros o seu valor total em 2026;

- iii. aumento dos Gastos com Pessoal em 230 mil euros face ao valor estimado para 2025, limitando a 3,824 milhões de euros o seu valor total em 2026, sendo que deste montante, consta a verba respeitante às novas contratações que não poderá ter utilização distinta;
- iv. contratação de 1 trabalhador em 2026 para a área de TI, limitando a 48 o número total de trabalhadores em 2026;
- v. substituição de trabalhadores até ao limite de 5% do número de trabalhadores existentes a 31/12/2026 e desde que a substituição não implique um aumento de gastos; e,
- vi. substituição de 6 viaturas da frota automóvel, por forma a garantir a sustentabilidade ambiental e reduzir progressivamente os custos associados à mesma.

A presente deliberação social unânime por escrito deverá ser passada ao livro de atas da Assembleia Geral da Sociedade.

O representante do acionista Estado

Assinado por: António Pedro Ramos Nunes dos Santos

Num. de Identificação: BI14299764

Data: 27-05-2026 10:29:29 +01:00



(António Pedro Ramos Nunes dos Santos)

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS

Demonstração Consolidada da Posição Financeira

Valores em Milhares Euros

RUBRICAS	Notas	31-dez-25	31-dez-24
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	1 044 669	1 051 805
Propriedades de investimento	5	548 635	532 340
Goodwill	6	90 774	90 774
Ativos intangíveis	7	3 668 086	3 679 378
Ativos sob direito de uso	8	17 811	19 476
Ativos biológicos	9	3 682	3 263
Participações financeiras em associadas	10	2 550	2 281
Outras participações financeiras	11	912 718	993 919
Outros ativos financeiros	12	1 222 221	1 350 679
Ativos por impostos diferidos	13	304 320	332 673
Outras contas a receber	17	36 394	27 929
Diferimentos	18	617 654	591 027
		8 469 515	8 675 544
Ativo corrente			
Inventários	19	880 394	871 184
Ativos biológicos	9	17 262	17 833
Clientes	14	468 116	499 590
Adiantamentos a fornecedores	15	8 945	8 935
Estado e outros entes públicos	16	20 666	19 297
Outras contas a receber	17	427 928	426 111
Diferimentos	18	20 592	20 802
Outros ativos financeiros	12	31 559	27 300
Caixa e depósitos bancários	20	458 344	562 780
		2 333 805	2 453 834
Ativos não correntes detidos para venda	21	13 970	-
		2 347 775	2 453 834
Total do ativo		10 817 289	11 129 378
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado		1 960 471	1 960 471
Reservas legais		744 125	744 125
Outras reservas		109 049	88 491
Ajustamentos em ativos financeiros		21 495	102 737
Resultados transitados		3 001 431	2 922 195
Resultado líquido do período atribuível aos detentores do capital da empresa-mãe		233 443	195 526
Total do capital próprio atribuível aos detentores do capital da empresa-mãe	22	6 070 014	6 013 546
Interesses que não controlam	23	396 127	681 345
Total do capital próprio		6 466 141	6 694 891
Passivo não corrente			
Provisões	24	46 831	44 760
Financiamentos obtidos	25	1 144 737	1 255 762
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	26	9 780	11 638
Passivos por impostos diferidos	13	272 048	303 883
Outras contas a pagar	29	103 413	103 870
Diferimentos	18	2 122 680	2 090 998
		3 699 490	3 810 911
Passivo corrente			
Provisões	24	122	-
Fornecedores	27	50 819	42 683
Adiantamentos de clientes	28	2 556	1 091
Estado e outros entes públicos	16	52 782	54 903
Financiamentos obtidos	25	286 598	277 864
Outras contas a pagar	29	216 994	210 585
Diferimentos	18	41 787	36 449
		651 658	623 576
Passivos relacionados com ativos não correntes detidos para venda	21	-	-
		651 658	623 576
Total do passivo		4 351 148	4 434 487
Total do capital próprio e do passivo		10 817 289	11 129 378

Demonstração Consolidada dos Resultados por Natureza

RUBRICAS	Notas	Valores em Milhares Euros	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	30	1 368 865	1 239 770
Subsídios à exploração	31	3 060	3 208
Quota-parte nos resultados de associadas	32	(73)	(146)
Dividendos de participações ao custo e ao justo valor	33	40 680	34 915
Variação nos inventários da produção	34	(5 217)	(7 212)
Trabalhos para a própria entidade	35	11 597	14 048
Custo das vendas	36	(297 158)	(213 757)
Fornecimentos e serviços externos	37	(348 191)	(334 447)
Gastos com o pessoal	38	(206 240)	(192 266)
Ajustamentos de inventários	39	6 198	8 401
Imparidade de dívidas a receber	40	(16 107)	(8 882)
Provisões	41	(2 529)	(580)
Imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis	42	(5 962)	(8 540)
Aumentos / reduções de justo valor	43	14 404	7 543
Outros rendimentos e ganhos	44	37 634	43 960
Outros gastos e perdas	45	(21 690)	(19 740)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		579 270	566 276
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	46	(286 836)	(272 786)
Imparidade de investimentos depreciáveis / amortizáveis	42	(1 489)	5 260
Subsídios ao investimento	47	75 786	71 349
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		366 731	370 100
Juros e rendimentos similares obtidos	48	12 206	11 607
Juros e gastos similares suportados	48	(44 462)	(50 771)
Resultado antes de impostos		334 475	330 937
Imposto sobre o rendimento do período	49	(83 691)	(98 962)
Resultado líquido do período		250 785	231 975
Resultado líquido dos interesses que não controlam	50	17 342	36 449
Resultado líquido dos detentores do capital da empresa-mãe		233 443	195 526
Resultado básico e diluído por ação (euros):			
Proveniente de unidades operacionais em continuação e de unidades operacionais descontinuadas		0,58	0,49
Proveniente de unidades operacionais descontinuadas		0,00	0,00

Demonstração Consolidada do Rendimento Integral

RUBRICAS	Notas	Valores em Milhares Euros	
		2025	2024
Resultado líquido do período		250 785	231 975
Outro rendimento integral			
Rubricas que não irão ser posteriormente reclassificadas nos resultados			
Remensuração de responsabilidades com planos de benefícios definidos	26	(1 380)	(574)
montante originado durante o período			-
Outro rendimento integral imputado de associadas	10	(41)	(5)
montante originado durante o período			-
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos através de outro rendimento integral	13	-	2 413
montante originado durante o período			-
Ajustamentos de justo valor de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	22	-	-
Outros ganhos e perdas		60 690	145 949
montante originado durante o período			-
		59 270	147 784
Rubricas que poderão ser posteriormente reclassificadas nos resultados			
Diferenças de conversão de balanços expressos em moeda diferente		265	-
			-
		265	-
Total de Outro rendimento integral para o período, líquido de imposto sobre o rendimento		59 535	147 785
Total Rendimento Integral		310 320	379 759
Rendimento integral			
Atribuível aos detentores do capital da empresa-mãe		292 978	333 604
Atribuível aos interesses que não controlam		17 342	46 155

Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio

Demonstração de Alterações no Capital Próprio	Valores em Milhares Euros								
	TOTAL	Capital	Reservas legais	Outras reservas	Ajustamentos em ativos financeiros	Resultados transitados	Resultado líquido do Período	Subtotal (antes de I.N.C.)	Interesses que não Controlam
Posição em 01-01-2024	6 329 738	1 960 471	744 125	65 988	(88 583)	2 818 980	182 995	5 683 975	645 762
Transações com proprietários em 2024	(14 607)	-	-	22 475	-	156 484	(182 995)	(4 036)	(10 571)
Aplicação de resultados	23 868	-	-	22 475	-	184 389	(182 995)	23 868	-
Distribuição de lucros e reservas	(38 476)	-	-	-	-	(27 905)	-	(27 905)	(10 571)
Outras transações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rendimento integral em 2024	379 759	-	-	28	191 320	(53 270)	195 526	333 604	46 155
Resultado líquido do período	231 975	-	-	-	-	-	195 526	195 526	36 449
Outro rendimento integral	147 785	-	-	28	191 320	(53 270)	-	138 078	9 706
Posição em 31-12-2024	6 694 891	1 960 471	744 125	88 491	102 737	2 922 195	195 526	6 013 546	681 345
Transações com proprietários em 2025	(539 069)	-	-	20 315	-	(61 299)	(195 526)	(236 510)	(302 559)
Realização de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição e alienação de ações/quotas próprias	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplicação de resultados	(225 311)	-	-	20 315	-	(50 100)	(195 526)	(225 311)	-
Distribuição de lucros e reservas	(21 455)	-	-	-	-	(11 199)	-	(11 199)	(10 256)
Outras transações	(292 303)	-	-	-	-	-	-	-	(292 303)
Rendimento integral em 2025	310 320	-	-	243	(81 242)	140 534	233 443	292 978	17 342
Resultado líquido do período	250 785	-	-	-	-	-	233 443	233 443	17 342
Outro rendimento integral	59 535	-	-	243	(81 242)	140 534	-	59 535	-
Posição em 31-12-2025	6 466 141	1 960 471	744 125	109 049	21 495	3 001 431	233 443	6 070 015	396 127
Dividendos atribuídos em 2025 (a acionistas da empresa-mãe)	11 199								
N.º de ações do capital	400 000 000								
Dividendos por ação (euros)	0,028								

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

		Valores em Milhares Euros	
RUBRICAS	Notas	2025	2024
Atividades operacionais:			
Recebimentos de clientes		1 212 037	1 130 957
Pagamentos a fornecedores		(479 632)	(478 511)
Pagamentos ao pessoal		(203 726)	(192 655)
<i>Caixa gerada pelas operações</i>		528 680	459 791
Pagamento / recebimento de imposto sobre o rendimento		(94 002)	(62 563)
Outros recebimentos / pagamentos relativos à atividade operacional		13 879	3 060
<i>Fluxos de caixa das atividades operacionais</i>	3	448 557	400 288
Atividades de investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Outros ativos fixos tangíveis		14	263
Propriedades de investimento		195	-
Investimentos financeiros		131 292	5
Subsídios ao investimento		41 219	33 687
Juros e rendimentos similares		3 179	3 413
Dividendos		40 680	35 545
Outros ativos		144	71
		216 723	72 984
Pagamentos respeitantes a:			
Outros ativos fixos tangíveis		(48 181)	(54 025)
Propriedades de investimento		(11 080)	(1 871)
Activos biológicos		-	(26)
Outros ativos intangíveis		(158 695)	(146 609)
Investimentos financeiros		(384 550)	(34 254)
		(602 505)	(236 785)
<i>Fluxos de caixa das atividades de investimento</i>	3	(385 783)	(163 801)
Atividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	9 600
Financiamentos obtidos		9 977	16 383
Subsídios e doações		222	-
		10 199	25 983
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(118 701)	(106 351)
Contratos de locação financeira		(4 563)	(3 342)
Juros e gastos similares		(41 236)	(47 198)
Dividendos		(20 449)	(9 936)
		(184 949)	(166 827)
<i>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</i>	3	(174 750)	(140 844)
Variações de caixa e seus equivalentes		(111 976)	95 643
Efeito das diferenças de câmbio		39	0
Caixa e seus equivalentes no início do período		562 780	467 137
Descobertos bancários		7 501	-
Caixa e seus equivalentes no fim do período		450 843	562 780
RUBRICAS	Notas	2025	2024
Caixa e seus equivalentes no fim do período		450 843	562 780
Descobertos bancários		7 501	-
Caixa e depósitos bancários constantes do balanço	20	458 344	562 780

Nota às Demonstrações Financeiras consolidadas

1. Atividade económica do Grupo PARPÚBLICA

A PARPÚBLICA – Participações Públicas, SGPS, S.A. (abreviadamente designada por Sociedade ou PARPÚBLICA) é uma Sociedade Gestora de Participações Sociais de capitais exclusivamente públicos, criada pelo Decreto-Lei n.º 209/2000, de 2 de setembro, constituindo um instrumento empresarial do Estado para atuação nos seguintes domínios:

- (i) A gestão das participações sociais públicas que integrem o seu património;
- (ii) A gestão, através de empresas participadas de objeto especializado do património imobiliário público que lhes seja afeto;
- (iii) A prestação de apoio técnico ao exercício, pelo Ministro das Finanças, da tutela financeira do Estado sobre as empresas públicas e sobre as empresas privadas concessionárias de serviços de interesse económico geral, bem como à gestão de ativos financeiros do Estado;
- (iv) A prestação de serviços no domínio da liquidação de sociedades dissolvidas pelo Estado ou por outros entes públicos;
- (v) A prestação de serviços técnicos de administração e gestão às participadas;
- (vi) A prestação de serviços de consultoria de natureza intelectual, a empresas públicas do setor empresarial do Estado, bem como a aquisição destes serviços em nome, por conta ou em benefício de tais empresas;
- (vii) A instituição e gestão de plataformas de cooperação e de partilha de conhecimento em rede entre as empresas públicas do setor empresarial do Estado.

Considerando as atividades desenvolvidas pelas entidades cujas demonstrações financeiras foram incluídas na consolidação do Grupo PARPÚBLICA e a forma de reporte da informação, foram identificados sete segmentos reportáveis: (i) PARPÚBLICA – Holding; (ii) Gestão e Promoção Imobiliária; (iii) Exploração Agrícola, Pecuária e Florestal; (iv) Produção de Moeda, Publicações e Produtos de Segurança; (v) Águas; (vi) Mercados abastecedores; e (vii) Diversos.

Relato por segmentos

Valores em milhares de Euros

31-dez-25										
Rubricas	SGPS	Atividades Operativas							Eliminações Inter-Segmentos	Consolidado
	Parpública	Gestão e Promoção Imobiliária	Exploração Agrícola Pecuária e Florestal	Produção de Moeda Publicações e Produtos de Segurança	Águas	Mercados Abastecedores	Diversos	Total		
Ativos										
Ativos Não Correntes	4 343 839	451 781	167 778	161 455	4 900 372	125 006	59 506	5 865 898	(1 740 221)	8 469 515
Ativos Correntes	303 972	1 124 682	61 205	123 636	705 580	7 037	23 101	2 045 240	(1 438)	2 347 775
<i>(dos quais detidos para venda)</i>	-	104	13 866	-	-	-	-	13 970	-	13 970
Ativos totais	4 647 810	1 576 463	228 983	285 090	5 605 952	132 042	82 607	7 911 138	(1 741 658)	10 817 289
Passivos										
Passivos Não Correntes	807	62 108	24 738	26 278	3 563 952	21 162	12 096	3 710 334	(11 651)	3 699 490
<i>(dos quais de financiamento obtidos)</i>	92	22 426	742	4 019	1 117 379	-0	11 731	1 156 297	(11 652)	1 144 737
<i>(dos quais Subsídios para Ativos)</i>	-	-	2 725	-	1 428 335	11 720	-	1 442 778	-	1 442 778
Passivos Correntes	162 096	49 629	6 864	24 159	399 923	16 390	4 313	501 279	(11 720)	651 658
<i>(dos quais de financiamento obtidos)</i>	120 686	144	96	792	155 902	8 958	2 403	168 295	(2 383)	286 598
<i>(dos quais Subsídios para Ativos)</i>	-	2 445	1 107	-	-	637	-	4 189	-	4 189
Passivos totais	162 903	111 738	31 602	50 437	3 963 875	37 553	16 409	4 211 613	(23 371)	4 351 148
Capital Próprio do Grupo	4 484 907	1 453 173	197 382	234 654	1 268 275	83 717	66 197	3 303 399	(1 718 287)	6 070 014
Interesses que não controlam	-	11 552	-	-	373 802	10 773	0	396 127	-	396 127
Capital Próprio	4 484 907	1 464 725	197 382	234 654	1 642 077	94 490	66 197	3 699 525	(1 718 287)	6 466 141

Valores em milhares de Euros

31-dez-24										
Rubricas	SGPS	Atividades Operativas							Eliminações Inter-Segmentos	Consolidado
	Parpública	Gestão e Promoção Imobiliária	Exploração Agrícola Pecuária e Florestal	Produção de Moeda Publicações e Produtos de Segurança	Águas	Mercados Abastecedores	Diversos	Total		
PATRIMÓNIO										
Ativos										
Ativos Não Correntes	4 173 855	417 733	187 901	164 598	5 283 144	128 386	60 899	6 242 662	(1 740 971)	8 675 544
Ativos Correntes	508 720	1 077 727	47 345	104 055	694 466	2 821	22 509	1 948 923	(3 814)	2 453 834
<i>(dos quais detidos para venda)</i>	-	-	-	-	-	-	-	0	-	-
Ativos totais	4 682 575	1 495 460	235 246	268 653	5 977 610	131 207	83 408	8 191 585	(1 744 784)	11 129 378
Passivos										
Passivos Não Correntes	121 945	53 106	29 153	30 857	3 550 893	24 592	12 767	3 701 368	(12 401)	3 810 911
<i>(dos quais de financiamento obtidos)</i>	120 743	12 437	252	4 806	1 116 039	1 455	12 432	1 147 421	(12 402)	1 255 762
<i>(dos quais Subsídios para Ativos)</i>	-	-	2 723	-	1 374 216	15 654	-	1 392 593	-	1 392 593
Passivos Correntes	36 830	46 502	7 138	21 899	498 753	19 273	7 273	600 838	(14 096)	623 576
<i>(dos quais de financiamento obtidos)</i>	62	106	41	934	264 846	11 864	2 426	280 216	(2 414)	277 864
<i>(dos quais Subsídios para Ativos)</i>	-	1 896	1 367	-	-	637	-	3 901	-	3 901
Passivos totais	158 776	99 607	36 292	52 756	4 049 646	43 865	20 040	4 302 206	(26 497)	4 434 487
Capital Próprio do Grupo	4 523 799	1 384 083	198 955	215 897	1 268 253	77 478	63 368	3 208 033	(1 718 287)	6 013 546
Interesses que não controlam	-	11 770	-	-	659 711	9 864	0	681 345	-	681 345
Capital Próprio	4 523 799	1 395 853	198 955	215 897	1 927 964	87 342	63 368	3 889 379	(1 718 287)	6 694 891

DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Valores em milhares de Euros

2025										
Rubricas	SGPS	Atividades Operativas							Eliminações Inter-Segmentos	Consolidado
	Parpública	Gestão e Promoção Imobiliária	Exploração Agrícola, Pecuária e Florestal	Produção de Moeda, Publicações e Produtos de Segurança	Águas	Mercados Abastecedores	Diversos	Total		
Vendas e serviços prestados	260	68 308	6 497	135 955	1 127 492	19 685	11 076	1 369 013	(408)	1 368 865
Subsídios à exploração	-	-	2 677	383	-	1	-	3 060	-	3 060
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	(133)	59	-	-	-	-	(73)	-	(73)
Dividendos de participações ao custo e ao justo valor	68 850	-	-	-	-	-	-	-	(28 170)	40 680
Ganhos em alienações de participações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Variação nos inventários da produção + Trabalhos para a própria entidade	-	-	(3 978)	(643)	11 001	-	-	6 380	-	6 380
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-	(327)	(2 281)	(29 279)	(265 270)	-	(1)	(297 158)	-	(297 158)
Fornecimentos e serviços externos	(2 540)	(9 724)	(5 492)	(34 741)	(291 047)	(3 986)	(1 425)	(346 416)	763	(348 191)
Gastos com o pessoal	(2 917)	(6 326)	(3 853)	(32 246)	(158 483)	(2 012)	(402)	(203 323)	-	(206 240)
Ajustamentos de inventários	-	7 074	-	(876)	-	-	-	6 198	-	6 198
Provisões	-	(21)	-	117	(2 626)	-	-	(2 529)	-	(2 529)
Imparidade (reversão) de ativos não depreciáveis / amortizáveis	(5 962)	5 878	38	744	(22 628)	(1)	(139)	(16 107)	-	(22 070)
Aumentos / reduções de justo valor	-	15 060	(1 407)	75	-	426	249	14 404	-	14 404
Outros rendimentos e ganhos	3 452	2 288	5 339	2 297	25 107	136	24	35 192	(1 010)	37 634
Outros gastos e perdas	(52)	(3 218)	(823)	(1 987)	(14 722)	(431)	(458)	(21 638)	-	(21 690)
										-
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	61 091	78 860	(3 225)	39 801	408 824	13 818	8 925	547 002	(28 825)	579 270
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(110)	(508)	(1 263)	(13 686)	(262 686)	(3 406)	(5 177)	(286 726)	-	(286 836)
Imparidade de investimentos depreciáveis / amortizáveis	-	-	(1 594)	-	105	-	-	(1 489)	-	(1 489)
Subsídios ao investimento	-	-	318	113	74 718	637	-	75 786	-	75 786
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	60 981	78 352	(5 764)	26 227	220 961	11 050	3 748	334 574	(28 825)	366 731
Juros suportados e obtidos	(5 040)	(164)	-	(121)	(36 201)	(278)	(684)	(37 449)	655	(41 834)
Outros ganhos e perdas de financiamento	(13)	7 114	(33)	(67)	1 835	(48)	790	9 592	-	9 578
Resultado antes de impostos	55 928	85 302	(5 797)	26 040	186 595	10 724	3 853	306 716	(28 170)	334 475
Imposto sobre o rendimento do período	(2 434)	(15 892)	4 818	(5 058)	(62 017)	(2 084)	(1 023)	(81 256)	-	(83 691)
Resultado líquido do período	53 493	69 410	(979)	20 981	124 578	8 640	2 831	225 461	(28 170)	250 785
Resultado líquido dos Interesses que não controlam	-	(218)	-	-	16 652	908	-	17 342	-	17 342
										-
Resultado líquido dos detentores do capital da empresa-mãe	53 493	69 628	(979)	20 981	107 926	7 731	2 831	208 118	(28 170)	233 443

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Valores em milhares de Euros

2024										
Rubricas	SGPS		Atividades Operativas						Eliminações Inter-Segmentos	Consolidado
	Parpública	Gestão e Promoção Imobiliária	Exploração Agrícola, Pecuária e Florestal	Produção de Moeda, Publicações e Produtos de Segurança	Águas	Mercados Abastecedores	Diversos	Total		
Vendas e serviços prestados	299	75 618	6 187	138 966	987 137	19 725	12 193	1 239 825	(353)	1 239 770
Subsídios à exploração	-	-	2 541	666	-	1	-	3 208	-	3 208
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	(132)	(14)	-	-	-	-	(146)	-	(146)
Dividendos de participações ao custo e ao justo valor	58 398	-	-	-	-	-	-	-	(23 484)	34 915
Ganhos em alienações de participações	-	-	-	-	(6)	-	6	-	-	-
Variação nos inventários da produção + Trabalhos para a própria entidade	-	-	(3 125)	(3 342)	13 303	-	-	6 836	-	6 836
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-	(7 415)	(2 473)	(27 568)	(176 300)	-	(2)	(213 757)	-	(213 757)
Fornecimentos e serviços externos	(2 015)	(8 762)	(5 179)	(33 456)	(280 210)	(3 794)	(1 801)	(333 202)	770	(334 447)
Gastos com o pessoal	(3 011)	(5 369)	(3 747)	(31 359)	(146 484)	(1 885)	(411)	(189 255)	-	(192 266)
Ajustamentos de inventários	-	8 924	-	(523)	-	-	-	8 401	-	8 401
Provisões	-	803	32	(131)	(1 284)	-	-	(580)	-	(580)
Imparidade (reversão) de ativos não depreciables / amortizáveis	(8 540)	(5 839)	42	(536)	(2 548)	(1)	-	(8 882)	-	(17 421)
Aumentos / reduções de justo valor	-	721	6 522	(74)	-	123	251	7 543	-	7 543
Outros rendimentos e ganhos	7 759	1 314	5 231	2 941	29 439	178	60	39 163	(2 962)	43 960
Outros gastos e perdas	(34)	(2 799)	(433)	(2 604)	(13 440)	(428)	(1)	(19 705)	-	(19 740)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	52 856	57 063	5 583	42 980	409 607	13 920	10 296	539 449	(26 029)	566 276
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	(113)	(480)	(1 295)	(12 114)	(250 828)	(3 306)	(4 650)	(272 673)	-	(272 786)
Imparidade de investimentos depreciables / amortizáveis	-	-	2 041	-	195	-	3 024	5 260	-	5 260
Subsídios ao investimento	-	-	212	193	70 307	637	-	71 349	-	71 349
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	52 743	56 583	6 541	31 059	229 281	11 252	8 670	343 386	(26 029)	370 100
Juros suportados e obtidos	(5 040)	(45)	(0)	(5)	(42 282)	(680)	(2 546)	(45 557)	2 546	(48 052)
Outros ganhos e perdas de financiamento	(12)	6 744	(18)	(30)	1 463	(67)	809	8 901	-	8 888
Resultado antes de impostos	47 691	63 282	6 523	31 024	188 462	10 505	6 933	306 729	(23 483)	330 937
Imposto sobre o rendimento do período	(2 382)	(17 945)	782	(6 934)	(69 497)	(2 190)	(796)	(96 580)	-	(98 962)
Resultado líquido do período	45 309	45 337	7 305	24 090	118 965	8 314	6 137	210 150	(23 483)	231 975
Resultado líquido dos Interesses que não controlam	0	-179	-	-	35 766	862	-	36 448	-	36 449
-										
Resultado líquido dos detentores do capital da empresa-mãe	45 309	45 516	7 305	24 090	83 199	7 452	6 137	173 701	(23 483)	195 526

2. Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas

2a – Bases de apresentação

As presentes demonstrações financeiras consolidadas respeitam ao período anual findo em 31 de dezembro de 2025, tendo sido preparadas a partir dos registos contabilísticos das sociedades do Grupo efetuados no pressuposto da continuidade das operações e do regime de acréscimo e apresentadas em milhares de euros, salvo quando referida outra unidade.

As principais políticas contabilísticas adotadas pelo Grupo PARPÚBLICA na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas são expostas nas notas seguintes. Excetuando as situações de alterações nas políticas contabilísticas descritas na nota 2d, estas políticas foram aplicadas de forma consistente para todos os exercícios apresentados.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (*International Financial Reporting Standards* – IFRS), Normas Internacionais de Contabilidade e Interpretações (*International Accounting Standards and Interpretations*), coletivamente denominadas IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), tal como adotadas na União Europeia (UE).

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de determinadas estimativas contabilísticas críticas, bem como juízos de valor ao aplicar as políticas contabilísticas do Grupo PARPÚBLICA da forma mais apropriada. As áreas onde foram aplicadas as estimativas e feitos os juízos de valor mais significativos encontram-se apresentadas na nota 2l.

2b - Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas das entidades integradas no Grupo PARPÚBLICA são apresentadas como as de uma única entidade económica. As transações e balanços intra-grupo são eliminados integralmente.

As subsidiárias incluídas nas demonstrações financeiras encontram-se listadas na nota 2m.

2c - Concentrações de atividades empresariais

As presentes demonstrações financeiras consolidadas incorporam os resultados de concentrações de atividades empresariais usando o método de aquisição. Os resultados das operações das sociedades adquiridas são incluídos na demonstração consolidada dos resultados a partir da data em que o controlo é obtido.

2d – Alterações nas políticas contabilísticas

2di. Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor a partir 01 de janeiro de 2025

- **Alterações à IAS 21 – Falta de capacidade de câmbio (Regulamento 2024/2862 da Comissão, de 12 de novembro de 2024)**

- Em 15 de Agosto, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu uma emenda à IAS 21 intitulada “Lack of Exchangeability”. Esta emenda resultou do facto da IAS 21, até ao momento, não incluir quaisquer requisitos explícitos para a determinação da taxa de câmbio a aplicar quando uma determinada moeda estrangeira não consegue ser cambiada por outras moedas, levando a uma diversidade no tratamento prático que era aplicado nestas situações.

As emendas, agora introduzidas, incluem essencialmente o seguinte:

- Os requisitos para avaliar quando é que uma moeda é cambiável noutras moedas e quando é que não é cambiável;
- Os requisitos para determinar a taxa de câmbio à vista quando uma determinada moeda não é cambiável em outras moedas;
- Os requisitos de divulgações adicionais aplicáveis quando uma entidade efetua estimativas sobre a taxa de câmbio à vista porque a moeda não é cambiável em outras moedas;
- Guias de aplicação para auxiliar as entidades na avaliação sobre se uma moeda é ou não cambiável em outras moedas e a estimar a taxa de câmbio à vista quando esta não for cambiável;
- Exemplos ilustrativos; e
- Emendas à IFRS 1 – Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro para alinhar os requisitos relacionados com hiperinflações severas com os das atuais emendas à IAS 21.

Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2025.

2dii. Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor a partir 01 de janeiro de 2026

- **Emendas à classificação e mensuração de instrumentos financeiros - emendas à IFRS 9 e à IFRS 7 (Regulamento 2025/1047 da Comissão, de 27 de maio de 2025)**

- O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu uma emenda à IFRS 9 e à IFRS 7, intitulada “Emendas à classificação e mensuração de instrumentos financeiros”.

As emendas aos requisitos destas duas IFRS estão relacionadas com:

- liquidação de passivos financeiros através de sistemas eletrónicos de pagamentos; e
- avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, incluindo aqueles com características relacionadas com requisitos ESG.

O IASB também alterou os requisitos de divulgação relacionados com investimentos em instrumentos de capital próprio ao valor justo através do outro rendimento integral e adicionou requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes que não estejam diretamente relacionadas com os riscos e custos de financiamento normais.

Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2026.

• **Contratos relativos a eletricidade dependente da natureza – Emendas à IFRS 9 e à IFRS 7 (Regulamento 2025/1266 da Comissão, de 30 de junho de 2025)**

- O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu em 18 de dezembro de 2024 alterações específicas para ajudar as empresas a reportar melhor os efeitos financeiros dos contratos relativos a eletricidade dependente da natureza, que são geralmente estruturados como contratos de compra de energia (*Power-Purchase Agreements* – PPAs).

Os contratos relativos a eletricidade dependente da natureza ajudam as empresas a garantirem o seu fornecimento de eletricidade a partir de fontes tais como a energia eólica e solar. A quantidade de eletricidade gerada ao abrigo destes contratos pode variar com base em fatores incontrolláveis, como as condições meteorológicas. Os requisitos contabilísticos atuais podem não captar adequadamente a forma como estes contratos afetam o desempenho de uma determinada empresa.

Para permitir que as empresas possam refletir melhor estes contratos nas suas demonstrações financeiras, o IASB procedeu a alterações específicas à IFRS 9 Instrumentos Financeiros e à IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações.

Estas alterações incluem:

- A clarificação da aplicação dos requisitos de “uso próprio”;
- A permissão da utilização da contabilidade de cobertura se esses contratos forem utilizados como instrumentos de cobertura; e
- A adição de novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores compreendam os efeitos destes contratos no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade.

Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2026.

• **Melhoramentos Anuais das Normas de Contabilidade IFRS – Volume 11 (Regulamento 2025/1331 da Comissão, de 9 de julho de 2025)**

- O *International Accounting Standards Board* (IASB), no âmbito da sua manutenção regular das Normas, emitiu durante o mês de julho de 2024 algumas emendas às IFRS que foram publicadas

num único documento (Melhoramentos Anuais das Normas de Contabilidade IFRS – Volume 11) e que visam melhorar a coerência das Normas através de clarificações, simplificações e correções às mesmas.

As Normas alteradas por estas emendas foram as seguintes:

- IFRS 1 Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro;
- IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações;
- IFRS 9 Instrumentos Financeiros;
- IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas;
- IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2026.

2diii. Normas (novas ou revistas) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (IASB) e interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretation Committee” (IFRIC) e ainda não endossadas pela União Europeia

Adicionalmente, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, encontram-se emitidas pelo IASB as seguintes normas e interpretações, ainda não endossadas pela União Europeia:

• **IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras (emitida pelo IASB em 10 de abril de 2024)**

- Em 9 de abril de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu a IFRS 18 intitulada “Presentation and Disclosure in Financial Statements” que irá substituir a IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras como a primeira fonte dos requisitos das IFRS para a preparação das demonstrações financeiras. Apesar da IFRS 18 introduzir alterações significativas na apresentação das demonstrações financeiras, nem todos os aspetos da IAS foram objeto de revisão. Em muitas áreas, esperam-se que os requisitos da IAS 1 sejam transportados para a IFRS 18 e mantidos substancialmente inalterados.

As alterações mais significativas introduzidas pela IFRS 18 resumem-se da seguinte forma:

- Categorias e subtotais exigidos na demonstração dos resultados: os itens de rendimentos e de gastos serão classificados entre categorias operacionais, de financiamento, de investimento, de impostos sobre o rendimento e operações descontinuadas. Esta classificação dependerá de uma combinação entre uma avaliação sobre as principais atividades da entidade e determinadas escolhas de políticas contabilísticas;
- Subtotais exigidos na demonstração dos resultados: com base na aplicação dos requisitos de classificação descritos no ponto anterior, determinados subtotais serão exigidos na apresentação das demonstrações financeiras, tais como o resultado operacional. A definição de resultado operacional está agora incluída na IFRS 18;

- Classificação, agregação e desagregação: requisitos alargados para a classificação, agregação e desagregação da informação nas demonstrações financeiras;
- Alterações pontuais na demonstração dos fluxos de caixa: requisitos revistos sobre como deverá ser apresentada a demonstração dos fluxos de caixa, incluindo a classificação dos fluxos de caixa de juros e de dividendos;
- Medidas de desempenho definidas pela gestão: a exigência de determinadas entidades incluírem “medidas de desempenho definidas pela gestão” (i.e., medidas de desempenho alternativas, medidas não contabilísticas, etc.) nas notas às demonstrações financeiras, com uma reconciliação para o subtotal mais próximo que seja consistente com as IFRS. Por exemplo, reconciliação do “resultado líquido ajustado” com o resultado líquido do exercício evidenciado na demonstração dos resultados.

Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2027, estando esta Norma ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.

- **IFRS 19 – Subsidiárias não sujeitas à prestação pública de informações financeiras (emitida pelo IASB em 9 de maio de 2024)**

- O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu durante o mês de maio de 2024 uma nova Norma Internacional de Relato Financeiro 19, intitulada “Subsidiárias não sujeitas à prestação pública de informações financeiras”.

A IFRS 19 permite que as entidades que cumpram determinados requisitos possam aplicar integralmente os requisitos de mensuração das IFRS, mas apresentem divulgações com exigências mais reduzidas.

Uma entidade é elegível para aplicação da IFRS 19 na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas, separadas ou individuais se cumprir com os seguintes critérios no final do período de relato:

- A entidade é uma subsidiária (conforme definido no Anexo A da IFRS 10);
- A entidade não apresenta publicamente as suas demonstrações financeiras; e
- A entidade tem uma empresa-mãe final ou intermédia que prepara demonstrações financeiras consolidadas disponíveis ao público de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2027, estando esta Norma ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.

- **Emendas à IFRS 19 – Subsidiárias não sujeitas à prestação pública de informações financeiras (emitida pelo IASB em 21 de agosto de 2025)**

- O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu durante o mês de agosto de 2025 um conjunto de alterações à IFRS 19, completando o seu plano de trabalhos de atualização para esta Norma. A IFRS 19, publicada em maio de 2024, permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as IFRS com exigências de divulgação mais reduzidas. Esta Norma incluía os requisitos de divulgação reduzidos exigidos pelas outras normas ou alterações que tinham sido emitidas até fevereiro de 2021. As alterações agora publicadas ajudam as entidades a reduzir os requisitos de divulgações relativos às normas ou alterações emitidas entre fevereiro de 2021 e maio de 2024, especificamente:
 - IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras;
 - Acordos de financiamento de fornecedores (alterações à IAS 7 e à IFRS 7);
 - Reforma fiscal internacional – Regras-Modelo do Segundo Pilar (alterações à IAS 12);
 - Falta de capacidade de câmbio (alterações à IAS 21); e
 - Emendas à classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações à IFRS 9 e à IFRS 7).

Com estas alterações, a IFRS 19 passa a refletir as alterações introduzidas nas IFRS que entram em vigor até 1 de janeiro de 2027, altura em que a IFRS 19 será aplicável.

No futuro, a IFRS 19 será atualizada simultaneamente com a emissão ou com a revisão de outras IFRS pelo IASB.

- **Emendas à IAS 21 – Transposição para a moeda de relato de uma economia hiperinflacionária (emitida pelo IASB em 13 de novembro de 2025)**

- Em 13 de novembro de 2025 o IASB emitiu uma emenda à IAS 21 em que especifica os procedimentos para a transposição da moeda funcional, que é a moeda da economia não-hiperinflacionária para a moeda de relato que é a moeda da economia hiperinflacionária. As alterações endereçam tanto as transposições das demonstrações financeiras da entidade como as transposições das demonstrações financeiras de uma operação estrangeira nessa situação.

Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2027, estando esta Norma ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.

2e – Imparidade de ativos em geral

Os ativos intangíveis que não têm uma vida útil definida e os ativos intangíveis em curso não estão sujeitos a amortização, mas são objeto de testes de imparidade anuais a exemplo do que acontece com o goodwill. Os ativos sujeitos a amortização são revistos quanto à imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolvidas indiquem que o valor pelo qual se encontram registrados nas demonstrações financeiras consolidadas possa não ser recuperável. Uma perda por imparidade é reconhecida pelo excesso da quantia escriturada do ativo face à sua quantia recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um ativo, deduzido dos custos de vender, e o seu valor de uso. Na impossibilidade de atribuir uma quantia recuperável a um determinado ativo, o mesmo deverá ser agregado com outros ativos, de forma que conjuntamente gerem fluxos de caixa independentes e, dessa forma, constituam uma Unidade Geradora de Caixa (UGC). Sempre que se verifique uma perda por imparidade numa UGC à qual tenha sido alocado goodwill, a perda será imputada em primeiro lugar ao goodwill sendo o remanescente rateado por entre os ativos que a compõem com base na quantia escriturada dos mesmos. Nesta repartição pelos ativos, o valor ajustado de cada um não poderá ficar inferior ao maior de entre o justo valor deduzido dos custos de vender, o seu valor de uso e zero.

A perda por imparidade é reconhecida na demonstração consolidada dos resultados. A amortização do bem será ajustada prospectivamente de acordo com o valor amortizável ajustado pela imparidade registrada.

2f – Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é apurado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes registrados diretamente em resultados do período, exceto no que se refere aos derivados de cobertura. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura, em resultados do período, depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou, na sua ausência, é determinado por entidades externas tendo por base técnicas de valorização, incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa e modelos de avaliação de opções conforme seja apropriado.

Contabilidade de cobertura

O Grupo PARPÚBLICA utiliza instrumentos financeiros derivados para cobertura de riscos. Os derivados que não se qualificam para contabilidade de cobertura são registrados como de negociação.

Os derivados de cobertura são registrados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adotado pelo Grupo PARPÚBLICA.

Um relacionamento de cobertura só é elegível para contabilidade de cobertura se forem satisfeitos todos os seguintes critérios:

- O relacionamento de cobertura é constituído apenas por instrumentos de cobertura elegíveis e itens cobertos elegíveis.
- No início da relação de cobertura, existe designação e documentação formais relativamente ao relacionamento de cobertura e ao objetivo e estratégia da gestão de risco da entidade para efetuar a cobertura. Essa documentação deve incluir a identificação do instrumento de cobertura, o item coberto, a natureza do risco a ser coberto e a forma como a entidade vai avaliar se o relacionamento de cobertura satisfaz os requisitos de eficácia da cobertura (incluindo a sua análise das fontes de ineficácia da cobertura e a forma como determina o rácio de cobertura).
- O relacionamento de cobertura satisfaz todos os seguintes requisitos de eficácia da cobertura:
 - (i) Existe uma relação económica entre o item coberto e o instrumento de cobertura;
 - (ii) O efeito do risco de crédito não domina as alterações de valor que resultam dessa relação económica; e
 - (iii) O rácio de cobertura do relacionamento de cobertura é o mesmo que o que resulta da quantidade do item coberto que uma entidade cobre efetivamente e da quantidade do instrumento de cobertura que a entidade utiliza efetivamente para cobrir essa quantidade do item coberto. Contudo, esta designação não deve refletir um desequilíbrio entre as ponderações do item coberto e as do instrumento de cobertura, suscetível de criar uma ineficácia da cobertura (independentemente de ser ou não reconhecida) que possa conduzir a um resultado contabilístico incompatível com o objetivo da contabilidade de cobertura.

Existem três tipos de relacionamentos de cobertura:

- Cobertura de justo valor: uma cobertura da exposição às alterações do justo valor de um ativo ou passivo reconhecido ou de um compromisso firme não reconhecido, ou de uma componente de qualquer um desses itens, que seja atribuível a um risco específico e seja suscetível de afetar os resultados. Este relacionamento de cobertura deve ser contabilizado como se segue:

- (i) O ganho ou perda resultante do instrumento de cobertura deve ser reconhecido nos resultados (ou em outro rendimento integral, se o instrumento de cobertura cobrir um instrumento de capital próprio relativamente ao qual a entidade optou por apresentar as alterações no justo valor em outro rendimento integral).
- (ii) O ganho ou perda de cobertura resultante do item coberto deve ajustar a quantia escriturada do item coberto (se aplicável) e ser reconhecido nos resultados. Se o item coberto for um ativo financeiro (ou uma componente do mesmo) que é mensurado pelo justo valor através de outro rendimento integral, o ganho ou perda de cobertura resultante do item coberto deve ser reconhecido nos resultados. Porém, se o item coberto for um instrumento de capital próprio relativamente ao qual a entidade optou por apresentar as alterações no justo valor em outro rendimento integral, essas quantias devem permanecer em outro rendimento integral. Quando um item coberto é um compromisso firme não reconhecido (ou uma componente do mesmo), a alteração acumulada no justo valor do item coberto subsequente à sua designação é reconhecida como um ativo ou passivo, sendo o correspondente ganho ou perda reconhecido nos resultados.
- Cobertura de fluxos de caixa: uma cobertura da exposição à variabilidade dos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco específico associado à totalidade ou a uma componente de um ativo ou passivo reconhecido (como por exemplo a totalidade ou alguns dos futuros pagamentos de juros sobre uma dívida de taxa variável) ou a uma transação prevista altamente provável, e suscetível de afetar os resultados. Este relacionamento de cobertura deve ser contabilizado como segue:
 - (i) A componente separada do capital próprio associada ao item coberto (reserva de cobertura dos fluxos de caixa) é ajustada para a mais baixa das seguintes quantias (em valores absolutos):
 - O ganho ou perda acumulado resultante do instrumento de cobertura desde o início da cobertura; e
 - A alteração acumulada do justo valor (valor atual) do item coberto (isto é, o valor atual da alteração acumulada dos fluxos de caixa futuros esperados cobertos) desde o início da cobertura.
 - (ii) A parte do ganho ou perda resultante do instrumento de cobertura que se determine constituir uma cobertura eficaz (isto é, a parte que é compensada pela alteração da reserva de cobertura dos fluxos de caixa calculada em conformidade com a alínea i)) deve ser reconhecida em outro rendimento integral.
 - (iii) Qualquer ganho ou perda remanescente resultante do instrumento de cobertura (ou qualquer ganho ou perda necessário para equilibrar a alteração na reserva de cobertura dos fluxos de caixa calculada em conformidade com a alínea i)) constitui uma ineficácia da cobertura que deve ser reconhecida nos resultados.

- (iv) A quantia que foi acumulada na reserva de cobertura dos fluxos de caixa de acordo com a alínea i) deve ser contabilizada como se segue:
- Se uma transação prevista coberta resultar subsequentemente no reconhecimento de um ativo não financeiro ou de um passivo não financeiro, ou se uma transação prevista coberta de um ativo não financeiro ou de um passivo não financeiro se tornar um compromisso firme ao qual se aplica a contabilidade de cobertura de justo valor, a entidade deve retirar essa quantia da reserva de cobertura dos fluxos de caixa e incluí-la diretamente no custo inicial ou noutra quantia escriturada do ativo ou passivo. Isto não é considerado um ajustamento de reclassificação (ver IAS 1), pelo que não afeta o outro rendimento integral.
 - Relativamente às coberturas de fluxos de caixa que não sejam as abrangidas pela subalínea a), essa quantia deve ser reclassificada da reserva de cobertura dos fluxos de caixa para os resultados, como ajustamento de reclassificação (ver IAS 1) no mesmo período ou períodos durante os quais os fluxos de caixa futuros esperados cobertos afetam os resultados (por exemplo, nos períodos em que é reconhecido o rendimento de juros ou a despesa com juros ou quando ocorre uma venda prevista).
 - Todavia, se essa quantia for uma perda e uma entidade previr que não vai recuperar a totalidade ou uma parte dessa perda num ou mais períodos futuros, deve reclassificar imediatamente a quantia que não espera recuperar nos resultados, como ajustamento de reclassificação (ver IAS 1).
- Cobertura de um investimento líquido numa unidade operacional estrangeira tal como definido na IAS 21. As coberturas de um investimento líquido numa unidade operacional estrangeira, incluindo uma cobertura de um item monetário que seja contabilizada como parte do investimento líquido (ver IAS 21), devem ser contabilizadas de forma semelhante às coberturas de fluxos de caixa:
 - (i) A parte do ganho ou perda resultante do instrumento de cobertura que se determine constituir uma cobertura eficaz deve ser reconhecida em outro rendimento integral; e
 - (ii) A parte ineficaz deve ser reconhecida nos resultados.

O ganho ou perda acumulado resultante do instrumento de cobertura relacionado com a parte eficaz da cobertura que tenha sido acumulada na reserva de transposição de moeda estrangeira deve ser reclassificado do capital próprio para os resultados, como ajustamento de reclassificação de acordo com a IAS 21 aquando da alienação ou alienação parcial da unidade operacional estrangeira.

Derivados embutidos

Os derivados embutidos em passivos financeiros são tratados separadamente sempre que os riscos e benefícios económicos do derivado não estão relacionados com os do instrumento principal, desde que este não esteja contabilizado ao justo valor com impacto em resultados do exercício. Os derivados embutidos são registados ao justo valor com as suas variações registadas em resultados do exercício.

2g – Outros Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Estes passivos financeiros são mensurados inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado usando o método do juro efetivo.

2h – Locações

Situações em que o Grupo PARPÚBLICA age como locatário

Reconhecimento

O Grupo PARPÚBLICA reconhece um ativo sob direito de uso e um passivo de locação na data de início do contrato de locação. O ativo sob direito de uso é inicialmente mensurado ao custo, que compreende o valor inicial da responsabilidade de locação ajustada por quaisquer pagamentos de locação feitos em/ou antes da data de início, além de quaisquer custos diretos iniciais incorridos, assim como uma estimativa dos custos de desmantelamento e remoção do ativo subjacente (caso aplicável), deduzido de qualquer incentivo concedido.

O passivo de locação é inicialmente reconhecido pelo valor presente das rendas ainda não pagas à data do contrato de locação, descontando os juros a uma taxa de juro implícita na locação ou, no caso em que não seja possível determinar esta taxa facilmente, utilizando a taxa de juro incremental do Grupo. Em geral, o Grupo PARPÚBLICA utiliza a sua taxa de juro incremental como a taxa de desconto a aplicar.

Pagamentos de locação incluídos na mensuração do passivo de locação incluem o seguinte:

- pagamentos fixos, deduzidos de quaisquer incentivos já recebidos;
- pagamentos de locação variável, dependente de uma determinada taxa ou índice;
- montantes que sejam devidos ao abrigo de uma garantia do valor residual;
- preço de exercício da opção de compra, se for razoavelmente certo que o locatário exerça a opção; e
- pagamento de penalidades pelo término do contrato, se for razoavelmente certo que o locatário faça cessar o contrato.

O passivo da locação é remensurado quando se verificam alterações nos pagamentos futuros derivados de uma alteração da taxa ou índice, se ocorrer uma alteração na estimativa do Grupo PARPÚBLICA do montante que deverá ser pago sob uma garantia de valor residual, ou caso o Grupo PARPÚBLICA altere a sua avaliação acerca da opção de exercício de compra, ou da extensão ou cessação do contrato.

Quando o passivo da locação é remensurado, o valor do direito de uso é também ajustado, ou é registado um lucro ou prejuízo na demonstração de resultados, se a quantia escriturada do ativo do direito de uso já se encontrava reduzida a zero.

O Grupo PARPÚBLICA apresenta os ativos sob direito de uso numa rubrica segregada na demonstração da posição financeira. Os passivos da locação estão evidenciados na rubrica “Financiamentos obtidos”.

Locações de curto prazo ou locações de ativos de baixo valor

O Grupo PARPÚBLICA não reconhece como direitos de uso de ativos ou passivos de locação contratos de locação de duração inferior a 12 meses ou locações de ativos de baixo valor (inferiores a 5 000 euros). O Grupo PARPÚBLICA reconhece os dispêndios associados a estas locações como um gasto do exercício durante o período de vida dos contratos.

Depreciação

O ativo sob direito de uso é depreciado utilizando o método de depreciação linear, com base no mais baixo de entre a vida útil do ativo sob direito de uso ou o fim do prazo da locação. A vida útil estimada dos ativos sob direito de uso é determinada na mesma base que para os restantes ativos tangíveis.

Imparidades

O Grupo PARPÚBLICA aplica a IAS 36 Imparidade de Ativos para determinar se o ativo sob direito de uso está ou não em imparidade e contabilizar qualquer perda por imparidade identificada.

Estimativas contabilísticas e julgamentos

Vidas úteis, valores residuais dos ativos e taxas de desconto

O apuramento dos valores residuais dos ativos, estimativa das vidas úteis e taxas de desconto têm por base premissas dos contratos de locação (ou ativos similares) e são definidos baseados no julgamento da Gestão, assim como nas melhores práticas do mercado.

Imparidade dos Ativos sob Direitos de uso

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa dos fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor dos ativos sob direito de uso exige um elevado nível de julgamento da Gestão, em termos de identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, nomeadamente os fluxos de caixa esperados, as taxas de desconto aplicáveis e as vidas úteis e valores residuais.

Situações em que o Grupo PARPÚBLICA age como locador – Locação operacional

O Grupo PARPÚBLICA apresenta os ativos sujeitos a locação operacional no seu balanço de acordo com a natureza do ativo.

Os rendimentos provenientes de contratos de locação operacional são reconhecidos no rendimento numa base de linha reta durante o prazo da locação.

Os custos diretos iniciais incorridos são adicionados à quantia escriturada do ativo locado e reconhecidos como um gasto durante o prazo da locação, na mesma base do rendimento da locação.

2i – Reconhecimento de gastos e perdas e de rendimentos e ganhos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime contabilístico do acréscimo. As diferenças entre os montantes pagos e recebidos e os respetivos gastos e rendimentos são registados no passivo e no ativo respetivamente.

Trabalhos para a própria entidade

Os trabalhos para a própria entidade correspondem essencialmente aos gastos associados à execução e reparação de equipamentos próprios e incluem gastos com materiais, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos obtidos que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica como parte do custo desse ativo são objeto de capitalização. Os outros custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período em que sejam incorridos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e em conformidade com o método da taxa de juro efetiva.

A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou quando a execução do projeto em causa se encontre suspensa ou substancialmente concluída.

2j – Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor à data de transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados. Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As demonstrações financeiras das subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas cuja moeda funcional difere do euro são transpostas para euros da seguinte forma:

- Os ativos e passivos de cada balanço são transpostos à taxa de câmbio na data desse balanço;
- Os rendimentos, gastos e fluxos de caixa evidenciados em cada demonstração financeira são transpostos às taxas de câmbio nas datas das transações; e
- Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas no capital próprio.

2k – Atividade Regulada - Serviços no âmbito de concessões de águas

Introdução

As empresas gestoras de SMM (sistemas multimunicipais) desenvolvem a sua atividade num sector regulado, estando sujeita à intervenção da ERSAR (Lei n.º 10/2014, de 6 de março, que aprova os novos estatutos da ERSAR, no quadro das novas atribuições das entidades reguladoras fixadas pela Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto). O principal efeito da regulação sobre a atividade das empresas está no escrutínio que a entidade reguladora faz da tarifa, e dos rendimentos tarifários, se aplicável, a aplicar aos serviços prestados aos utilizadores, bem como na aprovação dos Desvios de Recuperação de Gastos a reconhecer anualmente nas contas dos SMM, mediante um cenário de eficiência definido previamente. Através do Decreto-Lei n.º 77/2024, de 23 de outubro foi restituída à ERSAR a competência da aprovação das tarifas a partir de 1 de janeiro de 2026, mantendo-se a sua autonomia em termos orgânicos, funcionais e financeiros, sendo equiparada a outras entidades reguladoras independentes.

Por via do contrato de concessão, a entidade reguladora, passou ainda a deter o poder de aprovar o valor do desvio de recuperação de gastos que a Águas do Norte, Águas do Centro Litoral, Águas do Vale do Tejo, Águas do Tejo Atlântico, Simarsul, Águas do Douro e Paiva, Simdouro e Águas do Algarve podem registar nas suas contas anuais. Facto que confere à entidade reguladora o poder efetivo de determinar os gastos que podem ser recuperados por via tarifária.

As empresas gestoras de SMM estão ainda sujeitas à intervenção da entidade reguladora em matéria de qualidade de serviço, aferida por um conjunto de indicadores avaliados anualmente, e em matéria de qualidade da água para consumo humano, no âmbito dos poderes da ERSAR enquanto autoridade nacional da água para consumo humano.

Enquadramento – atividade concessionada

A IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos contratos de concessão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo sobre os ativos da concessão. Nos termos desta norma o Grupo presta dois tipos de serviços: o de construção, modernização e renovação das infraestruturas afetas ao sistema; e o de exploração e gestão (operar e manter) do sistema constituído pelas infraestruturas necessárias à prestação de serviços aos utilizadores.

Deste modo o Grupo reconhece e mensura o rédito dos serviços que presta de acordo com o disposto na IFRS 15 – Rédito de Contratos c/ Clientes. Se o Grupo prestar mais que um serviço (i.e. construção ou modernização dos serviços e operação) ao abrigo de um só contrato de concessão, o valor (preços ou tarifas) a receber deve ser distribuído de acordo com os seus justos valores, quando estes forem individualmente (separadamente) identificáveis. A natureza do preço e da tarifa determina o seu tratamento contabilístico. O Grupo deve reconhecer o rédito e os custos relacionados com a construção ou modernização das infraestruturas e o rédito e os custos relacionados com a operação de acordo com o IFRS 15.

Adicionalmente, a infraestrutura no âmbito da IFRIC 12 não é reconhecida como ativo tangível do operador (ou concessionária) porque o contrato de concessão não lhe dá o direito de a controlar. O operador tem acesso e opera a infraestrutura para prestar um serviço público em nome do concedente, de acordo com os termos do contrato. Nos termos do contrato de concessão, no âmbito desta norma, o operador (ou concessionária) atua como um prestador de serviços. O operador (ou concessionária) constrói ou moderniza as infraestruturas (construção ou modernização dos serviços) utilizadas para prestar serviços públicos e opera e mantém as infraestruturas (operação) durante um período específico de tempo.

Se o operador (ou concessionária) construir ou modernizar as infraestruturas, o valor (tarifa) recebido ou a receber pelo operador deve ser reconhecido pelo seu justo valor, e este corresponde a um valor que se materializa num direito que corresponde a (a) um ativo financeiro, ou (b) um ativo intangível.

O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo financeiro na medida em que tem um direito contratual de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços prestados, que correspondem a montantes específicos ou determináveis. Neste modelo, o concedente dispõe de poucos ou nenhuns poderes discricionários para evitar o pagamento em virtude de o acordo ser em geral legalmente vinculativo (o operador, ou concessionária, tem um direito incondicional de receber dinheiro se o concedente garantir contratualmente esse pagamento ao operador que corresponde a

(i) um montante específico ou (ii) à diferença, se existir, entre os montantes recebidos dos utilizadores do serviço público e outro montante específico, mesmo que o pagamento seja contingente ao facto de a concessionária assegurar que a infraestrutura está de acordo com os requisitos de qualidade e eficiência).

O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo intangível na medida em que recebe um direito (licença) de cobrar aos utilizadores por um serviço público. O direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público não é um direito incondicional de cobrança, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

A 31 de dezembro de 2025 e 2024 as Concessões e Parcerias eram as seguintes:

Água e saneamento	Concessão/ Parceria	Prazo	Período	Remuneração acionista	
				Taxa	Incidência ⁽¹⁾
Águas do Algarve	Concessão	30 anos	2019-2048	OT 10 anos + 3%	C. Social + Res. Legal
Águas do Alto Minho	Parceria	30 anos	2019-2049	OT 10 anos + 3%	C. Social + Res. Legal
Águas do Norte	Concessão	30 anos	2015-2045	OT 10 anos + 3%	C. Social + Res. Legal
Águas do Norte	Parceria	50 anos	2015-2064	OT 10 anos + 3%	C. Social + Res. Legal
Águas do Douro e Paiva ⁽²⁾	Concessão	20 anos	2017-2036	OT 10 anos + 3%	C. Social + Res. Legal
Simdouro	Concessão	50 anos	2017-2066	OT 10 anos + 3%	C. Social + Res. Legal
Águas do Centro Litoral	Concessão	30 anos	2015-2045	OT 10 anos + 3%	C. Social + Res. Legal
Águas do Vale do Tejo	Concessão	30 anos	2015-2045	OT 10 anos + 3%	C. Social + Res. Legal
Águas da Região de Aveiro	Parceria	50 anos	2009-2059	OT 10 anos + 3%	C. Social + Res. Legal
Águas de Santo André	Concessão	30 anos	2002-2031	OT 10 anos + 3%	C. Social + Res. Legal
Águas Públicas do Alentejo	Parceria	50 anos	2009-2059	OT 10 anos + 3%	C. Social + Res. Legal
Águas do Tejo Atlântico	Concessão	30 anos	2017-2046	OT 10 anos + 3%	C. Social + Res. Legal
Simarsul	Concessão	30 anos	2017-2046	OT 10 anos + 3%	C. Social + Res. Legal

(1) A remuneração OT 10 anos + 3% incide sobre o capital social e reserva legal. Adicionalmente sobre os dividendos em dívida incide remuneração equivalente à OT 10 anos.

(2) Nos termos do anexo 2 da Cláusula 5.ª do Contrato de Concessão, o prazo da concessão pode ser prorrogado por um período adicional de 10 anos.

Classificação da infraestrutura

Atendendo à tipologia dos contratos de concessão das empresas gestoras de SMM (sistemas multimunicipais), nomeadamente no que diz respeito ao seu enquadramento legal (direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público que é inerente ao facto de os utilizadores utilizarem esse serviço), foi entendimento de que o modelo que se adequa à realidade da empresa é o do intangível. Deste modo, as empresas gestoras de SMM (sistemas multimunicipais) como concessionária classificam as infraestruturas do sistema que exploram como ativos intangíveis – Direito de utilização de infraestruturas.

Os ativos intangíveis (direitos de exploração) são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo os custos e proveitos (líquidos) diretos e indiretamente relacionados com os projetos de investimento, que são capitalizados em imobilizações em curso. Os custos que podem ser capitalizados são os relacionados com a realização do investimento. Os custos operacionais são afetos ao imobilizado em curso através de uma percentagem calculada em função da afetação do pessoal aos respetivos projetos.

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento do investimento em curso são capitalizados na sua totalidade até à entrada em exploração do sistema, que coincide com a sua disponibilidade para uso.

As despesas com grandes reparações e benfeitorias às infraestruturas da concessão (incluindo bens de substituição), por via da regulação económica da concessão, são especificamente remuneradas na medida em que concorrem igualmente para a formação da tarifa (ou seja, têm uma recuperação implícita na aceitação da amortização pelo regulador), são contabilizadas no imobilizado e amortizadas nos mesmos termos do restante imobilizado. As despesas de conservação e manutenção correntes são reconhecidas em resultados nos respetivos exercícios em que ocorrem.

Amortizações

O ativo intangível “direito de utilização de infraestruturas” é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção de benefícios económicos associados ao mesmo, e são determinados pela regulação económica e pela aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do regulador.

As amortizações nas empresas concessionárias de água e saneamento e parcerias são calculadas pelo método da soma das unidades, isto é, pela amortização dos investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade económico e financeira utilizado, tendo como base os caudais de efluente faturados nesse exercício e os efluentes a faturar até ao final da concessão previstos no estudo de viabilidade económico e financeiro anexo ao contrato de concessão.

Acréscimos de gastos para investimentos contratuais

Em cumprimento do estipulado nos contratos de concessão e gestão de parcerias e com as regras regulatórias, e sempre que aplicável, é registada a quota-parte anual dos gastos estimados para fazer face às responsabilidades em investimentos contratuais (regulados) ou em investimentos de expansão (regulados) da concessão ou da parceria. Estes acréscimos são calculados com base no padrão de benefícios económicos associados ao investimento contratual definido no modelo económico de suporte ao contrato de concessão. No caso das empresas do Grupo AdP, os benefícios

económicos obtidos são determinados pela regulação económica. Saliente-se que os acréscimos de custos para investimentos contratuais visam garantir o princípio da especialização dos exercícios e o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos proveitos (tarifas) e dos custos (incorridos e a incorrer) que constituem a sua base de cálculo. Na prática estes acréscimos correspondem a uma responsabilidade por reembolso a tarifas futuras, permitindo um nível de estabilização das mesmas, bem como o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos proveitos (tarifas) e dos custos (incorridos e a incorrer) referidos anteriormente. Estes acréscimos são reconhecidos em custos na rubrica amortizações do exercício e no passivo (não corrente), sendo transferido o passivo para amortizações acumuladas aquando da concretização do investimento subjacente.

Desvio de recuperação de gastos

Consideram-se desvios de recuperação de gastos (i) a diferença existente, à data da extinção das sociedades concessionárias dos sistemas extintos em 2015, entre os resultados líquidos da sociedade advenientes da exploração e gestão do sistema e o valor a que a sociedade tenha contratualmente direito a título de remuneração do capital investido e (ii) a diferença verificada, anualmente, até ao termo do segundo período quinquenal da concessão, entre os resultados líquidos da sociedade advenientes da exploração e gestão do sistema e o valor a que a sociedade tenha direito em resultado da aplicação das regras estipuladas na determinação das tarifas.

Os desvios de recuperação de gastos podem assumir natureza deficitária ou superavitária, nos termos definidos no contrato de concessão. As entidades gestoras Águas do Norte, Águas do Centro Litoral, Águas do Vale do Tejo, Águas do Tejo Atlântico, Simarsul, Águas do Douro e Paiva, Simdouro e Águas do Algarve registam nas suas contas os desvios de recuperação de gastos que se verificarem anualmente até ao termo do segundo período quinquenal, registando, em simultâneo com a celebração do contrato de concessão, os desvios de recuperação de gastos determinados à data da extinção das sociedades concessionárias dos sistemas agregados, incluindo a remuneração acionista em dívida capitalizada com a taxa correspondente às Obrigações de Tesouro Portuguesas a 10 anos, acrescida de três pontos percentuais até à data de entrada em vigor do contrato de concessão, com base nas respetivas contas individuais das sociedades.

Os desvios de recuperação de gastos de natureza deficitária e de natureza superavitária existentes à data da extinção das sociedades concessionárias dos sistemas agregados em 2015 e os gerados na vigência da concessão até ao termo do segundo período quinquenal, capitalizados nos termos definidos no contrato de concessão, devem ser recuperados pela via tarifária ou refletidos nas tarifas, consoante o caso, até ao termo do quinto período quinquenal da concessão.

Assim, anualmente é efetuado o cálculo da diferença entre o resultado gerado pelas operações e a remuneração garantida ao capital acionista investido, sendo o valor bruto registado numa conta de rendimentos – desvios de recuperação de gastos – e o imposto induzido por estes numa conta de imposto diferido, por contrapartida de balanço, à luz do reconhecimento de ativos e passivos regulatórios.

O valor do desvio de recuperação de gastos corresponde à correção (a crédito ou a débito) a fazer ao rédito das atividades reguladas, para que os rendimentos destas sejam os necessários ao cumprimento do disposto contratualmente, relativamente à recuperação integral dos gastos, incluindo impostos sobre o rendimento (IRC) e remuneração anual garantida.

Valor residual

Os investimentos adicionais de expansão ou modernização aprovados ou impostos pelo Concedente, cuja vida útil se prolongue para além do prazo da concessão, poderão dar lugar a uma indemnização equivalente ao valor não amortizado a essa data. Os investimentos que se encontrem nessas condições são classificados como ativos financeiros não correntes (valor a receber, mensurados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva).

Rédito – serviços de construção

De acordo com a IFRIC 12 – Contratos de concessão, a construção da infraestrutura pelo operador constitui um serviço que é prestado ao Concedente, distinto do serviço de operação e manutenção, e que, como tal, deverá por este, ser remunerado. O rédito da atividade de construção deve ser reconhecido de acordo com a IFRS 15 – Rédito de Contratos com Clientes. No entanto, e na aplicação da IFRIC 12 é assumido que não existe margem na construção, uma vez que esta atividade é subcontratada externamente a entidades especializadas, transferindo os riscos e os retornos a um terceiro (que constrói), pelo que o rédito e os gastos associados à construção são de igual montante. Não obstante o acima exposto, os rendimentos de construção e os gastos associados são registados na demonstração dos resultados do exercício atendendo ao disposto na IFRIC 12.

2I – Juízos de valor, estimativas e pressupostos críticos

A preparação de demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IFRS requer que o Grupo PARPÚBLICA efetue julgamentos e estimativas, bem como, que utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contábilísticas e os montantes de rendimentos, gastos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impacto sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento e complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, são as seguintes:

Vida útil dos ativos fixos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação ou amortização, é essencial para determinar o montante de depreciações ou amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados consolidados. Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do setor ao nível internacional.

Justo valor de propriedades de investimentos e ativos biológicos

As propriedades de investimento e os ativos biológicos mensurados pelo justo valor são objeto de avaliações por avaliadores independentes com adequada qualificação profissional, realizadas de forma regular. As referidas avaliações foram realizadas com base nos seguintes métodos: método do rendimento, método do valor residual, método do custo e método de comparação de mercado.

Imparidade

O Grupo testa a imparidade de acordo com a política contábilística indicada na nota 2e. As quantias recuperáveis dos ativos ou das unidades geradoras de caixa são determinadas com base no cálculo de valores de uso ou de valores de mercado baseados nas melhores estimativas.

Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor dos instrumentos financeiros que não têm mercado ativo é determinado com base em avaliações que refletem o “mark-to-market” desses instrumentos. São usadas técnicas de avaliação e pressupostos para a avaliação dos derivados contratados à data do reporte financeiro, com apoio de especialistas, tendo como inputs, designadamente, curvas de taxas de juro, ativos subjacentes e volatilidades.

Provisões

As provisões são reconhecidas pelo Grupo para passivos de tempestividade ou quantia incerta como resultado de acontecimentos passados e são mensuradas pela melhor estimativa disponível no fim do período do relato. Sempre que a estimativa não seja possível ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, o Grupo PARPÚBLICA divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões para processos judiciais em curso são constituídas de acordo com as avaliações de risco efetuadas pelo Grupo e pelos seus consultores legais, baseados em taxas de sucesso históricas, por natureza de processo e probabilidade de desfecho desfavorável para o Grupo.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras. As provisões são revistas na data de relato e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Benefícios dos empregados

As responsabilidades do Grupo por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo concedidos aos seus empregados são determinadas com base em avaliações atuariais. Estas avaliações atuariais incorporam pressupostos financeiros e atuariais relativos a mortalidade, invalidez, crescimentos salariais e de pensões, rendibilidade dos ativos e taxa de desconto, entre outros. Os pressupostos adotados correspondem à melhor estimativa do Grupo e dos seus atuários do comportamento futuro das respetivas variáveis.

Imposto sobre o rendimento

O Grupo reconhece passivos para liquidações adicionais de impostos que possam resultar de revisões pelas autoridades fiscais. Quando o resultado final destas situações é diferente dos valores inicialmente registados, as diferenças terão impacto no imposto sobre o rendimento e nas provisões para impostos, no exercício em que tais diferenças se constatarem.

2m - Perímetro de consolidação

Foram consideradas como subsidiárias todas as entidades controladas pelo Grupo PARPÚBLICA, considerando-se que a PARPÚBLICA tem controlo quando tiver cumulativamente: (i) poder sobre a subsidiária; (ii) exposição ou direitos a resultados variáveis por via do seu relacionamento com a subsidiária; (iii) a capacidade de usar o seu poder sobre a subsidiária para afetar o valor dos resultados para os investidores.

Em 2023, a Baía do Tejo, S.A. alterou a sua designação para Arco Ribeirinho Sul, S.A.. Nesse mesmo ano, a Arco Ribeirinho Sul, S.A. e a Consest – Promoção Imobiliária, S.A. passaram a ser detidas, na totalidade, pela Estamo – Participações Imobiliárias, S.A..

As entidades que se qualificam como subsidiárias são as seguintes:

Firma	Sede Social	Atividade Principal	Detentora direta	Detenção do Capital	
				% do capital detido pela detentora direta	
				31 dez 25	31 dez 24
AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	Lisboa	Gestão de participações sociais	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	100,00%	81,00%
CE – Circuito do Estoril, S.A.	Alcabideche	Organização de eventos desportivos	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
Companhia das Lezírias, S.A.	Samora Correia	Produção agrícola e animal	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
INCM - Imprensa Nacional Casa da Moeda, S.A.	Lisboa	Produção de moeda, impressos e publicações	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
Sagesecur – Sociedade de Estudos, Desenvolvimento e Participação em Projetos, S.A.	Lisboa	Estudo, desenvolvimento e participação em investimentos imobiliários	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
SIMAB – Sociedade Instaladora e Mercados abastecedores, S.A.	Loures	Promoção, construção, instalação, exploração e gestão de mercados destinados ao comércio grossista	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
AdP Valor – Águas de Portugal Serviços Ambientais, S.A.	Lisboa	Prestação de serviços técnicos	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
Águas de Santo André, S.A.	Vila Nova de Santo André	Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.	Lisboa	Distribuição de água	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
AdP Aqua, S.A. (AdP Energias, S.A.)	Lisboa	Gestão ambiental	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
AdP – Águas de Portugal Internacional, S.A.	Lisboa	Gestão de participações sociais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
AdP Timor Leste, Lda.	Timor	Exploração de serviço de abastecimento de água	AdP - Águas de Portugal Internacional, S.A.	100,00%	100,00%
Aquatec, Lda.	Maputo	Prestação de serviços técnicos	AdP - Águas de Portugal Internacional, S.A.	100,00%	100,00%
Águas do Alto Minho, S.A.	Viana do Castelo	Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	51,00%	51,00%
Águas do Brasil, S.A.	Rio de Janeiro	Distribuição de água	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
Águas do Norte, S.A.	Vila Real	Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	72,50%	72,50%
Águas do Centro Litoral, S.A.	Coimbra	Sistema multimunicipal de saneamento de Águas Residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	62,77%	62,77%

Firma	Sede Social	Atividade Principal	Detentora direta	Detenção do Capital	
				% do capital detido pela detentora direta	
				31 dez 25	31 dez 24
Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A.	Guarda	Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	68,27%	68,27%
Águas do Tejo Atlântico, S.A.	Lisboa	Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	51,61%	51,61%
Simarsul, S.A.	Quinta do Conde	Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	51,43%	51,43%
Águas do Algarve, S.A.	Faro	Sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	54,44%	54,44%
AdRA - Águas da Região de Aveiro, S.A.	Aveiro	Gestão integrada dos serviços municipais de abastecimento de água para consumo público e de saneamento de águas residuais urbanas	AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA	51,00%	51,00%
AgdA - Águas Públicas do Alentejo, S.A.	Beja	Exploração e gestão Concessionária do Sistema de exploração e gestão dos serviços de água "em alta"	AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA	51,00%	51,00%
Águas do Douro e Paiva, S.A.	Porto	Gestão e exploração do sistema multimunicipal de abastecimento de água na área sul do Grande Porto	AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA	51,00%	51,00%
Simdouro, S.A.	Vila Nova de Gaia	Gestão e exploração do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do norte de Portugal	AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA	58,61%	58,61%
Florestgal - Empresa de Gestão e Desenvolvimento Florestal, SA	Leiria	Desenvolvimento florestal e silvo-pastoril	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
Estamo - Participações Imobiliárias, S.A.	Lisboa	Compra, venda e administração de imóveis	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
Fundiestamo - Sociedade Gestora e Organismos de Investimento Coletivo, S.A.	Lisboa	Administração de Fundos de Investimento Imobiliário	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	100,00%	100,00%
MARL - Mercado Abastecedor da Região de Lisboa, S.A.	Lisboa	Promoção, construção, exploração e gestão direta ou indireta da MARL	SIMAB, S.A.	87,87%	87,87%
Sub Fundo Cabeço da Bola	Lisboa	Sub-Fundo de Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado	Estamo - Participações Imobiliárias, S.A.	56,27%	56,27%
MARB - Mercado Abastecedor da Região de Braga, S.A.	Braga	Promoção, construção, exploração e gestão direta ou indireta da MARB	SIMAB, S.A.	99,00%	99,00%
MARF - Mercado Abastecedor da Região de Faro, S.A.	Faro	Promoção, construção, exploração e gestão direta ou indireta da MARF	SIMAB, S.A.	95,35%	95,35%
MARE - Mercado Abastecedor da Região de Évora, S.A.	Évora	Promoção, construção, exploração e gestão direta ou indireta da MARE	SIMAB, S.A.	68,85%	68,85%
Arco Ribeirinho Sul, S.A (em 2022: Baía do Tejo)	Barreiro	Desenvolvimento e gestão de parques empresariais	Estamo - Participações Imobiliárias, S.A.	100,00%	100,00%
Consest - Promoção Imobiliária, S.A.	Lisboa	Compra, venda e administração de imóveis	Estamo - Participações Imobiliárias, S.A.	100,00%	100,00%

3. Fluxos de caixa

Os fluxos de caixa relativos à atividade operacional respeitam essencialmente ao segmento do Grupo AdP, traduzindo-se os recebimentos de clientes deste segmento num peso de 75% (2024: 78%) sobre o total do recebimento de clientes. Nos pagamentos a fornecedores e ao pessoal este segmento tem um peso de 79% (2024: 78%) e de 77% (2024: 77%), respetivamente.

Os fluxos de caixa relativos a recebimentos da atividade de investimentos respeitam na sua maioria ao segmento da PARPÚBLICA representando 78% (2024: 72%) dos recebimentos desta atividade, seguido do segmento do Grupo AdP que representa 21% (2024: 27%). Relativamente aos fluxos de caixa referentes a pagamentos da atividade de investimentos, estes respeitam na sua maioria ao segmento da PARPÚBLICA, representando um total de 62% desta atividade, seguido do segmento do Grupo AdP com 33% (2024: Parpública 11% e Grupo AdP 79%).

Os fluxos de caixa relativos a recebimentos da atividade de financiamento respeitam essencialmente ao segmento da Gestão e Promoção Imobiliária, com 98% desta atividade. Relativamente aos fluxos de caixa referentes a pagamento da atividade de financiamento, dizem respeito maioritariamente ao segmento do Grupo AdP com 85%.

Para melhor se compreender a natureza das alterações ocorridas nos passivos de financiamento durante o exercício, apresenta-se a reconciliação abaixo:

Financiamentos obtidos	Passivo Corrente	Passivo Não Corrente	Passivo Corrente	Passivo Não Corrente
	31-dez-25		31-dez-24	
Saldo inicial	277 864	1 255 762	108 824	1 511 256
Alterações decorrentes de fluxos de caixa de financiamento	(121 029)	2 868	(93 774)	(5 599)
Outras alterações	(146 457)	153 315	(4 051)	5 263
Reclassificação de passivos financeiros não correntes em passivos financeiros correntes	271 446	(155 829)	268 608	(268 608)
Juros acrescidos no período	4 775	(114 175)	(1 743)	5 065
Saldo final	286 598	1 144 737	277 864	1 255 762

4. Ativos fixos tangíveis

Políticas Contabilísticas

Os ativos fixos tangíveis do Grupo PARPÚBLICA encontram-se mensurados pelo modelo do custo deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

No reconhecimento inicial de um ativo, o Grupo PARPÚBLICA considera no respetivo custo (i) o seu preço de compra, (ii) quaisquer gastos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condições necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração, e (iii) a estimativa inicial dos gastos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado.

Os gastos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos como tal apenas se for provável que deles venham a resultar benefícios económicos futuros para o Grupo. Todas as despesas com a manutenção e reparação dos ativos são reconhecidas como gasto, de acordo com o pressuposto do acréscimo.

O Grupo PARPÚBLICA calcula as depreciações dos seus ativos tangíveis de acordo com o método de linha reta, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperados dos bens (em anos):

Ativos fixos tangíveis	Vida útil
Terrenos e recursos naturais	5 a 10
Edifícios e outras construções	4 a 75
Equipamento básico	3 a 55
Equipamento de transporte	4 a 16
Equipamento administrativo	3 a 16
Ferramentas e utensílios	4 a 16
Plantas destinadas à produção	8 a 25
Outros ativos tangíveis	4 a 10

Quando existe indicação de que um ativo, ou uma unidade geradora de caixa, possa estar em imparidade, é estimada a sua quantia recuperável, sendo reconhecida uma perda por imparidade sempre que a quantia escriturada exceda a quantia recuperável. O Grupo PARPÚBLICA reconhece as perdas por imparidade nos resultados do período.

A quantia recuperável é determinada como o mais elevado entre o justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

31-dez-25											
Ativos fixos tangíveis	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Plantas destinadas à produção	Outras imobilizações corpóreas	Imobilizações em curso	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	Total
Ativo bruto											
Saldo inicial	249 483	594 482	1 238 799	7 509	73	83 647	12 572	172 984	49 160	0	2 408 708
Adições	121	1 028	4 285	278	-	2 943	22	4 326	31 868	425	45 295
Transferência para Detidos para venda	-	-	-	-	-	-	(228)	-	571	-	343
Alienações	-	(56)	(10)	(291)	-	(115)	(469)	(35)	-	-	(976)
Outras transferências/ abates	-	736	5 474	(389)	-	990	(1)	896	(16 547)	-	(8 842)
Diferenças câmbio	-	-	-	(17)	-	(2)	-	(3)	-	-	(22)
Saldo final	249 604	596 190	1 248 548	7 091	73	87 462	11 897	178 167	65 051	425	2 444 508
Depreciações acumuladas											
Saldo inicial	1 962	328 827	807 870	6 451	72	70 595	1 466	115 129	344	-	1 332 717
Adições	-	12 560	25 554	269	7	4 911	47	5 813	-	-	49 160
Transferência para Detidos para venda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Perdas Imparidade reconhecidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	(56)	(10)	(280)	-	(153)	(201)	(29)	-	-	(729)
Outras transferências/ abates	-	(822)	(6 058)	(205)	-	(363)	168	(89)	-	-	(7 370)
Diferenças câmbio	-	-	-	(17)	-	(2)	-	(3)	-	-	(22)
Saldo final	1 962	340 509	827 357	6 217	79	74 988	1 480	120 821	344	-	1 373 757
Perdas de imparidade acumuladas											
Saldo inicial	13 061	6 247	366	-	-	4	4 120	(4)	395	-	24 189
Adições	119	-	23	-	-	-	-	-	-	-	142
Perdas imparidade reconhecidas	5 301	-	-	-	-	-	(103)	-	-	-	5 198
Perdas imparidade revertidas	(3 723)	(0)	(128)	-	-	(0)	-	(0)	-	-	(3 851)
Outras transferências/ abates	-	437	(33)	-	-	-	-	-	-	-	404
Saldo final	14 759	6 684	228	-	-	4	4 016	(4)	395	-	26 081
Valor líquido	232 883	248 997	420 964	873	(6)	12 470	6 400	57 351	64 312	425	1 044 669

A quantia escriturada de um item do ativo fixo tangível é desreconhecida pelo Grupo nas seguintes situações: (i) no momento da alienação e (ii) quando não se esperam futuros benefícios económicos do seu uso ou alienação. O ganho ou perda decorrente do desreconhecimento de um item do ativo fixo tangível (i) incluído nos resultados quando o item é desreconhecido e (ii) determinado como a diferença entre o produto líquido da alienação, se o houver, e a quantia escriturada do item.

31-dez-24											
Ativos fixos tangíveis	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Plantas destinadas à produção	Outras imobilizações corpóreas	Imobilizações em curso	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	Total
Ativo bruto											
Saldo inicial	229 920	577 486	1 208 963	7 519	-	77 768	12 530	170 441	47 608	1 074	2 333 309
Adições	-	501	9 421	375	-	4 964	41	2 443	37 521	(1 074)	54 193
Transferência para Detidos para venda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	(104)	(402)	-	(67)	-	(11)	-	-	(584)
Outras transferências/ abates	19 563	16 495	20 519	7	73	985	-	109	(35 969)	-	21 782
Diferenças câmbio	-	-	-	10	-	(4)	-	1	-	-	7
Saldo final	249 483	594 482	1 238 799	7 509	73	83 647	12 572	172 984	49 160	0	2 408 708
Depreciações acumuladas											
Saldo inicial	1 962	312 760	787 043	6 617	0	66 252	1 274	111 531	344	-	1 287 782
Adições	-	12 152	24 596	306	-	4 604	82	5 272	-	-	47 013
Transferência para Detidos para venda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Perdas Imparidade reconhecidas	-	-	-	-	-	-	-	(1 647)	-	-	(1 647)
Alienações	-	-	(4 100)	(407)	-	(425)	-	(14)	-	-	(4 945)
Outras transferências/ abates	-	3 915	329	(75)	72	166	110	(14)	-	-	4 503
Diferenças câmbio	-	-	-	10	-	(2)	-	1	-	-	9
Saldo final	1 962	328 827	807 870	6 451	72	70 595	1 466	115 129	344	-	1 332 717
Perdas de imparidade acumuladas											
Saldo inicial	4 679	5 834	561	-	-	4	6 645	(4)	395	-	18 114
Adições	-	-	14	-	-	-	-	-	-	-	14
Perdas imparidade reconhecidas	(236)	11	-	-	-	-	7	-	-	-	(218)
Perdas imparidade revertidas	(1)	(667)	(209)	-	-	-	(2 533)	-	-	-	(3 409)
Outras transferências/ abates	8 619	1 069	-	-	-	-	-	-	-	-	9 688
Saldo final	13 061	6 247	366	-	-	4	4 120	(4)	395	-	24 189
Valor líquido	234 459	259 407	430 563	1 059	1	13 048	6 987	57 858	48 421	0	1 051 805

Os Terrenos e edifícios (valores líquidos) a 31 de dezembro de 2025 incluem na sua maioria:

- 214 milhões de euros (31DEZ24: 217 milhões de euros) relativos a infraestruturas de produção, transporte e distribuição de água pertencentes ao Grupo AdP;
- 110 milhões de euros (31DEZ24: 113 milhões de euros) relativos às diversas tipologias de edificações afetas ao exercício da atividade dos mercados abastecedores do Grupo SIMAB (pavilhões hortofrutícolas, armazéns, entrepostos e outros);
- 94 milhões de euros (31DEZ24: 96 milhões de euros) relativos à INCM;
- 29 milhões de euros (31DEZ24: 31 milhões de euros) relativos à Companhia das Lezírias;
- 19 milhões de euros (31DEZ24: 19 milhões de euros) relativos à Florestgal.

O Equipamento básico (valores líquidos) a 31 de dezembro de 2025 inclui na sua maioria rede de distribuição, condutas, reservatórios, instalações de água e eletricidade, obras hidráulicas e contadores (abastecimento em “baixa” através da EPAL) pertencentes ao Grupo AdP, no montante global de 387 milhões de euros (31DEZ24: 397 milhões de euros).

A rubrica de Outras imobilizações corpóreas (valores líquidos) inclui essencialmente: (i) 44,5 milhões de euros (31DEZ24: 45,6 milhões de euros) de material circulante em operação no Eixo Ferroviário Norte-Sul respeitante à Sagesecur (ii) 9,1 milhões de euros (31DEZ24: 9,1 milhões de euros) referentes à INCM e (iii) 2,5 milhões de euros (31DEZ24: 2,4 milhões de euros) do Grupo AdP.

As Imobilizações em curso são constituídas essencialmente por 60,7 milhões de euros do Grupo AdP (31DEZ24: 46,8 milhões de euros), referentes a obras em curso em infraestruturas de abastecimento de água da EPAL (novas infraestruturas ou investimentos de reabilitação de infraestruturas de tratamento e transporte de água), e 2,4 milhões de euros da INCM (31DEZ24: 0,8 milhões de euros).

As Plantas destinadas à produção (valores líquidos) correspondem a:

- 701 hectares de Pinheiro Manso, 6 751 hectares de Montado de Sobro, 134 hectares de Vinha e 69 hectares de Olival no valor global de 0,7 milhões de euros (31DEZ24: 1 milhão de euros), na Companhia das Lezírias; e
- Sobreiro e Pinheiro Manso, no valor global de 6,0 milhões de euros (31DEZ24: 6,1 milhões de euros), na Florestgal.

O montante de Equipamento administrativo (valores líquidos) advém maioritariamente do Grupo AdP, com 6,8 milhões de euros (31DEZ24: 6,7 milhões de euros) e da INCM, com 5,1 milhões de euros (31DEZ24: 5,7 milhões de euros).

Do total de aquisições realizadas em 2025, no montante de 45,3 milhões de euros, a INCM contribuiu com 8,8 milhões, as empresas do Grupo AdP contribuíram com 30,2 milhões de euros, a Sagesecur com 3,7 milhões de euros e a SIMAB com 1,3 milhões de euros.

O saldo de perdas por imparidade acumuladas está maioritariamente relacionado com ativos do GRUPO SIMAB, no montante de 17,2 milhões de euros, da Companhia das Lezírias, no montante de 13,6 milhões de euros, do Circuito Estoril, no montante de 8,9 milhões de euros e da Florestgal, no montante de 2,8 milhões de euros. As perdas por imparidade revertidas reconhecidas em 2025 respeitam essencialmente à Companhia das Lezírias no valor de 3,7 milhões de euros.

A Florestgal contratou um perito avaliador independente, tendo como prática a rotação anual. Não obstante procure uma uniformização de critérios entre avaliadores, há sempre oscilações na forma de distribuição de valor entre os vários ativos das propriedades.

O valor da colheita corresponde exclusivamente à próxima produção, sendo o valor remanescente imputado ao ativo biológico de produção e à terra. No caso do pinhal manso, face à ausência de produção e venda nos últimos exercícios, o valor foi integralmente reconhecido como ativo biológico de produção.

5. Propriedades de investimento

Políticas Contabilísticas

As propriedades de investimento do Grupo PARPÚBLICA provêm dos imóveis detidos com o objetivo de obter rendas, de valorização do capital ou de ambas.

As propriedades de investimento são mensuradas inicialmente pelo seu custo, incluindo os custos de transação que lhes sejam diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial as propriedades de investimento são mensuradas ao justo valor, o qual reflete as condições de mercado. As mensurações do justo valor têm por base avaliações independentes realizadas no final de cada exercício. As propriedades de investimento em construção, por não ser fiavelmente mensurável o seu justo valor, são mensuradas pelo custo até ao seu justo valor se tornar fiavelmente mensurável ou até à conclusão da construção.

Os ganhos ou perdas provenientes de alterações no justo valor de propriedades de investimento são reconhecidos nos resultados do período em que ocorram.

As propriedades de investimento são desreconhecidas na alienação ou quando forem permanentemente retiradas de uso e nenhuns benefícios económicos forem esperados da sua alienação.

Os ganhos ou perdas provenientes da retirada ou alienação de propriedades de investimento são determinados como a diferença entre o produto líquido da alienação e a quantia escriturada do ativo e são reconhecidos nos resultados (a menos que a IFRS 16 exija de outra maneira no caso de uma venda e relocação) no período da retirada ou da alienação.

As alterações nas propriedades de investimento ao longo do ano apresentam-se da seguinte forma:

Propriedades de investimento	31-dez-25		31-dez-24	
	Ao justo valor	Ao custo	Ao justo valor	Ao custo
Saldo inicial	532 340	-	533 727	-
Ajustamento de justo valor – ganhos e perdas líquidos	11 486	-	(3 507)	-
Aumento – aquisições	21 441	-	2 172	-
Alenções	(3 116)	-	-	-
Transferências para e de inventários e propriedades ocupadas	466	-	-	-
Outras variações	(13 982)	-	(51)	-
Saldo final	548 635	-	532 340	-
Total	548 635		532 340	

Nível da hierarquia do justo valor utilizado nas mensurações pelo justo valor de forma recorrente:

Propriedades de investimento (por nível de hierarquia do justo valor)	31-dez-25	31-dez-24
Nível 3 (fontes que não tenham por base o mercado observável)	548 635	532 340
	548 635	532 340

As Propriedades de investimento respeitam às seguintes entidades:

Propriedades de investimento por entidade	31-dez-25	31-dez-24
Arco Ribeirinho Sul	229 694	218 304
Estamo	132 804	128 471
Companhia das Lezírias	95 712	103 224
Consest	29 500	29 025
Grupo AdP	12 944	12 960
Florestgal	6 392	17 609
Cabeço da Bola	35 924	17 554
Grupo SIMAB	4 861	4 435
INCM	806	759
Total	548 635	532 340

O principal critério usado para distinguir Propriedades de investimento de Propriedades detidas para venda no curso ordinário dos negócios provém do arrendamento, da valorização do capital ou ambas.

Os métodos significativos aplicados na determinação do justo valor de Propriedades de investimento são descritos de seguida:

- Método de Comparação de Mercado – Consiste em relacionar o valor de um imóvel com os dados de mercado relativos às transações recentes de propriedades na mesma área de localização cujas características sejam comparáveis ou semelhantes.
- Método do Custo – Considera-se o somatório dos gastos necessários para reproduzir uma propriedade com as mesmas características da avaliada, de acordo com os preços vigentes no mercado.

- Método do Rendimento – Considera-se que o valor do imóvel é equivalente ao investimento necessário para obter o rendimento real gerado pela exploração do negócio, sendo calculado através do desconto desse rendimento por uma taxa yield (binómio risco/rendimento associado ao investimento) adequada às características do imóvel e ao nível de risco do investimento imobiliário. É um método indireto, comum na aferição do valor de mercado de ativos suscetíveis de gerar rendimento em função da utilização para a qual estarão mais vocacionados.
- Método do Valor Residual – Baseia-se no princípio da máxima e melhor utilização de um terreno urbano, segundo as premissas aprovadas pelas entidades com jurisdição sobre o imóvel e considerando que o mesmo se encontra expectante, isto é, livre de construções, salvaguardas e compromissos urbanísticos de carácter público. O valor do solo urbano determina-se deduzindo ao conjunto das receitas potencialmente geradas pelo empreendimento (apuradas através do Método de Comparação de Mercado e/ou do Rendimento), os gastos necessários à execução física do edificado, infraestruturas e obras de urbanização, bem como os gastos indiretos afetos, como projetos, taxas, encargos de gestão, fiscalização, promoção e comercialização (obtidos através do Método do Custo). Tendo em atenção o carácter temporal de desenvolvimento do empreendimento, o estudo da rentabilidade global decorre de uma análise de fluxos de caixa (cash-flow), sendo utilizada uma taxa de atualização correspondente à rentabilidade mínima exigida pelo investidor/promotor.

Descrição das técnicas de avaliação e dados não observáveis significativos utilizados na mensuração pelo justo valor (Nível 3):

Técnica de avaliação	Dados não observáveis significativos	Intervalo (média)	
		31-dez-25	31-dez-24
Abordagem pelo rendimento	Taxa de desconto	3% - 12% (8%)	3% - 12% (8%)
	Duração dos cash-flows (n.º de anos)	4 a 19 anos (11,5 anos)	4 a 19 anos (11,5 anos)

Descrição narrativa da sensibilidade da mensuração pelo justo valor a alterações em dados não observáveis: Utilizando técnicas de valor atual (método Discounted Cash Flows - DCF), o justo valor é estimado com base em pressupostos relativos aos ativos e passivos inerentes à detenção de propriedade sobre a vida do ativo, incluindo o valor de saída ou terminal. Este método envolve a projeção de uma série de fluxos de caixa. Para esta série de fluxos de caixa projetada, uma taxa de desconto derivada do mercado é aplicada para estabelecer o valor presente do fluxo de rendimento associado ao ativo.

- A duração dos fluxos de caixa e o timing específico dos influxos e efluxos são determinados por eventos tais como: período de construção, revisão de renda, renovação de arrendamento e relocação relacionada, remodelação ou reabilitação. A duração adequada dos fluxos de caixa é normalmente derivada pelo comportamento do mercado que é uma característica da classe

específica de imóveis. O fluxo de caixa é tipicamente estimado como o rendimento bruto menos: desocupações, despesas não recuperáveis, perdas de cobrança, incentivos de locação, custos de manutenção, custos de agente e comissão e outras despesas operacionais e de gestão. A série de rendimentos líquida periódica, juntamente com uma estimativa do valor terminal antecipado no período de projeção, é então descontada.

- Aumentos (diminuições) significativos no valor estimado das rendas e no crescimento das rendas por ano, isoladamente, resultariam num justo valor significativamente mais elevado (mais baixo) das propriedades de investimento. Aumentos (diminuições) significativos na taxa de desconto e na taxa de desocupação de longo prazo, isoladamente, resultariam num justo valor significativamente mais baixo (mais elevado) das propriedades de investimento.

6. Goodwill

Políticas Contabilísticas

O *goodwill* representa o excesso do agregado: (i) da retribuição transferida, que geralmente exige o justo valor à data de aquisição, (ii) da quantia de qualquer interesse que não controla na adquirida e, (iii) numa concentração de atividades empresariais alcançada por fases, do justo valor à data de aquisição do interesse de capital próprio anteriormente detido da adquirente na adquirida, sobre o líquido das quantias à data de aquisição dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos contingentes assumidos.

O *goodwill* de aquisições de subsidiárias é incluído nos ativos intangíveis mas apresentado separadamente, enquanto que o de aquisições de associadas está incluído na quantia dos investimentos em associadas.

O *goodwill* é sujeito a testes de imparidade, numa base anual e é apresentado ao custo, deduzido de perdas de imparidade acumuladas.

Ganhos ou perdas decorrentes da venda de uma entidade incluem o efeito do *goodwill* referente à mesma.

Goodwill	31-dez-25		31-dez-24	
	Saldo inicial	Saldo final	Saldo inicial	Saldo final
AdP	84 934	84 934	84 934	84 934
Arco Ribeirinho Sul	91	91	91	91
SIMAB	5 749	5 749	5 749	5 749
	90 774	90774	90 774	90 774

7. Ativos intangíveis

Políticas Contabilísticas

Os ativos intangíveis do Grupo PARPÚBLICA encontram-se escriturados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

O Grupo PARPÚBLICA calcula as amortizações dos seus ativos intangíveis de acordo com o método de linha reta, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperados dos bens (em anos):

Ativos intangíveis	Vida útil
Direitos do uso de infraestrutura (IFRIC 12)	*
Direitos de usufruto	75
Despesas de desenvolvimento	3 a 10
Propriedade Industrial e Outros Direitos	3 a 10
<i>Software</i>	3 a 15

* O ativo intangível, direito de utilização de infraestruturas, é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção de benefícios económicos associados ao mesmo, e são determinados pela regulação económica e pela aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do regulador.

Os ativos intangíveis são desreconhecidos nas seguintes situações: (i) no momento da alienação, e (ii) quando não se esperam benefícios económicos futuros do seu uso ou alienação.

O ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um item intangível é (i) incluído nos resultados quando o item é desreconhecido e (ii) determinado como a diferença entre o produto líquido da alienação, se o houver, e a quantia escriturada do item.

As amortizações nas empresas concessionárias de água e saneamento e parcerias são calculadas pelo método da soma das unidades de produção, isto é, pela amortização dos investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade económico e financeira utilizado, tendo como base os caudais de efluente tratados nesse exercício e os efluentes a faturar até ao final da concessão previstos no estudo de viabilidade económico e financeiro anexo ao contrato de concessão.

As taxas de amortização no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 do direito de utilização de infraestruturas e os respetivos caudais foram as seguintes:

	Taxa Amortização 2025		Caudal Remanescente em 31.12.2025 (m3)		Caudal 2025 (m3)	
	Abastecimento de Água	Saneamento	Abastecimento de Água	Saneamento	Abastecimento de Água	Saneamento
Águas do Algarve, S.A.	4,55%	4,66%	1.570.447	986.997	71.460	45.979
Águas do Centro Litoral, S.A.	5,70%	5,41%	543.958	1.368.503	30.994	74.062
Águas do Douro e Paiva, S.A.	9,30%	0,00%	1.050.659	-	106.902	-
AdRA - Águas da Região de Aveiro, S.A.	2,74%	2,49%	698.901	654.185	18.906	16.108
AgdA - Águas Públicas Alentejo, S.A.	3,68%	2,78%	601.536	378.199	22.152	10.521
Águas do Alto Minho, S.A.	4,32%	4,04%	232.523	170.948	10.049	6.903
Águas do Tejo Atlântico, S.A.	0,00%	4,70%	-	3.913.889	-	184.021
Águas do Vale do Tejo S.A.	7,51%	6,77%	1.097.354	653.563	85.926	45.887
Simarsul, S.A.	0,00%	4,90%	-	800.815	-	41.281
Simdouro, S.A.	0,00%	2,50%	-	916.298	-	23.517
Águas do Norte, S.A. - Alta	5,43%	4,97%	1.393.492	1.718.151	80.058	89.834
Águas do Norte, S.A. - Baixa	2,27%	2,85%	165.233	206.470	3.844	6.059

	Taxa Amortização 2024		Caudal Remanescente em 31.12.2024 (m3)		Caudal 2024 (m3)	
	Abastecimento de Água	Saneamento	Abastecimento de Água	Saneamento	Abastecimento de Água	Saneamento
Águas do Algarve, S.A.	4,18%	4,09%	1.639.032	1.029.056	68.584	42.060
Águas do Centro Litoral, S.A.	5,32%	4,95%	571.348	1.437.949	30.414	71.116
Águas do Douro e Paiva, S.A.	8,25%	0,00%	1.153.900	-	103.018	-
AdRA - Águas da Região de Aveiro, S.A.	2,58%	2,36%	717.798	671.423	18.311	15.686
AgdA - Águas Públicas Alentejo, S.A.	3,46%	2,66%	618.030	389.220	21.358	10.349
Águas do Alto Minho, S.A.	3,93%	3,70%	242.045	177.511	9.522	6.564
Águas do Tejo Atlântico, S.A.	0,00%	4,48%	-	4.097.861	-	183.432
Águas do Vale do Tejo S.A.	6,73%	6,03%	1.183.280	699.449	82.581	43.621
Simarsul, S.A.	0,00%	4,40%	-	842.096	-	38.725
Simdouro, S.A.	0,00%	2,33%	-	938.007	-	22.383
Águas do Norte, S.A. - Alta	4,85%	4,70%	1.465.655	1.801.592	74.734	88.826
Águas do Norte, S.A. - Baixa	2,07%	2,65%	165.233	206.433	3.378	5.476

Ativos intangíveis (valores líquidos)	31-dez-25				31-dez-24			
	Gerados internamente	Outros ativos intangíveis		Total	Gerados internamente	Outros ativos intangíveis		Total
	Com vida útil finita	Com vida útil indefinida	Com vida útil finita		Com vida útil finita	Com vida útil indefinida	Com vida útil finita	
Ativo Bruto								
Saldo inicial apos reexpressões	14 729	91	6 730 927	6 745 747	16 022	91	6 578 057	6 594 170
Adições	2 258	-	235 253	237 511	3 014	-	149 642	152 656
Outras Transferências/ abates	(1 421)	-	(1 487)	(2 908)	(4 307)	-	3 228	(1 079)
Saldo final	15 566	91	6 964 692	6 980 348	14 729	91	6 730 927	6 745 747
Amortizações Acumuladas								
Saldo inicial	6 611	-	3 059 756	3 066 365	5 155	-	2 853 065	2 858 221
Adições	1 957	-	177 047	179 004	1 295	-	166 435	167 730
Outras Transferências/ abates	105	-	66 786	66 890	160	-	40 256	40 416
Diferenças Câmbio	-	-	(1)	(1)	-	-	-	-
Saldo final	8 672	-	3 303 588	3 312 259	6 611	-	3 059 756	3 066 365
Perdas de Imparidade Acumuladas								
Saldo inicial	-	-	4	4	-	-	4	4
Saldo final	-	-	4	4	-	-	4	4
Valor líquido	6 894	91	3 661 100	3 668 085	8 119	91	3 671 167	3 679 378

Os ativos intangíveis advêm essencialmente do universo do Grupo AdP, num montante de 3 653 milhões de euros (31DEZ24: 3 663 milhões de euros). Estes ativos intangíveis correspondem maioritariamente a direitos de utilização de infraestruturas (IFRIC 12) da unidade de negócio UNA-PD (unidade de negócios de produção e depuração de água).

As adições respeitam essencialmente ao Grupo AdP, no valor de 234,6 milhões de euros.

8. Ativos sob direito de uso

Políticas Contabilísticas

As políticas contabilísticas relativas aos ativos sob direito de uso estão mencionadas na nota 2h.

Ativos sob direito de uso	31-dez-25					Total
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	
Ativo bruto						
Saldo inicial	905	13 120	7 788	1 265	8 197	31 274
Adições	386	1 260	2 177	-	307	4 130
Outras transferências/ abates	(72)	(70)	(275)	(969)	(263)	(1 649)
Saldo final	1 219	14 309	9 689	297	8 241	33 755
Depreciações acumuladas						
Saldo inicial	421	4 706	5 060	882	729	11 799
Adições	41	1 167	1 562	237	2 696	5 703
Outras transferências/ abates	(62)	(83)	(279)	(969)	(165)	(1 558)
Saldo final	400	5 790	6 344	151	3 260	15 944
Valor líquido	819	8 519	3 346	146	4 981	17 811

Ativos sob direito de uso	31-Dez-24					Total
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	
Ativo bruto						
Saldo inicial	904	12 448	8 209	1 274	1 013	23 848
Adições	1	1 031	414	-	7 614	9 060
Outras transferências/ abates	-	(359)	(836)	(9)	(430)	(1 634)
Saldo final	905	13 120	7 788	1 265	8 197	31 274
Depreciações acumuladas						
Saldo inicial	384	4 054	4 150	576	915	10 079
Adições	37	1 065	1 688	315	245	3 350
Transferência para Detidos para venda	-	(81)	(612)	-	(431)	(1 124)
Outras transferências/ abates	-	(332)	(163)	(12)	-	(507)
Saldo final	421	4 706	5 060	882	729	11 799
Valor líquido	484	8 414	2 727	383	7 468	19 476

Os Ativos sob direito de uso (valores líquidos) advêm essencialmente do Grupo AdP, no valor de 15,1 milhões de euros (31DEZ24: 16,9 milhões de euros) e da Fundiestamo, com o montante de 0,8 milhões de euros (31DEZ24: 0,8 milhões de euros).

As Outras transferências / abates advêm essencialmente da INCM, no valor de 1 milhão de euros (31DEZ24: 0,4 milhões de euros) e do Grupo AdP, no valor de 0,5 milhões de euros, relativas essencialmente ao abate de edifícios e outras construções, equipamento de transporte e outras imobilizações corpóreas (31DEZ24: 1,2 milhões de euros).

9. Ativos biológicos

Políticas Contabilísticas

Os ativos biológicos são mensurados pelo seu justo valor deduzido dos custos estimados no ponto de venda. Nas situações em que não é possível este tratamento, os mesmos são mensurados pelo custo depreciado.

Os produtos agrícolas são mensurados pelo seu justo valor deduzido dos custos estimados no ponto de venda no momento da colheita. A quantia escriturada na data da colheita constitui o montante a registar em inventários.

Um ganho ou uma perda proveniente do reconhecimento inicial de um ativo biológico pelo justo valor menos os custos estimados no ponto-de-venda e de uma alteração de justo valor menos os custos estimados no ponto-de-venda de um ativo biológico são incluídos no resultado líquido do exercício do período em que surgem.

Um ganho ou perda que surja no reconhecimento inicial do produto agrícola pelo justo valor menos custos estimados no ponto-de-venda são incluídos no resultado líquido do período em que surgem.

Um subsídio do Governo não condicional que se relacione com um ativo biológico ou produto agrícola mensurado pelo seu justo valor menos custos no ponto-de-venda estimados é reconhecido como rendimento quando o subsídio do Governo se torne recebível.

Se um subsídio do Governo relacionado com um ativo biológico mensurado pelo seu justo valor menos custos no ponto-de-venda estimados for condicional, o Grupo PARPÚBLICA reconhece o subsídio como rendimento apenas quando sejam satisfeitas as condições a ele associadas.

31-dez-25									
Ativos biológicos não correntes	Saldo inicial	Aumentos derivados de aquisições	Diminuições devidas a colheitas	Variações do exercício derivadas de alterações no JV menos custos estimados no ponto de venda	Alienações	Transferências de/para "detidos para venda"	Depreciações	Outras variações	Saldo final
Ativos - mensurados ao JV									
Floresta									
Pinhal	2 403	-	(102)	337	-	-	-	-	2 638
Bovinos reprodutores	701	-	-	99	(37)	-	-	-	763
	3 104	-	(102)	436	(37)	-	-	-	3 401
Ativos - mensurados ao custo									
Outros	160	172	-	-	-	-	(51)	-	281
	160	172	-	-	-	-	(51)	-	281
Total	3 263	172	(102)	436	(37)	-	(51)	-	3 682

31-dez-25									
Ativos biológicos correntes	Saldo inicial	Aumentos derivados de aquisições	Diminuições devidas a colheitas	Variações do exercício derivadas de alterações no JV menos custos estimados no ponto de venda	Alienações	Transferências de/para "detidos para venda"	Depreciações	Outras variações	Saldo final
Ativos - mensurados ao JV									
Floresta									
Pinhal	2 555	-	-	931	(704)	-	-	-	2 783
Eucaliptal	2 575	-	-	121	-	(44)	-	-	2 652
Cortiça em crescimento	8 074	-	(1 027)	512	(175)	-	-	-	7 384
Outros	3 702	-	-	-	-	-	-	-	3 702
Bovinos reprodutores	926	6	-	197	-	-	-	-	1 129
Outros	-	-	-	(218)	(36)	(134)	-	-	(389)
Total	17 833	6	(1 027)	1 543	(915)	(179)	-	-	17 262

31-dez-24									
Ativos biológicos não correntes	Saldo inicial	Aumentos derivados de aquisições	Diminuições devidas a colheitas	Variações do exercício derivadas de alterações no JV menos custos estimados no ponto de venda	Alienações	Transferências de/para "detidos para venda"	Depreciações	Outras variações	Saldo final
Ativos - mensurados ao JV									
Floresta									
Pinhal	1 916	-	-	487	-	-	-	-	2 403
Bovinos reprodutores	713	-	-	11	-	-	-	(23)	701
	2 629	-	-	498	-	-	-	(23)	3 104
Ativos - mensurados ao custo									
Outros	115	91	-	-	-	-	(46)	-	160
	115	91	-	-	-	-	(46)	-	160
Total	2 744	91	-	498	-	-	(46)	(23)	3 263

31-dez-24									
Ativos biológicos correntes	Saldo inicial	Aumentos derivados de aquisições	Diminuições devidas a colheitas	Variações do exercício derivadas de alterações no JV menos custos estimados no ponto de venda	Alienações	Transferências de/para "detidos para venda"	Depreciações	Outras variações	Saldo final
Ativos - mensurados ao JV									
Floresta									
Pinhal	1 268	18	-	1 292	(23)	-	-	-	2 555
Eucaliptal	1 476	-	-	1 131	(32)	-	-	-	2 575
Cortiça em crescimento	6 477	-	-	1 961	(363)	-	-	-	8 074
Outros	1 186	142	-	2 436	(62)	-	-	-	3 702
Bovinos reprodutores	978	2	-	(53)	-	-	-	-	926
Total	11 384	161	-	6 766	(480)	-	-	-	17 833

Os principais ativos biológicos são a floresta (sobretudo pinhal, eucaliptal e cortiça em crescimento) e os bovinos reprodutores.

A floresta encontra-se registada ao justo valor, calculado através do método do valor atual dos fluxos de caixa descontados, conforme previsto na IAS 41. A área afeta é: (i) de Pinheiro e outras resinosas, 1 544 hectares (31DEZ24: 1 544 hectares), (ii) de Eucalipto, 3 925 hectares (31DEZ24: 3 925 hectares), (iii) de Sobreiros, 9 057 hectares (31DEZ24: 9 057 hectares) e (iv) de outros, 6 231 hectares (31DEZ24: 6 231 hectares).

No que diz respeito aos animais de trabalho e bovinos reprodutores, estes encontram-se também valorizados ao justo valor.

Descrição das técnicas de avaliação e dados não observáveis significativos utilizados na mensuração pelo justo valor (Nível 3):

Técnica de avaliação	Dados não observáveis significativos	Intervalo (média ponderada)	
		31Dez25	31Dez24
Técnica de valor atual - DCF (ver abaixo)	Taxa de desconto	6,29%	5,77%
	Taxa de crescimento dos rendimentos em perpetuidade	N/A	N/A
	Duração dos cash-flows (n.º de anos)	9 a 25	9 a 20

Descrição narrativa da sensibilidade da mensuração pelo justo valor a alterações em dados não observáveis:

- Aumentos (diminuições) significativos no valor estimado dos rendimentos e no crescimento dos rendimentos por ano, isoladamente, resultariam num justo valor significativamente mais elevado (mais baixo) dos ativos biológicos – floresta. Aumentos (diminuições) significativos na taxa de desconto, isoladamente, resultariam num justo valor significativamente mais baixo (mais elevado) dos ativos biológicos – floresta.

10. Participações financeiras em associadas

Políticas Contabilísticas

Foram consideradas associadas todas as entidades sobre as quais o Grupo PARPÚBLICA exerça influência significativa e que não sejam subsidiárias nem interesses em empreendimentos conjuntos. Influência significativa foi considerada como sendo o poder de participar nas decisões das políticas financeiras e operacionais das associadas, não constituindo controlo nem controlo conjunto sobre essas políticas. Considerou-se a existência de influência significativa quando a PARPÚBLICA detém, direta ou indiretamente, 20% ou mais do poder de voto da investida, ou quando detém direitos especiais de voto.

As entidades que se qualificam como associadas são as seguintes:

Firma	Sede Social	Atividade Principal	Entidade	Detenção do Capital	
				% do capital detido pela detentora direta	
				31 dez 25	31 dez 24
CVP - Sociedade de Gestão Hospitalar, S.A.	Lisboa	Administrações de unidades de cuidados de saúde	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	45,00%	45,00%
ORIVÁRZEA, S.A.	Benavente	Produção e comercialização de arroz	Companhia das Lezírias, S.A.	19,90%	19,90%
CLR – Companhia das Lezírias e Associados Renováveis, Lda	Benavente	Receção, triagem e primeira transformação de madeira, biomassa e produtos e subprodutos florestais	Companhia das Lezírias, S.A.	20,00%	20,00%
Trevo Oeste, S.A. (a)	Alcobaça	Saneamento de águas residuais.	AdP, SGPS, S.A.	43,24%	43,24%
Inapa – Investimentos, Participações e Gestão, S.A. (b)	Sintra	Gestão e administração de participações sociais	PARPÚBLICA, SGPS, S.A.	-	44,89%
AdP Tunísia (c)	Tunísia		AdP, SGPS, S.A.	40,00%	-

a) Empresa sem atividade operacional.

(b) Em liquidação. A participação detida corresponde a 33,33% dos direitos de voto. Em conformidade com o disposto no parágrafo 9 da IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos, esta participação foi reclassificada de investimento em associada para outras participações financeiras, na sequência da perda de influência significativa exercida sobre a entidade, resultante do processo de insolvência em que esta se encontra.

(c) No exercício de 2025, foi constituída a associada AdP Tunísia, na qual o Grupo AdP detém 40% de capital social (35% através da AdP SGPS e 5% através da AdP Internacional).

Valores em milhares de euros

Empresas Participadas	Ativo total 31 dez 25	Ativo total 31 dez 24	Passivo 31 dez 25	Passivo 31 dez 24	Total rendimentos e ganhos 2025	Total rendimentos e ganhos 2024	RL 2025	RL 2024
CLR – Companhia das Lezírias e Associados Renováveis, Lda	3	3	3	3	-	-	-	-
CVP - Sociedade de Gestão Hospitalar, S.A.	46 727	50 651	45 652	45 750	36 744	35 812	(3 814)	(3 573)
ORIVÁRZEA, S.A.	21 721	25 920	10 192	14 487	24 918	26 640	299	(71)

Na aquisição dos investimentos em associadas qualquer diferença entre o custo do investimento e a quota-parte do Grupo no justo valor líquido dos ativos e passivos identificáveis da associada é contabilizada do seguinte modo:

- O *goodwill* relacionado com uma associada é incluído na quantia escriturada do investimento. A amortização desse *goodwill* não é permitida.
- Qualquer valor em excesso da quota-parte da entidade no justo valor líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida relativamente ao custo do investimento é incluído como rendimento na determinação da quota-parte da entidade nos resultados da associada no período em que o investimento é adquirido.

As associadas foram contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial, pelo qual o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e é depois ajustado em função da evolução pós-aquisição da quota-parte dos ativos líquidos das participadas detidas pelo Grupo. Os resultados do Grupo incluem a sua quota-parte nos resultados das investidas e o outro rendimento integral do Grupo inclui a sua quota-parte no outro rendimento integral das investidas.

Se a parte do Grupo nas perdas de uma associada igualar ou exceder o seu interesse é descontinuado o reconhecimento de perdas adicionais, depois do interesse ser reduzido a zero é reconhecido um passivo se o Grupo tiver incorrido em obrigações legais ou construtivas ou feito pagamentos por conta da associada.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial são aplicados os requisitos da IFRS 9 para determinar a necessidade de reconhecer qualquer perda por imparidade adicional com respeito ao interesse do Grupo em cada uma das associadas.

Em 2024, a participação na CVP – Sociedade de Gestão Hospitalar, S.A. foi reclassificada de ativo não corrente detido para venda (de acordo com a IFRS 5) para investimento em associada, ao abrigo da IAS 28, uma vez que deixaram de estar reunidos, à data, os critérios necessários para a sua alienação. Paralelamente, foi realizado o teste de imparidade nos termos da IAS 36 – Imparidade de Ativos, tendo-se reconhecido uma perda por imparidade total do valor contabilístico da participação.

As variações verificadas em 2025 decorrem essencialmente da Orivárzea e da constituição da associada AdP Tunísia.

Participações financeiras em associadas	31-dez-25						
	Saldo inicial	Adições	Movimentos de equivalência patrimonial			Perdas imparidade reconhecidas	Saldo final
			Quota-parte do Outro rendimento integral	Quota-parte do resultado líquido	Outros		
HCVP	-	-	-	-	-	-	-
ORIVÁRZEA, S.A.	2 275	-	(41)	59	-	-	2 294
AdP Tunísia	-	250	-	-	-	-	250
CLR - Comp. Lezírias e Associados Renováveis, Lda	1	-	-	-	-	-	1
ACEs Quimiparque, Snesges Urbindustria, Portosider	4	-	-	-	-	-	4
	2 281	250	(41)	59	-	0	2 250

Participações financeiras em associadas	31-dez-24					
	Saldo inicial	Adições	Movimentos de equivalência patrimonial		Perda imparidade reconhecidas	Saldo final
			Quota-parte do Outro rendimento integral	Quota-parte do resultado líquido		
HCVP	-	4 386	-	-	(4 386)	-
ORIVÁRZEA, S.A.	2 294	-	(5)	(14)	-	2 275
INAPA - Invest. Part. E Gestão, SA	(0)	-	-	-	0	0
CLR - Comp. Lezírias e Associados Renováveis, Lda	1	-	-	-	-	1
ACEs Quimiparque, Snesges Urbindustria, Portosider	4	-	-	-	-	4
	2 300	4 386	(5)	(14)	(4 385)	2 281

Na aquisição dos investimentos em associadas, qualquer diferença entre o custo do investimento e a quota-parte da entidade no justo valor líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida é contabilizada do seguinte modo:

- a) O *goodwill* relacionado com uma associada ou empreendimento conjunto é incluído na quantia escriturada do investimento. A amortização desse *goodwill* não é permitida.
- b) Qualquer valor em excesso da quota-parte da entidade no justo valor líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida relativamente ao custo do investimento é incluído como rendimento na determinação da quota-parte da entidade nos resultados da associada ou empreendimento conjunto no período em que o investimento é adquirido.

11. Outras participações financeiras

Outras participações financeiras	31-dez-25	31-dez-24
Valorizadas ao justo valor		
GALP	907 967	989 889
Lisnave – Estaleiros Navais, SA	2 000	2 000
CTT	2 639	1 917
Outros	113	113
	912 718	993 919

A estimativa utilizada para o cálculo do justo valor das Participações financeiras foi baseada nas referências de mercado (sempre que disponível cotação desses ativos), em transações recentes ou em avaliações técnicas.

12. Outros ativos financeiros

Políticas Contabilísticas

Reconhecimento, mensuração e desreconhecimento

As categorias de ativos financeiros, de acordo com a IFRS 9 são as seguintes:

Ativos financeiros ao custo amortizado: Um ativo financeiro deve ser mensurado pelo custo amortizado se forem satisfeitas ambas as seguintes condições:

- O ativo financeiro é detido no âmbito de um modelo de negócio cujo objetivo consiste em deter ativos financeiros a fim de recolher fluxos de caixa contratuais e

- Os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas definidas, a fluxos de caixa que são apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre o capital em dívida.

Ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral para investimentos em instrumentos de dívida: Um ativo financeiro deve ser mensurado pelo justo valor através de outro rendimento integral se forem satisfeitas ambas as seguintes condições:

- O ativo financeiro é detido no âmbito de um modelo de negócio cujo objetivo seja alcançado através da recolha de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros e
- Os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas definidas, a fluxos de caixa que são apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre o capital em dívida.

Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados: Um ativo financeiro deve ser mensurado pelo justo valor através dos resultados, exceto se for mensurado pelo custo amortizado ou pelo justo valor através de outro rendimento integral. No entanto, uma entidade pode optar irrevogavelmente, no reconhecimento inicial de determinados investimentos em instrumentos de capital próprio que, de outra forma, seriam mensurados pelo justo valor através dos resultados, por apresentar as alterações subsequentes no justo valor através de outro rendimento integral.

Ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral para investimentos em instrumentos de capital próprio: Conforme referido no parágrafo anterior, no reconhecimento inicial uma entidade pode optar irrevogavelmente por apresentar em outro rendimento integral as alterações subsequentes no justo valor de um investimento num instrumento de capital próprio dentro do âmbito da IFRS 9 que não seja detido para negociação nem retribuição contingente reconhecida por um adquirente numa concentração de atividades empresariais à qual se aplique a IFRS 3.

Um ativo financeiro é desreconhecido quando (i) os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes desse ativo expiram, (ii) tenham sido transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à detenção desse ativo ou (iii) apesar dos riscos e benefícios não terem sido substancialmente transferidos, o Grupo não reteve o controlo sobre esse ativo.

Imparidade

O Grupo PARPÚBLICA reconhece uma provisão para perdas de crédito previstas relativamente a um ativo financeiro que é mensurado ao custo amortizado ou ao justo valor através do outro rendimento integral para investimentos em instrumentos de dívida, uma conta a receber de locação, um ativo resultante de um contrato ou um compromisso de concessão de empréstimo e um contrato de garantia financeira a que se aplicam os requisitos em matéria de imparidade. Para o efeito, em cada data de relato uma entidade deve mensurar a provisão para perdas relativamente a um instrumento financeiro por uma quantia igual às perdas de crédito esperadas ao longo da respetiva duração se o risco de crédito associado a esse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o

reconhecimento inicial. Se, à data de relato, o risco de crédito associado a um instrumento financeiro não tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial, uma entidade deve mensurar a provisão para perdas relativa a esse instrumento financeiro por uma quantia equivalente às perdas de crédito esperadas num prazo de 12 meses.

Não obstante o princípio geral disposto no parágrafo anterior, o GRUPO PARPÚBLICA mensura a provisão para perdas numa quantia igual às perdas de crédito esperadas ao longo da vida útil quanto:

- As Contas a receber comerciais ou ativos resultantes de contratos que resultam, por sua vez, de transações que estejam dentro do âmbito da IFRS 15, e que:
 - (i) Não contêm uma componente de financiamento significativa (ou quando a entidade aplica o expediente prático para contratos com duração igual ou inferior a um ano) em conformidade com a IFRS 15; ou
 - (ii) Contêm um componente de financiamento significativo de acordo com a IFRS 15, se a entidade escolher como sua política contabilística mensurar a provisão para perdas numa quantia igual às perdas de crédito esperadas ao longo da duração dos instrumentos. Essa política contabilística deve ser aplicada a todas as contas a receber comerciais ou ativos resultantes de contratos, mas pode ser aplicada separadamente às contas a receber comerciais e aos ativos resultantes de contratos.
- As contas a receber de locações resultantes de transações que estejam dentro do âmbito da IFRS 16, se a entidade escolher como sua política contabilística mensurar a provisão para perdas numa quantia igual às perdas de crédito esperadas ao longo da duração. Essa política contabilística deve ser aplicada a todas as contas a receber de locações, mas pode ser aplicada separadamente às contas a receber de locações financeiras e operacionais.

O Grupo PARPÚBLICA reconhece nos seus resultados como um ganho ou uma perda por imparidade, a quantia das perdas de crédito (ou reversões) esperadas que é necessária para que a provisão para perdas à data de relato corresponda à quantia que deve ser reconhecida em conformidade com a IFRS 9. No entanto, para Ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral para investimentos em instrumentos de dívida, a provisão para perdas é reconhecida em outro rendimento integral e não reduz a quantia escriturada do ativo financeiro no balanço.

Outros ativos financeiros	31-dez-25		31-dez-24	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Investimentos financeiros pelo justo valor através de resultados				
Detido para negociação				
Unidades de Participação - Fundo Imopoupança e Fundiestamo I	13 906	-	13 943	-
Investimentos em instrumentos de capital próprio ao justo valor	-	11	-	11
Ativos financeiros ao custo amortizado	-	1 455	-	1 694
Empréstimos e contas a receber				
Adiantamentos relativos a privatizações	-	1 219 535	-	1 347 786
Outros	17 653	1 219	13 357	1 188
	31 559	1 222 221	27 300	1 350 679

A rubrica de Investimentos financeiros pelo justo valor através de resultados – correntes, corresponde a unidades de participação detidas pela Sage secur no Fundo Fundiestamo I, com uma posição de 11 276 unidades de participação (31DEZ24: 11 480 unidades de participação) e no Fundo Imopoupança, com uma posição de 1 970 unidades de participação (31DEZ24: 1 970 unidades de participação), no montante global de 13 906 milhares de euros (31DEZ24: 13 943 milhares de euros).

O saldo de adiantamentos relativos a privatizações traduz essencialmente os valores entregues ao Estado como receitas de reprivatizações por força da Lei n.º 11/90, de 14 de abril, os quais, nos termos do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 209/2000, de 2 de setembro, deverão ser compensados, a que acrescem os valores resultantes da intervenção da PARPÚBLICA na liquidação da ex-IPE. No final de 2024 o valor total do crédito sobre o Estado ascendia a 1 347 785 578,75 euros.

Durante o ano de 2025 houve uma transação financeira entre o Estado e a PARPÚBLICA enquadrável no n.º 1 do artigo 78.º da Lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro (OE2025), disposição que estabelece um mecanismo destinado à regularização da dívida do Estado à PARPÚBLICA. Autorizada pelo Despacho n.º 569/2025-SETF, a Entidade do Tesouro e Finanças (ETF) transferiu para a PARPÚBLICA 128.250.120 euros destinados a financiar parte da aquisição da participação representativa de 19% do capital social da sociedade Águas de Portugal, SGPS, S.A.. Assim, no final de 2025 o valor total do crédito sobre o Estado ascendia a 1.219.535.458,75 euros.

No decurso do período em análise verificou-se a declaração de insolvência da SIAVILO SGPS, S.A. (ex-TAP, SGPS, S.A.), facto suscetível de produzir efeitos ao nível da recuperabilidade dos ativos financeiros associados.

Não obstante, importa salientar que a PARPÚBLICA havia já, em exercícios anteriores, procedido ao reconhecimento integral de imparidades relativas ao empréstimo concedido à SIAVILO, SGPS, S.A., bem como aos respetivos juros.

Assim, atendendo a que o risco de incobrábilidade se encontrava previamente refletido nas demonstrações financeiras da PARPÚBLICA, a ocorrência da insolvência da SIAVILO, SGPS, S.A. não determina qualquer impacto adicional nas contas do período, traduzindo-se, do ponto de vista contabilístico, num efeito nulo ao nível dos resultados.

13. Ativos e passivos por impostos diferidos

Impostos diferidos	31-dez-25				31-dez-24			
	Saldo inicial	Variações com efeitos em resultados	Variações com efeitos no capital próprio	Saldo final	Saldo inicial	Variações com efeitos em resultados	Variações com efeitos no capital próprio	Saldo final
Ativos por impostos diferidos								
Prejuízos fiscais reportáveis	3 637	(1 472)	-	2 165	4 316	(679)	-	3 637
Responsabilidades com benefícios de reforma	2 733	(139)	(341)	2 253	2 852	(156)	37	2 733
Revalorização/mensuração pelo JV - Ativos Fixos Tangíveis	1 053	-	-	1 053	123	-	930	1 053
Revalorização/mensuração pelo JV - Propriedades de Investimento	18 501	(868)	11	17 644	19 796	(1 404)	110	18 501
Revalorização/mensuração pelo JV - Outros Ativos	776	152	-	928	1 248	(472)	-	776
Outras provisões e ajustamentos não aceites fiscalmente	47 187	(606)	-	46 582	48 561	(1 378)	5	47 187
Outros	258 785	(25 090)	-	233 695	266 928	(6 821)	(1 322)	258 785
	332 673	(28 022)	(330)	304 320	343 433	(10 910)	151	332 673
Passivos por impostos diferidos								
Revalorização/mensuração pelo JV - Ativos Fixos Tangíveis	19 931	(1 929)	(1 241)	16 761	22 171	(227)	(2 014)	19 931
Revalorização/mensuração pelo JV - Propriedades de Investimento	43 447	(4 781)	-	38 666	42 939	490	18	43 447
Revalorização/mensuração pelo JV - Inventários	3 454	193	-	3 647	4 612	(1 158)	-	3 454
Revalorização/mensuração pelo JV - Outros Ativos	781	152	-	932	1 252	(472)	-	781
Outros	236 270	(24 229)	-	212 041	234 953	924	393	236 270
	303 883	(30 595)	(1 241)	272 048	305 928	(442)	(1 603)	303 883

Os Ativos por impostos diferidos referentes ao reconhecimento de prejuízos fiscais reportáveis, no montante de 2,2 milhões de euros (31DEZ24: 3,6 milhões de euros), advêm quase na sua totalidade da Consest (2,3 milhões de euros).

Os Ativos por impostos diferidos incluem ainda 2,3 milhões de euros (31DEZ24: 2,7 milhões de euros) relativos ao reconhecimento de Responsabilidades com benefícios de reforma não aceites fiscalmente, que prov m maioritariamente da INCM (1,9 milhões de euros).

Os Ativos por impostos diferidos relativos a Revalorização / Mensuração pelo justo valor – Propriedades de Investimento, no montante de 17,6 milhões de euros (31DEZ24: 18,5 milhões de euros), correspondem na sua maioria às empresas Consest (10 milhões de euros) e Estamo (7,4 milhões de euros).

Os Ativos por impostos diferidos relativos a Outras provisões e ajustamentos não aceites fiscalmente, no montante total de 46,6 milhões de euros (31DEZ24: 47,2 milhões de euros), respeitam essencialmente ao Grupo AdP, em 37,2 milhões de euros e ao Grupo SIMAB em 3,5 milhões de euros.

Os Passivos por impostos diferidos relativos a Revalorização / Mensuração pelo justo valor – Ativos fixos tangíveis no montante de 16,8 milhões de euros (31DEZ24: 19,9 milhões de euros), respeitam essencialmente a reavaliações realizadas aquando da transição para as IFRS e variações de justo valor subsequentes, sendo 2,5 milhões de euros da Companhia das Lezírias e 14,2 milhões de euros da INCM.

Os Passivos por imposto diferidos relativos a Revalorização / Mensuração pelo justo valor – Propriedades de Investimento respeitam essencialmente à Arco Ribeirinho Sul no montante de 22,9 milhões de euros (31DEZ24: 23,4 milhões de euros) e à Companhia das Lezírias, no montante de 15,3 milhões de euros (31DEZ24: 19,6 milhões de euros).

Os Outros ativos e Outros passivos por impostos diferidos incluem os montantes de 235,8 milhões de euros (31DEZ24: 260,6 milhões de euros) e 208,5 milhões de euros (31DEZ24: 232,6 milhões de euros) respetivamente, referentes à aplicação da IFRIC 12 nas sociedades do Grupo AdP, onde existem diferenças temporárias significativas, entre as amortizações contabilísticas e fiscais, e com impacto equivalente nos impostos diferidos associados aos subsídios ao investimento. Também nesta rubrica, se encontram registados os impostos diferidos ativos e passivos dos desvios tarifários.

14. Clientes

As contas a receber são mensuradas inicialmente pelo seu justo valor e mensuradas subsequentemente pelo custo amortizado usando o método do juro efetivo. As perdas por imparidade verificadas são reconhecidas nos resultados.

O ajustamento para imparidade das contas a receber é estabelecido quando há evidência objetiva de que o Grupo PARPÚBLICA não receberá parte ou a totalidade dos montantes em dívida, nos termos acordados. Dificuldades financeiras significativas por parte do devedor, probabilidade de o devedor se tornar insolvente ou a falha sucessiva de pagamentos por parte do devedor são considerados indicadores de que a conta a receber está numa situação de imparidade.

Clientes	31-dez-25	31-dez-24
Clientes c/c	409 324	432 494
Clientes de cobrança duvidosa	69 847	60 918
“Água em contador” por faturar	44 437	45 254
Outros	14 551	22 050
Perdas de imparidade acumuladas	(70 043)	(61 126)
	468 116	499 590

A rubrica de Clientes c/c inclui dívidas provenientes de:

- Clientes do Grupo AdP, no montante de 290,9 milhões de euros (31DEZ24: 287,0 milhões de euros), essencialmente de dívida de municípios;

- Clientes da Estamo, com um montante total de 101,3 milhões de euros (31DEZ24: 129,5 milhões de euros), respeitando essencialmente a dívidas de entidades públicas, o que atendendo à natureza pública do capital social permite validar os requisitos para que tais créditos sejam considerados como recuperáveis, seja em dinheiro ou em espécie; e
- Clientes da INCM, no montante de 14,5 milhões de euros (31DEZ24: 9,5 milhões de euros), respeitando essencialmente a dívidas de entidades públicas.

O saldo de Clientes de cobrança duvidosa advém essencialmente do Grupo AdP, com o montante global de 63,8 milhões de euros (31DEZ24: 54,7 milhões de euros).

A rubrica “água em contador por faturar” corresponde à estimativa de água a 31 de dezembro que só será faturada após essa data.

Em 14 de janeiro de 2019 foi publicado o Decreto-Lei nº 5/2019, o qual estabelece os termos e as condições a que obedecem os acordos de regularização das dívidas das autarquias locais, serviços municipalizados e serviços intermunicipalizados e às empresas municipais e intermunicipais e que tenham por objeto o exercício de atividades de distribuição de água e saneamento de águas residuais, às entidades gestoras de sistemas multimunicipais ou de outros sistemas de titularidade estatal de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais e às entidades gestoras de parcerias entre o Estado e as autarquias locais, nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de abril.

O mencionado Decreto-Lei prevê que as entidades utilizadoras que celebrem um Acordo de Regularização de Dívida (“ARD”) beneficiam de uma redução correspondente a 30% dos juros vencidos à data de 31 de dezembro de 2018, sendo este prejuízo computado como encargo para efeitos de contabilização do desvio de recuperação de gastos das Entidades Gestoras, com efeito de neutralizar o prejuízo daí decorrente.

Por fim, o diploma permite a cessão destes créditos a terceiros (sem recurso ao Grupo AdP), bem como: (i) os créditos que digam respeito a dívida reconhecida por sentença judicial transitada em julgado, após celebração de Acordo de Regularização de Dívida, substancialmente nos termos e condições definidos no anexo ao presente decreto-lei; e (ii) os créditos que já tenham sido objeto de acordo de pagamento, independentemente da sua designação.

A cessão dos créditos permite a extensão do prazo de reembolso a 25 anos, ficando este prazo limitado a 5 anos em caso de impossibilidade de cessão do crédito decorridos 12 meses desde a data de efetividade do ARD.

As Leis do Orçamento de Estado para os anos 2021 a 2025 consagraram a possibilidade de serem feitos novos ARD's.

A evolução das Perdas por imparidade dos saldos de clientes apresenta-se na nota 40.

15. Adiantamentos a fornecedores

Adiantamentos a fornecedores	Correntes	
	31-dez-25	31-dez-24
Adiantamentos a fornecedores		
Conta corrente	8 945	8 935
	8 945	8 935

O saldo da rubrica Adiantamentos a fornecedores tem somente origem nas empresas do Grupo AdP, com 8,5 milhões de euros (31DEZ24: 8,7 milhões de euros) e na INCM, com o montante de 0,4 milhões de euros (31DEZ24: 0,2 milhões de euros).

16. Estado e outros entes públicos

Estado e outros entes públicos	31-dez-25		31-dez-24	
	Correntes	Não Correntes	Correntes	Não Correntes
Ativo				
Estado e outros entes públicos				
Imposto sobre o rendimento a receber	10 358	-	7 939	-
Outros	10 308	-	11 359	-
	20 666	-	19 297	-
Passivo				
Imposto sobre o rendimento a pagar	8 061	-	17 273	-
Outros	44 721	-	37 631	-
	52 782	-	54 903	-

O Imposto sobre rendimento a receber corrente respeita principalmente à PARPÚBLICA, no valor de 8,4 milhões de euros (31DEZ24: 7 milhões de euros), e à INCM no valor de 1 milhão de euros (31DEZ24: 0).

A rubrica “Outros” – ativo corrente inclui 9,7 milhões de euros (31DEZ24: 10,2 milhões de euros) que correspondem essencialmente a IVA a recuperar por empresas do Grupo AdP.

O Imposto sobre rendimento a pagar inclui, na sua maioria, as estimativas de imposto a pagar de: (i) 5,8 milhões de euros pelo Grupo ADP (31DEZ24: 14,2 milhões de euros) (ii) 1,2 milhões de euros pela Arco Ribeirinho Sul (31DEZ24: 0) e (iii) 0,7 milhões de euros pela Estamo (31DEZ24: 1,4 milhões de euros).

O montante registado na rubrica “Outros” – passivo corrente inclui na sua maioria:

- 42,1 milhões de euros (31DEZ24: 31,6 milhões de euros) relativos ao Grupo AdP, dos quais 36,4 milhões de euros (31DEZ24: 26,7 milhões de euros) referentes às Taxas de Recursos Hídricos e de Gestão de Resíduos;
- 1 milhão de euros (31DEZ24: 2,3 milhões de euros) da INCM, relativos essencialmente a valores a pagar de IVA e Segurança Social;
- 0,6 milhões de euros (31DEZ24: 0,6 milhões de euros) da SIMAB, relativos essencialmente a valores a pagar de IVA, Segurança Social e retenções de imposto sobre rendimento; e
- 0,5 milhões de euros (31DEZ24: 0,9 milhões de euros) da Estamo, referentes essencialmente à estimativa de IML.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais das empresas com sede em Portugal, incluídas na consolidação, estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. O Grupo PARPÚBLICA entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025.

17. Outras contas a receber

Outras contas a receber	31-dez-25		31-dez-24	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Acréscimos de rendimentos	16 639	-	13 207	-
Subsídios ao investimento a receber	23 838	7 074	12 153	-
Venda de imóveis	4 821	-	4 994	-
Pessoal	185	-	167	-
Clientes	-	11 979	-	11 520
Outros	410 491	17 341	409 835	16 409
Ajustamentos por imparidade de outros devedores	(28 046)	-	(14 244)	-
	427 928	36 394	426 111	27 929

A rubrica de Acréscimos de rendimentos – ativo corrente inclui essencialmente:

- 12,8 milhões de euros (31DEZ24: 9,9 milhões de euros) referentes à INCM, essencialmente pela venda de moeda corrente, passaportes, fornecimento de equipamento para projeto Gestdoc e para os quais a empresa aguarda, na data de fecho de contas, pelo número de compromisso da entidade requisitante para proceder à respetiva faturação; e

- 1,6 milhões de euros (31DEZ24: 2,0 milhões de euros) referentes à Companhia das Lezírias, relacionados, na sua maioria, com a especialização mensal dos duodécimos de rendas agrícolas e de subsídios à exploração.

A rubrica de Subsídios ao investimento a receber respeita na íntegra ao Grupo AdP, no valor de 30,9 milhões de euros (31DEZ24: 12,2 milhões de euros).

As rubricas 'Venda de imóveis – ativo corrente' e 'ativo não corrente' correspondem a montantes líquidos de imparidades devidos à Estamo, essencialmente no âmbito de escrituras celebradas com os Municípios de Lisboa, Valongo e Sever do Vouga. No caso do Município de Lisboa, permanece em dívida o montante de 4,52 M€, referente à venda, em 2013, do 'Convento do Desagravo e Complexo Desportivo da Lapa'. Sobre o valor remanescente foram faturados juros de mora, tendo sido reconhecida imparidade pelo montante total desses juros, face à incerteza quanto ao seu recebimento.

A rubrica de Clientes – ativo não corrente, com 12,0 milhões de euros (31DEZ24: 11,5 milhões de euros), corresponde a saldos de municípios que são clientes das empresas do Grupo AdP.

A rubrica de Outros – ativo corrente inclui essencialmente:

- 249,1 milhões de euros (31DEZ24: 251,9 milhões de euros) provenientes da PARPÚBLICA, que incluem essencialmente (i) despesas com levantamento imóveis (ex-Sagestamo (1,2 milhões de euros), (ii) despesas incorridas no âmbito do processo de reprivatização da EFACEC, associadas à recapitalização e encargos com consultores, que considerando o princípio de neutralidade previsto nos Despachos n.º 328/2020-SET e n.º 221/2023-SET, deverão ser objeto de regularização pela ETF (246,7 milhões de euros);
- 143,2 milhões de euros (31DEZ24: 133,3 milhões de euros) provenientes do Grupo AdP, que incluem essencialmente (i) 109,1 milhões de euros de acréscimos de juros de clientes (31DEZ24: 99,5 milhões de euros), (ii) 17,1 milhões de euros de faturação de taxas para a Câmara Municipal de Lisboa (31DEZ24: 16,3 milhões de euros) e (iii) 11,6 milhões de euros de Outras contas a receber (31DEZ24: 12,1 milhões de euros);
- 16,2 milhões de euros (31DEZ24: 21,7 milhões de euros) da Estamo.

A rubrica de Outros – ativo não corrente inclui essencialmente 17,2 milhões de euros (31DEZ24: 17,0 milhões de euros) provenientes do Grupo AdP, dos quais se destaca o montante a receber da Águas do Centro Litoral referente ao acordo de pagamento efetuado pela Ex-Simria, definido em sede de contrato de concessão com os municípios, por via da distribuição futura de dividendos de que os municípios abdicaram, no montante de 14 milhões de euros, tendo sido efetuada a correspondente reclassificação da dívida de clientes.

O valor de 28,0 milhões de euros (31DEZ24: 14,2 milhões de euros) referente a “Ajustamentos por imparidade de outros devedores” – ativo corrente é proveniente na sua maioria (i) das sociedades do Grupo AdP, no montante de 18,7 milhões de euros (31DEZ24: 5,3 milhões de euros), (ii) da PARPÚBLICA, no montante de 8,4 milhões de euros que inclui a perda de imparidade associada aos valores não reconhecidos pela ETF (31DEZ24: 8,0 milhões de euros) e (iii) da SIMAB, no montante de 0,7 milhões de euros (31DEZ24: 0,7 milhões de euros).

18. Diferimentos

Diferimentos – ativo	31-dez-25		31-dez-24	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Ativo regulatório – desvio tarifário	-	617 654	-	591 027
Outros gastos diferidos	13 112	-	12 232	-
Excesso de cobertura de responsabilidades pós-emprego	7 480	-	8 570	-
	20 592	617 654	20 802	591 027

Diferimentos – passivo	31-dez-25		31-dez-24	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Passivo regulatório – desvio tarifário	-	111 067	-	116 493
Rendimentos diferidos				
Subsídios relacionados com ativos	4 189	1 442 779	3 901	1 389 296
Outros	36 925	5 259	31 852	7 040
Investimentos contratuais	-	563 575	-	578 169
Outros	672	-	696	-
	41 787	2 122 680	36 449	2 090 998

As rubricas de Ativo regulatório – desvio tarifário (617,7 milhões de euros) e Passivo regulatório – desvio tarifário (111,1 milhões de euros), advêm na totalidade do universo das sociedades do Grupo AdP e detalham-se como se segue:

	31-dez-25		31-dez-24	
	Desvio Ativo	Desvio Passivo	Desvio Ativo	Desvio Passivo
Águas do Algarve		(22 106)		(30 398)
Águas do Centro Litoral	57 210		52 307	
Águas do Douro e Paiva		(71 397)		(70 803)
Águas do Norte	247 653		225 296	
AgdA – Águas Públicas Alentejo	2 596		2 525	
Águas do Alto Minho, S.A.	15 940		15 024	
Águas do Tejo Atlântico		(17 563)		(15 293)
Águas Vale do Tejo	203 586		205 521	
Simarsul	61 553		65 094	
Simdouro	13 320		13 113	
AdRA – Águas da Região de Aveiro	(31 693)		(33 898)	
AdRA – Águas da Região de Aveiro (Ajustamentos)	47 489		46 046	
Total UNA-PD	617 654	(111 067)	591 027	(116 493)

Os Outros gastos diferidos correntes, no montante de 13,1 milhões de euros (31DEZ24: 12,2 milhões de euros), correspondem essencialmente a:

- 6,7 milhões de euros (31DEZ24: 6,0 milhões de euros) da INCM;
- 5,5 milhões de euros (31DEZ24: 5,5 milhões de euros) do Grupo AdP; e
- 0,3 milhões de euros (31DEZ24: 0,3 milhões de euros) da PARPÚBLICA.

Os Rendimentos diferidos - não correntes relativos, a subsídios relacionados com ativos, no montante de 1.443 milhões de euros (31DEZ24: 1.393 milhões de euros), correspondem essencialmente a subsídios de investimento registados pelo Grupo AdP, conforme se segue:

Subsídios ao investimento – Grupo AdP	31-dez-25	31-dez-24
Subsídios ao Investimento – Fundo Coesão	1 171 309	1 174 752
Subsídios ao Investimento – Outros	32 594	27 045
Integração de património	224 432	172 419
	1 428 335	1 374 216

Subsídios ao Investimento – movimentos do período	31-dez-25	31-dez-24
Subsídios ao investimento (ano N-1)	1 374 216	1 423 764
Reconhecimento de direito ao fundo	129 602	20 896
Reconhecimento de rendimentos	(74 718)	(70 307)
Desreconhecimento de valor a receber de pedidos		
Outras Correções	(765)	(137)
Subsídios ao investimento – Saldo Final	1 428 335	1 374 216

A rubrica de “Outros” refletida em rendimentos diferidos – passivos correntes, inclui:

- 16,8 milhões de euros (31DEZ24: 17,4 milhões de euros) provenientes do Grupo AdP;
- 15,4 milhões de euros (31DEZ24: 9,9 milhões de euros) provenientes da Estamo;
- 3,2 milhões de euros (31DEZ24: 3,0 milhões de euros) provenientes da SIMAB; e
- 0,6 milhões de euros (31DEZ24: 0,6 milhões de euros) provenientes da Arco Ribeirinho Sul, relativos essencialmente a (i) rendimentos diferidos obtidos com venda de lotes que ainda não se encontram totalmente infraestruturados, (ii) taxas de cedência diferidas, referentes a cauções pagas por clientes, que correspondem geralmente a um mês da prestação mensal devida, (iii) adiantamento realizado pela Petrogal a título de contrapartida pela alteração do prazo de vigência do contrato por mais 9 anos e (iv) subsídios e outros rendimentos diferidos.

A rubrica “Outros” refletida nos Rendimentos diferidos – passivos não correntes, no valor de 5,3 milhões de euros (31DEZ24: 7,0 milhões de euros), respeita, na totalidade, ao Grupo SIMAB. Corresponde aos valores de rendimentos a reconhecer, relativos a taxas de acesso pagas pelos operadores (clientes dos mercados abastecedores) no início do contrato de utilização dos espaços. Os valores são reconhecidos em rendimentos do exercício, ao longo do período de vigência dos contratos e, nas situações de rescisão contratual é efetuada a integração plena do valor que se encontrava por reconhecer à data da rescisão. A variação dos rendimentos a reconhecer, provenientes de taxas de acesso, decorre do efeito conjugado de novos contratos, da integração recorrente em rendimentos do exercício e das rescisões ocorridas no exercício.

A rubrica de Investimentos contratuais – passivo não corrente, no montante de 563,6 milhões de euros (31DEZ24: 578,2 milhões de euros), apresenta valores relativos unicamente a sociedades do Grupo AdP, os quais correspondem ao reconhecimento da quota-parte anual dos gastos estimados para fazer face às despesas contratuais em investimentos ainda não realizados previstos nos contratos de concessão ou aditamentos aos contratos de concessão (incluindo os investimentos de expansão e modernização) aprovados ou impostos pelo concedente.

19. Inventários

Políticas Contabilísticas

Os Inventários são mensurados ao menor valor entre o seu custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual.

O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de vender.

As diferenças entre o valor de custo e o valor realizável líquido, quando mais baixo, bem como o valor dos materiais potencialmente obsoletos, encontram-se registadas na rubrica Perdas por imparidades acumuladas.

O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio ponderado.

Os inventários relativos aos ativos biológicos relacionados com a atividade agrícola e os produtos agrícolas na altura das colheitas são tratados previamente de acordo com a IAS 41, conforme referido na nota 9.

Inventários	31-dez-25	31-dez-24
Mercadorias	724 542	721 403
Produtos acabados e intermédios	9 918	11 060
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	514	1 843
Produtos e trabalhos em curso	9 428	8 828
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	28 184	28 365
Adiantamentos por conta de compras	160 162	158 112
Ajustamentos acumulados em inventários	(52 355)	(58 428)
Total	880 394	871 184

As Mercadorias incluem, essencialmente, o montante de 661,7 milhões de euros relativo a imóveis que são propriedade da Estamo (31DEZ24: 658,6 milhões de euros).

Os Produtos acabados e intermédios incluem 9,5 milhões de euros referentes à INCM (31DEZ24: 10,5 milhões de euros), dos quais 1,2 milhões de euros relativos a moeda comemorativa de coleção com acabamento especial (31DEZ24: 2,4 milhões de euros); 3,0 milhões de euros relativos a livros diversos (31DEZ24: 3,0 milhões de euros) e 1,6 milhões de euros (31DEZ24: 1,7 milhões de euros) referentes à produção de passaportes.

A rubrica de Produtos e trabalhos em curso compreende, maioritariamente, o valor de 6,4 milhões de euros (31DEZ24: 6,4 milhões de euros) de projetos de loteamento relacionados com a Arco Ribeirinho Sul resultantes da cisão simples da Siderurgia Nacional, S.A., por força do Decreto-Lei n.º 113/91, de 20 de março, e estão valorizados pelos montantes decorrentes da avaliação independente efetuada na data da cisão, adicionados das respetivas despesas de infraestruturação entretanto ocorridas e deduzidos dos bens entretanto alienados bem como de imparidades apuradas com base no justo valor à data de fecho de exercício.

As Matérias-primas, subsidiárias e de consumo incluem essencialmente:

- Disco, Chips, papel, filmes e outros bens da INCM, no montante de 23,9 milhões de euros (31DEZ24: 24,7 milhões de euros), e
- Reagentes e contadores de empresas do Grupo AdP, no montante global de 3,0 milhões de euros (31DEZ24: 2,6 milhões de euros).

Os Adiantamentos por conta de compras correspondem na sua maioria a imóveis da Estamo, no montante de 144,0 milhões de euros (31DEZ24: 143,8 milhões de euros) e 16,2 milhões de euros do Grupo AdP (31DEZ24: 14,4 milhões de euros).

Os Ajustamentos acumulados em inventários incluem essencialmente 48,1 milhões de euros (31DEZ24: 55,0 milhões de euros) provenientes da empresa Estamo e 4,3 milhões de euros (31DEZ24: 3,4 milhões de euros) da INCM.

20. Caixa e depósitos bancários

Políticas Contabilísticas

Caixa compreende o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem. Equivalentes de caixa consistem em investimentos a curto prazo, altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

Caixa e depósitos bancários	31-dez-25	31-dez-24
Aplicações financeiras	20 300	8 250
Depósitos a prazo	341 350	436 150
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	96 149	114 212
Numerário	424	441
Outros	121	3 727
	458 344	562 780

As disponibilidades apresentadas pelo Grupo PARPÚBLICA correspondem essencialmente a depósitos a prazo e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis.

As empresas que estão a contribuir de forma mais significativa para o montante em depósitos a prazo são a ESTAMO, com 130,2 milhões de euros detidos (31DEZ24: 60,2 milhões de euros), o GRUPO AdP, com 90,1 milhões de euros (31DEZ24: 87,3 milhões de euros), a INCM, com 52,0 milhões de euros (31DEZ24: 40,5 milhões de euros), a PARPÚBLICA, com 50,9 milhões de euros em CEDICS (31DEZ24: CEDICS 236,3 milhões de euros) e a Companhia das Lezírias, com 13,0 milhões de euros (31DEZ24: 11,5 milhões de euros).

Relativamente aos depósitos bancários imediatamente mobilizáveis, estes são essencialmente compostos por montantes relativos ao Grupo AdP, com 49,0 milhões de euros (31DEZ24: 51,3 milhões de euros), ao sub fundo Cabeço de Bola, com 19,3 milhões (31DEZ24: 21,0 milhões de euros), à Estamo, com 12,8 milhões de euros (31DEZ24: 12,4 milhões de euros), à Sagesecur, com 7,0 milhões de euros (31DEZ24: 3,7 milhões de euros), à INCM, com 2,7 milhões de euros (31DEZ24: 1,5 milhões de euros), ao Circuito Estoril, com 1,6 milhões de euros (31DEZ24: 2,1 milhões de euros), à PARPÚBLICA, com 1,1 milhões de euros (31DEZ24: 12,5 milhões de euros) e à Florestgal, com 0,7 milhões de euros (31DEZ24: 4,7 milhões de euros).

21. Ativos e Passivos relacionados com ativos não correntes detidos para venda

Políticas Contabilísticas

O Grupo PARPÚBLICA classifica um ativo não corrente ou um grupo para alienação como detido para venda se a sua quantia escriturada for recuperada principalmente através de uma transação de venda e não através de uso continuado.

Os ativos ou grupos para alienação assim classificados estão disponíveis para venda imediata na sua condição presente e a venda desses ativos ou grupos para alienação é altamente provável.

Espera-se que as vendas dos ativos ou dos grupos para alienação sejam concluídas até um ano a partir da data da respetiva classificação como detidos para venda. Existem com frequência acontecimentos e circunstâncias fora do controlo do Grupo PARPÚBLICA que obrigam a estender o período para concluir as vendas para lá de um ano, apesar de se manter o comprometimento com a venda dos ativos ou dos grupos para alienação; nestes casos, é mantida a classificação como detidos para venda.

Os ativos ou grupos para alienação, classificados como detidos para venda, são mensurados pelo menor valor entre as respetivas quantias escrituradas e os respetivos justos valores menos os custos de vender. Antes da classificação inicial dos ativos ou grupos para alienação como detidos para venda, as respetivas quantias escrituradas foram mensuradas de acordo com as IFRS aplicáveis. Por outro lado, são reconhecidas perdas por imparidade relativamente a reduções do ativo ou grupo do ativo para alienação para o justo valor menos os custos de vender e são reconhecidos ganhos para qualquer aumento no justo valor menos os custos de venda dos ativos até à quantia inicial.

Em 2025, os ativos não correntes detidos para venda referem-se maioritariamente à Florestgal, com 13,9 milhões de euros.

Foi celebrado por esta sociedade um contrato de promessa de compra e venda (CPCV), cujo objeto são os prédios Herdade da Revilheira, Herdade dos Espinhais e Herdade do Picão e a transação será concretizada assim que estejam reunidas as condições para tal, nomeadamente a obtenção da autorização dos membros do governo responsáveis e demais diligências inerentes.

Ativos não correntes detidos para venda	31-dez-25	31-dez-24
Ativos		
Ativos Biológicos	179	-
Equipamento Biológico	228	-
Propriedades de Investimento – Terrenos	13 563	-
Total	13 970	-

22. Capital próprio

Políticas Contabilísticas

Instrumentos de capital próprio da entidade

Um instrumento financeiro é classificado como sendo um instrumento de capital próprio quando o mesmo evidencia um interesse residual nos ativos de uma entidade após dedução de todos os seus passivos. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital próprio são registados como dedução ao valor da emissão.

As distribuições aos detentores dos instrumentos de capital próprio do Grupo PARPÚBLICA apenas são reconhecidas (como passivo ou pagamento) e debitadas diretamente no capital próprio da entidade no exercício em que essas distribuições são aprovadas pelo acionista do Grupo PARPÚBLICA.

O Capital nominal no montante de 2 000 milhões de euros é composto por 400 000 000 ações nominativas de 5 euros cada, sendo integralmente detido pelo Estado Português. A 31 de dezembro de 2025 encontrava-se parcialmente realizado em 1 960 471 milhares de euros. Em 2016 houve uma realização parcial do capital social por parte do Estado (ETF) no montante de 290,3 milhões de euros, nos termos do Despacho n.º 942/16-SEATF.

Dando cumprimento ao Despacho n.º 788/17-SET, em setembro de 2017 houve lugar à realização parcial do capital social já anteriormente subscrito por parte do Estado (ETF), no montante de 348 milhões de euros.

A rubrica de Reservas legais, reservas não distribuíveis, é composta essencialmente pela reserva legal constituída em conformidade com o artigo 295º do Código das Sociedades Comerciais, o qual prevê que esta seja dotada com um mínimo de 5% do resultado líquido do período até à concorrência de um valor correspondente à quinta parte do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

A rubrica de Outras Variações no Capital Próprio regista ganhos/perdas de remensuração de planos de benefícios definidos, nos termos da IAS 19.

A rubrica Ajustamentos em ativos financeiros engloba essencialmente as variações de justo valor dos Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral, relativo às ações detidas na GALP.

A rubrica de Resultados transitados corresponde aos resultados líquidos dos períodos anteriores, conforme deliberações efetuadas nas assembleias gerais. Encontram-se ainda registadas nesta rubrica as alterações decorrentes da aplicação pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro.

O Outro rendimento integral respeita essencialmente ao reconhecimento da quota-parte de outro rendimento integral das associadas pela aplicação do método de equivalência patrimonial, ajustamentos ao justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda e de remensuração de responsabilidade com benefícios de plano definidos.

23. Interesses que não controlam – Balanço

Interesses que não controlam (balanço)	31-dez-25	31-dez-24
Interesses minoritários de capital próprio		
Grupo AdP	373 802	659 711
Cabeço de Bola	11 552	11 770
MARL, SA	9 552	8 848
MARF, SA	(69)	(111)
MARE, SA	1 372	1 212
MARB, SA	(82)	(84)
	396 127	681 345

O saldo desta rubrica provém, essencialmente, do Grupo AdP e respeita à parte dos interesses que não controlam em aumentos e reduções no capital e distribuição de dividendos desse Grupo.

24. Provisões

Políticas Contabilísticas

Provisões, ativos contingentes e passivos contingentes

Provisões

As provisões são reconhecidas para passivos de tempestividade ou quantia incerta como resultado de acontecimentos passados e são reconhecidas pelo seu valor descontado quando o efeito do valor temporal do dinheiro for material.

Ativos e passivos contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgados nas notas anexas. Nos casos em que a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos for remota ou se for pouco provável que ocorra o influxo de benefícios económicos, os respetivos passivos contingentes ou ativos contingentes não são divulgados.

Provisões (Balanço)	31-dez-25					
	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições por utilização	Montantes não utilizados revertidos	Outros movimentos	Saldo final
Provisões - não corrente						
Provisão para processos judiciais em curso	27 270	3 032	(210)	(289)	(2)	29 801
Processos ambientais	1 931	44	-	-	-	1 975
Remoção de materiais e Processos Ambientais	1 850	-	-	-	-	1 850
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	78	3	(6)	-	-	75
Outras provisões	13 631	0	(340)	(161)	-	13 130
	44 760	3 080	(556)	(450)	(2)	46 831

Provisões (Balanço) – Correntes	31-dez-25					
	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições por utilização	Montantes não utilizados revertidos	Outros movimentos	Saldo final
Provisões - corrente						
Outras provisões	-	122	-	-	-	122
	-	122	-	-	-	122

Provisões (Balanço)	31-dez-24					
	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições por utilização	Montantes não utilizados revertidos	Outros movimentos	Saldo final
Provisões - não corrente						
Provisão para processos judiciais em curso	25 919	2 293	(918)	(622)	599	27 270
Processos ambientais	1 847	40	-	-	44	1 931
Remoção de materiais e Processos Ambientais	1 850	-	-	-	-	1 850
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	84	-	(6)	-	-	78
Outras provisões	15 084	0	(808)	(296)	(349)	13 631
	44 784	2 334	(1 732)	(917)	294	44 760

Processos judiciais em curso

As Provisões para processos judiciais em curso são constituídas de acordo com as avaliações de risco efetuadas pelas sociedades do Grupo PARPÚBLICA e pelos seus consultores legais, baseadas em taxas de sucesso históricas por natureza de processo e probabilidade de desfecho desfavorável.

As provisões existentes a 31 de dezembro de 2025 incluem provisões para diversos processos judiciais intentados contra:

- as sociedades do Grupo AdP, no montante de 27,5 milhões de euros (31dez24: 25,0 milhões de euros);
- a Consect, no montante de 2,0 milhões de euros (31DEZ24: 2,0 milhões de euros) para acautelar prudencialmente eventuais montantes que a sociedade possa vir a ser chamada a pagar a título de custas judiciais, no âmbito do litígio que, desde 2015, a opõe à COTTEES. Tendo em conta a

enorme incerteza de que a matéria se reveste, na determinação deste montante a sociedade teve em conta os distintos cenários que lhe foram remetidos pelos respetivos mandatários no litígio em questão, correspondendo os 2 milhões de euros a uma estimativa prudencial assente na quase mediana entre o *“worst case scenario”* e o cenário mais favorável, cenários limite que, afigurando-se qualquer deles pouco provável, poderiam conduzir à subestimação ou sobrestimação da provisão constituída. Esclarece-se igualmente que, em 2021 acresceu à provisão 30 milhares de euros constituída aquando da prolação do último acórdão pelo Tribunal da Relação de Lisboa, a última sentença líquida conhecida à presente data. No corrente exercício, dado não ter havido alteração nos pressupostos, foi mantido o valor total de 2021.

Processos Ambientais

As provisões para processos ambientais, no valor de 2,0 milhões de euros (31DEZ24: 1,9 milhões de euros), respeitam na íntegra a provisões criadas por sociedades do Grupo AdP.

Remoção de materiais

As Provisões para remoção de materiais advêm do universo empresarial da Arco Ribeirinho Sul e destinam-se a acautelar os encargos que poderão vir a ser suportados com a recuperação ambiental do território que lhes está afeto.

A expectativa existente em relação ao cofinanciamento através de fundos comunitários de futuras operações de requalificação ambiental não se concretizou, tendo sido proposta uma nova metodologia, que teve o parecer prévio de viabilidade por parte da APA, mas que exige também o aprofundamento dos estudos de caracterização e propostas de remediação do passivo ambiental In-situ / On-site. Assim, considerando que o processo de quantificação destas responsabilidades não se encontra concluído e se reveste de bastante incerteza, e que as perspetivas futuras de resolução irão resultar dos estudos a realizar, a carecerem igualmente da concordância do acionista e do Estado, não é possível, na presente data e com a segurança exigida, avaliar os encargos futuros que irão advir deste processo. A Provisão existente em 31/12/2025 reflete a melhor estimativa disponível à presente data, suportada no estudo de 2022.

Outras Provisões

A rubrica de Outras provisões corresponde a provisões constituídas:

- pelas sociedades que integram o Grupo AdP no montante de 5,8 milhões de euros (31dez24: 6,3 milhões de euros), essencialmente para fazer face a potenciais responsabilidades contratuais;
- pela Estamo, no montante de 6,7 milhões de euros (31dez24: 6,7 milhões de euros). Uma parte desse montante (6,5 milhões de euros) visa cobrir a responsabilidade assumida contratualmente, no momento da compra ao Estado, de partilhar com este, caso exista, a mais-valia obtida com a

venda de alguns imóveis. Adicionalmente, a rubrica de Outras Provisões inclui ainda o montante de 0,170 milhões de euros, que visa cobrir a responsabilidade eventual de IMT contingente e respetivas penalidades, referentes a imóveis que foram vendidos entre o período de 2013 a 2021. Com efeito, pela sua natureza, a sociedade adquire os imóveis, em regra, isentos de IMT por um período de 3 anos face à sua futura destinação para revenda. Dada a existência de imóveis cujo IMT não foi atempadamente liquidado, foi constituída a necessária provisão a qual inclui igualmente os juros devidos até ao efetivo pagamento. A reversão da provisão em 2024, no montante de 0,808 milhões de euros, deve-se ao facto da obrigação perante a Autoridade Tributária ter caducado.

No passivo corrente, o saldo desta rubrica corresponde a uma provisão para encargos efetuada no âmbito de um processo judicial instaurado contra o Sub-fundo Cabeço da Bola.

25. Financiamentos obtidos

Financiamentos obtidos	31-dez-25		31-dez-24	
	Passivo corrente	Passivo não corrente	Passivo corrente	Passivo não corrente
Empréstimos por obrigações	127 439	160 227	6 818	287 666
Empréstimos bancários	145 634	948 248	256 255	939 493
Passivos por locação	5 889	14 019	5 910	16 200
Papel comercial	-	-	8 750	-
Descobertos bancários	7 501	-	-	-
Outros empréstimos obtidos	135	22 244	131	12 403
	286 598	1 144 737	277 864	1 255 762

Os empréstimos respeitam essencialmente a obrigações e financiamentos junto de instituições de crédito nacionais e estrangeiras, os quais se encontram mensurados ao custo amortizado.

A segmentação das quantias nominais da dívida por maturidades e tipos de taxa de juro é a seguinte:

Financiamentos obtidos	31-dez-25	31-dez-24
Por maturidades		
Até 1 ano	286 598	277 864
De 1 ano até 2 anos	133 987	222 273
De 2 anos até 3 anos	287 433	249 749
De 3 anos até 4 anos	135 035	111 552
De 4 anos até 5 anos	133 408	110 279
Superior a 5 anos	454 845	563 165
	1 431 305	1 534 881
Por tipo de taxa de juro		
Taxa variável		
Expira num ano	25 777	28 504
Expira entre 1 e 2 anos	18 557	23 581
Expira entre 2 e 3 anos	156 854	160 263
Mais de 3 anos	2 693	8 937
	203 881	221 285
Taxa fixa		
Expira num ano	260 821	249 360
Expira entre 1 e 2 anos	115 432	198 694
Expira entre 2 e 3 anos	130 579	89 486
Mais de 3 anos	720 593	776 057
	1 227 425	1 313 597
	1 431 305	1 534 881

Os Empréstimos por obrigações, contraídos na sua maioria pelo GRUPO AdP e pela PARPÚBLICA, são mensurados pelo custo amortizado.

A 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 eram os seguintes:

	31-dez-25	31-dez-24
PARPÚBLICA		
Empréstimo de 250,0 milhões de euros emitido em 2006	120 621	120 621
Sub-total PARPÚBLICA	120 621	120 621
Grupo AdP – não corrente	160 227	167 045
Grupo AdP – corrente	6 818	6 818
Total	287 666	294 485

O empréstimo obrigacionista de 250 milhões de euros, emitido em novembro de 2006 pelo prazo de 20 anos, vence juros a uma taxa de juro anual fixa de 4,2%. Este empréstimo prevê a possibilidade de os obrigacionistas exercerem o direito de reembolso antecipado das obrigações se o Estado deixar de deter a totalidade do capital da PARPÚBLICA e/ou perder o controlo direto ou indireto da sociedade e/ou, ainda, se os artigos 501º a 503º do Código das Sociedades Comerciais deixarem de se aplicar nas relações entre o Estado e a sociedade. Adicionalmente, a PARPÚBLICA tem a obrigação de reembolsar os obrigacionistas em caso de vencimento antecipado de outras dívidas financeiras, de insolvência, de cessação total ou substancial dos negócios e de sujeição a processos que afetem os ativos e os réditos.

No final de 2023 a PARPÚBLICA adquiriu em mercado obrigações próprias, com valor nominal de 130 milhões de euros.

O empréstimo obrigacionista do Grupo AdP encontra-se sujeito a cláusulas de *ownership*, nos termos das quais eventuais alterações à estrutura acionista da sociedade podem conduzir ao vencimento imediato da dívida. Os contratos de financiamento celebrados com o Banco Europeu de Investimento, para além das condicionantes habituais (falta de pagamento, cumprimento da lei geral e ambiental, *cross default*, *pari passu*, *negative pledge*, falsas declarações, falência, insolvência, liquidação, alterações materiais) inclui ainda:

- Alterações na estrutura acionista das sociedades do Grupo AdP;
- Alterações decorrentes de cisão, fusão ou venda de sociedades;
- Alterações no património das sociedades;
- Alteração/cessação da atividade das sociedades;
- Alterações na estrutura acionista da AdP;
- Operações serem realizadas com aval/garantia da AdP;
- Cumprimento de obrigações definidas nos Contratos de Concessão/Gestão; e
- Alterações no volume de negócios das sociedades.

A rubrica Empréstimos bancários – passivo não corrente, no valor de 948,2 milhões de euros (31 dez24: 938,1 milhões de euros), é proveniente do Grupo AdP na sua totalidade e refere-se a financiamentos contraídos junto do Banco Europeu de Investimento.

Adicionalmente, e no âmbito dos referidos contratos de financiamento, a República Portuguesa constituiu-se fiadora do Grupo AdP face ao Banco Europeu de Investimento pela execução pontual e integral de todas as obrigações financeiras e pecuniárias, exceto no BEI V.

O BEI V, não tendo garantia do Estado Português, tem *covenants* financeiros, os quais estão em cumprimento (endividamento líquido / EBITDA; EBITDA / resultados financeiros).

Os passivos por locação detalham-se como se segue:

Passivos por locação	31-dez-25	31-dez-24
Dívidas respeitantes a locação		
Terrenos e recursos naturais	598	273
Edifícios e outras construções	6 167	6 239
Equipamento de transporte	3 595	4 514
Equipamento administrativo	4 080	4 760
Outras imobilizações corpóreas	2 651	64
	17 091	15 850
Futuros pagamentos mínimos		
Até 1 ano	6 115	3 626
De 1 ano até 5 anos	6 990	7 391
Mais de 5 anos	7 454	8 090
	20 559	19 108
Juros		
Até 1 ano	437	343
De 1 ano até 5 anos	763	696
Mais de 5 anos	2 268	2 221
	3 468	3 259
Valor presente dos pagamentos mínimos		
Até 1 ano	5 678	3 284
De 1 ano até 5 anos	6 227	6 695
Mais de 5 anos	5 186	5 870
	17 091	15 850

Os passivos por locação, correntes e não correntes, estão repartidos por natureza, conforme evidenciado no quadro supra e respeitam na sua maioria ao Grupo AdP.

Os passivos por descobertos bancários, respeitam à SIMAB, a qual detém linhas de apoio à tesouraria sob a forma de “Descoberto autorizado”, com um limite de utilização de 7.700 milhares de euros que, em 31 de dezembro de 2025, se encontram utilizados pelo montante de 7.501 milhares de euros.

26. Responsabilidades por benefícios pós-emprego

Políticas Contabilísticas

Benefícios dos Empregados

Algumas sociedades do Grupo PARPÚBLICA atribuem benefícios pós-emprego a parte dos seus colaboradores, através de planos de benefícios definidos, nomeadamente planos de pensões que garantem complementos de reforma por idade, invalidez e sobrevivência, pensões de reforma antecipada e cuidados de saúde durante o período de reforma e de reforma antecipada. Porém, além dos planos de benefícios definidos, algumas subsidiárias do Grupo PARPÚBLICA atribuem benefícios pós-emprego aos seus colaboradores, através de planos de contribuição definida.

Planos de benefícios definidos

Os planos de benefícios definidos são financiados através de fundos de pensões, complementados por provisões específicas quando necessário.

Neste contexto, o Grupo PARPÚBLICA determina o deficit ou excedente (o valor atual da obrigação de benefícios definidos, menos o justo valor dos ativos do plano (caso existam)), (i) usando uma técnica atuarial, o método da unidade de crédito projetada, para fazer uma estimativa fiável do custo final que representa para a entidade o benefício que os empregados obtiveram em troca do seu serviço no período em curso e em períodos anteriores; (ii) descontando esse benefício de modo a determinar o valor presente da obrigação de benefícios definidos e do custo corrente do serviço e (iii) deduzindo o justo valor de quaisquer ativos do plano do valor presente da obrigação de benefícios definidos.

Anualmente, na data de fecho de contas, as responsabilidades do Grupo PARPÚBLICA são calculadas por peritos independentes, individualmente para cada plano, com base no método da Unidade de Crédito Projetada, sendo assim determinado o valor presente das suas obrigações de benefícios definidos e respetivo custo do serviço corrente.

Custos de serviços passados são reconhecidos nos resultados no período de alterações no plano. O montante de juro líquido sobre o passivo (ativo) líquido de benefícios definidos é calculado mediante a aplicação da taxa de desconto ao passivo (ativo) líquido de benefícios definidos.

Os custos de benefícios definidos compreendem:

- Custo do serviço (incluindo custo de serviço corrente, custo de serviço passado e ganhos e perdas aquando da liquidação), a reconhecer em resultados na linha gastos com o pessoal.
- Juro líquido sobre o passivo (ativo) líquidos de benefícios definidos, a reconhecer em resultados na linha gastos com o pessoal.

- Remensuração do passivo (ativo) líquido de benefícios definidos, que incluem (i) ganhos e perdas atuariais, (ii) o retorno dos ativos do plano, excluindo as quantias incluídas no juro líquido sobre o passivo (ativo) líquido de benefícios definidos e (iii) qualquer variação do efeito do limite máximo dos ativos, excluindo as quantias incluídas no juro líquido sobre o passivo (ativo) líquido de benefícios definidos, a reconhecer em outro rendimento integral.

Na determinação das responsabilidades são usados determinados pressupostos atuariais. Os pressupostos atuariais são as melhores estimativas da entidade das variáveis que determinarão o custo final de proporcionar benefícios pós-emprego. Os pressupostos atuariais compreendem:

- pressupostos demográficos acerca das características futuras de empregados (e seus dependentes) correntes e antigos que sejam elegíveis para os benefícios. Os pressupostos demográficos tratam matérias tais como:
 - (i) mortalidade, tanto durante como após o emprego;
 - (ii) taxas de rotação, de incapacidade e de reforma antecipada dos empregados;
 - (iii) a proporção dos membros do plano quando dependentes que sejam elegíveis para os benefícios; e
 - (iv) taxas de reivindicação segundo os planos médicos.
- pressupostos financeiros, tratando de itens tais como:
 - (i) a taxa de desconto;
 - (ii) níveis de ordenados e de benefícios futuros;
 - (iii) no caso de benefícios médicos, custos médicos futuros incluindo, quando material, o custo de administrar reivindicações e pagamentos de benefícios; e
 - (iv) taxa esperada de retorno dos ativos do plano.

Por força do estipulado em acordos de empresa, o Grupo PARPÚBLICA mantém em algumas das sociedades (PARPÚBLICA – por via da fusão com a Portucel, Arco Ribeirinho Sul, Companhia das Lezírias, EPAL e INCM) um conjunto de obrigações de benefícios definidos, para com os seus empregados, que são tratadas nos termos previstos na IAS 19.

Nos termos do Regulamento dos Benefícios Sociais em vigor, os empregados do quadro permanente da ex-Portucel, SGPS, com mais de cinco anos de serviço têm direito após a passagem à reforma ou em situação de invalidez a um complemento mensal de pensão de reforma ou de invalidez. Esse complemento está definido de acordo com uma fórmula que tem em consideração a remuneração mensal ilíquida atualizada para a categoria profissional do empregado à data da reforma e o número de anos de serviço, no máximo de 30, sendo ainda garantidas pensões de sobrevivência ao cônjuge e a descendentes diretos. Para cobrir esta responsabilidade existe um fundo de pensões autónomo, gerido por uma entidade externa.

A EPAL é a única sociedade do Grupo ADP que dispõe de um sistema de benefícios sociais para os seus trabalhadores, consubstanciando-se em dois planos de pensões, um plano de benefícios definidos e outro de contribuições definidas, os quais têm inerente o compromisso do pagamento de um complemento da pensão de reforma (por idade e invalidez) atribuída pela Segurança Social. Adicionalmente, suporta ainda as responsabilidades decorrentes de situações de pré-reforma. As responsabilidades decorrentes do Plano de Pensões são financiadas através do Fundo de Pensões EPAL, constituído em novembro de 1990, sendo as pré-reformas suportadas diretamente pela EPAL. Em 2008 a EPAL procedeu à reformulação do Acordo de Empresa com os seus trabalhadores e sindicatos, nomeadamente, no que respeita ao plano de pensões. Tal reformulação contemplou, essencialmente, a passagem de uma parte dos colaboradores ativos da EPAL para um esquema de contribuição definida, em substituição do anterior plano de benefícios definidos. A formalização do Corte do Plano anterior e a entrada em vigor do novo Plano, para quem a este aderiu, veio a ocorrer em 22 de março de 2008.

A INCM proporciona aos seus colaboradores, com carácter liberatório, determinados benefícios pós-emprego, nomeadamente cuidados médicos, subsídio pecuniário complementar de funeral e pensões especiais de sobrevivência. Existem outros benefícios pós-reforma, mas de difícil previsão de utilização por parte dos colaboradores (refeitórios, etc).

A Arco Ribeirinho Sul é responsável pelo pagamento de complementos de reforma (por velhice ou invalidez) aos trabalhadores ao serviço oriundos da ex-CUF/Quimigal ou aos seus cônjuges sobreviventes, devendo assegurar nos termos dos compromissos assumidos que a pensão total garantida (pensão a liquidar pela Segurança Social acrescida do complemento de reforma a liquidar pela sociedade) a auferir pelos beneficiários deverá ser igual ou superior a 60% da remuneração mensal ilíquida, no caso de reforma por velhice, ou a 80% da remuneração mensal ilíquida no caso de reforma por invalidez.

A Companhia das Lezírias atribui benefícios pós-emprego a parte dos seus colaboradores, através de planos de benefícios definidos, nomeadamente planos de pensões que garantem complementos de reforma por idade, invalidez e sobrevivência e pensões de reforma antecipada.

As responsabilidades das diversas sociedades do Grupo PARPÚBLICA foram determinadas por estudos atuariais elaborados por entidades independentes, individualmente para cada uma das sociedades, utilizando o método “Unidade de Crédito Projetado” e com os seguintes pressupostos dominantes:

	31-dez-25	31-dez-24
Tábua de mortalidade	TV 99/01	TV 88/90
Tábua de invalidez	EVK80	EVK80
Taxa de desconto	3,0% - 4,0%	3,0% - 3,59%
Taxa de crescimento:		
Salários	0,5% - 2%	0,5% - 2%
Pensões	0,0% - 1,5%	0,25% - 1,5%
Pensão de reforma da Segurança Social	0,0 - 2%	0,0 - 2%

Responsabilidades por benefícios pós-emprego	31-dez-25	31-dez-24
Responsabilidade por serviços passados no início do período	27 103	29 776
Custo de juros	1 043	1 135
Custo do serviço corrente	270	261
Contribuições para Fundo de Pensões - participantes do plano	(497)	(500)
Ganhos e perdas atuariais	(1 380)	(574)
Rendimento ativos do fundo	(188)	(198)
Benefícios pagos	(2 805)	(2 997)
Outros	1 313	202
Responsabilidade por serviços passados no final do período	24 860	27 103
Excesso de cobertura		
Excesso de cobertura	(7 480)	(8 570)
Valor no início do período	24 035	25 120
Retorno efetivo	692	723
Benefícios pagos	(1 812)	101
Outros	(355)	(1 909)
	15 080	15 465
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	9 780	11 638

A evolução das Responsabilidades nos últimos 5 anos foi a seguinte:

	31-dez-25	31-Dec-24	31-Dec-23	31-Dec-22	31-Dec-21
Valor presente das responsabilidades	32 340	41 741	44 030	44 690	54 139
Justo valor dos ativos dos fundos	22 560	30 103	31 276	31 570	31 867
Défices dos planos	9 780	11 638	12 754	13 120	22 272

O Justo valor dos ativos dos fundos decompõe-se da seguinte forma:

Justo valor por categoria dos ativos dos fundos	31-dez-25	31-dez-24
Instrumentos de capital próprio	2 758	2 970
Instrumentos de dívida	19 414	26 054
Propriedade	-	491
Outros ativos	388	588
	22 560	30 103

Da tipologia de ativos que compõem os fundos destaca-se o valor da rubrica de instrumentos de dívida que corresponde, na sua totalidade, ao Grupo AdP, com um valor de 19,4 milhões de euros (31DEZ24: 20,9 milhões de euros).

27. Fornecedores

Fornecedores	31-dez-25	31-dez-24
Fornecedores c/c	43 388	36 157
Fornecedores - faturas em receção e conferência	4 291	3 526
Outros	3 140	3 000
	50 819	42 683

O montante em dívida a Fornecedores c/c resulta sobretudo de valores a pagar: (i) pelas sociedades do Grupo AdP, com 31,9 milhões de euros (31dez24: 25,4 milhões de euros), (ii) pela INCM, com 9,0 milhões de euros (31dez24: 7,7 milhões de euros), (iii) pela ESTAMO, com 0,8 milhões de euros (31dez24: 1,4 milhões de euros) e (iv) pela Arco Ribeirinho Sul, com 0,6 milhões de euros (31dez24: 0,6 milhões de euros).

28. Adiantamentos de clientes

Os Adiantamentos efetuados por clientes totalizam 2,6 milhões de euros (31dez24: 1,1 milhões de euros), que correspondem essencialmente à INCM, com 2,4 milhões de euros (31dez24: 0,9 milhões de euros) e ao Grupo AdP, com um valor de 0,2 milhões de euros (31dez24: 0,1 milhões de euros).

29. Outras contas a pagar

Outras contas a pagar	31-dez-25		31-dez-24	
	Correntes	Não correntes	Correntes	Não correntes
Acréscimos de gastos	53 745	-	52 948	-
Adiantamentos por conta de vendas	1 336	-	3 119	-
Fornecedores de imobilizado	35 930	95 581	37 588	96 265
Pessoal	20 162	-	18 532	-
Outros	105 821	7 832	98 395	7 605
	216 994	103 413	210 585	103 870

A rubrica de Acréscimos de gastos – corrente – inclui, essencialmente:

- 42,8 milhões de euros referentes ao Grupo AdP (31dez24: 43,3 milhões de euros), respeitantes a acréscimos de juros, eletricidade e outros;
- 5,6 milhões de euros da INCM (31dez24: 4,7 milhões de euros), que incluem fundamentalmente os acréscimos de gastos com férias (4,0 milhões de euros), eletricidade (0,5 milhões de euros) e gastos estimados com trabalhos especializados (0,4 milhões de euros).

As dívidas a Fornecedores de imobilizado advêm essencialmente do Grupo AdP e respeitam a dívidas aos municípios por integração do património nos sistemas multimunicipais, com 31,2 milhões de euros em passivo corrente (31dez24: 33,0 milhões de euros) e com 95,6 milhões de euros em passivo não corrente (31dez24: 96,3 milhões de euros):

- A parcela corrente inclui sobretudo o montante em dívida da Águas do Norte de 11,4 milhões de euros (31dez24: 9,5 milhões de euros), da Águas do Tejo Atlântico de 3,7 milhões de euros (31dez24: 5,1 milhões de euros), da EPAL de 3,6 milhões de euros (31dez24: 3,3 milhões de euros), da Águas do Vale do Tejo de 2,8 milhões de euros (31dez24: 1,2 milhões de euros) e da Águas do Centro Litoral de 2,6 milhões de euros (31Dez24: 2,6 milhões de euros).
- A parcela não corrente inclui sobretudo o montante em dívida da AdRa – Águas da Região de Aveiro, S.A. de 67,1 milhões de euros (31dez24: 64,6 milhões de euros), da Simarsul de 8,6 milhões de euros (31dez24: 9,0 milhões de euros), da Águas Vale do Tejo de 7,8 milhões de euros (31dez24: 9,7 milhões de euros) e da Águas do Norte, S.A. de 3,1 milhões de euros (31dez24: 3,5 milhões de euros).

A rubrica Outros – passivo corrente – inclui, essencialmente 46,6 milhões de euros (31DEZ24: 44,3 milhões de euros) respeitantes ao Grupo AdP, repartidos da seguinte forma: (i) 30,9 milhões de euros (31DEZ24: 28,8 milhões de euros) relativos a taxas municipais a pagar pela EPAL à Câmara Municipal de Lisboa e de RSU pela AdRA a outros municípios, (ii) 6,1 milhões de euros (31DEZ24: 6,6 milhões de euros) respeitantes a cauções de fornecedores e (iii) 9,6 milhões de euros (31DEZ24: 9,0 milhões de euros) referentes a dívidas a diversos credores.

A rubrica Outros – passivo não corrente, inclui essencialmente:

- 4,1 milhões de euros (31dez24: 3,8 milhões de euros) respeitantes ao Grupo AdP;
- 2,4 milhões de euros (31dez24: 1,9 milhões de euros) do Grupo SIMAB, referentes ao valor de cauções de operadores (clientes dos Mercados Abastecedores); e
- 1,3 milhões de euros (31dez24: 1,8 milhões de euros) correspondentes à dívida líquida da Arco Ribeirinho Sul à Entidade do Tesouro e Finanças, referentes à Cessão de créditos decorrentes da cisão da Siderurgia Nacional e à Dívida decorrente de alienação do imóvel sito na Rua Braamcamp, deduzidas dos Encargos de limpeza ambiental e da Indemnização paga à SN Longos.

30. Vendas e serviços prestados

Políticas Contabilísticas

Vendas e serviços prestados

O rédito proveniente das vendas de bens e das prestações de serviços é reconhecido quando os mesmos são transferidos para o comprador pelo preço de transação. Este princípio tem por base que sejam cumpridas as condições do seguinte modelo de 5 etapas:

- Identificação do(s) contrato(s) com o comprador
 - As partes no contrato aprovaram o contrato (por escrito ou oralmente) e comprometem-se a executar as respetivas obrigações;
 - O Grupo PARPÚBLICA consegue identificar os direitos de cada parte no que se refere aos bens ou serviços a transferir;
 - O Grupo PARPÚBLICA consegue identificar as condições de pagamento dos bens ou serviços a transferir;
 - O contrato tem substância comercial;
 - É provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para o Grupo PARPÚBLICA;
- Identificação das obrigações a cumprir separadamente no(s) contrato(s)
 - O Grupo PARPÚBLICA avalia os bens ou serviços prometidos no contrato com o comprador, identificando os bens ou serviços distintos, ou o conjunto de bens ou serviços substancialmente semelhantes;
 - O cumprimento das obrigações de desempenho ocorre quando o Grupo tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens.
- Determinação do preço da transação
 - O Grupo PARPÚBLICA determina o preço da transação com base nas condições do contrato e nas suas práticas comerciais habituais, tendo em consideração: (i) a quantia fixa da retribuição (ii) a quantia variável da contribuição mensurada pelo método do valor esperado ou da quantia mais provável (iii) as contraprestações monetárias a pagar ao comprador (iv) as contraprestações não monetárias a pagar ao comprador, valorizadas ao justo valor e (v) qualquer componente de financiamento significativo afeto ao contrato.
- Alocação do preço da transação às obrigações de desempenho no contrato
 - O Grupo PARPÚBLICA aloca o preço de transação para cada obrigação de desempenho na proporção do seu preço de venda individual.

- Reconhecimento do rédito à medida que seja satisfeita a obrigação de desempenho
 - O Grupo PARPÚBLICA reconhece o rédito quando o controlo dos bens ou serviços é transferido para o comprador.

Rédito das vendas e dos serviços prestados	2025	2024
Vendas		
Mercado interno	553 754	550 429
Mercado externo	22 973	17 704
	576 728	568 133
Prestações de serviços		
Mercado interno	787 601	663 600
Das quais: rendas de propriedade de investimento	69 572	69 094
Das quais: rendimentos de construção em ativos concessionados (IFRIC 12)	228 509	142 050
Mercado externo	4 537	8 037
	792 138	671 637
Total	1 368 865	1 239 770

No relato por segmentos de negócio apresentado na nota 1, o segmento de Águas evidencia-se como o mais significativo, contribuindo com cerca de 1 128 milhões de euros (2024: 987 milhões de euros), correspondentes a 82% (2024: 80%) do total de Vendas e Prestações de serviços. O segundo segmento mais significativo é o da Produção de Moeda e Publicações, contribuindo com cerca de 136 milhões de euros (2024: 139 milhões de euros), correspondentes a 10% (2024: 11%) do total de Vendas e Prestações de serviços. O terceiro segmento mais significativo é o da Gestão e Promoção Imobiliária, contribuindo com cerca de 69 milhões de euros (2024: 76 milhões de euros), correspondentes a 5% (2024: 6%) do total de Vendas e Prestações de serviços.

Os rendimentos relativos a rendas de propriedades investimentos, no montante global de cerca de 69,6 milhões de euros (2024: 69,1 milhões de euros), inclui:

- 50,8 milhões de euros (2024: 50,7 milhões de euros) da ESTAMO;
- 9,9 milhões de euros (2024: 9,6 milhões de euros) da Arco Ribeirinho Sul, referentes essencialmente a taxas de cedência;
- 8,9 milhões de euros (2024: 9,1 milhões de euros) da Sage secur, referentes ao aluguer operacional do material circulante à FERTAGUS.

Os rendimentos de construção em ativos concessionados - IFRIC 12, no montante de cerca de 229 milhões de euros (2024: 142 milhões de euros), refletem o rédito da atividade de construção em ativos concessionados do segmento de Águas, cujos respetivos custos (sem margem) estão refletidos em Custos de vendas (ver nota 2k e nota 36).

31. Subsídios à exploração

Políticas Contabilísticas

Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo são reconhecidos pelo seu justo valor quando existe segurança razoável de que serão recebidos e que o Grupo PARPÚBLICA cumprirá as condições inerentes aos mesmos. Os subsídios do Governo recebidos para financiamento de aquisições de ativos são registados como um rendimento diferido no passivo e reconhecidos em resultados, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados. Os subsídios do Governo relacionados com rendimentos são reconhecidos como créditos na demonstração dos resultados pelo período necessário para os balancear com os gastos que se destinem a compensar. Os subsídios do Governo relacionados com ativos biológicos têm o tratamento descrito na nota 9.

Subsídios à exploração	2025	2024
Relacionados com ativos biológicos	2 530	2 527
Outros	531	681
Total	3 060	3 208

Os subsídios à exploração relacionados com ativos biológicos dizem respeito à atividade operacional da Companhia das Lezírias (2,5 milhões de euros).

O montante registado em Outros subsídios à exploração no ano de 2025 pertence essencialmente à INCM (0,4 milhões de euros), que reconheceu rendimentos no âmbito de projetos e/ou programas como o SAMA, Pharmaledger, Facing, April, iMARS, Selos de Maturidade e Vine&Wine.

32. Quota-parte nos resultados de associadas

Quota-parte nos resultados de associados	2025	2024
Ganhos pela aplicação do método de equivalência patrimonial		
ORIVÁRZEA, SA	59	(14)
Subtotal	59	(14)
Perdas pela aplicação do método de equivalência patrimonial		
ACE Barreiro	66	66
ACE Seixal	66	66
Subtotal	133	132
Total	(73)	(146)

33. Dividendos de participações ao custo e ao justo valor

Dividendos de participações ao custo e ao justo valor	2025	2024
GALP	40 340	34 134
Outras	340	780
Total	40 680	34 915

34. Variação nos inventários da produção

Variação nos inventários da produção (variação da produção)	2025			2024		
	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	Produtos e trabalhos em curso	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	Produtos e trabalhos em curso
Inventários iniciais	(11 060)	(1 842)	(8 828)	(12 606)	(4 558)	(9 090)
Redução do exercício na quantia dos inventários ("imparidades")	0	0	0	0	50	0
Regularização de inventários	(3 338)	(0)	-	(2 772)	(0)	-
Inventários finais	9 918	514		11 060	1 842	8 862
Variação da produção	(4 480)	(1 328)	590	(4 318)	(2 666)	(228)
			(5 217)			(7 212)

A variação negativa da produção de produtos acabados e intermédios advém principalmente da Companhia das Lezírias, com o valor 2,9 milhões de euros negativos (2024: 2,8 milhões de euros negativos) devido ao montante de regularização de inventários no valor de 2,8 milhões de euros negativos (2024: 2,8 milhões de euros negativos), da Florestgal, com o valor de 0,9 milhões de euros negativos (2024: 0,5 milhões de euros negativos) devido ao montante de regularizações de inventários no valor de 0,9 milhões de euros negativos (2024: 0,5 milhões de euros negativos) e da INCM, no valor de 0,6 milhões de euros negativos (2024: variação negativa de 1,0 milhões de euros).

A variação ocorrida na produção de produtos e trabalhos em curso e subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos resulta essencialmente da variação da INCM, com o montante de 822 milhares de euros positivos (2024: 250 milhares de euros negativos) e 1,3 milhões de euros negativos (2024: 2,7 milhões de euros negativos), respetivamente.

35. Trabalhos para a própria entidade

Trabalhos para a própria entidade	2025	2024
Ativo não corrente		
Ativos fixos tangíveis	121	191
Outros ativos não correntes	11 475	13 857
Total	11 597	14 048

Os Trabalhos para a própria entidade relativos aos Outros ativos não correntes, no montante de 11,5 milhões de euros (2024: 13,9 milhões de euros), respeita maioritariamente à capitalização de gastos, no valor de 11 milhões de euros, incorporados na formação do custo dos direitos de utilização de infraestruturas do Grupo AdP, assim decompostos:

- Gastos com o pessoal – montante de 8,7 milhões de euros (2024: 8,1 milhões de euros);
- Fornecimentos e serviços externos – montante de 1,7 milhões de euros (2024: 1,7 milhões de euros); e
- Gastos financeiros – montante de 0,7 milhões de euros (2024: 3,5 milhões de euros).

36. Custo das vendas

Custo das Vendas	2025			2024		
	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total	Produtos acabados e intermédios	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	Produtos e trabalhos em curso
Inventários iniciais	721 403	28 365	749 768	679 877	22 490	702 367
Compras	32	68 127	68 159	69	69 846	69 914
Regularização de existências	(3 037)	39	(2 998)	48 899	295	49 194
Inventários finais	(724 542)	(28 184)	(752 726)	(721 403)	(28 365)	(749 768)
Inventários consumidos e vendidos	(6 144)	68 346	62 203	7 441	64 266	71 707
Gastos de construção em ativos concessionados (IFRIC 12)			228 509			142 050
			290 712			213 757

O montante do custo das vendas inclui essencialmente o seguinte:

- 228,5 milhões de euros (2024: 142,1 milhões de euros) relativos aos gastos de construção em ativos concessionados - IFRIC 12, que refletem (sem margem) o rédito da atividade de construção em ativos concessionados do Grupo AdP;
- 36,8 milhões de euros (2024: 34,3 milhões de euros) relativos a reagentes e contadores das sociedades do Grupo AdP;
- 29,3 milhões de euros (2024: 27,6 milhões de euros) de moedas e outros bens da INCM.

37. Fornecimentos e serviços externos

Fornecimentos e serviços externos	2025	2024
Comunicação	5 109	4 988
Conservação e reparação	60 619	59 856
Comissões	33	352
Deslocações e estadas	2 295	2 497
Energia	100 449	96 660
Honorários	2 173	3 188
Materiais	3 166	2 655
Pagamentos de locação variável não incluídas na mensuração de passivos de locação	11 611	11 960
Seguros	5 018	5 339
Subcontratos	39 921	39 446
Trabalho especializados - Assistência informática	13 543	12 452
Trabalho especializados - Assistência Técnica	1 432	1 503
Trabalho especializados - Tratamento de resíduos	5 800	5 163
Trabalho especializados - Vigilância e segurança	7 645	6 952
Trabalho especializados - Outros	48 322	42 016
Outros materiais e serviços consumidos	40 665	39 035
Rendas relativas a ativos de baixo valor	245	266
Rendas relativas a locações de curto prazo	144	120
Total	348 191	334 447

O segmento de atividade que mais contribuiu para esta rubrica da demonstração dos resultados foi o setor de Águas, representando 84% (2024: 84%) dos gastos incorridos.

A rubrica de Energia é o gasto mais representativo, com 28% (2024: 28%) do total dos Fornecimentos e Serviços Externos, respeitando essencialmente ao Grupo AdP com 98 milhões de euros (2024: 94 milhões de euros).

As rubricas de Conservação e reparação, Subcontratos e Trabalhos especializados - Outros resultam maioritariamente do Grupo AdP, com 56,1 milhões de euros (2024: 55,6 milhões de euros), 37,5 milhões de euros (2024: 37,2 milhões de euros) e 37,3 milhões de euros (2024: 32,2 milhões de euros), respetivamente.

38. Gastos com o pessoal

Gastos com o pessoal	2025	2024
Remunerações	154 709	143 081
Encargos sociais	34 708	32 057
Outros gastos com o pessoal	16 398	17 294
Gastos com benefícios de reforma	426	(168)
	206 240	192 266

As retribuições pagas aos membros dos órgãos sociais das sociedades do Grupo PARPÚBLICA durante o ano de 2025, foram:

- Mesa da Assembleia Geral: 12,6 milhares de euros (2024: 12,8 milhares de euros);
- Conselho de Administração: 2 723 milhares de euros (2024: 2 564 milhares de euros); e
- Revisor Oficial de Contas: 274 milhares de euros (2024: 282 milhares de euros).

Os outros gastos com o pessoal advêm essencialmente do Grupo AdP, com 11,9 milhões de euros (2024: 12,7 milhões de euros).

Por força do estipulado em acordos de empresa, algumas sociedades do Grupo PARPÚBLICA mantém um conjunto de obrigações de benefícios definidos para com os seus empregados, que são tratadas nos termos previstos na IAS 19.

Gastos com benefícios de reforma	2025	2024
Custo do serviço corrente	265	255
Custo de juros	1 043	1 135
Outros	(501)	(622)
Total	807	769

39. Ajustamentos de inventários (perdas / reversões)

Ajustamentos em inventários	2025		2024	
	Perdas em inventários	Reversão de ajustamentos em inventários	Perdas em inventários	Reversão de ajustamentos em inventários
Mercadorias	2 691	9 529	4 571	11 876
Produtos acabados e intermédios	888	13	564	41
Adiantamentos por conta de compras	-	235	-	1 618
	3 579	9 777	5 135	13 536
		6 198		8 401

As perdas e reversões dos ajustamentos em inventários são registadas em função do valor realizável líquido estimado no final de cada período, com base em avaliações efetuadas por peritos avaliadores independentes.

Os ajustamentos em inventários são, essencialmente, relacionados com os imóveis em carteira da Estamo, no montante de 2,7 milhões de euros (2024: 4,6 milhões de euros) em perdas, e 9,8 milhões de euros (2024: 13,5 milhões de euros) em reversão de ajustamentos.

40. Imparidade de dívidas a receber

Imparidade de dívidas a receber	2025		2024	
	Ajustamentos em contas a receber	Reversão de ajustamentos em contas a receber	Ajustamentos em contas a receber	Reversão de ajustamentos em contas a receber
Clientes	22 214	20 481	9 648	1 031
Outras contas a receber - correntes	14 424	50	358	94
	36 638	20 531	10 006	1 124
		(16 107)		(8 882)

As quantias registadas nas rubricas de Clientes e de Outras Contas a Receber (vide notas 14 e 17) encontram-se líquidas das perdas de imparidade acumuladas.

O reforço em Ajustamentos em Clientes tem origem maioritariamente no Grupo AdP e na Estamo, com 15,2 milhões de euros (2024: 3,0 milhões de euros) e 6,0 milhões (2024: 5,3 milhões de euros), respetivamente. Por outro lado, a reversão efetuada em Ajustamentos em Clientes resulta essencialmente do Grupo AdP, com 6,1 milhões de euros (2024: 0,8 milhões de euros), da ESTAMO, com 13,5 milhões de euros (2024: 0,2 milhões de euros) e da INCM, com 0,7 milhões de euros (2024: 0).

O reforço efetuado em Outras contas a receber – correntes, no ano de 2025, teve essencialmente o contributo de 13,5 milhões de euros da AdP e de 0,9 milhões de euros da ESTAMO.

41. Provisões

Provisões (gastos / reversões)	2025	2024
Provisão para processos judiciais em curso	(2 743)	(1 639)
Processos ambientais	–	(40)
Benefícios de Reforma e equivalentes / Pensões	(5)	(5)
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	(3)	–
Garantias a clientes	183	–
Outras provisões	38	1 104
	(2 529)	(580)

As variações, que se encontram discriminadas na nota 24, são derivadas das seguintes situações:

- As provisões para processos judiciais em curso, no montante de 2,8 milhões de euros (31DEZ24: 1,5 milhões de euros), são provenientes maioritariamente do Grupo AdP.

42. Imparidade de investimentos

Não depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões)

Imparidade de investimentos não depreciáveis	2025		2024	
	Perdas por imparidade	Reversão das perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Reversão das perdas por imparidade
Ativos não depreciáveis				
CVP	4 708	–	4 386	–
SIIVILO (ex TAP, SGPS,S.A.)	1 254	–	4 154	–
	(5 962)		(8 540)	

O montante constante da coluna das perdas por imparidade corresponde na totalidade à PARPÚBLICA.

Desde a aprovação do Plano de Reestruturação da TAP pela Comissão Europeia em dezembro de 2021, o Grupo TAP passou por uma extensa reorganização societária que criou incerteza sobre a recuperação dos investimentos realizados. Este processo de reestruturação prolongou-se até 2026, sendo que no período 2024-2025, foram concretizadas várias operações societárias estruturantes, nomeadamente a aquisição pela TAP S.A. à SIIVILO, SGPS S.A. de 100% da Portugalá, em novembro de 2024, e a aquisição de 100% da UCS - Cuidados Integrados de Saúde e de 51% da Cateringpor, em janeiro de 2025.

Os desenvolvimentos entretanto verificados, designadamente a declaração de insolvência da SIIVILO SGPS, S.A. em agosto de 2025, vieram corroborar a situação de inviabilidade já refletida nas perdas por imparidade reconhecidas no exercício de 2024 e no primeiro semestre de 2025.

Em 2024 foi registada uma perda por imparidade resultante da determinação das quantias recuperáveis dos ativos com base em avaliações externas essencialmente baseadas nos fluxos de caixa descontados da Sociedade Gestora CVP. Em 2025 foi deliberado efetuar o registo de uma perda por imparidade associada aos empréstimos concedidos e juros a receber relativos à Sociedade Gestora CVP.

Depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões)

Imparidade de investimentos depreciáveis	2025		2024	
	Perdas por imparidade	Reversão das perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Reversão das perdas por imparidade
Ativos fixos tangíveis depreciáveis				
Terrenos e recursos naturais	5 501	3 804	1 138	1
Edifícios e outras construções	-	-	14	2 043
Equipamento básico	23	128	14	209
Outras imobilizações corpóreas	-	-	-	1 647
Plantas destinadas à produção	22	-	7	2 533
Activos sob direito de uso	-	125	-	-
	5 546	4 057	1 173	6 433
		(1 489)		5 260

No ano de 2025 as perdas por imparidade no valor de 5 546 milhares de euros (31DEZ24: 1 173 milhares de euros), advêm principalmente da Companhia das Lezírias, com o valor de 5,4 milhões de euros (2024: 0). As reversões no valor de 4 057 milhares de euros (2024: 6 433 milhares de euros) dizem essencialmente respeito à Companhia das Lezírias, com o valor de 3,7 milhões de euros (2024: 0).

43. Aumentos/reduções de justo valor

Aumentos / reduções de justo valor	2025	2024
Ajustamentos positivos		
Propriedades de investimento	37 680	8 159
Ativos biológicos	7 012	12 544
Outros	325	177
	45 017	20 880
Ajustamentos negativos		
Propriedades de investimento	27 965	11 580
Ativos biológicos	2 648	1 758
Outros	-	-
	30 613	13 338
	14 404	7 543

Os ajustamentos positivos de justo valor em Propriedades de investimento advêm (i) do sub fundo Cabeço de Bola (em 2025: 18,4 milhões de euros e em 2024: 1,9 milhões de euros), (ii) da Arco Ribeirinho Sul (em 2025: 11,6 milhões de euros e em 2024: 3,4 milhões de euros), (iii) da Estamo (em 2025: 4,3 milhões de euros e em 2024: 0,3 milhões de euros), (iv) da Florestgal (em 2025: 2,9 milhões de euros e em 2024: 2,0 milhões de euros) e (v) da SIMAB (em 2025: 0,4 milhões de euros e em 2024: 0,1 milhões de euros). Os ajustamentos negativos são compostos pelo sub fundo Cabeço de Bola (em 2025: 18,0 milhões de euros e em 2024: 1,9 milhões de euros), pela Companhia das Lezírias (em 2025: 8,0 milhões de euros e em 2024: 0,7 milhões de euros), pela Consest (em 2025: 1,1 milhões de euros e em 2024: 0) e pela Florestgal (em 2025: 0,7 milhões de euros e em 2024: 6,2 milhões de euros).

Os ajustamentos positivos de justo valor em Ativos biológicos em 2025 respeitam à Companhia das Lezírias, no valor de 4,1 milhões de euros (2024: 4,6 milhões de euros) e à Florestgal, no montante de 2,9 milhões de euros (2024: 7,9 milhões de euros). Os ajustamentos negativos dizem respeito, na sua totalidade, à Florestgal, no valor de 2,7 milhões de euros (2024: 1,1 milhões de euros).

No ano de 2025, os ajustamentos positivos de justo valor em Outros dizem respeito essencialmente à Sage secur, no valor de 249 milhares de euros (2024: 251 milhares de euros), tendo origem na mensuração das Ups.

Os aumentos/reduções de justo valor referente a Outros (valores líquidos) podem ser sintetizados, como se segue:

	2025			2024		
	Ajustamentos positivos	Ajustamentos negativos	Ajustamentos líquidos	Ajustamentos positivos	Ajustamentos negativos	Ajustamentos líquidos
Outros ajustamentos:						-
Ganhos em Unidades de participação	249		249	251	-	251
Fundo de capital Indico e Portugal Ventures	75	0	75	(74)	-	(74)
	325	0	325	177	0	177

Os métodos utilizados para a determinação do justo valor encontram-se discriminados na nota 5, nota 9 e nota 11 supra.

44. Outros rendimentos e ganhos

Outros rendimentos e ganhos operacionais	2025	2024
Rendimentos suplementares	9 981	9 122
Ganhos em existências	182	197
Ganhos em imobilizações	390	429
Outros rendimentos e ganhos de propriedades de investimento	5 366	3 701
Descontos de pronto pagamento obtidos	1	7
Juros obtidos	12 305	24 033
Outros rendimentos e ganhos	9 311	6 391
Diferenças de câmbio favoráveis	98	81
Rendimentos provenientes de ativos sob direitos de uso	-	1
Total	37 634	43 960

Os Juros obtidos, no montante de 12,3 milhões de euros (2024: 24,0 milhões de euros), resultam do Grupo AdP, no montante de 10,6 milhões de euros (2024: 19,3 milhões de euros) e da PARPÚBLICA, no montante de 1,5 milhões de euros (2024: 4,4 milhões de euros).

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos apresenta o montante de 9,3 milhões de euros (2024: 6,4 milhões de euros), o qual foi originado maioritariamente: (i) pelo Grupo AdP, com um valor de 5,9 milhões de euros (2024: 2,0 milhões de euros), (ii) pela INCM, com um valor de 1,7 milhões de euros (2024: 2,4 milhões de euros), devendo-se na sua maioria à restituição de IRC e ao aumento do rendimento por parte do Sistema de Incentivos Fiscais à I&D Empresarial, (iii) pela Parpública, com um valor de 0,4 milhões de euros (2024: 0,4 milhões de euros) e (iv) pela Estamo, com um valor de 0,3 milhões de euros (2024: 0,8 milhões de euros).

Os Rendimentos suplementares advêm, maioritariamente, do segmento das Águas (Grupo AdP) com um montante de 7,9 milhões de euros (2024: 7,5 milhões de euros), sendo oriundos principalmente da prestação de serviços comerciais, assistência técnica e venda de energia.

Os Outros rendimentos e ganhos de propriedades de investimento respeitam essencialmente à Companhia das Lezírias, com um montante de 3,6 milhões de euros (2024: 3,5 milhões de euros).

45. Outros gastos e perdas

Outros gastos e perdas operacionais	2025	2024
Taxas e impostos	12 824	12 649
Perdas em imobilizações	614	764
Perdas em inventários	709	956
Multas e penalidades	10	3
Diferenças de câmbio desfavoráveis	9	13
Outros	7 525	5 354
	21 690	19 740

A rubrica de Taxas e Impostos, que totaliza o montante de 12,8 milhões de euros (2024: 12,6 milhões de euros), inclui: (i) 9,8 milhões de euros provenientes de sociedades do Grupo AdP (2024: 9,7 milhões de euros), referentes essencialmente a taxas cobradas pela ERSAR, a taxas de subsolo e a imposto suportado em Angola, (ii) 1,5 milhões de euros provenientes da Arco Ribeirinho Sul (2024: 1,4 milhões de euros) e (iii) 0,6 milhões de euros provenientes da Estamo (2024: 0,6 milhões de euros).

A rubrica de Outros no montante de 7,5 milhões de euros (2024: 5,4 milhões de euros), inclui, maioritariamente 4,9 milhões de euros relativos ao Grupo AdP, cujo aumento pode ser justificado essencialmente por compensações a clientes, por encargos com cobrança de clientes e indemnizações com ruturas.

As Perdas em inventários referem-se essencialmente à INCM, com um montante de 0,6 milhões de euros (2024: 0,7 milhões de euros).

46. Gastos / Reversões de depreciação e de amortização

Gastos/reversões de depreciação e de amortização	2025	2024
Ativos fixos tangíveis		
Terrenos e recursos naturais	-	-
Edifícios e outras construções	12 560	12 152
Equipamento básico	25 552	24 596
Equipamento de transporte	270	307
Equipamento administrativo	4 873	4 604
Outras imobilizações corpóreas	5 812	5 272
Plantas destinadas à produção	48	83
	49 114	47 014
Ativos intangíveis		
Gerados internamente		-
Com vida útil finita	1 957	1 295
Outros ativos intangíveis		
Com vida útil indefinida	6	-
Com vida útil finita	229 992	221 010
	231 955	222 305
Propriedades de investimento (método do custo)	16	68
Ativos biológicos (método do custo)	51	46
Ativos sob direito de uso	5 698	3 351
Total	286 836	272 786

O Grupo AdP é responsável por 91% (2024: 92%) do montante das depreciações e amortizações totais, constantes do quadro supra.

47. Subsídios ao investimento

Os Subsídios ao investimento, no montante de 75,8 milhões de euros (2024: 71,3 milhões de euros), correspondem maioritariamente a subsídios ao investimento do fundo de coesão, que advém especialmente do segmento das Águas – Grupo AdP.

48. Juros e rendimentos e gastos similares obtidos / suportados

Juros e outros rendimentos e gastos de financiamento	2025	2024
Rendimentos e ganhos		
Outros juros	11 055	11 386
Outros rendimentos e ganhos financeiros	1 151	222
	12 206	11 607
Gastos e perdas		
Juros suportados	41 833	48 051
Gastos de passivos de locação	638	489
Diferenças de câmbio desfavoráveis	8	-
Outros gastos e perdas financeiros	1 983	2 231
Total	44 462	50 771

Os Outros juros contabilizados em Rendimentos e ganhos advêm maioritariamente da Estamo, no valor de 7,1 milhões de euros (2024: 6,6 milhões de euros), resultado de juros de mora cobrados pela Estamo pelo não pagamento atempado de quantias em dívida relativas a rendas e compensações por ocupação de espaço e juros devidos pelo Município de Lisboa pela dívida relativa à venda de dois imóveis, e do Grupo AdP, no valor de total de 3,2 milhões de euros (2024: 3,9 milhões de euros).

Na rubrica de Gastos e perdas, os Juros suportados de financiamentos incluem:

- 36,2 milhões de euros do conjunto das sociedades do Grupo AdP (2024: 42,3 milhões de euros) e 5,0 milhões de euros relativos à PARPÚBLICA (2024: 5,0 milhões de euros).

Os Outros gastos e perdas financeiros incluem 1,9 milhões de euros do Grupo AdP (2024: 2,2 milhões de euros).

49. Imposto sobre o rendimento do período

Políticas Contabilísticas

Os impostos sobre o rendimento compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Imposto corrente é a quantia a pagar ou a recuperar de impostos sobre o rendimento respeitante ao lucro ou à perda tributável de um período. Os impostos diferidos são calculados para as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Diferenças temporárias são diferenças entre a quantia escriturada de um ativo ou de um passivo e a sua base de tributação.

Ativos por impostos diferidos

Ativos por Impostos Diferidos são as quantias de impostos sobre o rendimento recuperáveis em períodos futuros respeitantes a:

- Diferenças temporárias dedutíveis;
- O reporte de perdas fiscais não utilizadas;
- O reporte de créditos tributáveis não utilizados.

São reconhecidos para todas as diferenças temporárias e reportes fiscais dedutíveis até ao ponto em que seja provável que exista um lucro tributável ao qual a diferença temporária dedutível possa ser aplicada, a não ser que o ativo por impostos diferidos resulte do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que:

- Não seja uma concentração de atividades empresariais; e
- No momento da transação, não afete o lucro contabilístico nem o lucro tributável.

Passivos por impostos diferidos

Passivos por Impostos Diferidos são as quantias de impostos sobre o rendimento pagáveis em períodos futuros com respeito a diferenças temporárias tributáveis.

São reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto quando esse imposto diferido resultar de:

- Reconhecimento inicial do *goodwill*, ou
- Reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração de atividades empresariais e não afete, no momento dessa transação, nem o lucro contabilístico nem o lucro tributável.

Impostos sobre o rendimento (DR)	2025	2024
Gasto/rendimento por impostos correntes	84 805	89 641
Gasto/rendimento relacionada com a origem e reversão de diferenças temporárias	1 563	10 152
Benefícios provenientes de diferença temporária de um período anterior que seja usada para reduzir gasto de impostos correntes	(908)	(910)
Outros	(1 769)	79
Total	83 691	98 962

Prejuízos fiscais não relevados como ativos por impostos diferidos:	2025	2024
Total	15 481	3 034

Impostos sobre o rendimento - relação entre o gasto de impostos e o lucro contabilístico	2025	2024
Resultado antes de imposto	334 475	330 937
Taxa	22,5%	22,5%
Produto	75 257	74 461
Rendimentos e gastos não dedutíveis ou não tributáveis	(5 838)	(3 183)
Ativos e passivos por impostos diferidos	(2 573)	10 469
Derrama estadual	12 341	13 481
Tributações autónomas	1 008	557
Diferenças temporárias	243	4 949
Amortizações não aceites fiscalmente + taxa	16 058	5 291
Utilização de prejuízos fiscais não reconhecidos anteriormente	(2 532)	(2 866)
Atualização de encargos com explorações agrícolas (majoração encargos dedutíveis)	-	55
Outros	(10 392)	(4 048)
Total	83 573	99 164

Os Impostos sobre o rendimento do período correspondem na sua maioria:

- ao Grupo AdP, no montante de 62,0 milhões de euros (2024: 69,5 milhões de euros);
- à Estamo, no montante de 16,4 milhões de euros (2024: 16,6 milhões de euros);
- à INCM, no montante de 5,1 milhões de euros (2024: 6,9 milhões de euros);
- à PARPÚBLICA, no montante de 2,4 milhões de euros (2024: 2,4 milhões de euros);
- à SIMAB, no montante de 2,1 milhões de euros (2024: 2,2 milhões de euros); e
- à Sagesecur, no montante de 0,9 milhões de euros (2024: 0,7 milhões de euros).

O Grupo PARPÚBLICA está sujeito a tributação em sede de Impostos sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e correspondentes Derramas. O cálculo do imposto corrente do exercício a 31 de dezembro de 2025 tem por base a taxa anual de 20% (31DEZ24: 21%), acrescida da Derrama Municipal e da Derrama Estadual e ainda da tributação autónoma. A Derrama Municipal incide sobre o lucro tributável, com base numa taxa máxima de 1,5%. A Derrama Estadual incide sobre a parte do lucro tributável superior a 1 500 000 euros, tendo por base a aplicação cumulativa das seguintes taxas: (i) 3% sobre a parcela do lucro tributável que exceda 1 500 000 euros e até 7 500 000 euros; (ii) 5% sobre a parcela do lucro tributável que exceda 7 500 000 e até 35 000 000 euros; e (iii) 7% sobre a parcela do lucro tributável que exceda 35 000 000 euros (2024: regime e taxas idênticas). O cálculo dos ativos e passivos por impostos diferidos teve por base uma taxa de 21,5% (2024: 22,5%).

As declarações de autoliquidação de imposto do Grupo PARPÚBLICA ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos. O Conselho de Administração da PARPÚBLICA entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras de dezembro de 2025.

50. Interesses que não controlam – Resultado líquido

Interesses que não controlam (resultado líquido)	2025	2024
Interesses que não controla (resultado líquido)		
Grupo AdP	16 652	35 766
Cabeço de Bola	(218)	(179)
MARL, SA	704	684
MARF, SA	42	47
MARE, SA	159	129
MARB, SA	3	2
	17 342	36 449

51. Partes relacionadas

Os saldos e transações entre as sociedades do Grupo que integram o perímetro de consolidação são eliminados no processo de consolidação, não sendo alvo de divulgação na presente nota. Os saldos e transações do Grupo PARPÚBLICA com partes relacionadas são:

Saldos e transações com entidades relacionadas em 31-dez-25	Total	Associadas	Empreendimentos conjuntos nos quais a entidade seja um empreendedor	Gerência da entidade ou da respectiva entidade-mãe	Outras partes relacionadas
Saldos ativos	518 038	-	-	-	518 038
Saldos passivos	76 665	-	-	-	76 665
Rendimentos	405 997	-	-	-	405 997
Gastos	2 448	-	-	1 501	947

Saldos e transações com entidades relacionadas em 31-dez-24	Total	Associadas	Empreendimentos conjuntos nos quais a entidade seja um empreendedor	Gerência da entidade ou da respectiva entidade-mãe	Outras partes relacionadas
Saldos ativos	595 789	4 148	-	-	591 641
Saldos passivos	81 579	-	132	-	81 447
Rendimentos	411 588	178	-	-	411 410
Gastos	4 480	-	-	1 501	2 979

Os termos e condições aplicáveis nas transações entre o Grupo PARPÚBLICA e as respectivas partes relacionadas são, em substância, equivalentes aos que seriam estabelecidos entre partes independentes em operações de natureza comparável. As Outras partes relacionadas correspondem, essencialmente, a entidades integradas na esfera do Estado e ao Grupo Galp.

52. Ativos e passivos financeiros

1) Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros do Grupo PARPÚBLICA apresentam-se da seguinte forma:

Ativos e Passivos Financeiros	31-dez-25						Total
	Ativos financeiros ao custo amortizado	Ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral	Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados	Passivos financeiros ao justo valor através dos resultados	Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	Passivos financeiros ao justo valor - derivativos de cobertura	
ATIVOS							
Ativo não corrente							
Outras participações financeiras	-	912 718	-				912 718
Outros ativos financeiros	1 222 209	11	-				1 222 221
Outras contas a receber	36 394	-	-				36 394
	1 258 603	912 729	-	-	-	-	2 171 333
Ativo corrente							
Clientes	468 117	-	-				468 117
Adiantamentos a fornecedores	8 945	-	-				8 945
Outras contas a receber	427 928	-	-				427 928
Outros ativos financeiros	17 653	-	13 906				31 559
Caixa e depósitos bancários	458 344	-	-				458 344
	1 380 986	-	13 906	-	-	-	1 394 891
Total do ativo	2 639 588	912 729	13 906	-	-	-	3 566 224
PASSIVOS							
Passivo não corrente							
Financiamentos obtidos				-	1 144 737	-	1 144 737
Outras contas a pagar				-	103 413	-	103 413
Outros passivos financeiros				-	-	-	-
	-	-	-	-	1 248 150	-	1 248 150
Passivo corrente							
Fornecedores				-	50 819	-	50 819
Adiantamentos de clientes				-	2 556	-	2 556
Acionistas / sócios				-	-	-	-
Financiamentos obtidos				-	286 598	-	286 598
Outras contas a pagar				-	216 994	-	216 994
	-	-	-	-	556 967	-	556 967
Total do passivo	-	-	-	-	1 805 116	-	1 805 116
Valor Líquido	2 639 588	912 729	13 906	-	(1 805 116)	-	1 761 107

NÍVEL NA HIERARQUIA DO JUSTO VALOR NA QUAL AS MENSURAÇÕES DO JUSTO VALOR SÃO CATEGORIZADAS NA SUA TOTALIDADE, SEPARANDO AS MENSURAÇÕES DO JUSTO VALOR EM CONFORMIDADE COM OS NÍVEIS DEFINIDOS NO PARÁGRAFO 27A DA IFRS 7	31-dez-25			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados	-	13 906	-	13 906
Ativos financeiros ao justo valor - derivados de cobertura	-	-	-	-
Ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral	912 729	-	-	912 729
	912 729	13 906	-	926 635
Passivos financeiros ao justo valor através dos resultados	-	-	-	-
Passivos financeiros ao justo valor - derivados de cobertura	-	-	-	-
	-	-	-	-

Ativos e Passivos Financeiros	31-dez-24						
	Ativos financeiros ao custo amortizado	Ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral	Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados	Passivos financeiros ao justo valor através dos resultados	Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	Passivos financeiros ao justo valor - derivados de cobertura	Total
ATIVOS							
Ativo não corrente							
Outras participações financeiras	-	993 919	-	-	-	-	993 919
Outros ativos financeiros	1 350 668	11	-	-	-	-	1 350 679
Outras contas a receber	27 928	-	-	-	-	-	27 929
	1 378 596	993 930	-	-	-	-	2 372 527
Ativo corrente							
Clientes	499 590	-	-	-	-	-	499 590
Adiantamentos a fornecedores	8 935	-	-	-	-	-	8 935
Outras contas a receber	426 111	-	-	-	-	-	426 111
Outros ativos financeiros	13 357	-	13 943	-	-	-	27 300
Caixa e depósitos bancários	562 780	-	-	-	-	-	562 780
	1 510 775	-	13 943	-	-	-	1 524 717
Total do ativo	2 889 371	993 930	13 943	-	-	-	3 897 244
PASSIVOS							
Passivo não corrente							
Financiamentos obtidos	-	-	-	-	1 255 762	-	1 255 762
Outras contas a pagar	-	-	-	-	103 870	-	103 870
Outros passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	1 359 631	-	1 359 631
Passivo corrente							
Fornecedores	-	-	-	-	42 683	-	42 683
Adiantamentos de clientes	-	-	-	-	1 091	-	1 091
Acionistas / sócios	-	-	-	-	-	-	-
Financiamentos obtidos	-	-	-	-	277 864	-	277 864
Outras contas a pagar	-	-	-	-	210 585	-	210 585
	-	-	-	-	532 222	-	532 222
Total do passivo	-	-	-	-	1 891 853	-	1 891 853
Valor Líquido	2 889 371	993 930	13 943	-	(1 891 853)	-	2 005 390

NÍVEL NA HIERARQUIA DO JUSTO VALOR NA QUAL AS MENSURAÇÕES DO JUSTO VALOR SÃO CATEGORIZADAS NA SUA TOTALIDADE, SEPARANDO AS MENSURAÇÕES DO JUSTO VALOR EM CONFORMIDADE COM OS NÍVEIS DEFINIDOS NO PARÁGRAFO 27A DA IFRS 7	31-dez-24			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados	-	13 943	-	13 943
Ativos financeiros ao justo valor - derivados de cobertura	-	-	-	-
Ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral	993 930	-	-	993 930
	993 930	13 943	-	1 007 870
Passivos financeiros ao justo valor através dos resultados	-	-	-	-
Passivos financeiros ao justo valor - derivados de cobertura	-	-	-	-
	-	-	-	-

2) Mensurações pelo justo valor

i) *Justo valor dos ativos e passivos financeiros que estão mensurados pelo justo valor de forma recorrente*

Alguns dos ativos e passivos do Grupo PARPÚBLICA encontram-se mensurados pelo justo valor no final de cada período de relato. O quadro que se segue apresenta informação relativamente à forma como os justos valores destes ativos e passivos financeiros são determinados, nomeadamente as técnicas de avaliação e os dados (*input*) utilizados nestas mensurações:

Ativos / Passivos financeiros	31-dez-25	31-dez-24	Técnicas de avaliação utilizadas
Ativos financeiros ao justo valor através dos lucros ou prejuízos	13 906	13 943	
UP Fundo ImoPoupança	13	11	O justo valor das UP do Fundo Imopoupança resulta da mensuração pelo valor patrimonial divulgado pela respetiva sociedade gestora
UP Fundiestamo I	13 893	13 932	Como não existe um preço diretamente observável no mercado, que possa ser assumido como o justo valor destas UP, dada a escassez de transações em mercado e por estas terem por referência o preço oferecido ao abrigo de um contrato de criação de liquidez, identificaram-se técnicas alternativas de mensuração do justo valor, nomeadamente, o valor patrimonial destas UP (VUP) divulgado pela CMVM. O VUP resulta do rácio entre o total do Capital Próprio e o número de unidades de participação. Considerando que os ativos deste Fundo são essencialmente imóveis sujeitos a avaliações periódicas, o valor dos Capitais Próprios é a uma boa aproximação ao justo valor. Dadas as condições atuais de mercado, considera-se que esta metodologia é mais representativa do justo valor destas UP.
Ativos financeiros ao JV através de ORI para investimentos em Instrumentos de Capital Próprio ou Instrumentos de dívida	912 718	993 930	
Ações	912 718	993 930	Cotações em mercado ativo (Euronext)

ii) *Justo valor dos ativos e passivos financeiros que não estão mensurados pelo justo valor de forma recorrente (mas são requeridas divulgações de justo valor)*

A quantia escriturada dos ativos e passivos financeiros que não são mensurados ao justo valor aproxima-se do seu justo valor.

53. Perspetiva sobre os riscos em instrumentos financeiros

Os riscos a que as organizações se encontram expostas podem ter origem em fatores externos e internos. A identificação dos riscos relevantes assenta num conhecimento profundo da organização, da atividade e do mercado onde essa atividade é desenvolvida. Os riscos materialmente relevantes a que o Grupo está exposto, com base na perspetiva de perda que cada um deles pode representar, são os seguintes:

- Risco de mercado, o qual inclui três tipos de risco: (i) risco cambial – é o risco de que o valor de um instrumento financeiro venha a flutuar devido a alterações nas taxas de câmbio; (ii) risco de taxa de juro – é o risco de que o valor de um instrumento financeiro venha a flutuar devido a alterações nas taxas de juro do mercado; e (iii) risco de preço – é o risco de que o valor de um instrumento financeiro venha a flutuar como resultado de alterações nos preços de mercado, quer essas alterações sejam causadas por fatores específicos do instrumento individual ou do seu emitente, quer por fatores que afetem todos os instrumentos negociados no mercado.
- Risco de crédito – é o risco de que um participante de um instrumento financeiro não venha a cumprir uma obrigação e faça com que o outro participante incorra numa perda financeira. O Grupo PARPÚBLICA encontra-se sujeito a risco de crédito que concede aos seus clientes. Contudo, as vendas a crédito estão sujeitas a regras que asseguram que estas são efetuadas a clientes com um histórico de crédito apropriado e que se encontram dentro dos limites da exposição dos saldos máximos pré-definidos e aprovados para cada cliente.
- Risco de liquidez (também referido como risco de financiamento) – é o risco de que o Grupo venha a encontrar dificuldades na obtenção de fundos para satisfazer compromissos associados aos instrumentos financeiros. O risco de liquidez pode resultar de uma incapacidade de vender rapidamente um ativo financeiro no fecho do mercado pelo seu justo valor.

Pela sua expressão no Grupo PARPÚBLICA, merecem referência as seguintes entidades: PARPÚBLICA e Grupo AdP.

PARPÚBLICA

No exercício da sua atividade a PARPÚBLICA identifica as seguintes áreas de riscos financeiros que podem afetar o seu valor patrimonial ou o interesse de terceiros: (i) risco de crédito, (ii) risco de liquidez e (iii) risco de mercado, pela taxa de juro e pelo preço.

i) Risco de Crédito

O risco de crédito, associado à possibilidade de a parte devedora num instrumento financeiro não honrar as suas obrigações, decorre fundamentalmente das aplicações financeiras dos seus excedentes de tesouraria (risco que está mitigado, pois estas aplicações são efetuadas junto do IGCP) e dos destinatários dos suprimentos concedidos.

Os suprimentos são concedidos a sociedades participadas para suprir necessidades de financiamento da sua atividade. Os suprimentos são aprovados pela Comissão Executiva da PARPÚBLICA e são remunerados a taxas de mercado.

ii) Risco de Liquidez

O risco de liquidez, associado à possibilidade de a entidade não dispor de meios financeiros para satisfazer os seus compromissos, está integralmente coberto pelo Orçamento do Estado, na sequência da integração da PARPÚBLICA no perímetro de consolidação orçamental do Estado, o que implica que as necessidades de financiamento anual não cobertas pelos recursos próprios recebidos pela PARPÚBLICA são supridas tempestivamente com entregas da ETF.

A segmentação da dívida por natureza de instrumentos e por tempo remanescente até à maturidade é a seguinte (valores nominais em milhões de euros):

31-dez-25						
	1-3 meses	4-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	> 5 anos	Total
Financiamentos						120
Eurobonds		120				120

31-dez-24						
	1-3 meses	4-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	> 5 anos	Total
Financiamentos						120
Eurobonds			120			120

As cláusulas de *covenant* existentes nos instrumentos de dívida são as seguintes.

Financiamentos	Covenants
Eurobonds	
Bonds 250M€ - 2006, due 2026	Cross Default

iii) Risco de Mercado

Risco de Taxa de Juro

O risco de taxa de juro respeita à possibilidade de, por alteração das taxas de juro no mercado, existir variação da remuneração de instrumentos financeiros a taxa variável ou variação no justo valor de instrumentos financeiros a taxa fixa.

No final de 2025, a totalidade da dívida de médio e longo prazo vence juros a taxa fixa.

Os fluxos previsionais dos juros da dívida de médio e longo prazo eram os seguintes em 31/12/2025:

31-dez-2025				
	<1 ano	1 a 5 anos	>5 anos	Total
Juros da dívida a média/longo prazo	-5 040 000,00			-5 040 000,00

Os fluxos previsionais dos juros da dívida de médio e longo prazo eram os seguintes em 31/12/2024:

31-dez-2024				
	<1 ano	1 a 5 anos	>5 anos	Total
Juros da dívida a média/longo prazo	-5 040 000,00	-5 040 000,00		-10 080 000,00

Risco de Preço

O risco de preço entende-se pela possibilidade do valor de um instrumento financeiro flutuar como resultado de alterações nos preços de mercado, quer essas alterações sejam causadas por fatores específicos do instrumento individual ou do seu emitente, quer por fatores sistêmicos.

Grupo AdP

Fatores de Risco

As atividades do Grupo AdP estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP. O Conselho de Administração do Grupo ADP providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito e o investimento do excesso de liquidez.

O Conselho de Administração do Grupo ADP tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração e da Tutela, que definem os parâmetros de cada operação e aprovam documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

Risco de mercado***i) Risco de taxa de juro***

O risco da taxa de juro do Grupo AdP advém, essencialmente, da contratação de empréstimos, quer de longo prazo, quer de curto prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem o Grupo AdP ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem o Grupo ao risco do justo valor associado à taxa de juro. A tabela abaixo apresenta a análise aproximada de sensibilidade dos encargos financeiros do Grupo AdP.

	31-dez-25	Taxa média +1%	Taxa média -1%
Juros suportados à taxa variável	-4 752	-1 467	1 467

Impacto da variação de taxa mensurada num prazo de doze meses.

Risco de Taxa de Câmbio

A exposição ao risco de câmbio do Grupo AdP é residual. Este risco consubstancia-se em futuras transações comerciais, ativos e passivos reconhecidos, bem como investimentos líquidos em operações estrangeiras que não foram incorridas ou expressas na moeda funcional do Grupo AdP. A Tesouraria Central do Grupo AdP é responsável pela gestão da exposição líquida do Grupo AdP em cada divisa, contratando *swaps* centralmente, com vista a minimizar os riscos comerciais, ativos e passivos reconhecidos, quando tal seja aplicável. O Grupo AdP possui investimentos denominados em moeda estrangeira, cujos ativos líquidos estão expostos ao risco de taxa de câmbio pela conversão. A exposição cambial inerente aos ativos líquidos em moeda estrangeira é residual. Em 2025 e 2024 não foram contratados swaps cambiais nem financiamentos em moeda estrangeira.

i) Risco do preço das matérias-primas (energia e combustíveis)

Os gastos anuais do Grupo Águas de Portugal em energia e combustíveis representam aproximadamente 30% a 35% do total de fornecimentos e serviços.

O Grupo, através da AdP SGPS, negocia e contratualiza centralmente a aquisição destas matérias-primas para todo o Grupo. No caso da eletricidade é fixado o preço para o horizonte do contrato.

Risco de Liquidez e de Capital

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria do Grupo AdP pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis.

O Grupo efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais que permitem o acesso imediato a fundos.

A tabela abaixo apresenta as responsabilidades do Grupo AdP por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, a pagar no futuro, incluindo juros.

	< 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos
Passivo			
Financiamentos BEI	168 161	670 863	401 845
Financiamentos Obrigacionistas	11 248	164 475	-
Outros empréstimos bancários	197	858	216
Total	179 606	836 196	402 061

Os empréstimos BEI permitem contratualmente que o Grupo AdP escolha a tipologia de taxa de juro a aplicar: taxa de juro variável, taxa fixa pela maturidade do empréstimo ou taxa fixa por um determinado período de tempo (taxa fixa revisível). Neste sentido, para efeitos de determinação dos juros futuros nos empréstimos BEI foram considerados os juros conhecidos e formalmente contratualizados, pelo que, para o período temporal após o qual a taxa fixada está em vigor não foram considerados juros no quadro acima por não ser determinável de forma fiável qual o juro a incorrer no futuro.

Em 31 de dezembro de 2025 o capital em dívida relacionado com os empréstimos BEI apresenta a seguinte estratificação por anos de refixação/revisão de taxa:

Ano fim do período em vigor para a atual taxa de juro	Capital em dívida em 31-dez-25 (valores em milhares de euros)	Valor do capital no ano de refixação de taxa
2026	62	44
2027	54	44
2028	3	
2029	372	251
2030	282	
2040	29	
2042	250	
2042	41	
Total	1 092	339

Para efeitos de determinação dos juros futuros a taxa variável (empréstimos obrigacionistas e outros empréstimos bancários) considerou-se (i) o cupão dos juros conhecidos a 31 de dezembro de 2025 e a liquidar subsequentemente; e (ii) para os cupões seguintes, o indexante Euribor em 31 de dezembro de 2025 acrescido do spread contratualmente formalizado.

Em setembro de 2017 o Grupo AdP celebrou um contrato de financiamento a 25 anos, de 220 milhões de euros (tranche A) com o Banco Europeu de Investimento, ao abrigo de uma linha de crédito de 420 milhões de euros aprovada em julho de 2017 pelo Conselho de Administração desta instituição financeira.

Adicionalmente, em 31 de julho de 2019 o Grupo AdP formalizou os remanescentes 200 milhões de euros (tranche B) que podem ser utilizados por contrapartida da cessão sem recurso de acordos de regularização de dívida celebrados entre o Grupo AdP e os clientes municipais, conforme previsto no Decreto-Lei nº 5/2019, de 14 de janeiro.

Em 22 de novembro de 2022, foi celebrado um aditamento às duas tranches que permitiu a transferência de plafond no montante de 100.612 mil euros da tranche B para a tranche A. Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo AdP tinha utilizada a tranche A na totalidade em 320.612 mil euros e 56.531 mil euros da tranche B.

Tendo em conta o exposto, bem como os meios libertos de exploração recorrentes, a AdP não antevê dificuldades no cumprimento das responsabilidades financeiras. Particularmente sobre os empréstimos bancários de curto prazo, a AdP dispõe de liquidez imediata para satisfazer a totalidade do serviço da dívida previsto para os 12 meses subsequentes.

Linhas de crédito de curto prazo contratualizadas

A 31 de dezembro de 2025, o Grupo AdP tem contratado linhas de crédito de curto prazo no montante total de 125 milhões de euros, plafond que não estava utilizado naquela data, conforme quadro que se segue:

	Valor do plafond disponível	Valor do plafond não usado
Descobertos bancários (Grupo AdP)	125	125
Total	125	125

O objetivo do Grupo AdP em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da demonstração da posição financeira, é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital. O objetivo da gestão do risco de capital é salvaguardar a continuidade das operações do Grupo, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A política do Grupo AdP é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da sociedade-mãe, a AdP (exceção feita aos empréstimos relacionados com o investimento), que por sua vez fará empréstimos às suas subsidiárias. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência e redução do custo médio de capital.

	31-dez-25	31-dez-24
Empréstimos não correntes	1 109 085	1 105 845
Empréstimos correntes	151 147	260 134
Fundo de reconstituição de capital	-	-
Depósitos a Prazo	(18 416)	(10 227)
Disponibilidades	(139 183)	(140 484)
Passivos da locação (*)	541	600
Endividamento líquido	1 103 174	1 215 868
Subsídios ao investimento	1 428 335	1 374 216
Total do capital próprio (sem interesses Minoritários)	1 648 491	1 565 783
Capital e subsídios	3 076 826	2 939 999
Dívida / total do capital	0,36	0,41

(*) apenas referentes a locações com entidades financeiras

O modelo de financiamento do Grupo AdP assenta fundamentalmente em três grandes categorias que permitem o equilíbrio da estrutura de capitais, no financiamento bancário, com particular incidência nos financiamentos contraídos junto do BEI e obrigacionistas, no capital próprio e em subsídios ao investimento não reembolsáveis.

Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para o Grupo. O Grupo AdP está sujeito ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

i) Contraparte de exploração

O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a clientes (serviços de água e saneamento).

A composição da carteira de clientes do Grupo AdP tem 3 naturezas: (i) autarquias locais, serviços municipalizados ou intermunicipalizados e empresas municipais ou intermunicipais; (ii) particulares, institucionais e sociedades abastecidas pela rede de distribuição em baixa; e (iii) grandes clientes industriais na esfera do tratamento de águas residuais e abastecimento de água bruta.

a) Autarquias locais, serviços municipalizados ou intermunicipalizados e empresas municipais ou intermunicipais ("Municípios")

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado diminuto ou próximo do risco soberano, observando-se historicamente que o não pagamento dos serviços prestados resulta essencialmente de divergências sobre as faturas traduzidas em processos judiciais. Nos termos da legislação e regulação em vigor, aplicável aos sistemas multimunicipais e parcerias, a alteração dos valores em dívida, por acordo voluntário ou extrajudicial entre as entidades gestoras e estas entidades ou por sentença judicial, releva

para efeito do recálculo do Desvio de Recuperação de Gastos a recuperar nas tarifas ou rendimentos tarifários a cobrar na prestação de serviços futuros.

Não obstante o anterior, o processo administrativo associado à cobrança ou regularização por via de acordos e imputação ao desvio de recuperação de gastos é moroso, o que explica o valor elevado do montante de dívidas vencidas, bem como os rendimentos financeiros.

O Conselho de Administração da AdP entende que sobre esses saldos não existem à data indicadores que conduzam ao reconhecimento de perdas prospetivas por imparidade (exceto em situações muito específicas e que resultam de acordos celebrados, traduzidos no cálculo do Desvio de Recuperação de Gastos).

b) Estado e Setor Público, Particulares, institucionais e sociedades abastecidas pela rede de distribuição em baixa:

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado médio (exceto no Estado e Setor Público em que é considerado risco baixo), na medida em que o abastecimento pela rede de distribuição em baixa permite o corte do abastecimento em caso de incumprimento no pagamento atempado das faturas pelos clientes. Não obstante, nos clientes abastecidos pela rede de distribuição em baixa existem dois segmentos a considerar: (i) abastecimento pela rede em baixa no âmbito de Parcerias, em que as perdas por risco de crédito nos clientes são compensadas pelo Desvio de Recuperação de Gastos e (ii) outros abastecimentos pela rede em baixa, em que o incumprimento no pagamento atempado das faturas se traduz em perda patrimonial. Para este segundo segmento são constituídas perdas esperadas por imparidade em função da perda esperada. Para a dívida resultante do abastecimento pela rede de distribuição em baixa, a perda esperada é determinada da seguinte forma: i) para faturas vencidas há mais de 6 meses é aplicada imparidade de 100% (prescrição legal de faturas vencidas há mais de 6 meses), ii) para as faturas emitidas e ainda não vencidas ou vencidas há menos de 6 meses é aplicada a percentagem de perda histórica verificada, a qual é agravada por forma a incluir o efeito *“forward looking”*.

c) Grandes Clientes Industriais e outras entidades

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado médio, na medida em que se trata de clientes do setor privado. Contudo, anualmente são avaliadas as perdas esperadas por imparidade por risco de crédito, numa base individual, tendo em consideração os seguintes fatores: i) o prazo médio de recebimento; ii) a condição financeira do cliente; e iii) a evolução macroeconómica.

Segmento de negócio	Negócio "Alta"			Negócio "Baixa"				Grandes clientes industriais e outras entidades	TOTAL	TOTAL GERAL
Tipologia de clientes	Municípios (*)	Outros	Total	Municípios (*)	Estado e Setor Público	Outros (**)	Total			
Risco	Baixo	Médio		Baixo	Baixo	Médio		Médio		
Exposição bruta	309 086	20 961	330 047	4 988	1 042	50 092	56 120	25 006	25 006	411 174
Imparidade	(27 907)	(450)	(28 357)	-	-	(21 787)	(21 787)	(13 670)	(13 670)	(63 814)
Exposição líquida	281 179	20 511	301 690	4 988	1 042	28 305	34 334	11 336	11 336	347 360

(*) Autarquias locais, serviços municipalizados ou intermunicipalizados, e empresas municipais ou intermunicipais.

(**) Particulares, institucionais e empresas abastecidas pela rede de distribuição em baixa.

Em 31 de dezembro de 2025 a antiguidade da dívida de clientes (exceto Municípios) e a respetiva imparidade tem o seguinte detalhe:

31 de dezembro de 2025	Particulares, institucionais e empresas abastecidas pela rede de distribuição em alta				Particulares, institucionais e empresas abastecidas pela rede de distribuição em baixa			
Antiguidade da dívida	Exposição bruta	Imparidade	% Perda	Exposição líquida	Exposição bruta	Imparidade	% Perda	Exposição líquida
Não vencida	13 878	-	0%	13 878	25 336	(283)	-1%	25 053
Vencida até 180 dias	437	-	0%	437	4 042	(156)	-4%	3 887
Vencida há mais de 180 dias	6 646	(450)	-7%	6 196	21 756	(21 348)	-98%	408
Total	20 961	(450)	-2%	20 511	51 134	(21 787)	-43%	29 348

31 de dezembro de 2025	Grandes clientes industriais			
Antiguidade da dívida	Exposição bruta	Imparidade	% Perda	Exposição líquida
Não vencida	6 345	-	0%	6 345
Vencida até 180 dias	1 718	-	0%	1 718
Vencida há mais de 180 dias	16 944	(13 670)	-81%	3 274
Total	25 007	(13 670)	-55%	11 337

ii) Contraparte de depósitos

A seguinte tabela representa a exposição máxima do Grupo a risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2025 e 2024, sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos na demonstração da posição financeira, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face da demonstração da posição financeira.

Ativos financeiros bancários	31-dez-25	31-dez-24
Depósitos à Ordem	49 022	53 126
Depósitos Prazo	90 100	87 300
Fundo de reconstituição do capital	-	-
Depósitos Prazo	18 416	10 227
Outros	164	164
Total	157 702	150 817

Rating	31-dez-25	31-dez-24
A(i)	157 062	149 552
A-	-	761
BB	-	57
BB +	37	-
BBB	135	-
BBB+	261	245
não disponível	207	202
Total	157 702	150 817

Nota: notação de rating da Fitch obtida nos sites das instituições financeiras em janeiro de 2026.

(i) Em 31 de dezembro de 2025, inclui 155 195 mil euros depositados na Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E. (148 791 mil euros em 31 de dezembro de 2024).

d) Risco de exploração

i) Risco de catástrofe

As sociedades do Grupo Águas de Portugal estão expostas a riscos de catástrofe e de fenómenos da natureza, que podem colocar em risco a operacionalidade das infraestruturas e a consequente perda de receita. Para fazer face a estes riscos as sociedades do Grupo têm contratualizados seguros para a transferência destes riscos.

ii) Risco regulatório

Através da Lei n.º 10/2014, de 6 de março, foram aprovados os novos estatutos da ERSAR, a qual passa a assumir o cariz de uma entidade administrativa independente, com uma reforçada autonomia em termos orgânicos, funcionais e financeiros, sendo equiparada a outras entidades reguladoras independentes.

A regulação é a mais significativa restrição à rentabilidade das atividades económicas desenvolvidas pelo Grupo. O regulador pode tomar medidas com impacto negativo no cash-flow, decorrentes da possibilidade contratual de definirem um cenário de eficiência produtiva que estabelece que os gastos a serem recuperados pela tarifa podem diferir dos gastos efetivamente incorridos. Nestes gastos incluem-se os gastos financeiros.

54. Ativos e passivos contingentes

As alterações significativas ocorridas no ano de 2025 em ativos e passivos contingentes identificam-se abaixo:

PARPÚBLICA

Não são conhecidos ativos e passivos contingentes além das eventuais responsabilidades pelos seguintes processos judiciais:

- a) Ação administrativa comum de condenação instaurada em 2005 contra o Estado Português e a Portucel, SGPS, SA, entretanto objeto de fusão por incorporação na PARPÚBLICA, relativa à 2.^a fase de reprivatização da Gescartão, SGPS, SA. Nesta ação é pedida a condenação dos réus no pagamento solidário de uma indemnização a fixar equitativamente, num mínimo de 46.765.399,62 euros, acrescida de juros à taxa legal, destinada a ressarcir a autora Imocapital (entretanto alterada para DS SMITH Portugal, SGPS, SA) dos prejuízos alegadamente sofridos no âmbito do processo de reprivatização da Gescartão, SGPS, SA, bem como ao pagamento de custas, procuradoria e demais ónus do processo. No seguimento do reportado em exercícios anteriores, os autos prosseguem os seus termos no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, encontrando-se em curso a fase de instrução, incluindo diligências probatórias requeridas pela Autora. Durante o exercício de 2025 foram praticados atos processuais relativos à preparação da prova pericial, sem que daí tenha resultado, à data de 31 de dezembro de 2025, alteração relevante na avaliação do risco associado ao processo. Assim, mantém-se a impossibilidade de antecipar, com grau de fiabilidade suficiente, o respetivo desfecho ou os seus eventuais impactos para a Sociedade.
- b) No final de 2022 a PARPÚBLICA foi notificada de um procedimento cautelar intentado contra si e contra a sua participada Circuito Estoril (CE), no qual foi peticionada a implementação de medidas indutoras da redução dos níveis de ruído decorrentes das atividades levadas a cabo no Autódromo do Estoril. Em setembro de 2023 foi proferida sentença que julgou improcedente o mencionado pedido em relação às competições desportivas oficiais organizadas pelas federações desportivas, nacionais e internacionais, respetivos treinos em pista e treinos autónomos deste tipo realizados por pilotos profissionais, tendo julgado procedente o mesmo pedido no que se refere aos eventos privados/corporativos que tenham lugar no Autódromo.

Assim, no que diz respeito aos eventos privados/corporativos acima referidos, a CE ficou obrigada a implementar um conjunto de medidas de mitigação / eliminação do ruído produzido (implementação de um Sistema de Gestão e Controle de Ruído Ambiental com de câmaras de medição de ruído e medições do ruído à saída do escape para todos os veículos que participem nestes eventos, cujos relatórios de monitorização são divulgados online no site da CE), medidas essas que se encontram em integral execução.

Em junho de 2024, a Associação Baixo Ruído intentou a correspondente ação principal contra a CE e a PARPÚBLICA. Durante o exercício de 2025 não se registaram desenvolvimentos processuais relevantes face ao anteriormente reportado, mantendo-se o processo a aguardar o agendamento da audiência prévia à data de 31 de dezembro de 2025.

Receitas de privatização – ANA aeroportos de Portugal

A PARPÚBLICA e a Vinci celebraram, em fevereiro de 2013, um acordo de venda da participação da primeira na ANA do qual resultou, para além da obrigação de pagamento do respetivo preço pelo comprador, uma obrigação, contratualmente destacada das restantes, de pagamento de até 11,5 milhões de euros relacionado com a dissolução e liquidação da EDAB – Empresa de Desenvolvimento do Aeroporto de Beja, cujo sujeito passivo ficou a ser a ANA.

A liquidação da EDAB foi concluída em maio de 2015, tendo os respetivos custos de encerramento sido na sua totalidade suportados pelo Estado, o que conduziu a que a PARPÚBLICA reconhecesse os 11,5 milhões de euros como receita de privatização no exercício de 2018.

Foi emitido, em 19 de junho de 2020, o Despacho n.º 293/2020-SET, instruindo que a PARPÚBLICA procedesse à cobrança da referida quantia junto da ANA e a entregasse de seguida ao Estado “como receita de privatização”, Despacho que a PARPÚBLICA executou em 31 de dezembro de 2020, entregando ao Estado o valor recebido da ANA em agosto desse ano.

Em 28 de setembro de 2022 foi emitida uma nova orientação, através do Despacho n.º 311/2022-SET, relativa à quantia de 11,5 milhões de euros, considerando-a como “reembolso de responsabilidades da ANA suportadas pelo Estado no âmbito do encerramento da EDAB”, não devendo integrar a conta-corrente entre o Estado e a PARPÚBLICA, estabelecida nos termos do art.º 9.º do D.L. n.º 209/2000, de 2 de setembro.

Esta nova instrução conduziu a dúvidas jurídicas, tendo a Administração da PARPÚBLICA enviado um pedido de clarificação ao Senhor Secretário de Estado do Tesouro, pelo qual ainda se aguarda, o qual poderá implicar o desreconhecimento do crédito sobre o Estado, em 11,5 milhões de euros, que fora reconhecido a título de entrega de receita de privatização, em cumprimento do estabelecido no Despacho n.º 293/2020-SET.

Responsabilidades

EFACEC

A operação de reprivatização da participação detida pela PARPÚBLICA na EFACEC foi finalizada em 31 de outubro de 2023, tendo por referência as contas provisórias de setembro do mesmo ano, nos termos previstos no Contrato de Compra e Venda assinado entre as partes. Após o apuramento das contas fechadas à data do encerramento da operação – outubro de 2023 –, em março de 2024 a Parpública transferiu para à Compradora, para acerto de contas, o valor de 5.096.891,93 euros, bem como o montante de 15.000.000,00 de euros, devidamente especializado nas contas da Parpública de 2023, correspondente ao valor retido por esta até ao apuramento do ajustamento ao preço de compra, tudo nos termos do previsto no referido Contrato de Compra e Venda.

Para além do valor atrás referido, o Contrato de Compra e Venda prevê responsabilidades potenciais da PARPÚBLICA relativas a compromissos assumidos em momento anterior ao da data da assinatura do Acordo de Compra e Venda (23 de junho de 2023), as quais poderão ascender até ao limite de 80 milhões de euros. Em concreto, e de acordo com o previsto no Contrato de Compra e Venda, estas potenciais responsabilidades respeitam a eventuais desvios financeiros em projetos não concluídos (em curso) à data do encerramento da operação, bem como a potenciais valores decorrentes de processos judiciais que tiveram início em data anterior a 31 de outubro de 2023, cujo desfecho venha a ser desfavorável à EFACEC, em ambos os casos, desde que devidamente aprovados pela PARPÚBLICA, após apresentação e fundamentação por parte da MUTARES.

Do Contrato de Compra e Venda consta, ainda, uma eventual responsabilidade da PARPÚBLICA decorrente do compromisso assumido relativamente a eventuais obrigações assumidas pela MGI Capital no Acordo de Transição celebrado em 2015 com a Winterfell e a EFACEC, não existindo, até ao momento, uma estimativa fiável do valor potencial associado a esta responsabilidade.

Durante o exercício de 2025, foram apresentadas à PARPÚBLICA comunicações relativas a alegados desvios financeiros em projetos não concluídos à data do encerramento da operação. A PARPÚBLICA reconheceu os desvios relativamente aos quais considerou verificados os respetivos pressupostos contratuais, permanecendo os demais em análise e discussão com a Mutares. Foi também comunicada uma alegada responsabilidade decorrente das obrigações assumidas no âmbito do Acordo de Transição, a qual é igualmente objeto de diferendo com a Mutares. À data de 31 de dezembro de 2025, não se encontrava definitivamente apurado qualquer montante indemnizável adicional devido pela PARPÚBLICA.

Grupo AdP*i) Ativos e Passivos Contingentes***Processos judiciais em curso**

O Grupo AdP faz uma avaliação cuidada dos seus riscos e contingências, tendo, nessa sequência, constituído provisões que, face aos riscos identificados e à probabilidade de materialização em passivos, considera encontrarem-se adequadamente reconhecidas. Da avaliação efetuada e para além das provisões registadas, não foram identificadas outras responsabilidades que devessem ser divulgadas como passivos contingentes.

Arco Ribeirinho Sul**Passivos contingentes**

Um fornecedor, na sequência de anteriores decisões judiciais que lhe foram desfavoráveis, veio intentar ações judiciais que se encontram em curso, pelas quais reclama o pagamento das faturas nº 1 (635 milhares de euros) e nº 2 (1.013 milhares de euros) de 2005 e juros de mora. O valor destas duas faturas (capital) encontra-se registado no passivo corrente em outros credores diversos (ver nota 29). Relativamente aos juros reclamados foram os mesmos reconhecidos no ano de 2023, em virtude de decisão judicial que condenou a então Baía do Tejo, S.A., atual Arco Ribeirinho Sul, S.A. (ARS), para além do capital reclamado, também no pagamento de juros a partir de 28/12/2010, decisão esta que foi objeto de recurso pela sociedade para o Tribunal da Relação.

Ainda relacionado com o processo dos Pós históricos da Maia decorre em contencioso um processo, interposto em julho de 2008, contra a Arco Ribeirinho Sul (à data Urbindústria e Snesges), SN Longos e o fornecedor acima referido, referente a um pedido de suposta remoção de resíduos depositados indevidamente nos terrenos do autor da ação e respetiva indemnização. O pedido da ação ascende a 1.045 milhares de euros. Assume-se que os eventuais encargos que possam ocorrer serão assumidos pelo Estado Português, não tendo sido por isso constituída qualquer provisão para o efeito.

Matérias Ambientais*i) Território do Seixal*

No âmbito do processo de liquidação da Siderurgia Nacional, SGPS, S.A., foram assumidas pela Urbindústria, as responsabilidades que aquela sociedade tinha assumido, no âmbito dos acordos celebrados em Julho de 1995, com a Lusosider, Aços Planos, S.A. e com a Siderurgia Nacional – Empresa de Produtos Longos, S.A., associadas aos processos de privatização, relacionadas com ações de remoção de resíduos nas instalações destas sociedades, no Seixal e na Maia, que tivessem sido gerados nos termos do definido nesses acordos.

Face ao processo de fusão operado em 2009, as referidas responsabilidades foram integradas na então Baía do Tejo, S.A., atual Arco Ribeirinho Sul, S.A.

Na sequência do Despacho Conjunto n.º 28.176/2007, de 24 de agosto, foi constituído um Grupo de Trabalho para definir orientações e prioridades no domínio da reabilitação das áreas contaminadas e enquadrar o programa de investimento neste domínio a submeter a financiamento comunitário no âmbito dos Programas Operacionais do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN 2007-2015).

Em dezembro de 2008 foi constituído um ACE juntamente com a Empresa Geral de Fomento, com o objetivo de coordenar e preparar a candidatura ao Programa Operacional de Valorização do Território (POVT), com vista à obtenção de financiamento comunitário necessário à realização do programa de requalificação ambiental dos terrenos anteriormente afetos à atividade siderúrgica no Seixal.

ii) Território do Barreiro

O processo relativo às responsabilidades ambientais decorrentes da atividade industrial desenvolvida nos terrenos do Parque Empresarial do Barreiro tem semelhanças com o referido a propósito dos terrenos do Parque Empresarial do Seixal.

A Quimiparque, antecessora da então Baía do Tejo, S.A., ao integrar no seu património uma área industrial, no Barreiro, onde, ao longo dos anos, se desenvolveram diversas indústrias químicas, assumiu, igualmente, responsabilidades quanto à gestão da contaminação e dos diversos resíduos existentes no referido território. De igual modo, com processo de fusão operado em 2009, as referidas responsabilidades foram integradas na então Baía do Tejo, S.A..

Na sequência do Despacho Conjunto nº 28.176/2007, de 24 de agosto, foi igualmente constituído, no final de 2008, um outro ACE, envolvendo a então Quimiparque e também a Empresa Geral de Fomento, com o objetivo de coordenar e preparar a candidatura ao Programa Operacional de Valorização do Território, com vista à obtenção de financiamento comunitário necessário à realização do programa de requalificação ambiental da zona industrial do Barreiro, território da Baía do Tejo, hoje Arco Ribeirinho Sul.

iii) Outros

Conforme descrito nos pontos anteriores, historicamente, a então Baía do Tejo, S.A., atual Arco Ribeirinho Sul, S. A., tem vindo a intervir nos territórios, do ponto de vista ambiental, de acordo com decisões do Estado Português e de acordo com orientações das autoridades competentes nas matérias ambientais.

O espectro de atuação da Arco Ribeirinho Sul, S. A. (ARS) tem abrangido territórios diversos, resultante da determinação de ações prioritárias e responsabilidades assumidas historicamente pelo Estado Português relativas a áreas com depósitos de passivos ambientais históricos e solos contaminados.

As ações realizadas pelos ACE's centraram-se, conforme indicação da APA, na remoção de depósitos de passivos (fontes de contaminação do solo e águas subterrâneas), sendo necessário nesta fase iniciar um trabalho mais profundo com uma visão integrada dos territórios em relação a esta temática, definindo o estado de referência, medidas de mitigação do risco e custos futuros associados.

No ano de 2022 foi desenvolvido o relatório "Medidas de remediação e de gestão de risco a considerar para a implementação do projeto de desenvolvimento de uma comunidade de energia renovável (CER) nos parques empresariais do Barreiro, de Estarreja e do Seixal" que se trata de um documento preliminar relativo às medidas de remediação e gestão de risco a considerar para a implementação de um projeto integrado que envolve a reabilitação do passivo ambiental dos Parques do Barreiro, Estarreja e Seixal. Este estudo, tendo em conta que os grandes depósitos de resíduos existentes nos territórios foram já removidos, determina que a reabilitação do restante passivo ambiental existente deverá passar pela implementação de soluções de remediação *in-situ* e *on-site*, que se consideram mais adequadas atendendo a aspetos técnicos, financeiros e de sustentabilidade.

O estudo foi objeto de apreciação por parte da APA, tendo esta agência demonstrado a sua concordância em relação à abordagem proposta, fazendo, no entanto, menção à necessidade de se proceder à realização de estudos de caracterização da situação de referência, para o solo e águas subterrâneas, e suprir lacunas de informação e incertezas existentes, estudos estes que serão já realizados no âmbito da RCM n.º 41/2023, de 10 de maio, e com enquadramento no Projeto ARS. Assim, identificou-se o valor de 1.700 milhares de euros para prosseguir com os necessários estudos ambientais.

Esta resolução permitirá dar continuidade à remediação do passivo ambiental da ARS de forma integrada, viabilizando a valorização do território.

Relativamente ao território da Margueira, que se encontra atualmente sob gestão da ARS, encontram-se também identificados passivos ambientais em estudos desenvolvidos no âmbito do Plano de Urbanização Almada Nascente (PUAN). Por forma a ser atualizada a informação existente e consequentemente determinar possíveis metodologias de remediação, estima-se um investimento em estudos de 150 milhares de euros.

Face ao exposto, a provisão para o ano de 2025, para os Parques do Barreiro, Estarreja, Seixal e território da Margueira manteve-se no montante de 1.850 milhares de euros.

Para a realização do referido investimento, que permitirá dar continuidade à resolução da problemática do passivo ambiental histórico, não se encontram previstos, na presente data, quaisquer apoios de Fundos Comunitários, situação que não se verificou no passado, onde todas as ações foram cofinanciadas pelo POVT e POSEUR, através dos ACE's constituídos.

Companhia das Lezírias

Na sequência de um pedido de reembolso de IVA (Imposto sobre o Valor Acrescentado) no ano 2013, reconhecido e creditado na totalidade à sociedade, a Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) efetuou uma inspeção tributária aos exercícios de 2012 e 2013. O relatório produzido concluiu existir IVA por liquidar no montante de 687 mil Euros, relacionado com a interpretação dada à aplicação a alguns contratos de arrendamento, e pela dedução indevida de imposto no valor de 19 mil Euros, relacionado com a interpretação no tempo da aplicação do Ofício-Circulado n.º 30152, de 16/10/2013.

A Companhia das Lezírias apresentou os correspondentes meios de defesa e, em alternativa ao pagamento das liquidações emitidas pela AT, optou por apresentar uma garantia bancária no montante de 859 mil Euros em outubro de 2014.

Em 2021 foi proferida sentença favorável ao recurso apresentado pela CL, no que respeita ao valor materialmente relevante deste processo, correspondente ao alegado IVA por liquidar nos contratos de arrendamento. Por se encontrarem reunidas as condições necessárias, foi já pedido o levantamento da garantia bancária.

Mantém o litígio com a AT e não constituiu qualquer provisão para este efeito e, face ao anteriormente referido, não espera quaisquer impactos patrimoniais do desfecho deste processo.

Estamo

O título de alienação por ajuste direto do imóvel “Quinta das Conchinhas” continha uma cláusula de compensação caso os pressupostos subjacentes à avaliação do imóvel, elemento determinante na definição do preço, divergissem da realidade futura. Neste caso, a área do terreno e a área de construção são substancialmente inferiores ao inicialmente previsto.

55. Acontecimentos subsequentes

Não se conhecem quaisquer eventos subsequentes que possam alterar a situação do Grupo relevada no presente documentos de prestação de contas.

56. Divulgações de natureza não contabilística

i) Locações

A 31 de dezembro de 2025 os recebimentos futuros respeitantes a contratos de locação em que o Grupo atua como locador, apresentam-se como segue:

Recebimentos futuros respeitantes a locações	31-dez-25	31-dez-24
Até 1 ano	37 580	33 489
Entre 1 ano e 5 anos	63 302	60 642
A mais de 5 anos	32 420	29 990
Total	132 302	124 121

ii) Garantias

Grupo AdP

As responsabilidades por garantias bancárias prestadas por unidades de negócio das sociedades incluídas no perímetro de consolidação demonstram-se como se segue (valores em milhares de euros):

Empresa	Boa execução	Concessão da Exploração e Recuperação Ambiental	Contratos Bens e Serviços e Outros	Expropriações e Onerações	Tribunais	31-dez-25
AdP SGPS	-	-	229	-	-	229
AdP Valor	-	-	16	-	-	16
AdP Energias	-	-	-	-	-	-
AdP Internacional	537	-	33	-	-	570
Epal	-	-	527	5 173	3	5 703
Águas do Norte	4 660	-	-	97	-	4 757
Águas do Alto Minho	1 444	-	-	-	-	1 444
Águas do Centro Litoral	116	-	-	9	-	125
Águas do Vale do Tejo	335	-	2	65	-	402
Águas do Algarve	70	566	113	1 532	-	2 281
Águas de Santo André	40	239	181	-	-	460
Águas Públicas Alentejo	166	-	-	-	3 424	3 590
AdRA – Águas Região de Aveiro	586	-	-	-	-	586
Simdouro	-	-	1	53	-	54
Águas do Douro e Paiva	22	-	-	378	-	400
Águas do Tejo Atlântico	67	-	26	3 598	-	3 692
Simarsul	3	-	-	22	-	25
Total	8 046	805	1 128	10 927	3 427	24 334

Arco Ribeirinho Sul

A 31 de dezembro de 2025, os avales e garantias bancárias prestadas a terceiros são as seguintes (valores em milhares de euros):

Beneficiário	Natureza	Montante
Câmara Municipal do Seixal	Boa execução das obras de infraestruturas	141
Administração do Porto de Lisboa (APL)	Garantir despesas relacionadas com a utilização do terminal do Seixal	68
Administração do Porto de Lisboa (APL)	Utilização de área de domínio público	42
EDP	Garantir infraestruturas elétricas no Parque Industrial do Seixal – Processo EDP-RCLER	21
Tribunal do Trabalho de Almada	Caução de um processo envolvendo um ex-trabalhador	19
SIMARSUL	Garantir o pagamento de quaisquer quantias a título de tarifa o fornecimento e respetivos juros de quaisquer serviços fornecidos	67
		358

Grupo SIMAB**Garantias Prestadas a terceiros**

Empresa	Entidade Emissora	Montante contratado (milhares de euros)	Montante em dívida/ utilização (milhares de euros)	Entidade Beneficiária
MARL, SA	Caixa Geral de Depósitos – Garantia Bancária	2	-	Repsol, Lda.
SIMAB, SA	Millennium bcp	2	-	Repsol, Lda.
	Banco BPI – Programa Descoberto autorizado	5000	4981	Banco BPI – Livrança Subscrita
SIMAB, SA, MARL, SA e MARE, SA	Banco Santander Totta – Descoberto Grupado	1 000	836	Banco Santander Totta
	Millennium bcp – Descoberto Grupado	1 700	1685	Millennium bcp
MARF, SA	Millennium bcp – Livrança Subscrita	1 400	50	Millennium bcp

Garantia Prestada ao Banco Europeu de investimento (BEI)

No âmbito do financiamentos que a MARL, SA, contratualizou junto do Banco Europeu de Investimento (BEI), foi autorizada a concessão da garantia pessoal do Estado Português ao cumprimento das obrigações de capital e juros resultantes dos respetivos empréstimos junto do BEI para o financiamento do “Projeto Agro Logistics Portugal”, substituindo-se deste modo o Estado à banca comercial, em condições bastante menos onerosas para as sociedades e desonerando a SIMAB, SA da responsabilidade assumida na data de assinatura do contrato, deixando de vigorar as respetivas *side letters*.

Em setembro de 2011 foi autorizada a concessão da garantia pessoal do Estado ao financiamento da MARL, SA.

Garantias detidas sobre terceiros

1) A 31 de dezembro de 2025, a MARL, SA, detinha as seguintes garantias bancárias sobre terceiros, referentes ao cumprimento das obrigações decorridas dos respetivos contratos de prestações de serviços:

Entidade(s) Prestadora(s)	Objeto	Tipo de Garantia	Valor (milhares de euros)
ALFERPAC, SA	Trabalhos Complementares Empreitada Reparação PT'S	Apólice Seguro - Cosec	5,2
Arquirenova, Lda.	Empreitada de Reabilitação do NAC	Guia de Deposito - CGD	5,2
CPW ENGENHARIA, LDA	Empreitada de Reabilitação da Cobertura do Pavilhão A06	Deposito Caução - CGD	0,7
CPW ENGENHARIA, LDA	Empreitada de Reabilitação da Cobertura dos Pavilhões R02, R04, R07	Deposito Caução - CGD	0,4
DST Solar, S.A.	Empreitada de Instalação de 5 UPAC's	Bancaria - BPI	4,2
Electrolimpa	Contrato de Prestação de Serviços de Limpeza Interior	Seguro de Caução - COSEC	100,0
Electrolimpa Sul, S.A.	Contrato de Prestação de Serviços de Limpeza Interior	Seguro de Caução - AXA	29,9
ENVIMAN, LDA	Prestação de Serviços Manut. De Equipamentos e Instalações do MARL	Bancaria - NB	17,8
IBERLIM	Contrato de Prest.Serv. Limpeza Interior	Bancaria - NB	32,8
JCDcaux, S.A	Contrato de Prestação de Serviços de Mobiliário Urbano	Bancaria - SANTANDER	59,3
LUSÁGUA	Prestação de Serviços de Limpeza Exterior e Remoção de Resíduos Sólidos	Bancaria - CGD	64,5
LUSÁGUA	Prestação de Serviços de Limpeza Exterior e Remoção de Resíduos Sólidos	Bancaria - CGD	96,9
M.C.SILVA. LDA	Empreitada de Reabilitação do Sistema de Drenagem e Vedações	Deposito Caução - BPI	0,7
COPS, Lda.	Prestação de Serviços de Segurança e Vigilância	Guia de Depósito CGD	42,8
IBERDROLA, LDA	Fornecimento de Energia Elétrica em MT, BTE, BTN	Bancaria BBVA	22,3
PRESENTAROUND, LDA	Empreitada de Conceção e Execução de Armazém p/Prest.Serv.	Deposito Caução - BPI	1,1
Ramos Catarino, Lda	Empreitada de reabilitação da cobertura do edifício CTT Expresso	Bancaria - Banco Popular	3,8
Ramos Catarino, Lda	Empreitada de reabilitação da cobertura do edifício CTT Expresso	Bancaria - Banco Popular	3,7
Redecor, S.A.	Empreitada de Reparação do Pavimento do Pavilhão do Pescado R07	Bancaria - Banco BIC	1,7
Sotecnisol	Reabilitação das Coberturas dos Edifícios A03, A07 e A09 no MARL	EUROBIC	5,2
Sotecnisol	Reabilitação da Cobertura do Edifício B2	Bancaria - Banco BIC	0,4
Sotecnisol	Reabilitação da Cobertura do Topo Norte do Pavilhão R02	Bancaria - Banco BIC	0,6
SOTECNISOL SA	Reabilitação de Coberturas no MARL	Bancaria - EUROBIC	4,9
SOTECNISOL SA	Reparação do Reservatório - Célula 2	Bancaria - EUROBIC	3,0
SOTECNISOL SA	Empreitada de Reabilitação de Coberturas dos Edifícios	Bancaria - EUROBIC	0,5
SOTECNISOL SA	Empreitada de Reabilitação de Coberturas dos Edifícios	Bancaria - EUROBIC	2,7
UNNISA, SA	Empreitada de Remodelação do Espaço Comercial N00208	Bancaria - SANTANDER	2,7
UNNISA, SA	Empreitada de Reparação do Pavilhão do Pescados Pavilhão R07	Bancaria - SANTANDER	2,4
UNNISA, SA	Empreitada de Reparação de Fachadas do Pavilhão R07	Bancaria - SANTANDER	8,9
UNNISA, SA	Empreitada de Reparação de Fachadas do Pavilhão R07	Bancaria - BST (Reforço)	0,2
UNNISA, SA	Empreitada de Pavimentação, Marcação e Numeração dos Espaços Pav. A03	Bancaria - SANTANDER	2,2
UNNISA, SA	Reabilitação das Fachadas do Edifício NAC	Bancaria - SANTANDER	7,0
UNNISA, SA	Reabilitação da Galeria Exterior do Piso 2 do Edifício NAC	Bancaria - SANTANDER	2,3
UNNISA, SA	Empreitada de Reabilitação Edifício C1	Bancaria - SANTANDER	16,4
UNNISA, SA	Empreitada de Reabilitação de Conduas e Trabalhos Acessórios	Bancária SANTANDER	2,8
UNNISA, S.A.	Empreitada de Reabilitação dos Pavilhões dos Álamos	Bancaria - BST	39,9
UNNISA, SA	Empreitada de Reabilitação Edifício C1	Bancaria - SANTANDER (adic.)	1,6
Total			596,6

i) Em 31 de dezembro de 2025, a MARL, SA detinha as seguintes garantias bancárias e livrança sobre terceiros, referentes à caução do bom e integral cumprimento das obrigações decorrentes de Contratos de utilização de espaço no MARL:

Entidade(s) Prestadora(s)	Objeto	Tipo de Garantia	Valor (milhares de euros)
CEMG	Cauções contratuais	Bancária – MG	24,4
Figueira, Lda	Cauções contratuais	Bancária – BES	36,1
Repsol, Lda	Cauções contratuais	Bancária – Millennium BCP	15,0
Torrestir, S.A.	Cauções contratuais	Bancária – BPI	15,4
Total			90,9

Entidade(s) Prestadora(s)	Objeto	Tipo de Garantia	Valor (milhares de euros)
MARL Energia, Lda	Contrato de utilização de espaço para central fotovoltaica.	Livrança	160,0
HYPESOLAR Fanhões, Lda	Garantia do integral e tempestivo cumprimento obrig. direito de superfície.	Livrança	50,0
HYPESOLAR Sacavém, Lda	Garantia do integral e tempestivo cumprimento obrig. direito de superfície.	Livrança	50,0
Total			260,0

2) A 31 de dezembro de 2025, a MARF, S.A. detinha as seguintes garantias bancárias sobre terceiros, referentes ao cumprimento das obrigações decorridas dos respetivos contratos de prestações de serviços:

Entidade(s) Prestadora(s)	Objeto	Tipo de Garantia	Valor (milhares de euros)
CLIMEX, SA	Aquisição de Serviços de Limpeza interior dos escritórios, do PM e da portaria	Garantia Bancária / BCP	5,4
CAPEX, Lda.	Empreitada de Reabilitação da cobertura dos pavilhões E02, E3, F5, F6, F7 e F	Depósito Caução	7,1
ENDESA	Fornecimento de Energia Elétrica	Garantia Bancária / Santander	1,6
Manuel António e Jorge Almeida	Empreitada de Reabilitação do pavimento betuminoso e marcações viárias	Garantia Bancária / Santander	6,0
RIAL ENGENHARIA, LDA	Obra de empreitada de conceção e execução do pavilhão logístico E1C no MARF	Garantia Bancária / BCP	3,8
RIAL ENGENHARIA, LDA	Obra de empreitada de conceção e execução do pavilhão logístico E1C no MARF	Garantia Bancária / BCP	2,2
RIAL ENGENHARIA, LDA	Obra de empreitada de conceção e execução do pavilhão logístico E1C no MARF	Garantia Bancária / BCP	11,6
SOTECNISOL	Empreitada de Reabilitação da Cobertura do Pavilhão E02 no MARF, SA	Garantia Bancária / BIC	5,2
IBERDROLA, LDA	Fornecimento de energia elétrica em MT, BTE, BTN	Garantia Bancária / BCP	1,4
Total			44,4

Entidade(s) Prestadora(s)	Objeto	Tipo de Garantia	Valor (milhares de euros)
Ferramacho	Cliente / Caução de contrato de utilização de espaço	Bancária/ NB	17,9
Cargaquatro	Cliente / Caução de contrato de utilização de espaço	Bancária/ Santander	4,4
Cargaquatro	Cliente / Caução de contrato de utilização de espaço	Bancária/ Santander	4,8
Cargaquatro	Cliente / Caução de contrato de utilização de espaço	Bancária/ Santander	19,2
Total			46,2

3) A MARÉ, S.A., a 31 de dezembro de 2025, detinha as seguintes garantias bancárias sobre terceiros, referentes ao cumprimento das obrigações decorridas dos respetivos contratos de prestação de serviços:

Entidade(s) Prestadora(s)	Objeto	Tipo de Garantia	Valor (milhares de euros)
Bloco	10% valor de empreitada de reforço e isolamento da cobertura do Pavilhão do mercado	Bancária/ Millennium BCP	4,8
Bloco	10% valor de empreitada de reforço e isolamento da cobertura do Pavilhão do mercado (trabalhos a mais)	Bancária/ Millennium BCP	1,0
COPS, LDA	Aquisição de serviços de segurança e vigilância no mercado	Caução / Apólice / AGEAS	4,2
COPS, LDA	Aquisição de serviços de segurança e vigilância no mercado	Caução / Apólice / AGEAS	4,3
JFS, S.A.	Execução de Alterações de Armazém (Chronopost)	Bancária/ Millennium BCP	18,4
JFS, S.A.	2º Adicional ao contrato de Execução de Alterações de Armazém (Chronopost)	Bancária/ Santander Totta	1,9
JMR2 OBRAS PUBLICAS LDA	Empreitada de reabilitação de coberturas da MARÉ	Seguro/ Caução	5,2
SUNEVER, LDA	Empreitada de alteração da instalação elétrica edifício E	Bancária/ CGD	0,5
IBERDROLA, LDA	Fornecimento de energia elétrica em MT, BTE, BTN	Garantia Bancária / BBVA	0,6
Total			40,8

4) A 31 de dezembro de 2025, a MARB, S.A. detinha as seguintes garantias bancárias sobre terceiros, referentes ao cumprimento das obrigações decorridas dos respetivos contratos de prestações de serviços:

Entidade(s) Prestadora(s)	Objeto	Tipo de Garantia	Valor (milhares de euros)
CAPEX ENGENHARIA UNIPessoal, LDA.	Empreitada de Reabilitação da cobertura e caleiras do Pavilhão Misto no MARB	Depósito Caução	1,0
IBERDROLA, Lda	Contrato "Fornecimento de energia elétrica em MT, BTE e BTN para o MARB	Bancária/ BBVA	1,0
PROTEÇÃO TOTAL	Aquisição de Serviços de Segurança e Vigilância	Depósito Caução	5,3
VADECA, SA	Prestação de serviços de Limpeza e Remoção de resíduos sólidos	Bancária/ CA	6,4
SOTECNISOL, SA	Empreitada de reabilitação da cobertura, caleiras e terraço do PGMG	Bancária/ Santander	1,5
SOTECNISOL, SA	Empreitada de Reabilitação do terraço norte do Pavilhão de GMG	Eurobic	0,6
SOTECNISOL, SA	Empreitada de reabilitação da cobertura e caleiras do Pavilhão de Entrepósitos (nº4) no MARB	Bancária/ Santander	2,0
Total			17,8

Em 31 de dezembro de 2025, a MARB, SA detinha uma garantia bancária referente à caução para bom e integral cumprimento das obrigações decorrentes do contrato de utilização de espaços no MARB, relativa ao Entrepasto C, entregue pela RANGEL, SA, no valor de 103,5 milhares de euros.

Companhia das Lezírias

A 31 de dezembro de 2025, a Companhia das Lezírias detinha a seguinte garantia bancária que lhe foi prestada:

- Garantia bancária no valor de 859 milhares de euros, no Millennium BCP, destinada a caucionar um pedido de reembolso de IVA.

iii) Compromissos financeiros assumidos que não figuram no balanço

Grupo AdP

A estimativa de compromissos financeiros assumidos pelo Grupo AdP não relevados na demonstração da posição financeira, decorrentes da celebração dos contratos de concessão relativamente a investimentos iniciais, renovação e expansão a efetuar no decorrer do período remanescente de concessão, apresenta-se do seguinte modo:

	Investimento contratual	Investimento já efetuado	Investimento em curso	Investimento contratual não realizado		
				(N+1)	(N+2 - N+5)	(>N+5)
31 Dez 2025	8 129 580	6 413 491	337 294	173 010	332 372	873 413

Companhia das Lezírias

O Plano de Fomento, aprovado pela Lei n.º 2058, de 29 de dezembro de 1952, incluía o projeto de defesa e enxugo da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira. As obras realizadas foram financiadas pelo Estado Português, sendo responsabilidade dos proprietários o reembolso das verbas emprestadas pelo Estado, respondendo os terrenos pelo bom pagamento dos compromissos.

A execução das obras foi confiada à então denominada Associação de Defesa da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira, atualmente Associação dos Beneficiários da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira. A aprovação destes financiamentos encontra-se definida nos seguintes diplomas: Decreto-lei n.º 39601, de 3 abril de 1954, Decreto-lei n.º 41956, de 12 novembro de 1958 e Decreto-lei n.º 840/76, de 4 de dezembro.

Na data do relato a responsabilidade da Companhia das Lezírias ascende a 5,6 milhares de euros, a serem pagos em 9 anuidades de 0,6 milhares de euros cada.

iii) Trabalhadores ao serviço

No ano de 2025 e 2024, o número médio de trabalhadores ao serviço (da PARPÚBLICA e de todas as subsidiárias) foi de 5045 e de 4 839, respetivamente.

Aprovação das Demonstrações Financeiras

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração de 22 de junho de 2026, sendo sua opinião que as mesmas refletem de forma completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, as operações do Grupo PARPÚBLICA, bem como a posição financeira a 31 de dezembro de 2025 e a performance e os fluxos de caixa de 2025, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia.

O Conselho de Administração

Joaquim Cadete

Presidente

João Pinhão

Vice -Presidente

Cristina Carvalho

Vogal Executiva

João Ferreira

Vogal Executivo

Filipa Franco

Vogal Executiva

Pedro Fontes Falcão

Vogal Não Executivo e Presidente da Comissão de Auditoria

Rita Domingues da Cunha Leal

Vogal Não Executiva e Membro da Comissão de Auditoria

José Miguel Azevedo Rodrigues

Vogal Não Executivo e Membro da Comissão de Auditoria

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
SEPARADAS

Demonstração da Posição Financeira

Rubricas	Notas	Posição	
		12/31/2025	12/31/2024
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3	48 480,83	56 051,72
Ativos intangíveis	4	261 701,37	259 713,76
Ativo sob direito de uso	5	2 377 816,79	2 615 479,23
Participações financeiras	6	3 109 908 996,43	2 810 890 841,48
Empréstimos concedidos	7	13 932 975,00	14 682 975,00
Outros ativos financeiros	9	1 219 535 458,75	1 347 785 578,75
		4 346 065 429,17	4 176 290 639,94
Ativo corrente			
Clientes	10	23 288,15	257 486,96
Estado e outros entes públicos	11	8 353 528,96	6 989 416,52
Empréstimos concedidos	7	0,00	3 857 401,00
Outras contas a receber	8	243 321 255,40	248 501 509,78
Diferimentos	12	272 415,79	277 048,19
Caixa e depósitos bancários	13	52 001 106,93	248 837 620,33
		303 971 595,23	508 720 482,78
Total do Ativo		4 650 037 024,40	4 685 011 122,72
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado		1 960 471 134,48	1 960 471 134,48
Reservas legais		695 688 928,89	695 688 928,89
Resultados transitados		1 829 362 274,94	1 795 763 987,82
Ajustamentos em ativos financeiros		-52 709 554,69	28 491 297,89
Outras variações no capital próprio		-1 569 860,01	-1 584 335,55
		4 431 242 923,61	4 478 831 013,53
Resultado líquido do período		53 475 577,81	44 797 716,16
Total do capital próprio	14	4 484 718 501,42	4 523 628 729,69
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	15	481 699,47	481 699,47
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	16	216 188,39	703 868,64
Financiamentos obtidos	17	2 252 662,06	123 106 779,30
Outras contas a pagar	18	17 231,80	17 231,80
		2 967 781,72	124 309 579,21
Passivo corrente			
Fornecedores	19	141 778,50	120 567,80
Estado e outros entes públicos	11	110 598,50	102 021,97
Acionistas	18	27 905 462,55	27 905 462,55
Financiamentos obtidos	17	120 940 942,72	304 393,37
Outras contas a pagar	18	13 251 958,99	8 640 368,13
		162 350 741,26	37 072 813,82
Total do Passivo		165 318 522,98	161 382 393,03
Total do capital próprio e do Passivo		4 650 037 024,40	4 685 011 122,72

Demonstração dos Resultados

Rubricas	Notas	Períodos	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	20	259 908,81	298 631,57
Dividendos obtidos	21	68 849 385,15	58 398 179,74
Ganhos/perdas em alienações de participações		0,00	149,95
Fornecimentos e serviços externos	22	-2 222 670,95	-1 711 906,08
Gastos com pessoal	23	-2 916 841,79	-3 011 047,94
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis	24	-5 962 274,34	-9 033 813,25
Outros rendimentos e ganhos	25	3 452 562,41	7 759 217,14
Outros gastos e perdas	26	-52 308,69	-34 315,54
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		61 407 760,60	52 665 095,59
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	27	-372 492,07	-361 602,65
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		61 035 268,53	52 303 492,94
Juros e gastos similares suportados	28	-5 125 353,03	-5 123 817,81
Resultado antes de impostos		55 909 915,50	47 179 675,13
Imposto s/ rendimento do período	29	-2 434 337,69	-2 381 958,97
Resultado líquido do período		53 475 577,81	44 797 716,16

Demonstração do Rendimento Integral

Rubricas	Notas	2025	2024
Resultado Líquido do período		53 475 577,81	44 797 716,16
Outro Rendimento integral			
Ganhos e perdas da remensuração de ativos financeiros mensurados ao justo valor	14	-81 200 852,58	162 660 054,64
Ganhos/perdas atuariais	14	14 475,54	-60 662,01
		-27 710 799,23	207 397 108,79
Rendimento integral		-27 710 799,23	207 397 108,79
Atribuição do rendimento integral			
Detentores de capital		-27 710 799,23	207 397 108,79

Demonstração de Alterações no Capital Próprio

Descrição		Capital Próprio atribuído aos detentores da empresa						Total do Capital Próprio
		Capital	Reservas legais	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Outras variações do capital próprio	Resultado líquido do período	
Posição em 01-01-2024	1	1 960 471 134,48	695 688 928,89	1 712 047 600,16	-134 168 756,75	-1 523 673,54	111 621 850,21	4 344 137 083,45
Alterações no período								
Ganhos/perdas atuariais						-60 662,01		-60 662,01
Ajustamentos de ativos ao JV através de ORI					162 660 054,64			162 660 054,64
	2				162 660 054,64	-60 662,01		162 599 392,63
Resultado líquido do período	3						44 797 716,16	44 797 716,16
Rendimento integral	4=2+3				162 660 054,64	-60 662,01	44 797 716,16	207 397 108,79
Operações com detentores de capital								
Aplicação de resultados								
Distribuição de dividendos				83 716 387,66			-111 621 850,21	-27 905 462,55
	5			83 716 387,66			-111 621 850,21	-27 905 462,55
Posição em 31-12-2024	5	1 960 471 134,48	695 688 928,89	1 795 763 987,82	28 491 297,89	-1 584 335,55	44 797 716,16	4 523 628 729,69
Posição em 01-01-2025	1	1 960 471 134,48	695 688 928,89	1 795 763 987,82	28 491 297,89	-1 584 335,55	44 797 716,16	4 523 628 729,69
Alterações no período								
Ganhos/perdas atuariais						14 475,54		14 475,54
Ajustamentos de ativos ao JV através de ORI					-81 200 852,58			-81 200 852,58
	2				-81 200 852,58	14 475,54		-81 186 377,04
Resultado líquido do período	3						53 475 577,81	53 475 577,81
Rendimento integral	4=2+3				-81 200 852,58	14 475,54	53 475 577,81	-27 710 799,23
Operações com detentores de capital								
Aplicação de resultados e distribuição de dividendos				33 598 287,12			-44 797 716,16	-11 199 429,04
	5			33 598 287,12			-44 797 716,16	-11 199 429,04
Posição em 31-12-2025		1 960 471 134,48	695 688 928,89	1 829 362 274,94	-52 709 554,69	-1 569 860,01	53 475 577,81	4 484 718 501,42

Demonstração de Fluxos de Caixa

Rubricas	Ano de 2025	Ano de 2024
Atividades Operacionais:		
Recebimentos de clientes	1 715 158,28	0,00
Pagamentos a fornecedores	-2 743 012,95	-2 463 456,46
Pagamentos ao pessoal	-3 172 706,67	-3 346 132,30
Caixa gerada pelas Operações	-4 200 561,34	-5 809 588,76
Pagamento/Recebimento Imposto s/rendimento	-3 710 769,09	-1 987 099,51
Outros recebimentos/pagamentos relat à ativ operacional	323 604,83	-18 951 418,65
Fluxos de caixa das atividades operacionais	-7 587 725,60	-26 748 106,92
Atividades de Investimento		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	3 342 102,95	29 900 769,40
Outros ativos financeiros	128 250 120,00	0,00
Juros e rendimentos similares	3 292 861,12	1 461 740,97
Dividendos	68 849 385,15	63 506 441,52
	203 734 469,22	94 868 951,89
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	-376 309 679,95	-34 196 065,93
Ativos fixos tangíveis	-28 319,96	-6 666,60
Ativos intangíveis	-1 987,61	0,00
	-376 339 987,51	-34 202 732,53
Fluxos de caixa das atividades de investimento	-172 605 518,29	60 666 219,36
Atividades de Financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	0,00	0,00
Juros e gastos similares	-5 040 000,00	-5 040 000,00
Outras operações de financiamento	-403 840,47	-372 441,37
Dividendos	-11 199 429,04	0,00
	-16 643 269,51	-5 412 441,37
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	-16 643 269,51	-5 412 441,37
Variações de caixa e seus equivalentes	-196 836 513,40	28 505 671,07
Caixa e seus equivalentes no início do período	248 837 620,33	220 331 949,26
Caixa e seus equivalentes no fim do período	52 001 106,93	248 837 620,33

Notas

1. Apresentação da Sociedade e do referencial de relato financeiro

A PARPÚBLICA – Participações Públicas, SGPS, S.A. (doravante abreviadamente designada por PARPÚBLICA ou Sociedade) é uma Sociedade Gestora de Participações Sociais de capitais exclusivamente públicos, criada pelo Decreto-Lei n.º 209/2000, de 2 de setembro, que, em resultado da sua evolução ao longo do tempo constitui um instrumento empresarial do Estado para atuação nos seguintes domínios:

- (i) A gestão das participações sociais públicas que integrem o seu património;
- (ii) A gestão, através de sociedades participadas de objeto especializado, do património imobiliário público que lhes seja afeto;
- (iii) A prestação de apoio técnico ao exercício, pelo Ministro das Finanças, da tutela financeira do Estado sobre as empresas públicas e sobre as empresas privadas concessionárias de serviços de interesse económico geral, bem como à gestão de ativos financeiros do Estado;
- (iv) A prestação de serviços no domínio da liquidação de sociedades dissolvidas pelo Estado ou por outros entes públicos;
- (v) A prestação de serviços técnicos de administração e gestão às participadas;
- (vi) A prestação de serviços de consultoria de natureza intelectual a empresas públicas do setor empresarial do Estado, bem como a aquisição destes serviços em nome, por conta ou em benefício de tais empresas;
- (vii) A instituição e gestão de plataformas de cooperação e de partilha de conhecimento em rede entre as empresas públicas do setor empresarial do Estado.

As presentes demonstrações financeiras separadas respeitam ao período anual findo em 31 de dezembro de 2025, tendo sido preparadas a partir dos registos contabilísticos da Sociedade efetuados no pressuposto da continuidade das operações e do acréscimo e estão apresentadas em euros, salvo quando referida outra unidade.

A Sociedade apresenta as suas demonstrações financeiras em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), Normas Internacionais de Contabilidade e Interpretações (*International Accounting Standards and Interpretations*), coletivamente denominadas IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, tal como adotadas na União Europeia (UE), doravante designadas por IFRS/UE. As IFRS/UE foram adotadas em 01 de janeiro de 2010 por opção em relação ao Sistema de Normalização Contabilística, ao abrigo do n.º 3 do art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, tendo em conta que a empresa prepara demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IFRS/UE.

Considerando que a Sociedade detém investimentos em subsidiárias, está sujeita à preparação de demonstrações financeiras consolidadas, pelo que a presente informação respeita a demonstrações financeiras separadas, nos termos da IAS 27 Demonstrações Financeiras Separadas, sendo preparadas por força do estabelecido no Código das Sociedades Comerciais e de outras disposições legais. Estas demonstrações financeiras relacionam-se com as demonstrações financeiras consolidadas da PARPÚBLICA, que acompanham.

2. Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas

2.a Introdução

As principais políticas contabilísticas adotadas pela PARPÚBLICA na preparação destas demonstrações financeiras são expostas nas notas seguintes. Excetuando as situações descritas na nota 2b, estas políticas foram aplicadas de forma consistente para todos os exercícios apresentados.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de determinadas estimativas contabilísticas críticas, bem como juízos para aplicação das políticas contabilísticas da forma mais apropriada. As áreas onde foram feitas as estimativas e os juízos mais significativos encontram-se apresentadas na nota 2o.

2.b Alterações nas políticas contabilísticas

2bi Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor a partir de 01 de janeiro de 2025

- **Alterações à IAS 21 – Falta de capacidade de câmbio (Regulamento 2024/2862 da Comissão, de 12 de novembro de 2024)**

- Em 15 de Agosto, o *International Accounting Standards Board (IASB)* emitiu uma emenda à IAS 21 intitulada “Lack of Exchangeability”. Esta emenda resultou do facto da IAS 21, até ao momento, não incluir quaisquer requisitos explícitos para a determinação da taxa de câmbio a aplicar quando uma determinada moeda estrangeira não consegue ser cambiada por outras moedas, levando a uma diversidade no tratamento prático que era aplicado nestas situações.

As emendas, agora introduzidas, incluem essencialmente o seguinte:

- Os requisitos para avaliar quando é que uma moeda é cambiável noutras moedas e quando é que não é cambiável;
- Os requisitos para determinar a taxa de câmbio à vista quando uma determinada moeda não é cambiável em outras moedas;

- Os requisitos de divulgações adicionais aplicáveis quando uma entidade efetua estimativas sobre a taxa de câmbio à vista porque a moeda não é cambiável em outras moedas;
- Guias de aplicação para auxiliar as entidades na avaliação sobre se uma moeda é ou não cambiável em outras moedas e a estimar a taxa de câmbio à vista quando esta não for cambiável;
- Exemplos ilustrativos; e
- Emendas à IFRS 1 – Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro para alinhar os requisitos relacionados com hiperinflações severas com os das atuais emendas à IAS 21.

Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2025.

2bii Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor em exercícios com início em ou após 01 de janeiro de 2026

• **Emendas à classificação e mensuração de instrumentos financeiros – emendas à IFRS 9 e à IFRS 7 (Regulamento 2025/1047 da Comissão, de 27 de maio de 2025)**

- O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu uma emenda à IFRS 9 e à IFRS 7, intitulada “Emendas à classificação e mensuração de instrumentos financeiros”.

As emendas aos requisitos destas duas IFRS estão relacionadas com:

- liquidação de passivos financeiros através de sistemas eletrônicos de pagamentos; e
- avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, incluindo aqueles com características relacionadas com requisitos ESG.

O IASB também alterou os requisitos de divulgação relacionados com investimentos em instrumentos de capital próprio ao valor justo através do outro rendimento integral e adicionou requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes que não estejam diretamente relacionadas com os riscos e custos de financiamento normais.

Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2026.

- **Contratos relativos a eletricidade dependente da natureza – Emendas à IFRS 9 e à IFRS 7 (Regulamento 2025/1266 da Comissão, de 30 de junho de 2025)**

- O *International Accounting Standards Board (IASB)* emitiu em 18 de dezembro de 2024 alterações específicas para ajudar as empresas a reportar melhor os efeitos financeiros dos contratos relativos a eletricidade dependente da natureza, que são geralmente estruturados como contratos de compra de energia (Power-Purchase Agreements - PPAs).

Para permitir que as empresas possam refletir melhor estes contratos nas suas demonstrações financeiras, o IASB procedeu a alterações específicas à IFRS 9 Instrumentos Financeiros e à IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações.

Estas alterações incluem:

- A clarificação da aplicação dos requisitos de “uso próprio”;
- A permissão da utilização da contabilidade de cobertura se esses contratos forem utilizados como instrumentos de cobertura; e
- A adição de novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores compreendam os efeitos destes contratos no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade.

Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2026.

- **Melhoramentos Anuais das Normas de Contabilidade IFRS – Volume 11 (Regulamento 2025/1331 da Comissão, de 9 de julho de 2025)**

- O *International Accounting Standards Board (IASB)*, no âmbito da sua manutenção regular das Normas, emitiu durante o mês de julho de 2024 algumas emendas às IFRS que foram publicadas num único documento (Melhoramentos Anuais das Normas de Contabilidade IFRS – Volume 11) e que visam melhorar a coerência das Normas através de clarificações, simplificações e correções às mesmas.

As Normas alteradas por estas emendas foram as seguintes:

- IFRS 1 Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro;
- IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações;
- IFRS 9 Instrumentos Financeiros;
- IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas;
- IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2026.

3. Normas (novas ou revistas) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (IASB) e interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretation Committee” (IFRIC) e ainda não endossadas pela União Europeia

Adicionalmente, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, encontram-se ainda emitidas pelo IASB as seguintes normas e interpretações, ainda não endossadas pela União Europeia:

- **IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras (emitida pelo IASB em 10abr24)**
 - Em 9 de abril de 2024, o *International Accounting Standards Board (IASB)* emitiu IFRS 18 intitulada “Presentation and Disclosure in Financial Statements” que irá substituir a IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras como a primeira fonte dos requisitos das IFRS para a preparação das demonstrações financeiras. Apesar da IFRS 18 introduzir alterações significativas na apresentação das demonstrações financeiras, nem todos os aspetos da IAS foram objeto de revisão. Em muitas áreas, esperam-se que os requisitos da IAS 1 sejam transportados para a IFRS 18 e mantidos substancialmente inalterados.

As alterações mais significativas introduzidas pela IFRS 18 resumem-se da seguinte forma:

- Categorias e subtotais exigidos na demonstração dos resultados: os itens de rendimentos e de gastos serão classificados entre categorias operacionais, de financiamento, de investimento, de impostos sobre o rendimento e operações descontinuadas. Esta classificação dependerá de uma combinação entre uma avaliação sobre as principais atividades da entidade e determinadas escolhas de políticas contabilísticas;
- Subtotais exigidos na demonstração dos resultados: com base na aplicação dos requisitos de classificação descritos no bullet anterior, determinados subtotais serão exigidos na apresentação das demonstrações financeiras, tais como o resultado operacional. A definição de resultado operacional está agora incluída na IFRS 18;
- Classificação, agregação e desagregação: requisitos alargados para a classificação, agregação e desagregação da informação nas demonstrações financeiras;
- Alterações pontuais na demonstração dos fluxos de caixa: requisitos revistos sobre como deverá ser apresentada a demonstração dos fluxos de caixa, incluindo a classificação dos fluxos de caixa de juros e de dividendos;
- Medidas de desempenho definidas pela gestão: a exigência de determinadas entidades incluírem “medidas de desempenho definidas pela gestão” (i.e., medidas de desempenho alternativas, medidas não contabilísticas, etc.) nas notas às demonstrações financeiras, com uma reconciliação para o subtotal mais próximo que seja consistente com as IFRS. Por exemplo, reconciliação do “resultado líquido ajustado” com o resultado líquido do exercício evidenciado na demonstração dos resultados.

Com base na avaliação preliminar efetuada, espera-se que a IFRS 18 venha a implicar alterações na estrutura da demonstração dos resultados, designadamente ao nível da apresentação dos subtotais obrigatórios e da desagregação da informação financeira.

Adicionalmente, antecipam-se impactos na classificação e agregação dos rendimentos e dos gastos, em conformidade com as categorias de desempenho definidas pela IFRS 18. À data de aprovação das presentes demonstrações financeiras, o Grupo encontra-se ainda em fase de avaliação detalhada, não sendo possível quantificar de forma fiável os impactos decorrentes da adoção da referida norma.

Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2027, estando esta Norma ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.

- **IFRS 19 – Subsidiárias não sujeitas à prestação pública de informações financeiras (emitida pelo IASB em 9mai24)**

- O *International Accounting Standards Board (IASB)* emitiu durante o mês de maio de 2024 uma nova Norma Internacional de Relato Financeiro 19, intitulada “Subsidiárias não sujeitas à prestação pública de informações financeiras”.

A IFRS 19 permite que as entidades que cumpram determinados requisitos possam aplicar integralmente os requisitos de mensuração das IFRS, mas apresentem divulgações com exigências mais reduzidas.

Uma entidade é elegível para aplicação da IFRS 19 na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas, separadas ou individuais se cumprir com os seguintes critérios no final do período de relato:

- A entidade é uma subsidiária (conforme definido no Anexo A da IFRS 10);
- A entidade não apresenta publicamente as suas demonstrações financeiras; e
- A entidade tem uma empresa-mãe final ou intermédia que prepara demonstrações financeiras consolidadas disponíveis ao público de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2027, estando esta Norma ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.

- **Emendas à IFRS 19 – Subsidiárias não sujeitas à prestação pública de informações financeiras (emitida pelo IASB em 21ago25)**

- O *International Accounting Standards Board (IASB)* emitiu durante o mês de agosto de 2025 um conjunto de alterações à IFRS 19, completando o seu plano de trabalhos de atualização para esta Norma. A IFRS 19, publicada em maio de 2024, permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as IFRS com exigências de divulgação mais reduzidas. Esta Norma incluía os requisitos de divulgação reduzidos exigidos pelas outras normas ou alterações que tinham sido emitidas até fevereiro de 2021. As alterações agora publicadas ajudam as entidades a reduzir os requisitos de divulgações relativos às normas ou alterações emitidas entre fevereiro de 2021 e maio de 2024, especificamente:

- IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras;
- Acordos de financiamento de fornecedores (alterações à IAS 7 e à IFRS 7);
- Reforma fiscal internacional – Regras-Modelo do Segundo Pilar (alterações à IAS 12);
- Falta de capacidade de câmbio (alterações à IAS 21); e
- Emendas à classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações à IFRS 9 e à IFRS 7).

Com estas alterações, a IFRS 19 passa a refletir as alterações introduzidas nas IFRS que entram em vigor até 1 de janeiro de 2027, altura em que a IFRS 19 será aplicável.

No futuro, a IFRS 19 será atualizada simultaneamente com a emissão ou com a revisão de outras IFRS pelo IASB.

- **Emendas à IAS 21 – Transposição para a moeda de relato de uma economia hiperinflacionária (emitida pelo IASB em 13nov25)**

- Em 13 de novembro de 2025 o IASB emitiu uma emenda à IAS 21 em que especifica os procedimentos para a transposição da moeda funcional, que é a moeda da economia não-hiperinflacionária para a moeda de relato que é a moeda da economia hiperinflacionária. As alterações endereçam tanto as transposições das demonstrações financeiras da entidade como as transposições das demonstrações financeiras de uma operação estrangeira nessa situação.

Aplicável aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2027, estando esta Norma ainda sujeita ao processo de endosso pela União Europeia.

2c. Ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis

Os ativos fixos tangíveis e os ativos intangíveis são mensurados pelo modelo do custo, com dedução das depreciações ou amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, quando aplicável.

As despesas subsequentes com os ativos fixos tangíveis são reconhecidas no ativo apenas se for provável que delas resultarão benefícios económicos futuros. As despesas com a manutenção e reparação corrente dos ativos são reconhecidas como gasto, de acordo com o princípio do acréscimo.

Se existirem indícios de que um ativo, ou uma unidade geradora de caixa, possa estar em imparidade, é estimada a sua quantia recuperável, sendo reconhecida, com efeitos nos resultados, perda por imparidade sempre que a quantia escriturada exceda a quantia recuperável.

Por princípio, a quantia recuperável é determinada como o valor mais elevado entre o justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil. Apenas será considerado o valor de uso caso o justo valor não seja determinável com fiabilidade e se anteveja que o valor de uso não excede, por quantia materialmente relevante, o justo valor menos os custos de vender. A taxa de desconto subjacente ao cálculo do valor de uso tem por base o custo médio ponderado do capital (WACC). Na determinação do custo do capital próprio é tido em consideração o modelo *Capital Asset Pricing Model* (CAPM).

A quantia escriturada de um item do ativo fixo tangível ou do ativo intangível é desreconhecida no momento da sua alienação ou quando não se esperam futuros benefícios económicos do seu uso ou alienação. O ganho, ou a perda, decorrente do desreconhecimento é incluído nos resultados quando o item é desreconhecido, sendo determinado como a diferença entre o produto líquido da alienação, se o houver, e a quantia escriturada do item.

A Sociedade calcula as depreciações dos seus ativos tangíveis de acordo com o método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperados dos bens (em anos):

	Vida Útil
Equipamento de transporte	4- 8
Equipamento administrativo e utensílios	4-12
Outros ativos fixos tangíveis	4-10

2d. Investimentos financeiros em subsidiárias e associadas

São consideradas subsidiárias nas demonstrações financeiras separadas todas as entidades em que a PARPÚBLICA tenha diretamente participação no capital e nas quais exerça controlo, direta ou indiretamente. Por controlo entende-se o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de

uma entidade de forma a obter benefícios das suas atividades. Presumiu-se a existência de controlo quando a PARPÚBLICA é titular, direta ou indiretamente através de subsidiárias, de mais de metade do poder de voto de uma entidade.

São consideradas associadas nas demonstrações financeiras separadas todas as entidades em que a PARPÚBLICA tenha diretamente participação no capital e nas quais exerça influência significativa, direta ou indiretamente, e que não sejam subsidiárias nem interesses em empreendimentos conjuntos. Influência significativa é considerada como sendo o poder de participar nas decisões das políticas financeiras e operacionais das associadas, mas que não constitui controlo nem controlo conjunto sobre essas políticas. Considerou-se a existência de influência significativa quando a PARPÚBLICA detém, direta ou indiretamente, 20% ou mais do poder de voto da investida.

As participações financeiras em subsidiárias e associadas são mensuradas pelo custo, sujeito a testes de imparidade.

Os investimentos em subsidiárias e associadas são revistos quanto à imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que a quantia pela qual se encontram registados nas demonstrações financeiras possa não ser recuperável, designadamente comparando a quantia escriturada com a quantia pela qual concorram para as demonstrações financeiras consolidadas, nos termos do parágrafo 12, alínea (h) da IAS 36 Imparidade dos Ativos. É reconhecida perda por imparidade pelo montante do excesso da quantia escriturada do ativo face à sua quantia recuperável. A quantia recuperável é determinada de acordo com os procedimentos referidos para os ativos fixos tangíveis e intangíveis. O teste de imparidade é anual para os investimentos em subsidiárias que tenham goodwill associado.

Os montantes resultantes de entregas de fundos ou de outras relações financeiras com as subsidiárias que tenham cariz de suprimentos e que não tenham reembolso previsto a menos de um ano são apresentados como empréstimos concedidos no ativo não corrente. Sobre estes empréstimos são calculados juros a taxas que têm em atenção as condições de mercado.

2e. Outros ativos e passivos financeiros

As categorias de ativos financeiros, de acordo com a IFRS 9 são as seguintes:

Ativos financeiros ao custo amortizado: Um ativo financeiro deve ser mensurado pelo custo amortizado se forem satisfeitas ambas as seguintes condições:

- a) O ativo financeiro é detido no âmbito de um modelo de negócio cujo objetivo consiste em deter ativos financeiros a fim de recolher fluxos de caixa contratuais; e
- b) Os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas definidas, a fluxos de caixa que são apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre o capital em dívida.

Ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral para investimentos em instrumentos de dívida: Um ativo financeiro deve ser mensurado pelo justo valor através de outro rendimento integral se forem satisfeitas ambas as seguintes condições:

- a) O ativo financeiro é detido no âmbito de um modelo de negócio cujo objetivo seja alcançado através da recolha de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros; e
- b) Os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas definidas, a fluxos de caixa que são apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre o capital em dívida.

Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados: Um ativo financeiro deve ser mensurado pelo justo valor através dos resultados, exceto se for mensurado pelo custo amortizado ou pelo justo valor através de outro rendimento integral. No entanto, uma entidade pode optar irrevogavelmente, no reconhecimento inicial de determinados investimentos em instrumentos de capital próprio que, de outra forma, seriam mensurados pelo justo valor através dos resultados, por apresentar as alterações subsequentes no justo valor através de outro rendimento integral.

Ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral para investimentos em instrumentos de capital próprio: Conforme referido no parágrafo anterior, no reconhecimento inicial, uma entidade pode optar irrevogavelmente por apresentar em outro rendimento integral as alterações subsequentes no justo valor de um investimento num instrumento de capital próprio dentro do âmbito da IFRS 9 que não seja detido para negociação nem retribuição contingente reconhecida por um adquirente numa concentração de atividades empresariais à qual se aplique a IFRS 3.

Um ativo financeiro é desreconhecido quando (i) os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes desse ativo expiram; (ii) tenham sido transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à detenção desse ativo; ou (iii) apesar dos riscos e benefícios não terem sido substancialmente transferidos, a empresa não reteve o controlo sobre esse ativo.

Imparidade

A PARPÚBLICA reconhece uma provisão para perdas de crédito previstas relativamente a um ativo financeiro que é mensurado ao custo amortizado ou ao justo valor através do outro rendimento integral para investimentos em instrumentos de dívida, uma conta a receber de locação, um ativo resultante de um contrato ou um compromisso de concessão de empréstimo e um contrato de garantia financeira a que se aplicam os requisitos em matéria de imparidade. Para o efeito, em cada data de relato, uma entidade deve mensurar a provisão para perdas relativamente a um instrumento financeiro por uma quantia igual às perdas de crédito esperadas ao longo da respetiva duração se o risco de crédito associado a esse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. Se, à data de relato, o risco de crédito associado a um instrumento financeiro

não tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial, uma entidade deve mensurar a provisão para perdas relativa a esse instrumento financeiro por uma quantia equivalente às perdas de crédito esperadas num prazo de 12 meses.

Não obstante o princípio geral disposto no parágrafo anterior, a PARPÚBLICA mensura a provisão para perdas numa quantia igual às perdas de crédito esperadas ao longo da vida útil quanto a:

- a) Contas a receber comerciais ou ativos resultantes de contratos que resultam, por sua vez, de transações que estejam dentro do âmbito da IFRS 15, e que:
 - i) Não contêm uma componente de financiamento significativa (ou quando a entidade aplica o expediente prático para contratos com duração igual ou inferior a um ano) em conformidade com a IFRS 15; ou
 - ii) Contêm um componente de financiamento significativo de acordo com a IFRS 15, se a entidade escolher como sua política contabilística mensurar a provisão para perdas numa quantia igual às perdas de crédito esperadas ao longo da duração dos instrumentos. Essa política contabilística deve ser aplicada a todas as contas a receber comerciais ou ativos resultantes de contratos, mas pode ser aplicada separadamente às contas a receber comerciais e aos ativos resultantes de contratos.
- b) As contas a receber de locações resultantes de transações que estejam dentro do âmbito da IFRS 16, se a entidade escolher como sua política contabilística mensurar a provisão para perdas numa quantia igual às perdas de crédito esperadas ao longo da duração. Essa política contabilística deve ser aplicada a todas as contas a receber de locações, mas pode ser aplicada separadamente às contas a receber de locações financeiras e operacionais.

A PARPÚBLICA reconhece nos seus resultados, como um ganho ou uma perda por imparidade, a quantia das perdas de crédito (ou reversões) esperadas que é necessária para que a provisão para perdas à data de relato corresponda à quantia que deve ser reconhecida em conformidade com a IFRS 9. No entanto, para Ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral para investimentos em instrumentos de dívida, a provisão para perdas é reconhecida em outro rendimento integral e não reduz a quantia escriturada do ativo financeiro no balanço.

Um instrumento é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Estes passivos financeiros são mensurados inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado usando o método do juro efetivo.

2f. Ativos não correntes detidos para venda e passivos relacionados

São classificáveis como detidos para venda os ativos não correntes ou grupos para alienação se a sua quantia escriturada vai ser recuperada principalmente através de uma transação de venda, em vez do uso continuado, e se estiverem em condições para venda imediata e esta seja altamente provável e concretizável o reconhecimento dentro de um ano após a classificação.

Os ativos não correntes detidos para venda ou grupos para alienação são mensurados pela menor entre a quantia no momento da classificação e a quantia correspondente ao justo valor menos custos de vender.

2g. Caixa e seus equivalentes

Caixa compreende o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem. Como equivalentes de caixa são apresentados investimentos a curto prazo, altamente líquidos, que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro, e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

2h. Instrumentos de capital próprio emitidos

Os instrumentos de capital próprio emitidos respeitam exclusivamente às ações do capital social. A quantia do capital não realizado é apresentada em dedução ao capital emitido.

As distribuições de dividendos são reconhecidas como um passivo e debitadas diretamente no capital próprio no período em que essas distribuições são aprovadas pelo acionista.

2i. Financiamentos obtidos e contas a pagar

Os financiamentos obtidos e outras dívidas a terceiros são mensurados, inicialmente pelo justo valor resultante da transação que os origina e, subsequentemente, pelo custo ou custo amortizado pelo método do juro efetivo.

2j. Provisões e contingências

As provisões são reconhecidas para passivos de tempestividade ou quantia incerta como resultado de acontecimentos passados e são mensuradas pela melhor estimativa e pelo valor descontado quando o efeito do valor temporal do dinheiro se considere material.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras. Os passivos contingentes são divulgados, exceto se for remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos, e os ativos contingentes são divulgados apenas quando não for pouco provável que ocorra o influxo de benefícios económicos.

2k. Benefícios dos empregados

Nos termos do Regulamento dos Benefícios Sociais em vigor, os empregados do quadro permanente da ex-Portucel, SGPS, SA com mais de cinco anos de serviço à data da fusão por incorporação na PARPÚBLICA, têm direito, após a passagem à reforma ou em situação de invalidez, a um complemento mensal de pensão de reforma ou de invalidez. Esse complemento está definido de acordo com uma fórmula que tem em consideração a remuneração mensal ilíquida atualizada para a categoria profissional do empregado à data da reforma e o número de anos de serviço, no máximo de 30, sendo ainda garantidas pensões de sobrevivência ao cônjuge e a descendentes diretos.

Para cobrir esta responsabilidade existe um fundo de pensões autónomo, gerido por uma entidade externa.

O plano de pensões é de benefícios definidos, uma vez que define os critérios de determinação do valor das pensões e benefícios que os empregados receberão durante a reforma e pré-reforma, usualmente dependente de um ou mais fatores como sejam idade, anos de serviço e retribuição na data da reforma.

A Sociedade reconhece a diferença entre o valor presente da obrigação de benefícios definidos à data do balanço e o justo valor dos ativos do plano à custa dos quais vão ser liquidadas as obrigações.

Os custos de serviço corrente e gastos/rendimentos de juros são reconhecidos como gastos com o pessoal. Os ganhos/perdas de remensuração determinados anualmente são reconhecidos como outro rendimento integral.

Anualmente, na data de fecho de contas, as responsabilidades da Sociedade são calculadas por um perito independente, com base no método da Unidade de Crédito Projetada, sendo assim determinado o valor presente das suas obrigações de benefícios definidos e respetivo custo do serviço corrente. Para esse efeito, são usados determinados pressupostos atuariais como as melhores estimativas da Sociedade das variáveis que determinarão o custo final de proporcionar benefícios pós-emprego. Os pressupostos atuariais compreendem:

- Pressupostos demográficos acerca das características futuras de empregados (e seus dependentes) correntes e antigos que sejam elegíveis para os benefícios. Os pressupostos demográficos tratam matérias tais como:
 - Mortalidade;
 - Proporção dos membros do plano quando dependentes que sejam elegíveis para os benefícios.
- Pressupostos financeiros, tratando de itens tais como:
 - Taxa de desconto,
 - Níveis de ordenados futuros e de benefícios; e
 - Taxa esperada de retorno dos ativos do plano.

2I. Locações

A Sociedade reconhece um direito de uso de um ativo e um passivo de locação na data de início do contrato de arrendamento. O direito de uso do ativo é inicialmente mensurado ao custo, que compreende o valor inicial da responsabilidade de locação ajustada por quaisquer pagamentos de locação feitos em/ou antes da data de início, além de quaisquer custos diretos iniciais incorridos, assim como uma estimativa dos custos de desmantelamento e remoção do ativo subjacente (caso aplicável), deduzido de qualquer incentivo concedido.

A responsabilidade da locação é inicialmente reconhecida pelo valor presente das rendas ainda não pagas à data do contrato de locação, descontando os juros a uma taxa de juro implícita na locação, ou no caso em que não seja possível determinar esta taxa facilmente, utilizando a taxa de juro incremental da Sociedade. Em geral, a Sociedade utiliza a sua taxa de juro incremental como a taxa de desconto a aplicar.

Pagamentos de locação incluídos na mensuração do passivo de locação incluem o seguinte:

- pagamentos fixos, deduzidos de quaisquer incentivos já recebidos;
- pagamentos de locação variável, dependente de uma determinada taxa ou índice;
- montantes que sejam devidos ao abrigo de uma garantia do valor residual;
- preço de exercício da opção de compra, se for razoavelmente certo que o locatário exerça a opção; e
- pagamento de penalidades pelo término do contrato, se for razoavelmente certo que o locatário cancele o contrato.

A responsabilidade por locações é remensurada quando se verificam alterações nos pagamentos futuros derivados de uma alteração da taxa ou índice, se ocorrer uma alteração na estimativa da Sociedade do montante que deverá ser pago sob uma garantia de valor residual, ou caso a Sociedade altere a sua avaliação acerca da opção de exercício de compra, sua extensão ou rescisão.

Quando a responsabilidade por locações é remensurada, o valor do direito de uso é também ajustado, ou é registado um lucro ou prejuízo na demonstração de resultados, se a quantia escriturada do ativo do direito de uso já se encontrava reduzida a zero.

O Grupo apresenta os direitos de uso de ativos e as responsabilidades por locações em rubricas devidamente segregadas na demonstração consolidada da posição financeira.

Locações financeiras de curto prazo ou locações de ativos de baixo valor

A Sociedade não reconhece como direitos de uso de ativos ou responsabilidade de locações, contratos de locação de duração inferior a 12 meses ou locações de baixo valor. A Sociedade reconhece os dispêndios associados a estas locações, como um custo do exercício durante o período de vida dos contratos.

Depreciação

O direito de uso do ativo é depreciado utilizando o método de depreciação linear, com base no mais baixo de entre a vida útil do ativo do direito de uso ou o fim do prazo da locação. A vida útil estimada dos ativos do direito de uso é determinada na mesma base que para os restantes ativos tangíveis.

Imparidades

O direito de uso do ativo é periodicamente reduzido por perdas de imparidade e ajustado por certas variações da obrigação por locações associadas ao ativo.

Estimativas contabilísticas e julgamentos**Vidas úteis, valores residuais dos ativos e taxas de desconto**

O apuramento dos valores residuais dos ativos, estimativa das vidas úteis e taxas de desconto têm por base premissas dos contratos de locação (ou ativos similares) e são definidos baseados no julgamento da Gestão, assim como nas melhores práticas em uso pelos *peers* do setor.

Imparidade dos Direitos de uso de Ativos

Identificação de indicadores de imparidade, estimativa de fluxos de caixa futuros e determinação do justo valor dos ativos exige um elevado nível de julgamento da Gestão, em termos de identificação e avaliação dos indicadores de imparidade diferentes, nomeadamente o fluxo de caixa esperado, as taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

2m. Reconhecimento de gastos e perdas e de rendimentos e ganhos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime contabilístico do acréscimo. As diferenças entre os montantes pagos e recebidos e os respetivos gastos e rendimentos são registadas no passivo e no ativo respetivamente.

O rendimento proveniente de ativos que produzam juros e dividendos é reconhecido quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a sociedade e a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada. Adicionalmente:

- Os juros são reconhecidos utilizando o método do juro efetivo; e
- Os dividendos são reconhecidos quando for estabelecido o direito da Sociedade de os receber.

Tratando-se de demonstrações financeiras separadas, não é aplicado o método da equivalência patrimonial pelo que os ganhos respeitantes a participações no capital de subsidiárias e associadas são, tal como os das demais participações financeiras, reconhecidos em função dos direitos a dividendos.

Os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período em que sejam incorridos, não existindo razões para capitalização. Os gastos de financiamento são reconhecidos com base no juro efetivo através da mensuração dos passivos financeiros ao custo amortizado. Embora a taxa de juro das obrigações com opção embutida tenha sido fixada tendo em conta também as perspetivas de evolução do valor das ações subjacentes e, logo, do valor da opção, a diferença entre as variações de justo valor da opção e das ações são incluídas na rubrica “variações de justo valor” da demonstração dos resultados, e não como complemento ou atenuação dos juros reconhecidos nos gastos de financiamento, por se considerar que tais variações têm relação próxima com as operações de reprivatização de ativos que suportam.

2n. Imposto sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento compreendem os impostos correntes relativos ao resultado do período e os impostos diferidos, expressando quantias dedutíveis ou pagáveis no futuro por diferenças entre valores contabilísticos e bases fiscais ou direito de reporte de prejuízos ou a créditos fiscais.

2o. Juízos de gestão e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS/UE requer julgamentos e estimativas e a utilização de pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de rendimentos, gastos, ativos e passivos. As áreas que envolvem maior nível de complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras, a requerer juízos de gestão, são as seguintes:

- Determinação de fluxos de caixa futuros, de taxas de desconto e de justo valor para determinação de perdas por imparidade em investimentos financeiros e ativos não correntes detidos para venda;
- Análise de indícios de imparidade em investimentos financeiros e de incobrabilidade de créditos;
- Determinação das responsabilidades do plano de benefícios definidos, estimadas por estudo de um atuário independente.

3. Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis, bem como as respectivas depreciações acumuladas foram os seguintes:

2025				
	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	Total
Ativo Bruto				
Saldo inicial	127 024,31	1 888 126,41	13 538,67	2 028 689,39
Adições		28 319,95		28 319,95
Alienações	-57 946,76	-3 118,28		-61 065,04
Saldo final	69 077,55	1 913 328,08	13 538,67	1 995 944,30
Depreciações Acumuladas				
Saldo inicial	125 026,49	1 834 072,51	13 538,67	1 972 637,67
Adições		34 851,20		34 851,20
Alienações	-57 946,76	-2 078,64		-60 025,40
Saldo final	67 079,73	1 866 845,07	13 538,67	1 947 463,47
Quantia escriturada	1 997,82	46 483,01	0,00	48 480,83

2024				
	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	Total
Ativo Bruto				
Saldo inicial	162 983,90	1 876 132,68	13 538,67	2 052 655,25
Adições		11 993,73		11 993,73
Alienações	-35 959,59			-35 959,59
Saldo final	127 024,31	1 888 126,41	13 538,67	2 028 689,39
Depreciações Acumuladas				
Saldo inicial	160 986,08	1 782 310,78	13 538,67	1 956 835,53
Adições		51 761,73		51 761,73
Alienações	-35 959,59			-35 959,59
Saldo final	125 026,49	1 834 072,51	13 538,67	1 972 637,67
Quantia escriturada	1 997,82	54 053,90	0,00	56 051,72

4. Ativos intangíveis

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o movimento ocorrido nos ativos intangíveis, bem como as respectivas amortizações acumuladas foi o seguinte:

2025			
	Programas de Computador	Outros Ativos Intangíveis	Total
Ativo Bruto			
Saldo inicial	426 423,02	90 568,67	516 991,69
Adições	1 987,61		1 987,61
Saldo final	428 410,63	90 568,67	518 979,30
Amortizações Acumuladas			
Saldo inicial	257 277,93	0,00	257 277,93
Adições		0,00	0,00
Saldo final	257 277,93	0,00	257 277,93
Quantia escriturada	171 132,70	90 568,67	261 701,37

2024			
	Programas de Computador	Outros Ativos Intangíveis	Total
Ativo Bruto			
Saldo inicial	422 991,86	90 568,67	513 560,53
Adições	3 431,16		3 431,16
Saldo final	426 423,02	90 568,67	516 991,69
Amortizações Acumuladas			
Saldo inicial	253 181,21	0,00	253 181,21
Adições	4 096,72	0,00	4 096,72
Saldo final	257 277,93	0,00	257 277,93
Quantia escriturada	169 145,09	90 568,67	259 713,76

Os outros ativos intangíveis têm vida indefinida, não tendo sido sujeitos a teste de imparidade atenta a imaterialidade da quantia escriturada.

5. Ativos sob direito de uso

2025				
	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Equipamento Administrativo	Total
Ativo Bruto				
Saldo inicial	3 700 039,58	256 250,83	23 678,44	3 979 968,85
Adições	53 705,46	46 272,97		99 978,43
Saldo final	3 753 745,04	302 523,80	23 678,44	4 079 947,28
Depreciações Acumuladas				
Saldo inicial	1 263 560,12	84 354,62	16 574,88	1 364 489,62
Adições	262 529,43	70 375,76	4 735,68	337 640,87
Saldo final	1 526 089,55	154 730,38	21 310,56	1 702 130,49
Quantia escriturada	2 227 655,49	147 793,42	2 367,88	2 377 816,79

2024				
	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Equipamento Administrativo	Total
Ativo Bruto				
Saldo inicial	3 523 178,66	176 648,92	23 678,44	3 723 506,02
Adições	176 860,92	166 064,55		342 925,47
Outras Transf e Abates		-86 462,64		-86 462,64
Saldo final	3 700 039,58	256 250,83	23 678,44	3 979 968,85
Depreciações Acumuladas				
Saldo inicial	1 014 945,57	118 423,29	11 839,20	1 145 208,06
Adições	248 614,55	52 393,97	4 735,68	305 744,20
Outras Transf e Abates		-86 462,64		-86 462,64
Saldo final	1 263 560,12	84 354,62	16 574,88	1 364 489,62
Quantia escriturada	2 436 479,46	171 896,21	7 103,56	2 615 479,23

Os saldos evidenciados em Edifícios e outras construções estão relacionados com o arrendamento das instalações, na Rua de Santa Marta, 55.

6. Participações financeiras

As sociedades em que a PARPÚBLICA detém diretamente participação no respetivo capital e que se qualificam como subsidiárias são as seguintes:

Empresa	Sede Social	Atividade Principal	% do Capital detido em 2025	% do Capital detido em 2024
AdP – Águas de Portugal (SGPS), S.A.	Lisboa	Gestão de Participações Sociais	100,00%	81,00%
CE – Circuito do Estoril, S.A.	Alcabideche	Organização de eventos desportivos	100,00%	100,00%
Companhia das Lezírias, S.A.	Samora Correia	Produção agrícola e animal	100,00%	100,00%
ESTAMO – Participações Imobiliárias, S.A.	Lisboa	Compra, venda e administração de imóveis	100,00%	100,00%
FUNDIESTAMO – Soc. Gestora Fundos Mob e Imob, S.A.	Lisboa	Gestora dos fundos de investimento imobiliário	100,00%	100,00%
INCM – Imprensa Nacional Casa da Moeda, S.A.	Lisboa	Produção de moeda, impressos e publicações	100,00%	100,00%
Florestgal – Empresa de Gestão e Desenvolvimento Florestal, S.A.	Leiria	Planeamento, desenvolvimento e gestão de atividades florestais	100,00%	100,00%
SAGESECUR – Sociedade de Estudos, Desenvolvimento e Participação em Projetos, S.A.	Lisboa	Estudo, desenvolvimento e participação em investimentos imobiliários	100,00%	100,00%
SIMAB – Soc Instaladora de Mercados Abastecedores, S.A.	Loures	Instalação e gestão de mercados grossistas	100,00%	100,00%

As sociedades em que a PARPÚBLICA detém diretamente participação no respetivo capital e que se qualificam como associadas são as seguintes:

Empresa	Sede Social	Atividade Principal	% do Capital detido em 2025	% do Capital detido em 2024
CVP – Sociedade de Gestão Hospitalar, S.A.	Lisboa	Administração de unidades de cuidados de saúde	45,00%	45,00%
INAPA – Investimentos, Participações e Gestão, S.A. (a) (b)	Lisboa	Gestão de participações sociais	–	44,89%

(a) Em liquidação. A participação detida corresponde a 33,33% dos direitos de voto.

(b) Em conformidade com o disposto no parágrafo 9 do IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos, a participação na INAPA foi reclassificada de investimento em associada para outras participações financeiras, na sequência da perda de influência significativa exercida sobre a entidade, resultante do processo de insolvência em que esta se encontra.

As moradas das subsidiárias e das associadas, as respetivas percentagens de interesse e as quantias dos capitais próprios e dos resultados são:

Empresas	Ref Cont	Sede social	% do capital detida	Informação das demonstrações financeiras							
				Ano	Capitais próprios 2025	Resultado líquido 2025	Interesse no capital próprio	Ativo		Passivo	
								Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
AdP – Águas de Portugal, SA	IFRS	Rua Visconde Seabra, 3, Lisboa	100,00%	2025	2 022 295	107 926	2 022 295	705 581	5 280 591	399 924	3 563 953
Circuito do Estoril, SA	IFRS	E.N. 9, Km 6; Alcabideche	100,00%	2025	14 076	-607	14 076	2 195	15 035	3 075	79
Companhia das Lezírias, SA	SNC	Largo 25 de Abril, 17, Samora Correia	100,00%	2025	50 562	1 752	50 562	27 276	28 396	2 550	2 560
Estamo, SA	IFRS	Rua de Santa Marta, 55, Lisboa	100,00%	2025	1 327 643	55 694	1 327 643	1 022 550	352 974	37 403	10 478
Florestgal, SA	IFRS	Rua Comendador Joaquim Araújo Lacerda, 16-18, Figueiró dos Vinhos	100,00%	2025	62 470	1 857	62 470	36 568	33 542	3 370	4 270
Fundiestamo, SA	IFRS	Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 86, Lisboa	100,00%	2025	3 106	583	3 106	3 544	820	549	709
SGH CVP, SA	SNC	Rua Duarte Galvão, 54, Lisboa	45,00%	2025	1 075	-3 814	484	19 322	27 405	23 240	22 412
INAPA, SA (a)		Rua Braamcamp, 40, Lisboa	44,89%	2025	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
INCM, SA	IFRS	Av. António José de Almeida, Lisboa	100,00%	2025	234 653	20 981	234 653	123 635	161 455	24 159	26 278
SAGESECUR, SA	IFRS	Rua de Santa Marta, 55, Lisboa	100,00%	2025	52 121	3 437	52 121	20 906	44 471	1 239	12 017
SIMAB, SA	IFRS	MARL, São Julião do Tojal	100,00%	2025	106 922	6 226	106 922	7 038	139 952	16 390	23 678

(a) Empresa em insolvência

As alterações nas rubricas do ativo relativas a participações financeiras por aquisições, classificações como ativos ou grupos de alienação detidos para venda e mensurações foram as seguintes:

Entidades	Nº ações	Custo de aquisição	Imparidades	Quantia escriturada
Investimentos em subsidiárias				
AdP – Águas de Portugal, SA	86 900 000	920 351 922,92		920 351 922,92
CL – Companhia das Lezírias, SA	1 000 000	33 443 379,47		33 443 379,47
ESTAMO – Participações Imobiliárias, SA	212 316 134	1 069 092 278,37		1 069 092 278,37
FUNDIESTAMO – Soc Gestora de Fundos Imobiliários e Mobiliários, SA	200 000	1 000 000,00		1 000 000,00
INCM – Imprensa Nacional casa da Moeda, SA	6 000 000	68 072 266,00		68 072 266,00
FLORESTGAL – Empresa de Gestão Desenvolvimento Florestal, SA	4 940 000	57 394 783,06		57 394 783,06
SAGESECUR – Sociedade de Estudos, Desenvolvimento e Participação em Projetos, SA	4 500 000	23 899 331,52		23 899 331,52
CE – Circuito do Estoril, SA	5 000 000	39 307 523,61	32 838 523,61	6 469 000,00
SIMAB – Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores, SA	8 045 267	17 560 225,00		17 560 225,00
		2 230 121 709,95	32 838 523,61	2 197 283 186,34
Investimentos em associadas				
CVP – Sociedade de Gestão Hospitalar	225 000	19 597 515,60	19 597 515,60	0,00
		19 597 515,60	19 597 515,60	0,00
Outras participações financeiras				
GALP Energia SGPS, SA	62 061 975	907 966 694,25		907 966 694,25
IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IP	377 590 008	11 467 500,00	11 467 500,00	0,00
INAPA – Investimentos, Participações e Gestão, SA	236 199 384	18 993 891,54	18 993 891,54	0,00
Lisnave Infraestruturas Navais, SA	106 000	54 091 758,86	54 091 758,86	0,00
Lisnave – Estaleiros Navais, SA	29 666	2 000 000,00		2 000 000,00
NOS	71	285,07		285,07
CTT – Correios de Portugal	355 126	2 638 586,18		2 638 586,18
MGICAPITAL – Internacional Financing, SGPS, SA	7 650	18 000,00		18 000,00
SIIVILO, SGPS, SA (ex-TAP, SGPS, SA)	10 000	100 000,00	100 000,00	0,00
Outras		196 560,78	194 316,19	2 244,59
		997 473 276,68	84 847 466,59	912 625 810,09
Total das participações financeiras		3 247 192 502,23	137 283 505,80	3 109 908 996,43

Os movimentos nas participações financeiras em 2025, foram os seguintes:

Empresas participadas	Aquisições	Variações de justo valor
AdP, SGPS (Aquisição de participação de 19%)	375 509 350,00	
AdP, SGPS (Componente contratual adicional associada aos dividendos de 2025) (a)	4 709 657,53	
Subtotal das subsidiárias	380 219 007,53	0,00
Subtotal das associadas	0,00	0,00
GALP Energia SGPS		-81 921 807,00
Outras		720 954,42
Subtotal das outras empresas	0,00	-81 200 852,58
Total das participações financeiras	380 219 007,53	-81 200 852,58

(a) A componente contratual adicional, no montante de 4.709.657,53 euros, decorre das condições acordadas entre as partes relativamente aos dividendos do exercício de 2025, tendo sido determinada na sequência da deliberação de distribuição de resultados aprovada pela Assembleia geral da AdP realizada em 2026.

No exercício de 2025, a PARPÚBLICA adquiriu à Caixa Geral de Depósitos uma participação correspondente a 19% do capital social da AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A., pelo montante de 375.509.350,00 euros.

O financiamento desta operação foi assegurado através de três componentes: (i) 128.250.120,00 euros, correspondentes à transferência recebida em novembro de 2025, no âmbito da redução da dívida do Estado, nos termos do Despacho n.º 569/2025-SETF; (ii) 219.528.866,00 euros, provenientes da utilização parcial do saldo de gerência da PARPÚBLICA, autorizada pelo Despacho n.º 352/2025/SEAO/XXV, de 14 de novembro; e (iii) 27.730.364,00 euros, financiados através de fundos próprios gerados pela sociedade no exercício.

Adicionalmente, e de acordo com as condições estabelecidas no Contrato de Compra e Venda de Ações celebrado entre as partes em 26 de novembro de 2025, acresce ao valor da aquisição o montante de 4.709.657,53 euros, correspondente à parcela dos dividendos de 2025 atribuível ao período anterior à celebração do contrato, o qual foi determinado na sequência da deliberação de distribuição de resultados aprovada pela Assembleia Geral da AdP realizada em 2026 e será liquidado nesse exercício.

7. Empréstimos concedidos

A decomposição dos empréstimos concedidos a 31 de dezembro de 2025 é a seguinte:

Empréstimos concedidos	Valor bruto	Imparidade acumulada	Quantia escriturada
Ativo Não Corrente			
SAGESECUR – Sociedade de Estudos, Desenvolvimento e Participação em Projetos, SA	11 652 000,00	0,00	11 652 000,00
CE – Circuito do Estoril, SA	2 280 975,00	0,00	2 280 975,00
CVP – Sociedade de gestão Hospitalar	4 307 401,00	-4 307 401,00	0,00
Total dos empréstimos	18 240 376,00	-4 307 401,00	13 932 975,00

Em 2025, foi reconhecida uma perda por imparidade relativa aos empréstimos concedidos à HCVP, com base na avaliação das perdas de crédito esperadas, em conformidade com os requisitos da IFRS 9.

A discriminação dos empréstimos concedidos a sociedades participadas prevista no Decreto-Lei nº 495/88 de 30 de dezembro, é a seguinte:

Participada: CE ESTORIL, SA

31-12-2024	Aumento	Diminuição	31-12-2025
2 280 975,00			2 280 975,00
2 280 975,00	0,00	0,00	2 280 975,00

Participada: CVP, SA

31-12-2024	Aumento	Diminuição	31-12-2025
3 857 401,00	800 329,95	350 329,95	4 307 401,00
0,00	800 329,95	350 329,95	4 307 401,00

Participada: SAGESECUR, SA

31-12-2024	Aumento	Diminuição	31-12-2025
160 000,00			160 000,00
12 180 000,00		750 000,00	11 430 000,00
62 000,00			62 000,00
12 402 000,00	0,00	750 000,00	11 652 000,00

8. Outras contas a receber

O detalhe das quantias apresentadas no ativo corrente e não corrente é o seguinte:

	31-12-2025		31-12-2024	
	Correntes	Não Correntes	Correntes	Não Correntes
ETF (ex-DGTF)	248 275 277,08		248 029 092,59	
Juros de suprimentos concedidos	1 450 135,77		3 830 801,34	
Partilha de gastos	363 019,55		204 551,90	
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	0,00		2 241 773,00	
Outras contas a receber	1 618 713,33		2 180 436,18	
Imparidades acumuladas	-8 385 890,33		-7 985 145,23	
	243 321 255,40	0,00	248 501 509,78	0,00

O saldo da Entidade do Tesouro e Finanças (ex-DGTF) é composto maioritariamente por (i) despesas com levantamento imóveis (ex-Sagestamo: 1,2 milhões de euros) e (ii) despesas incorridas no âmbito do processo de reprivatização da EFACEC, associadas à recapitalização e encargos com consultores, que, considerando o princípio de neutralidade previsto nos Despachos n.º 328/2020-SET e n.º 221/2023-SET, deverão ser objeto de regularização (246,7 milhões de euros).

A PARPÚBLICA foi incumbida, pelo despacho conjunto n.º 137/2024, de 6 de dezembro, e pelo despacho conjunto n.º 47/2025, de 3 de março, ambos dos Senhores Secretários de Estado do Tesouro e das Finanças e das Infraestruturas, de contratar assessoria jurídica e financeira especializada no âmbito do processo de reprivatização da TAP – Transportes Aéreos Portugueses, S.A.

O diploma (despacho conjunto) n.º 1/2025-SETF-SEI, incumbe a PARPÚBLICA no contexto da sua atividade de prestação de serviços de apoio técnico ao exercício, pelo Ministro de Estado e das Finanças, da tutela financeira do Estado sobre as empresas públicas, de acompanhar e monitorizar o processo de alienação das participações sociais da TAP – Transportes Aéreos Portugueses, S.A., no âmbito do respetivo processo de reprivatização, a articulação entre consultores jurídicos, e os assessores financeiros e entre estes e os membros do Governo responsáveis pela área das finanças e do respetivo setor de atividade. Este diploma estabelece que as despesas e demais encargos comprovados e pagos pela PARPÚBLICA são suportados pela Entidade do Tesouro e Finanças (ETF), mediante reembolso. Assim, as outras contas a receber refletem também os montantes já despendidos no decurso do ano de 2025 no âmbito do mandato que foi atribuído.

A não confirmação de saldos pela Entidade do Tesouro e Finanças (ex-DGTF), referentes ao levantamento de imóveis da ex-Sagestamo, 1,179 milhões de euros, e aos juros afetos à recapitalização da EFACEC no âmbito do Despachos n.º 328/2020-SET e n.º 221/2023-SET, 6,55 milhões de euros, justificam a perda por imparidade de 7,7 milhões de euros reconhecida em 2023.

9. Outros ativos financeiros

O saldo traduz essencialmente os valores entregues ao Estado como receitas de reprivatizações por força da Lei n.º 11/90, de 14 de abril, os quais, nos termos do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 209/2000, de 2 de setembro, deverão ser compensados, aos quais acrescem os valores resultantes da intervenção da PARPÚBLICA na liquidação da ex-IPE. No final de 2024 o valor total do crédito sobre o Estado ascendia a 1 347 785 578,75euros.

Durante o ano de 2025 houve uma transação financeira entre o Estado e a PARPÚBLICA enquadrável no n.º 1 do artigo 78.º da Lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro (OE2025), disposição que estabelece um mecanismo destinado à regularização da dívida do Estado à PARPÚBLICA. Autorizada pelo Despacho n.º 569/2025-SETF, a ETF transferiu para a PARPÚBLICA 128.250.120 euros destinados a financiar parte da aquisição da participação representativa de 19% do capital social da sociedade Águas de Portugal SGPS. Assim, no final de 2025 o valor total do crédito sobre o Estado ascendia a 1.219.535.458,75 euros.

No decurso do período em análise, verificou-se a declaração de insolvência da SIAVILO SGPS, S.A., (ex-TAP, SGPS, S.A.) facto suscetível de produzir efeitos ao nível da recuperabilidade dos ativos financeiros associados.

Não obstante, importa salientar que a PARPÚBLICA havia já, em exercícios anteriores, procedido ao reconhecimento integral de imparidades relativas ao empréstimo concedido à SIAVILO, SGPS, SA, bem como aos respetivos juros.

Assim, atendendo a que o risco de incobrabilidade se encontrava previamente refletido nas demonstrações financeiras da Sociedade, a ocorrência da insolvência da SIAVILO SGPS, S.A. não determina qualquer impacto adicional nas contas do período, traduzindo-se, do ponto de vista contabilístico, num efeito nulo ao nível dos resultados.

10. Clientes

Os saldos de clientes têm a seguinte composição:

	31-12-2025	31-12-2024
Clientes c/c	23 288,15	257 486,96
Clientes de empresas extintas (FMG e SGA)	211 211,49	211 211,49
	234 499,64	468 698,45
Perdas por imparidade acumuladas (SGA)	211 211,49	211 211,49
Total	23 288,15	257 486,96

11. Estado e outros entes públicos

O detalhe das rubricas no ativo e no passivo é o seguinte, não contendo no passivo dívidas vencidas:

	31-12-2025	31-12-2024
Ativo		
Imposto s/ rendimento a receber	8 353 528,96	6 989 416,52
	8 353 528,96	6 989 416,52
Passivo		
Retenções na fonte	47 416,26	45 354,55
Imposto s/ Valor Acrescentado	4 981,07	10 922,65
Outros impostos	58 201,17	45 744,77
	110 598,50	102 021,97

A rubrica Imposto sobre o rendimento a receber resulta da estimativa contemplada, no montante de 2,4 milhões de euros (2024: 2,4 milhões de euros), líquida das retenções na fonte, associadas essencialmente aos dividendos recebidos.

12. Diferimentos

As despesas que são para reconhecer como gasto no(s) ano(s) seguinte(s) são as seguintes:

	31-12-2025	31-12-2024
ETF (ex-DGTF)	111 941,00	103 873,32
Seguros	0,00	3 204,46
Diversos	160 474,79	169 970,41
	272 415,79	277 048,19

A rubrica Entidade do Tesouro e Finanças (ex-DGTF) engloba parte dos gastos associados a projetos em curso relacionados com a prestação de apoio técnico ao Ministério das Finanças, valores que serão ressarcidos à PARPÚBLICA nos termos contratuais estabelecidos.

A rubrica Diversos engloba maioritariamente gastos com o rating, serviços informáticos e outros de menor expressão.

13. Caixa e depósitos bancários

O detalhe é o seguinte, estando imediatamente disponíveis todas as quantias:

	31-12-2025	31-12-2024
Caixa	0,52	0,52
Depósitos bancários	52 001 106,41	248 837 619,81
Depósitos à ordem	1 101 106,41	12 537 619,81
CEDIC	50 900 000,00	236 300 000,00
	52 001 106,93	248 837 620,33

Em 31 de dezembro de 2025, os depósitos bancários eram integralmente constituídos por depósitos à ordem, imediatamente mobilizáveis, quase na sua totalidade junto do IGCP, e por CEDIC (Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo).

Abaixo apresentam-se os montantes depositados, no final de cada trimestre, junto da banca comercial:

Banca Comercial	1º Trimestre €	2º Trimestre €	3º Trimestre €	4º Trimestre €
Caixa Geral de Depósitos	3 132,90	8 781,38	1 218,36	1 781,69
Caixa Banco de Investimento	1 963,66	1 963,66	1 963,66	1 963,66
	5 096,56	10 745,04	3 182,02	3 745,35

14. Capital próprio

Os saldos e movimentos nas rubricas do capital próprio são:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Capital	1 960 471 134,48			1 960 471 134,48
Reservas Legais	695 688 928,89			695 688 928,89
Resultados transitados	1 795 763 987,82	44 797 716,16	11 199 429,04	1 829 362 274,94
Ajustamentos em ativos financeiros	28 491 297,89		81 200 852,58	-52 709 554,69
Outras variações no Capital Próprio	-1 584 335,55	14 475,54		-1 569 860,01
Resultado Líquido 2024	44 797 716,16		44 797 716,16	0,00
Resultado Líquido 2025	0,00	53 475 577,81		53 475 577,81
	4 523 628 729,69	98 287 769,51	137 197 997,78	4 484 718 501,42

O capital social da PARPÚBLICA ascende a 2.000.000.000 de euros, sendo representado por 400.000.000 ações nominativas de 5 euros cada, integralmente detidas pelo Estado Português. O capital social está parcialmente realizado em 1.960.471.134,48 euros.

As reservas legais estão constituídas em conformidade com o art.º 295º do Código das Sociedades Comerciais, o qual prevê que aquelas sejam dotadas com um mínimo de 5% do resultado líquido do período até à concorrência de um valor correspondente à quinta parte do capital social, valor que está superado. Estas reservas não são distribuíveis, a não ser em caso de liquidação da Sociedade, mas podem ser utilizadas para absorver prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

A rubrica resultados transitados corresponde aos resultados líquidos dos períodos anteriores, conforme deliberações efetuadas nas assembleias gerais. Em 2025 foi deliberado em Assembleia Geral que 25% resultado líquido apurado no exercício de 2024, no montante de 11 994 429,04 euros, fosse afeto à distribuição de dividendos.

A rubrica de Outras variações no capital próprio regista ganhos/perdas de remensuração de planos de benefícios definidos, nos termos da IAS 19.

A rubrica Ajustamentos em ativos financeiros engloba as variações de justo valor dos Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral, conforme indicado na nota 2e.

15. Provisões

As provisões acumuladas apresentam o seguinte detalhe e movimentos no exercício findo em 31-12-2025:

Rubricas	31-12-2024	Utilização	Aumentos/ Diminuições	31-12-2025
Prémios de gestão (2007-2009)	481 699,47	0,00	0,00	481 699,4
Totais	481 699,4	0,00	0,00	481 699,4

A provisão refere-se às remunerações variáveis dos administradores que exerceram funções no mandato 2007-2009, uma vez que, embora reconhecido o direito, as normas constantes das Leis orçamentais dos últimos anos não permitiram o seu pagamento. O valor respeita a 50% da remuneração variável de 2008 (77.850,06 euros), cujo pagamento fora diferido pelo acionista, à remuneração variável de 2009 e ainda ao prémio relativo ao desempenho no triénio 2007-2009.

16. Responsabilidades por benefícios pós-emprego

As responsabilidades com benefícios pós-reforma e o valor dos ativos do Fundo que as sustenta eram as seguintes, em milhares de euros:

	2025	2024
Responsabilidades por serviços passados	6.374	6.772
Valor do Fundo afeto	6 158	6.068
Excesso / (Insuficiência) de cobertura	-216,2	-703,8

A decomposição do justo valor dos ativos do fundo de pensões afeto às responsabilidades da PARPUBLICA é a seguinte, em milhares de euros:

	31-12-2025	31-12-2024
Instrumentos de capital próprio	397	346
Instrumentos de dívida	5 052	5 146
Imobiliário e <i>hedge funds</i>	606	491
Outros ativos	103	85
	6 158	6 068

A evolução das responsabilidades e sua cobertura, em milhares de euros, justifica-se por:

Responsabilidades	2025	2024
Responsabilidades por serviços passados no início do período	6 772	7 261
Custo de juros	211	236
Ganhos (-) e perdas atuariais (+)	15	33
Benefícios pagos	-624	-758
Responsabilidades por serviços passados no início do período (A)	6 374	6 772
Valor dos ativos:		
Valor dos ativos do fundo no início do período	6 068	6 156
Retorno/rendimento dos ativos do fundo	217	170
Contribuições para o fundo	497	500
Benefícios pagos	-624	-758
Valor dos ativos do fundo no início do período(B)	6 158	6 068
Excesso / (Insuficiência) de cobertura	-216	-704

As responsabilidades foram determinadas por entidade independente, tendo por base os seguintes pressupostos principais:

	31-12-2025	31-12-2024
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	-	-
Taxa de crescimento salarial	-	-
Taxa de crescimento das pensões	0,25%	0,25%
Taxa de rendimento	3,9%	3,3%
Taxa de desconto	3,9%	3,3%

A evolução das responsabilidades e valores dos ativos do fundo ao longo dos anos foi a seguinte, em milhares de euros:

Rubricas	31-12-2025	31-12-2024	31-12-2023	31-12-2022	31-12-2021
Valor presente das responsabilidades	6 374	6 772	7 261	7 365	9 817
Valor dos ativos do fundo	6 158	6 068	6 156	6 173	6 918
Excesso / (Insuficiência) de cobertura	-216,20	-704	-1 105	-1 192	-2 899

A sensibilidade da responsabilidade por benefícios definidos face a variações dos pressupostos (taxa de desconto=3,9% / crescimento das pensões=0,25%) é a seguinte:

Taxa de desconto		Crescimento das pensões	
3,80%	4,00%	0,15%	0,35%
48,59	-47,90	-33,74	34,08
0,76%	-0,75%	-0,53%	0,53%

A redução da taxa de desconto em 0,1 p.p. (de 3,9% para 3,8%) traduz-se num aumento das responsabilidades por pensões de 48,59 mil euros, o que corresponde a uma variação de +0,76%.

Por outro lado, o aumento da taxa de desconto em 0,1 p.p. (para 4,0%) origina uma diminuição das responsabilidades em 47,90 mil euros (-0,75%).

Relativamente ao crescimento das pensões, a redução deste pressuposto em 0,1 p.p. (de 0,25% para 0,15%) determina uma diminuição das responsabilidades em 33,74 mil euros, correspondendo a uma variação de -0,53%.

Inversamente, o aumento da taxa de crescimento das pensões em 0,1 p.p. (para 0,35%) resulta num acréscimo das responsabilidades de 34,08 mil euros (+0,53%).

As análises de sensibilidade foram apuradas variando isoladamente cada pressuposto (taxa de desconto ou taxa de crescimento das pensões) e mantendo as restantes variáveis constantes.

17. Financiamentos obtidos

As quantias escrituradas dos financiamentos obtidos e passivos de locação associados à aplicação da IFRS 16, mensurados pelo custo amortizado, têm a seguinte decomposição:

	31-12-2025		31-12-2024	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Financiamento obtidos				
Obrigações				
250 000m€ 2006-2026	120 621 369,86			120 621 369,86
Subtotal	120 621 369,86	0,00	0,00	120 621 369,86
Passivo de Locação				
Passivo de Locação (IFRS 16)	319 572,86	2 252 662,06	304 393,37	2 485 409,44
Total	120 940 942,72	2 252 662,06	304 393,37	123 106 779,30

A segmentação das quantias nominais da dívida, por maturidades e tipos de taxa de juro, é a seguinte:

	31-12-2025	31-12-2024
Empréstimos totais		
Até 1 ano	120 000 000,00	0,00
De 1 ano até 2 anos	0,00	120 000 000,00
Superior a 2 anos	0,00	0,00
	120 000 000,00	120 000 000,00
Empréstimos com taxa de juro fixa		
Até 1 ano	120 000 000,00	0,00
De 1 ano até 3 anos	0,00	120 000 000,00
Superior a 3 anos	0,00	0,00
	120 000 000,00	120 000 000,00

O empréstimo obrigacionista de 250 milhões de euros, emitido em novembro de 2006 pelo prazo de 20 anos, vence juros a uma taxa de juro anual fixa de 4,2%. Este empréstimo prevê a possibilidade de os obrigacionistas exercerem o direito de reembolso antecipado das obrigações se o Estado deixar de deter a totalidade do capital da PARPÚBLICA e/ou perder o controlo direto ou indireto da Sociedade e/ou ainda se os artigos 501º a 503º do Código das Sociedades Comerciais deixarem de se aplicar nas relações entre o Estado e a Sociedade. Adicionalmente, a PARPÚBLICA tem a obrigação de reembolsar os obrigacionistas em caso de vencimento antecipado de outras dívidas financeiras, de insolvência, de cessação total ou substancial dos negócios ou de sujeição a processos que afetem os ativos e os réditos.

No final de 2023, a PARPÚBLICA adquiriu em mercado obrigações próprias, com valor nominal de 130 milhões de euros.

Os passivos por locação, detalham-se como se segue:

Passivos de Locação	31-12-2025	31-12-2024
Locações		
Dívidas respeitantes locação		
Edifícios e outras construções	2 415 348,27	2 606 662,54
Equipamento de transporte	154 410,93	175 786,71
Equipamento administrativo	2 475,72	7 353,56
	2 572 234,92	2 789 802,81
Futuros pagamentos mínimos		
Até 1 ano	391 787,86	383 587,28
De 1 ano até 5 anos	1 378 057,67	1 384 110,41
Mais de 5 anos	1 121 195,01	1 411 057,25
	2 891 040,54	3 178 754,94
Juros		
Até 1 ano	72 215,00	79 193,91
De 1 ano até 5 anos	191 200,27	221 428,78
Mais de 5 anos	55 390,35	88 329,44
	318 805,62	388 952,13
Valor presente dos pagamentos mínimos		
Até 1 ano	319 572,86	304 393,37
De 1 ano até 5 anos	1 186 857,40	1 162 681,63
Mais de 5 anos	1 065 804,66	1 322 727,81
	2 572 234,92	2 789 802,81

Para melhor se compreender a natureza das alterações ocorridas nos passivos de financiamento durante o exercício, apresenta-se a reconciliação abaixo:

Financiamentos obtidos	Passivo corrente	Passivo não corrente
	31-12-2025	
Saldo inicial	304 393,37	123 106 779,30
Alterações decorrentes de fluxos de caixa de financiamento		-5 443 840,47
Alterações sem contrapartida de caixa		
Impacto decorrente da IFRS 16	15 179,49	85 740,06
Reclassificação de passivos financeiros não correntes em passivos financeiros correntes	120 621 369,86	-120 621 369,86
Juros acrescidos no período e outros		5 125 353,03
Saldo final	120 940 942,72	2 252 662,06

18. Outras Contas a pagar e Acionistas

Os saldos e movimentos nas rubricas de Outras contas a pagar e de Acionistas são:

	31-12-2025		31-12-2024	
	Correntes	Não Correntes	Correntes	Não Correntes
Acionistas	27 905 462,55		27 905 462,55	
	27 905 462,55	-	27 905 462,55	-
Outras contas a pagar				
Obrigacionistas (ex: Portucel)		17 231,80		17 231,80
Remunerações a pagar	349 473,04		3453 585,33	
Outros acréscimos de gastos	188 078,52		213 162,18	
ESTAMO	8 000 000,00		8 000 000,00	
CGD	4 709 657,53		-	
Outros Credores	4 749,90		73 620,62	
Total	13 251 958,99	17 231,80	8 640 368,13	17 231,80

Na Assembleia Geral de aprovação de contas de 2024, a acionista propôs e votou favoravelmente a distribuição 25% do resultado líquido a título de dividendos, 11 199 429,04€, tendo os mesmos sido pagos em 2025. Os 27,9 milhões de euros corresponde à distribuição 25% do resultado líquido de 2023 a título de dividendos, que por falta de dotação orçamental não foi possível pagar em 2024 nem em 2025.

O montante da ESTAMO corresponde à subscrição do aumento de capital, a realizar em dinheiro, na sequência da reorganização societária das sociedades de gestão imobiliária do grupo PARPÚBLICA, concluída no final de 2023.

O montante de 4,7 milhões de euros registado relativamente à Caixa Geral de Depósitos, S.A. corresponde ao valor devido àquela entidade, nos termos do Contrato de Compra e Venda de Ações celebrado em 26 de novembro de 2025, referente à parcela dos dividendos de 2025 atribuível ao período anterior à data de celebração do contrato. Este montante foi determinado na sequência da deliberação de distribuição de resultados aprovada pela Assembleia Geral da AdP realizada em 2026 e será liquidado nesse exercício.

19. Fornecedores

Os saldos nesta rubrica provêm de transações comerciais e totalizam 141 778,50 euros (em 2024: 120 567,80 euros). Estes montantes correspondem a faturas recebidas no final do ano, na sua maioria relacionadas com a atividade normal da Sociedade.

20. Vendas e serviços prestados

O saldo desta rubrica reflete os rendimentos associados às prestações de serviços à Entidade do Tesouro e Finanças (ex-DGTF) (2025: 260 mil euros; 2024: 299 mil euros), essencialmente relacionado com a compensação prevista no Contrato de Mandato para a gestão das responsabilidades do Estado no contexto da Reprivatização do BPN.

21. Dividendos de participações ao custo e ao justo valor

No âmbito das demonstrações financeiras separadas, os dividendos constituem a fonte relevante do rendimento da exploração dos ativos da PARPÚBLICA.

Os dividendos reconhecidos durante o ano de 2025 e a sua expressão face à quantia escriturada das respetivas participações financeiras são:

	Quantia escriturada em 31-12-2025	Dividendos	
		Quantia	Taxa de retorno
	(1)	(2)	(2)/(1)
AdP – Águas de Portugal, SA	915 642 265,39	22 275 000,00	2,43%
CL – Companhia das Lezírias, SA	33 443 379,47	396 209,18	1,18%
GALP Energia, SA	907 966 694,25	40 340 283,75	4,44%
IHRU	0,00	89 896,63	–
LISNAVE – Estaleiros Navais, SA	2 000 000,00	188 972,42	9,45%
Fundiestamo	1 000 000,00	498 623,35	49,86%
INCM – Imprensa Nacional Casa da Moeda	68 072 266,00	5 000 000,00	7,35%
Outros		60 399,82	–
	3 049 289 418,14	68 849 385,15	

22. Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos fornecimentos e serviços externos é o seguinte:

	2025	2024
Trabalhos Especializados	1 755 235,29	1 303 813,92
Honorários	112 235,32	62 959,92
Conservação e Reparação	37 024,84	31 543,12
Comunicação	19 783,44	22 641,47
Eletricidade / água / segurança	54 647,57	53 409,73
Seguros	75 910,10	81 762,51
Material de escritório	8 460,55	3 257,90
Limpeza e conforto	37 366,80	34 869,50
Combustíveis	14 722,46	20 106,83
Deslocações e estadas	4 565,74	5 821,86
Diversos	102 718,84	91 719,32
	2 222 670,95	1 711 906,08

Em 2025, os trabalhos especializados representam cerca de 79% do total dos FSE. Dada a sua relevância, apresenta-se mais algum detalhe na tabela abaixo.

Trabalhos Especializados	2025	2024
Estudos, avaliações e consultoria	1 080 985,12	591 032,73
<i>Dos quais relacionados com o apoio à ETF</i>	<i>813 835,72</i>	<i>257 642,38</i>
Projetos e serviços de informática	369 662,44	306 767,42
Contabilidade / Auditoria	180 138,94	277 109,56
Outros trabalhos especializados	124 448,79	128 904,21
	1 755 235,29	1 303 813,92

A presente subrubrica integra gastos com serviços especializados, designadamente nas áreas de contabilidade, auditoria, informática, notação de risco (rating), avaliações económico-financeiras e consultoria jurídica.

Do montante total reconhecido em gastos com estudos, avaliações e consultoria (2025: 1,08 milhões de euros; 2024: 0,6 milhões de euros), aproximadamente 78% no exercício corrente e 43% no exercício anterior correspondem a serviços de consultoria jurídica, associados a prestações de apoio técnico ao Ministério das Finanças.

23. Gastos com pessoal

O detalhe dos gastos com os órgãos sociais e com o pessoal é o seguinte:

	2025	2024
Remunerações	2 226 680,20	2 290 166,36
Benefícios pós-emprego	58 879,01	73 571,78
Encargos sobre Remunerações	503 336,87	502 408,30
Seguros	16 194,06	12 817,85
Outros Gastos com o Pessoal	111 751,65	132 083,65
	2 916 841,79	3 011 047,94

Os gastos com benefícios pós-emprego respeitam à variação do ativo do fundo face às responsabilidades reconhecidas no passivo relativamente ao plano celebrado pela ex-Portucel (ver nota 16), no valor de 23.431,91 euros (2024: 38.124,6 euros); o remanescente respeita, essencialmente, a pensões de reforma pagas diretamente a ex-colaboradores das ex Portucel, SGPS e SPE.

As remunerações brutas atribuídas aos membros dos órgãos sociais da PARPÚBLICA foram:

	2025	2024
Conselho de Administração	595 821,53	492 473,92
Assembleia Geral	3 150,00	1 850,00
ROC / Auditor Externo	39 799,95	64 800,00

24. Perdas e reversões de imparidade

Dos testes efetuados resultaram os seguintes movimentos como perdas e reversões de imparidades (ver nota 6):

	2025		2024	
	Perdas	Reversões	Perdas	Reversões
Investimentos financeiros	4 708 146,10	0,00	4 880 011,00	0,00
Participações e Empréstimos				
Circuito Estoril			494 311,00	
CVP	4 708 146,10		4 385 700,00	
Obrigações	1 254 128,24	0,00	4 153 802,25	0,00
SIAVILO SGPS (ex-TAP SGPS)	1 254 128,24		4 153 802,25	
	-5 962 274,34		-9 033 813,25	

Em 2024, foi registada uma perda por imparidade resultante da determinação das quantias recuperáveis dos ativos com base em avaliações externas essencialmente baseadas nos fluxos de caixa descontados da Sociedade Gestora CVP e Circuito do Estoril. Em 2025, foi deliberado efetuar o registo de uma perda por imparidade associada aos empréstimos concedidos e juros a receber relativos à Sociedade Gestora CVP.

Desde a aprovação do Plano de Reestruturação da TAP pela Comissão Europeia, em dezembro de 2021, o Grupo TAP passou por uma extensa reorganização societária que criou incerteza sobre a recuperação dos investimentos realizados. Este processo de reestruturação prolongou-se até 2026, sendo que no período 2024-2025 foram concretizadas várias operações societárias estruturantes, nomeadamente a aquisição pela TAP S.A. de 100% da Portugalia à SIAVILO SGPS S.A., em novembro de 2024, e a aquisição à TAPGER – Sociedade de Gestão e Serviços, S.A. de 100% da UCS - Cuidados Integrados de Saúde e 51% da Cateringpor, em janeiro de 2025.

Os desenvolvimentos entretanto verificados, designadamente a declaração de insolvência da SIAVILO, SGPS, S.A. em agosto de 2025, veio corroborar a situação de inviabilidade já refletida nas perdas por imparidade reconhecidas no exercício de 2024 e no primeiro semestre de 2025.

25. Outros rendimentos e ganhos

Como outros rendimentos e ganhos estão considerados:

	2025	2024
Juros obtidos	2 166 598,38	6 922 561,38
Outros	1 285 964,03	836 655,76
	3 452 562,41	7 759 217,14

Os juros obtidos respeitam mormente à remuneração dos suprimentos e apoios de tesouraria concedidos a participadas (2025: 841.770,32; 2024: 2.722.989,01) e do empréstimo obrigacionista emitido pela SIAVILO, SGPS, SA. (ex-TAP, SGPS, SA.), (2025: 1.254.128,24; 2024: 4.153.802,25). O decréscimo face ao período homologado decorre não só da redução das taxas de juro como também do montante de suprimentos em dívida. A insolvência da SIAVILO, declarada pelo Tribunal da Comarca de Lisboa, implicou o apuramento das responsabilidades perante os credores e, consequentemente, a suspensão da contagem de juros.

Em 2025, a rubrica “Outros” reflete maioritariamente a faturação associada à partilha de gastos entre sociedades do grupo e o redébito dos gastos incorridos no âmbito do processo de reprivatização da TAP S.A.

26. Outros gastos e perdas

Como outros gastos e perdas estão considerados:

	2025	2024
Impostos	4 315,39	1 470,85
Correções relativas a exercícios anteriores	47 757,18	19 174,10
Diversos	236,12	13 670,59
	52 308,69	34 315,54

Em 2025, as Correções relativas a exercícios anteriores ascenderam a 47.757,18 euros, registando um agravamento face aos 19.174,10 euros reconhecidos em 2024. Este aumento é explicado essencialmente por um gasto não previsto, associado a atualização de um software específico.

Em 2024, a rubrica de Diversos refere-se essencialmente a insuficiência para estimativa de férias.

27. Gastos e reversões de depreciação e de amortização

Durante os anos de 2025 e 2024, os gastos por depreciações e amortizações foram:

	2025	2024
Ativos Fixos Tangíveis		
Equipamento Administrativo	34 851,20	51 761,73
	34 851,20	51 761,73
Ativos Intangíveis		
Programas de computador	0,00	4 096,72
	0,00	4 096,72
Ativos sob direito de uso		
Edifícios e outras construções	262 529,43	248 614,55
Equipamentos de Transporte	70 375,76	52 393,97
Equipamento Administrativo	4 735,68	4 735,68
	337 640,87	305 744,20
Total depreciações e amortizações	372 492,07	361 602,65

As depreciações e amortizações refletem, na maioria, o efeito dos Ativos sob direito de uso. As depreciações relativas aos edifícios referem-se às instalações da Rua de Santa Marta e o equipamento de transporte refere-se às viaturas em *renting*.

28. Juros e gastos similares suportados

Os juros e outros gastos similares suportados com os instrumentos de dívida emitidos foram:

	2025	2024
Juros Suportados		
Financiamentos obtidos	5 040 000,00	5 040 000,00
Outros (IFRS 16)	81 391,89	80 697,81
Outros gastos e perdas	3 961,14	3 120,00
	5 125 353,03	5 123 817,81

29. Imposto sobre o Rendimento do período

A PARPÚBLICA está sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e correspondente Derrama, com taxas sobre o lucro tributável de 20% e de 1,5%, respetivamente.

As declarações de autoliquidação da Sociedade ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos.

Os gastos de imposto sobre o rendimento são compostos exclusivamente por impostos correntes cujo apuramento sinteticamente é o seguinte:

	2025	2024
Resultado antes de imposto	55 909 915,50	47 179 675,13
Gastos / rendimentos não dedutíveis	-36 433 428,31	-27 138 575,46
Resultado fiscal (lucro / prejuízo)	19 476 487,19	20 041 099,67
Utilização de Prejuízos Fiscais	12 659 716,67	13 026 714,79
Gasto de imposto sobre o rendimento	2 434 325,77	2 380 692,30
Gasto de imposto após as tributações autónomas	2 434 337,69	2 381 958,97

30. Instrumentos financeiros em geral

Além das divulgações efetuadas em notas anteriores, relevam informações relativas a ativos financeiros e passivos financeiros, quanto à posição financeira, aos efeitos nos resultados e à perceção sobre o risco.

30.1. Posição e efeitos nos resultados dos ativos e passivos financeiros

Para as categorias e outros agregados relativos a ativos e passivos financeiros, excluindo os ativos que respeitam a investimentos em subsidiárias e associadas e para os efeitos nos resultados, tem-se (em milhares de euros):

Ativos e passivos financeiros	31-12-2025		
	Empréstimos concedidos e contas a receber	Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	Total
ATIVOS			
Ativo não corrente			
Outros ativos financeiros / empréstimos concedidos	1 233 468		1 233 468
	1 233 468	-	1 233 468
Ativo corrente			
Cientes	23		23
Outras contas a receber / empréstimos concedidos	243 321		243 321
Caixa e depósitos bancários	52 001		52 001
	295 345	0	295 345
Total do ativo	1 528 813		1 528 813
PASSIVOS			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos		2 253	2 253
Outras contas a pagar		17	17
		2 270	2 270
Passivo corrente			
Fornecedores		142	142
Acionistas		27 905	27 905
Financiamentos obtidos		120 941	120 941
Outras contas a pagar		13 252	13 252
		162 240	162 240
Total do passivo		164 510	164 510
Valor Líquido	1 528 813	-164 510	1 364 303

Ativos e passivos financeiros	31-12-2024		
	Empréstimos concedidos e contas a receber	Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	Total
ATIVOS			
Ativo não corrente			
Outros ativos financeiros / empréstimos concedidos	1 362 469		1 362 469
	1 362 469	-	1 362 469
Ativo corrente			
Clientes	257		257
Outras contas a receber / empréstimos concedidos	252 359		252 359
Caixa e depósitos bancários	248 838		248 838
	501 454	0	501 454
Total do ativo	1 863 923		1 863 923
PASSIVOS			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos		123 107	123 107
Outras contas a pagar		17	17
		123 124	123 124
Passivo corrente			
Fornecedores		121	121
Acionistas		27 905	27 905
Financiamentos obtidos		304	304
Outras contas a pagar		8 640	8 640
		36 971	36 971
Total do passivo		160 095	160 095
Valor Líquido	1 863 923	-160 095	1703 828

30.2. Perspetiva sobre os riscos em instrumentos financeiros

No exercício da sua atividade a PARPÚBLICA identifica as seguintes áreas de riscos financeiros que podem afetar o seu valor patrimonial ou o interesse de terceiros: (i) risco de crédito, (ii) risco de liquidez, e (iii) risco de mercado, pela taxa de juro e pelo preço.

(i) Risco de Crédito

O risco de crédito, associado à possibilidade de a parte devedora num instrumento financeiro não honrar as suas obrigações, decorre fundamentalmente das aplicações financeiras dos seus excedentes de tesouraria (risco que está mitigado, pois estas aplicações são efetuadas exclusivamente junto do IGCP) e dos destinatários dos suprimentos concedidos.

Os suprimentos são concedidos a empresas participadas para suprir necessidades de financiamento da sua atividade. Os suprimentos são aprovados pela Comissão Executiva da PARPÚBLICA e são remunerados a taxas de mercado.

(ii) Risco de Liquidez

O risco de liquidez, associado à possibilidade de a entidade não dispor de meios financeiros para satisfazer os seus compromissos, está integralmente coberto pelo Orçamento do Estado, na sequência da integração da PARPÚBLICA no perímetro de consolidação orçamental do Estado, o que implica que as necessidades de financiamento anual não cobertas pelos recursos próprios recebidos pela PARPÚBLICA são supridas tempestivamente com entregas da Entidade do Tesouro e Finanças (ex-DGTF).

A segmentação da dívida por natureza de instrumentos e por tempo remanescente até à maturidade é a seguinte (valores nominais em milhões de euros):

31-12-2025

	1-3 meses	4-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	> 5 anos	Total
Financiamentos						120
<i>Eurobonds</i>		120				120

31-12-2024

	1-3 meses	4-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	> 5 anos	Total
Financiamentos						120
<i>Eurobonds</i>		120				120

Os *covenants* existentes nos instrumentos de dívida são os seguintes (já descritos anteriormente a propósito da Nota 17):

Financiamentos	Covenants
<i>Eurobonds</i>	
Bonds 250M€ - 2006, due 2026	Cross Default

(iii) Risco de Mercado**Risco de Taxa de Juro**

O risco de taxa de juro respeita à possibilidade de, por alteração das taxas de juro no mercado, existir variação da remuneração de instrumentos financeiros a taxa variável ou variação no justo valor de instrumentos financeiros a taxa fixa.

No final de 2025, a totalidade da dívida de médio e longo prazo vence juros a taxa fixa.

Os fluxos previsionais dos juros da dívida de médio e longo prazo eram os seguintes em 31/12/2025:

	<1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos	Total
Juros da dívida a média / longo prazo	-5 040 000,00			-5 040 000,00

Em 2024, os juros da dívida de médio e longo prazo eram os seguintes:

	<1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos	Total
Juros da dívida a média / longo prazo	-5 040 000,00	-5 040 000,00		-10 080 000,00

Risco de preço

O risco de preço entende-se pela possibilidade do valor de um instrumento financeiro flutuar como resultado de alterações nos preços de mercado, quer essas alterações sejam causadas por fatores específicos do instrumento individual ou do seu emitente, quer por fatores sistémicos.

31. Partes relacionadas

Os saldos de transações com subsidiárias e associadas tinham a seguinte composição no final dos exercícios findos em 31-12-2025 e 31-12-2024, respetivamente:

2025	Demonstração da Posição Financeira			Demonstração de Resultados			
Empresa	Clientes / Outras contas a receber	Fornecedores / outras contas a pagar	Suprimentos / Apoio Tesouraria / Emp. Obrigacionista	Gastos Suportados	Débito de gastos / Rendimentos	Juros	Dividendos e distribuição de reservas
AdP-Águas de Portugal	21 620,22				17 577,41		22 275 000,00
Companhia das Lezírias							396 209,18
Circuito do Estoril, SA	101 731,49		2 280 975,00			101 731,49	
CONSEST	7 451,48				7 451,48		
CTT							60 371,42
CVP	587 746,38		4 307 401,00			187 001,28	
ESTAMO	204 384,16	8 022 634,64		407 707,39	177 689,04		
FUNDIESTAMO	73 980,69	1 466,87			73 980,69		498 623,35
GALP Energia SGPS, SA							40 340 283,75
IHRU							89 896,63
FLORESTGAL	96 423,05	165,33			96 423,05		
Lisnave Infraestruturas Navais, SA							188 972,42
NOS, SGPS, SA							28,40
SAGESECUR	955 134,47		11 652 000,00		7 475,29	553 037,55	
INCM							5 000 000,00
SIIVILO – SGPS, SA			58 350 873,84			1 254 128,24	
Total	2 048 471,94	8 024 266,84	76 591 249,84	407 707,39	380 596,96	2 095 898,56	68 849 385,15

2024	Demonstração da Posição Financeira			Demonstração de Resultados			
Empresa	Clientes / Outras contas a receber	Fornecedores / outras contas a pagar	Suprimentos / Apoio Tesouraria / Emp. Obrigacionista	Gastos Suportados	Débito de gastos / Rendimentos	Juros	Dividendos e distribuição de reservas
AdP-Águas de Portugal	49 214,97						22 275 000,00
Companhia das Lezírias							720 378,05
Circuito do Estoril, SA			2 280 975,00			132 659,00	
CONSEST	998,28				14 186,08		
CTT							60 371,42
CVP	113 384,64		4 034 977,67			177 604,38	
ESTAMO	15 341,56	25 918,19		399 996,01	318 650,18		
FUNDIESTAMO	72 278,85	1 466,87			72 278,85		488 252,26
GALP Energia SGPS, SA							34 134 086,25
IHRU							248 377,51
FLORESTGAL	308 585,51				106 652,74		
Lisnave Infraestruturas Navais, SA							471 689,40
NOS, SGPS, SA							24,85
SAGESECUR	1 005 724,08		12 402 000,00		11 268,68	2 412 725,63	
SIIVILO – SGPS, SA			57 096 745,60			4 153 802,25	
Total	1 565 527,89	27 385,06	75 814 698,27	399 996,01	523 036,53	6 876 791,26	58 398 179,74

Os efeitos de transações e os saldos com outras entidades relacionadas são os seguintes:

	Movimentos do ano	Saldos em 31-12-2025	
		Devedores	Credores
Adiantamentos ao Estado (art.º 9.º DL 209/2000)	-128 250 120,00	1 219 535 458,75	

	Movimentos do ano	Saldos em 31-12-2024	
		Devedores	Credores
Adiantamentos ao Estado (art.º 9.º DL 209/2000)		1 347 785 578,75	

32. Ativos e passivos contingentes e acontecimentos subsequentes

Ativos e passivos contingentes

Não são conhecidos ativos e passivos contingentes além das eventuais responsabilidades pelos seguintes processos judiciais:

- Ação administrativa comum de condenação instaurada em 2005 contra o Estado Português e a Portucel, SGPS, SA, entretanto objeto de fusão por incorporação na PARPÚBLICA, relativa à 2.ª fase de reprivatização da Gescartão, SGPS, SA. Nesta ação é pedida a condenação dos réus no pagamento solidário de uma indemnização a fixar equitativamente, num mínimo de 46.765.399,62 euros, acrescida de juros à taxa legal, destinada a ressarcir a autora Imocapital (entretanto alterada para DS SMITH Portugal, SGPS, SA) dos prejuízos alegadamente sofridos no âmbito do processo de reprivatização da Gescartão, SGPS, SA, bem como ao pagamento de custas, procuradoria e demais ónus do processo. No seguimento do reportado em exercícios anteriores, os autos prosseguem os seus termos no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, encontrando-se em curso a fase de instrução, incluindo diligências probatórias requeridas pela Autora. Durante o exercício de 2025 foram praticados atos processuais relativos à preparação da prova pericial, sem que daí tenha resultado, à data de 31 de dezembro de 2025, alteração relevante na avaliação do risco associado ao processo. Assim, mantém-se a impossibilidade de antecipar, com grau de fiabilidade suficiente, o respetivo desfecho ou os seus eventuais impactos para a Sociedade.
- No final de 2022 a PARPÚBLICA foi notificada, em paralelo com a sua participada, Circuito do Estoril (CE), de um procedimento cautelar no qual se pretende a implementação de medidas indutoras da redução dos níveis de ruído decorrentes das atividades levadas a cabo no Autódromo do Estoril.

Em setembro de 2023 o Tribunal proferiu a sua sentença, tendo julgado improcedente o procedimento cautelar em relação às competições desportivas oficiais organizadas pelas

federações desportivas, nacionais e internacionais, respetivos treinos em pista e treinos autónomos deste tipo realizados por pilotos profissionais e procedente no que se refere aos eventos privados/corporativos levados a efeito no Autódromo.

No que diz respeito aos eventos privados/corporativos acima referidos, a CE ficou obrigada a implementar medidas de mitigação / eliminação do ruído produzido, encontrando-se integralmente executada a implementação de um Sistema de Gestão e Controle de Ruído Ambiental com câmaras de medição de ruído e medições do ruído à saída do escape para todos os veículos que participem nestes eventos, cujos relatórios de monitorização são divulgados online no site da CE.

Em junho de 2024, a Associação Baixo Ruído intentou a correspondente ação principal contra a CE e a PARPÚBLICA. Durante o exercício de 2025 não se registaram desenvolvimentos processuais relevantes face ao anteriormente reportado, mantendo-se o processo a aguardar o agendamento da audiência prévia à data de 31 de dezembro de 2025.

Receitas de privatização – ANA Aeroportos de Portugal

A PARPÚBLICA e a Vinci celebraram, em fevereiro de 2013, um acordo de venda da participação da primeira na ANA, do qual resultou, para além da obrigação de pagamento do respetivo preço pelo comprador, uma obrigação, contratualmente destacada das restantes, de pagamento de até 11,5 milhões de euros relacionado com a dissolução e liquidação da EDAB – Empresa de Desenvolvimento do Aeroporto de Beja, cujo sujeito passivo ficou a ser a ANA.

A liquidação da EDAB foi concluída em maio de 2015, tendo os respetivos custos de encerramento sido na sua totalidade suportados pelo Estado, o que conduziu a que a PARPÚBLICA reconhecesse os 11,5 milhões de euros como receita de privatização no exercício de 2018.

Foi emitido, em 19 de junho de 2020, o Despacho n.º 293/2020–SET, instruindo que a PARPÚBLICA procedesse à cobrança da referida quantia junto da ANA e a entregasse de seguida ao Estado “como receita de privatização”, Despacho que a PARPÚBLICA executou em 31 de dezembro de 2020, entregando ao Estado o valor recebido da ANA em agosto desse ano.

Em 28 de setembro de 2022 foi emitida uma nova orientação, através do Despacho n.º 311/2022–SET, relativa à quantia de 11,5 milhões de euros, considerando-a como “reembolso de responsabilidades da ANA suportadas pelo Estado no âmbito do encerramento da EDAB”, não devendo integrar a conta-corrente entre o Estado e a PARPÚBLICA, estabelecida nos termos do art.º 9.º do D.L. n.º 209/2000, de 2 de setembro.

A PARPÚBLICA formulou junto do Tesouro (Entidade do Tesouro e Finanças (ex-DGTF)) um pedido de não desconsideração da receita própria registada no exercício de 2018 de 11,5 Milhões de euros, que fora reconhecida a título de entrega de receita de privatização, em cumprimento do estabelecido no Despacho n.º 293/2020–SET.

EFACEC

A operação de reprivatização da participação detida pela PARPÚBLICA na EFACEC foi finalizada em 31 de outubro de 2023, tendo por referência as contas provisórias de setembro, nos termos previstos no Contrato de Compra e Venda assinado entre as partes. Após o apuramento das contas fechadas à data do encerramento da operação – outubro de 2023 -, em março de 2024 a PARPÚBLICA transferiu para à Compradora, para acerto de contas, o valor de 5.096.891,93 euros, bem como o montante de 15.000.000,00 de euros, devidamente especializado nas contas da holding de 2023, correspondente ao valor retido por esta até ao apuramento do ajustamento ao preço de compra, tudo nos termos do previsto no referido Contrato de Compra e Venda.

Para além dos valores constante do presente Relatório e Contas e do valor atrás referido, o Contrato de Compra e Venda prevê responsabilidades potenciais da PARPÚBLICA, relativas a compromissos assumidos em momento anterior ao da data da assinatura do Acordo de Compra e Venda (23 de junho de 2023), as quais poderão ascender até ao limite de 80 milhões de euros. Em concreto, e de acordo com o previsto no Contrato de Compra e Venda, estas potenciais responsabilidades respeitam a eventuais desvios financeiros em projetos não concluídos (em curso) à data do encerramento da operação, bem como a potenciais valores decorrentes de processos judiciais que tiveram início em data anterior a 31 de outubro de 2023, cujo desfecho venha a ser desfavorável à EFACEC, em ambos os casos, desde que devidamente aprovados pela PARPÚBLICA, após apresentação e fundamentação por parte da MUTARES.

Do Contrato de Compra e Venda consta, ainda, uma eventual responsabilidade da PARPÚBLICA decorrente do compromisso assumido relativamente a eventuais obrigações assumidas pela MGI Capital no Acordo de Transição celebrado em 2015 com a Winterfell e a EFACEC, não existindo, até ao momento, uma estimativa fiável do valor potencial associado a esta responsabilidade.

Durante o exercício de 2025, foram apresentadas à PARPÚBLICA comunicações relativas a alegados desvios financeiros em projetos não concluídos à data do encerramento da operação. A PARPÚBLICA reconheceu os desvios relativamente aos quais considerou verificados os respetivos pressupostos contratuais, permanecendo os demais em análise e discussão com a Mutares. Foi também comunicada uma alegada responsabilidade decorrente das obrigações assumidas no âmbito do Acordo de Transição, a qual é igualmente objeto de diferendo com a Mutares.

À data de 31 de dezembro de 2025, não se encontrava definitivamente apurado qualquer montante indemnizável adicional devido pela PARPÚBLICA.

33. Divulgações de natureza não contabilística

Locações

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a PARPÚBLICA não tinha a receber quaisquer montantes relativos a contratos de locação.

Em 2025, os valores existentes relacionados com locações de curto prazo encontram-se reconhecidos em “Outros” na rubrica “Fornecimentos e serviços externos” da Demonstração dos resultados.

Outros

A Sociedade:

- Não é devedora em mora relativamente a impostos e a contribuições ou descontos para a segurança social (art.º 21 do Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de outubro);
- Não detém ações próprias nem efetuou qualquer negócio que as envolvesse (art.º 324.º, n.º 2, do Código das Sociedades Comerciais);
- Não realizou transações cujos efeitos não estejam refletidos nas demonstrações financeiras (art.º 66.º-A, 1 a), do Código das Sociedades Comerciais).

Os membros dos órgãos sociais:

- Não efetuaram quaisquer negócios com a Sociedade (art.º 397.º do Código das Sociedades Comerciais);
- Não são, nem foram, titulares de ações ou obrigações da Sociedade ou de outras com as quais esta mantenha relação de domínio, por si ou através de quaisquer outras pessoas ou sociedades, não sendo relevante a apresentação em anexo ao relatório do órgão de administração das listas de títulos e acionistas referidas nos art.ºs 447.º e 448.º do Código das Sociedades Comerciais.

Os honorários da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (Moore Stephens) foram de 64,8 milhares de euros em 2024, respeitando a serviços de revisão legal das contas e Auditor Externo e 39,8 milhares de euros em 2025, respeitando apenas a serviços de revisão legal das contas.

Durante o ano de 2025 e 2024 o número médio de trabalhadores ao serviço foi de 30 em 2025 e 36 em 2024. Os trabalhadores em 31-12-2025 estavam todos afetos a atividades corporate.

Aprovação das Demonstrações Financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração de 22 de junho de 2026, sendo sua opinião que as mesmas refletem de forma completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita as operações da PARPÚBLICA, bem como a sua posição e performance financeira e os fluxos de caixa.

O Contabilista Certificado

Vitor Manuel Saraiva

O Conselho de Administração

Joaquim Cadete

Presidente

João Pinhão

Vice -Presidente

Cristina Carvalho

Vogal Executiva

João Ferreira

Vogal Executivo

Filipa Franco

Vogal Executiva

Pedro Fontes Falcão

Vogal Não Executivo e Presidente da Comissão de Auditoria

Rita Domingues da Cunha Leal

Vogal Não Executiva e Membro da Comissão de Auditoria

José Miguel Azevedo Rodrigues

Vogal Não Executivo e Membro da Comissão de Auditoria



DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

Demonstrações orçamentais previsionais

1. Orçamento e Plano Orçamental Plurianual

Euros

Designação	Períodos anteriores	Período 2025	Soma	Plano orçamental plurianual			
				t+1 2026	t+2 2027	t+3 2028	t+4 2029
Receita corrente	65 092 007,01	75 215 568,94	140 307 575,95	80 158 768,00	71 143 401,00	70 574 040,37	0,00
Receita Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos Diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos Indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas, multas e outras penalidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de propriedade	64 573 038,51	70 661 375,26	135 234 413,77	73 470 019,00	71 045 486,00	70 493 764,37	0,00
Transferências e subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Central – Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Central – Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exterior – U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Venda de bens e serviços	511 453,86	2 124 396,33	2 635 850,19	6 300 000,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	7 514,64	2 429 797,35	2 437 311,99	388 749,00	97 915,00	80 276,00	0,00
Receita capital	0,00	128 250 120,00	128 250 120,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências e subsídios de capital	0,00	128 250 120,00	128 250 120,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de capital	0,00	128 250 120,00	128 250 120,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administrações Públicas	0,00	128 250 120,00	128 250 120,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Central – Estado Português	0,00	128 250 120,00	128 250 120,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Central – outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exterior – U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros							
Reposições não abatidas aos pagamentos	3 346,63	5 420,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita efetiva [1]	65 092 007,01	203 465 688,94	268 557 695,95	80 158 768,00	71 143 401,00	70 574 040,37	0,00
Receita não efetiva [2]	238 718 421,86	249 939 969,92	488 658 391,78	317 070 000,00	4 435 000,00	0,00	0,00
Receita com ativos financeiros	238 718 421,86	237 400 329,95	476 118 751,81	6 800 000,00	4 435 000,00	0,00	0,00
Receita com Passivos financeiros	0,00	12 539 639,97	12 539 639,97	310 270 000,00	0,00	0,00	0,00
Receita total [3] = [1] + [2]	303 810 428,87	453 405 658,86	757 216 087,73	397 228 768,00	75 578 401,00	70 574 040,37	0,00

Euros

Designação	Períodos anteriores	Período 2025	Soma	Plano orçamental plurianual			
				t+1 2026	t+2 2027	t+3 2028	t+4 2029
Despesa corrente	117 994 669,00	20 027 576,00	138 022 245,00	27 890 854,00	11 703 431,34	11 718 945,34	0,00
Despesas com o pessoal	5 090 704,00	4 591 563,00	9 682 267,00	1 460 569,00	4 386 864,63	4 386 864,63	0,00
Remunerações certas e permanentes	3 209 600,00	3 209 600,00	6 419 200,00	939 464,00	2 649 845,00	2 649 845,00	0,00
Abonos variáveis ou eventuais	200 363,00	200 363,00	400 726,00	73 271,00	244 236,00	244 236,00	0,00
Segurança social	1 680 741,00	1 181 600,00	2 862 341,00	447 834,00	1 492 783,63	1 492 783,63	0,00
Aquisição de bens e serviços	10 211 893,00	3 861 745,00	14 073 638,00	2 577 450,00	2 889 432,71	2 889 432,71	0,00
Juros e outros encargos	88 456 070,00	6 723 120,00	95 179 190,00	5 043 120,00	0,00	0,00	0,00
Transferências e subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Central – Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Central – Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	14 236 002,00	4 851 148,00	19 087 150,00	18 809 715,00	4 427 134,00	4 442 648,00	0,00
Despesa capital	796 000,00	11 626 606,00	12 422 606,00	40 877 381,00	14 075 680,05	15 643 363,48	0,00
Aquisição de bens de capital	796 000,00	377 200,00	1 173 200,00	135 660,00	452 200,00	452 200,00	0,00
Transferência e subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Central – Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Central – Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de capital	0,00	11 249 406,00	11 249 406,00	40 741 721,00	13 623 480,05	15 191 163,48	0,00
Despesa efetiva [4]	118 790 669,00	31 654 182,00	150 444 851,00	68 768 235,00	25 779 111,39	27 362 308,82	0,00
Despesa não efetiva [5]	131 218 538,00	178 159 265,00	309 377 803,00	328 460 533,00	49 748 550,00	43 200 000,00	0,00
Despesa com ativos financeiros	131 218 538,00	178 159 265,00	309 377 803,00	310 270 000,00	49 748 550,00	43 200 000,00	0,00
Despesa com passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	18 190 533,00	0,00	0,00	0,00
Despesa total [6] = [4] + [5]	250 009 207,00	209 813 447,00	459 822 654,00	397 228 768,00	75 527 661,39	70 562 308,82	0,00
Saldo total [3] - [6]	1,00	0,00	1,00	0,00	50 739,61	11 731,55	0,00
Saldo global [1] - [4]	57 718 539,00	176 759 265,00	234 477 804,00	11 390 533,00	45 364 289,61	43 211 731,55	0,00

2. Plano plurianual de investimentos

A PARPÚBLICA não elabora plano de investimentos plurianual dada a natureza da sua atividade.

Demonstrações de relato individual

1. Demonstração do desempenho orçamental

Rubrica	Fontes de Financiamento					Total	Total (N-1)
	Receitas Próprias	Receitas Gerais	Financiamento UE	Empréstimos	Fundos Alheios		
Saldo de gerência anterior							
Operações orçamentais [1]	12 539 639,97	0,00	0,00	0,00	0,00	12 539 639,97	879 518,44
Restituição de saldos de operações orçamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de tesouraria [A]					-2 019,64	-2 019,64	0,00
Receita efetiva [2]	203 471 109,80	0,00	0,00	0,00	0,00	203 471 109,80	65 095 353,64
Receita não efetiva [3]	237 400 329,95	0,00	0,00	0,00	0,00	237 400 329,95	238 718 421,86
Soma [4]=[1]+[2]+[3]	453 411 079,72	0,00	0,00	0,00	0,00	453 411 079,72	304 693 293,94
Recebimentos de operações de tesouraria [B]					65 206,90	65 206,90	27 504 744,93
Despesa efetiva [5]	25 096 686,13	0,00	0,00	0,00	0,00	25 096 686,13	21 657 588,04
Despesa não efetiva [6]	416 509 679,95	0,00	0,00	0,00	0,00	416 509 679,95	270 496 065,93
Soma [7]=[5]+[6]	441 606 366,08	0,00	0,00	0,00	0,00	441 606 366,08	292 153 653,97
Pagamentos de operações de tesouraria [C]					10 766 793,97	10 766 793,97	27 506 764,57
Saldos para gerência seguinte							
Operações orçamentais [8]=[4]-[7]	11 804 713,64	0,00	0,00	0,00	0,00	11 804 713,64	12 539 639,97
Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]					-10 703 606,71	-10 703 606,71	-2 019,64
Saldo global [2]-[5]	178 374 423,67	0,00	0,00	0,00	0,00	178 374 423,67	43 437 765,60
Despesa primária	19 949 363,79	0,00	0,00	0,00	0,00	19 949 363,79	16 502 817,64
Saldo corrente	61 649 299,10	0,00	0,00	0,00	0,00	61 649 299,10	43 680 303,99
Saldo de capital	116 719 703,71	0,00	0,00	0,00	0,00	116 719 703,71	-245 885,02
Saldo primário	183 521 746,01	0,00	0,00	0,00	0,00	183 521 746,01	48 592 536,00
Receita total [1]+[2]+[3]	453 411 079,72	0,00	0,00	0,00	0,00	453 411 079,72	304 693 293,94
Despesa total [5]+[6]	441 606 366,08	0,00	0,00	0,00	0,00	441 606 366,08	292 153 653,97

Rubrica	Descrição	Fontes de Financiamento					Total	Total (N-1)
		Receitas Próprias	Receitas Gerais	Financiamento UE	Emp.	Fundos Alheios		
	Receita corrente	75 215 568,94	0,00	0,00	0,00	0,00	75 215 568,94	65 092 007,01
R1	Receita Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.1	Impostos Diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.2	Impostos Indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R4	Rendimentos de propriedade	70 661 375,26	0,00	0,00	0,00	0,00	70 661 375,26	64 573 038,51
R5	Transferências e subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1	Transferências correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.1	Administração Central – Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.2	Administração Central – Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.2	Exterior – U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R6	Venda de bens e serviços	2 124 396,33	0,00	0,00	0,00	0,00	2 124 396,33	511 453,86
R7	Outras Receitas Correntes	2 429 797,35	0,00	0,00	0,00	0,00	2 429 797,35	7 514,64
	Receita capital	128 250 120,00	0,00	0,00	0,00	0,00	128 250 120,00	0,00
R8	Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9	Transferências e subsídios de capital	128 250 120,00	0,00	0,00	0,00	0,00	128 250 120,00	0,00
R9.1	Transferências de capital	128 250 120,00	0,00	0,00	0,00	0,00	128 250 120,00	0,00
R9.1.1	Administrações Públicas	128 250 120,00	0,00	0,00	0,00	0,00	128 250 120,00	0,00
R9.1.1.1	Administração Central – Estado Português	128 250 120,00	0,00	0,00	0,00	0,00	128 250 120,00	0,00
R9.1.1.2	Administração Central – outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.2	Exterior – U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outro	5 420,86	0,00	0,00	0,00	0,00	5 420,86	3 346,63
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	5 420,86	0,00	0,00	0,00	0,00	5 420,86	3 346,63
	Receita não efetiva	237 400 329,95	0,00	0,00	0,00	0,00	237 400 329,95	238 718 421,86
R12	Receita com ativos financeiros	237 400 329,95	0,00	0,00	0,00	0,00	237 400 329,95	238 718 421,86
R13	Receita com Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Rubrica	Descrição	Fontes de Financiamento					Total	Total (N-1)
		Receitas Próprias	Receitas Gerais	Financiamento UE	Emp.	Fundos Alheios		
	Despesa corrente	13 566 269,84	0,00	0,00	0,00	0,00	13 566 269,84	21 411 703,02
D1	Despesas com o pessoal	3 369 207,79	0,00	0,00	0,00	0,00	3 369 207,79	3 461 023,37
D1.1	Remunerações certas e permanentes	2 190 148,75	0,00	0,00	0,00	0,00	2 190 148,75	2 277 003,29
D1.2	Abonos variáveis ou eventuais	31 215,32	0,00	0,00	0,00	0,00	31 215,32	19 250,83
D1.3	Segurança social	1 147 843,72	0,00	0,00	0,00	0,00	1 147 843,72	1 164 769,25
D2	Aquisição de bens e serviços	2 607 685,79	0,00	0,00	0,00	0,00	2 607 685,79	2 046 837,52
D3	Juros e outros encargos	5 147 322,34	0,00	0,00	0,00	0,00	5 147 322,34	5 154 770,40
D4	Transferências e subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1	Transferências correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.1	Administração Central – Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.2	Administração Central – Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.4	Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.5	Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D5	Outras Despesas Correntes	2 442 053,92	0,00	0,00	0,00	0,00	2 442 053,92	10 749 071,73
	Despesa capital	11 530 416,29	0,00	0,00	0,00	0,00	11 530 416,29	245 885,02
D6	Aquisição de bens de capital	330 987,25	0,00	0,00	0,00	0,00	330 987,25	245 885,02
D7	Transferência e subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1	Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.1	Administração Central – Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.2	Administração Central – Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.4	Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.5	Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8	Outras despesas de capital	11 199 429,04	0,00	0,00	0,00	0,00	11 199 429,04	0,00
	Despesa não efetiva	416 509 679,95	0,00	0,00	0,00	0,00	416 509 679,95	270 496 065,93
D9	Despesa com ativos financeiros	416 509 679,95	0,00	0,00	0,00	0,00	416 509 679,95	270 496 065,93
D10	Despesa com passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

2. Demonstração de execução orçamental da receita

Rubrica	Descrição	Previsões Corrigidas	Por Cobrar Anteriores	Receitas Liquidadas	Liquidações Anuladas	Cobradas Brutas	Reembolsos e Restituições		Receitas Cobradas Líquidas			Por Cobrar Final	Grau Exec. Orç.
							Reembolsos Emitidos	Reembolsos Pagos	Cobrada Líq. Ant.	Cobrada Líq. Per.	Cobrada Líq. Tot.		
R1	Receita Fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.1	Impostos Diretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.2	Impostos Indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R4	Rendimentos de propriedade	66 683 998,00	9 780 070,03	72 242 926,88	770 179,40	70 661 375,26	0,00	0,00	9 436 722,36	61 224 652,90	70 661 375,26	10 591 442,25	91,81
R5	Transferências e subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1	Transferências correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.1	Administração Central – Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.2	Administração Central – Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.2	Exterior – U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R6	Venda de bens e serviços	1 527 000,00	408 192,43	1 715 694,17	0,00	2 124 396,33	0,00	0,00	408 702,16	1 715 694,17	2 124 396,33	-509,73	112,36
R7	Outras Receitas Correntes	12 066 907,00	53 281,76	2 438 957,36	29 108,20	2 429 797,35	0,00	0,00	18 226,87	2 411 570,48	2 429 797,35	33 333,57	19,98
Total Corrente		80 277 905,00	10 241 544,22	76 397 578,41	799 287,60	75 215 568,94	0,00	0,00	9 863 651,39	65 351 917,55	75 215 568,94	10 624 266,09	81,41
CAPITAL													
R8	Venda de bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9	Transferências e subsídios de capital	128 250 120,00	0,00	128 250 120,00	0,00	128 250 120,00	0,00	0,00	0,00	128 250 120,00	128 250 120,00	0,00	100,00
R9.1	Transferências de capital	128 250 120,00	0,00	128 250 120,00	0,00	128 250 120,00	0,00	0,00	0,00	128 250 120,00	128 250 120,00	0,00	100,00
R9.1.1	Administrações Públicas	128 250 120,00	0,00	128 250 120,00	0,00	128 250 120,00	0,00	0,00	0,00	128 250 120,00	128 250 120,00	0,00	100,00
R9.1.1.1	Administração Central – Estado Português	128 250 120,00	0,00	128 250 120,00	0,00	128 250 120,00	0,00	0,00	0,00	128 250 120,00	128 250 120,00	0,00	100,00
R9.1.1.2	Administração Central – outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.4	Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.5	Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.2	Exterior – U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.3	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Capital		128 250 120,00	0,00	128 250 120,00	0,00	128 250 120,00	0,00	0,00	0,00	128 250 120,00	128 250 120,00	0,00	100,00
NÃO EFETIVA													
R12	Receita com ativos financeiros	238 050 330,00	0,00	237 400 329,95	0,00	237 400 329,95	0,00	0,00	0,00	237 400 329,95	237 400 329,95	0,00	99,73
R13	Receita com Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Não efetiva		238 050 330,00	0,00	237 400 329,95	0,00	237 400 329,95	0,00	0,00	0,00	237 400 329,95	237 400 329,95	0,00	99,73
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	2 427,00	0,00	5 420,86	0,00	5 420,86	0,00	0,00	0,00	5 420,86	5 420,86	0,00	223,36
R14	Saldo da gerência anterior – operações orçamentais	12 539 640,00	0,00	12 539 639,97	0,00	12 539 639,97	0,00	0,00	0,00	12 539 639,97	12 539 639,97	0,00	100,00
Total		12 542 067,00	0,00	12 545 060,83	0,00	12 545 060,83	0,00	0,00	0,00	12 545 060,83	12 545 060,83	0,00	100,02
Total Geral		459 120 422,00	10 241 544,22	454 593 089,19	799 287,60	453 411 079,72	0,00	0,00	9 863 651,39	443 547 428,33	453 411 079,72	10 624 266,09	96,61

3. Demonstração de execução orçamental da despesa

Rubrica	Descrição	Por Pagar Anteriores	Dotações Corrigidas	Cativos / Descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas Pagas Líquidas de Reposições			Comp. a transitar	Obrigações por Pagar	Grau Exec. Per.
							Pagas Líq. Ant.	Pagas Líq. Per.	Pagas Líq. Tot.			
D1	Despesas com o pessoal	107 117,74	4 591 563,00	949 446,00	3 512 622,98	3 471 151,88	105 338,17	3 263 869,62	3 369 207,79	41 471,10	101 944,09	71,08
D1.1	Remunerações certas e permanentes	62 909,95	2 911 600,00	593 691,00	2 252 177,57	2 252 177,57	61 886,98	2 128 261,77	2 190 148,75	0,00	62 028,82	73,10
D1.2	Abonos variáveis ou eventuais	681,20	200 363,00	137 189,00	31 995,45	31 995,45	681,20	30 534,12	31 215,32	0,00	780,13	15,24
D1.3	Segurança social	43 526,59	1 479 600,00	218 566,00	1 228 449,96	1 186 978,86	42 769,99	1 105 073,73	1 147 843,72	41 471,10	39 135,14	74,69
D2	Aquisição de bens e serviços	119 437,89	7 861 745,00	222 452,00	7 171 637,72	2 744 098,38	116 398,99	2 491 286,80	2 607 685,79	4 427 539,34	136 412,59	31,69
D3	Juros e outros encargos	218,02	5 198 120,00	0,00	5 170 121,23	5 147 553,64	218,02	5 147 104,32	5 147 322,34	22 567,59	231,30	99,02
D4	Transferências e subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1	Transferências correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.1	Administração Central – Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.2	Administração Central – Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.4	Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.5	Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.2	Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D5	Outras Despesas Correntes	80,00	4 851 148,00	2 039 083,00	2 442 053,92	2 442 053,92	80,00	2 441 973,92	2 442 053,92	0,00	0,00	50,34
Total Corrente		226 853,65	22 502 576,00	3 210 981,00	18 296 435,85	13 804 857,82	222 035,18	13 344 234,66	13 566 269,84	4 491 578,03	238 587,98	59,30
CAPITAL												
D6	Aquisição de bens de capital	0,00	377 200,00	0,00	338 050,40	334 891,27	0,00	330 987,25	330 987,25	3 159,13	3 904,02	87,75
D7	Transferência e subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1	Transferências de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1	Administrações Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.1	Administração Central – Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.2	Administração Central – Outras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.3	Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.4	Administração regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.5	Administração local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.3	Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.4	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.2	Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8	Outras despesas de capital	0,00	11 249 406,00	0,00	11 199 429,04	11 199 429,04	0,00	11 199 429,04	11 199 429,04	0,00	0,00	99,56
Total Capital		0,00	11 626 606,00	0,00	11 537 479,44	11 534 320,31	0,00	11 530 416,29	11 530 416,29	3 159,13	3 904,02	99,17
NÃO EFETIVA												
D9	Despesa com ativos financeiros	0,00	424 513 131,00	0,00	424 509 679,95	416 509 679,95	0,00	416 509 679,95	416 509 679,95	8 000 000,00	0,00	98,11
D10	Despesa com passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Não efetiva		0,00	424 513 131,00	0,00	424 509 679,95	416 509 679,95	0,00	416 509 679,95	416 509 679,95	8 000 000,00	0,00	98,11
Total Geral		226 853,65	458 642 313,00	3 210 981,00	454 343 595,24	441 848 858,08	222 035,18	441 384 330,90	441 606 366,08	12 494 737,16	242 492,00	96,24

4. Demonstração de execução do plano plurianual de investimentos

Não aplicável.

Anexo às Demonstrações Orçamentais

1. Apresentação da empresa e do referencial de relato orçamental

A PARPÚBLICA – Participações Públicas, SGPS, SA é uma sociedade de capitais exclusivamente públicos, detida diretamente pelo Estado, e que integra o perímetro das administrações públicas desde 1 de janeiro de 2015.

A sociedade foi constituída pelo Decreto-Lei n.º 209/2000, de 2 de setembro, com a natureza jurídica de Sociedade Gestora de Participações Sociais, dispondo de um capital social de 2 mil milhões de euros, do qual se encontra realizado o valor de 1.960.471.134,48 euros.

A empresa apresenta as suas demonstrações orçamentais em conformidade com a Norma Contabilística Pública (NCP) 26, emitida pela Comissão de Normalização Contabilística, no âmbito do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP). A NCP 26 entrou em vigor em 1 de janeiro de 2018, ao abrigo do n.º 1 do art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

As presentes demonstrações orçamentais respeitam ao período anual findo em 31 de dezembro de 2025, foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da empresa e estão apresentadas em euros.

As notas explicativas às demonstrações orçamentais encontram-se explanadas no Relatório de Gestão.

2. Alterações orçamentais da receita

Rubrica	Descrição	Tipo	Previsões Iniciais	Inscrições / Reforços	Diminuições / Anulações	Créditos Especiais	Previsões Corrigidas
R1	Receita Fiscal		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.1	Impostos Diretos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R1.2	Impostos Indiretos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3	Taxas, multas e outras penalidades		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R4	Rendimentos de propriedade		66 569 420,00	114 578,00	0,00	0,00	66 683 998,00
R5	Transferências e subsídios correntes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1	Transferências correntes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1	Administrações Públicas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.1	Administração Central – Estado Português	P	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.2	Administração Central – Outras entidades		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.3	Segurança Social		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.4	Administração Regional		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.5	Administração Local		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.2	Exterior – U E		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.3	Outras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.2	Subsídios correntes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R6	Venda de bens e serviços		1 527 000,00	0,00	0,00	0,00	1 527 000,00
R7	Outras Receitas Correntes		12 066 907,00	0,00	0,00	0,00	12 066 907,00
Total Corrente			80 163 327,00	114 578,00	0,00	0,00	80 277 905,00
CAPITAL							
R8	Venda de bens de investimento		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9	Transferências e subsídios de capital		128 250 120,00	0,00	0,00	0,00	128 250 120,00
R9.1	Transferências de capital		128 250 120,00	0,00	0,00	0,00	128 250 120,00
R9.1.1	Administrações Públicas		128 250 120,00	0,00	0,00	0,00	128 250 120,00
R9.1.1.1	Administração Central – Estado Português		128 250 120,00	0,00	0,00	0,00	128 250 120,00
R9.1.1.2	Administração Central – outras entidades	P	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.3	Segurança social		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.4	Administração Regional		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.5	Administração Local		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.2	Exterior – U E		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.3	Outras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.2	Subsídios de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R10	Outras receitas de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Capital			128 250 120,00	0,00	0,00	0,00	128 250 120,00
NÃO EFETIVA							
R12	Receita com ativos financeiros	P	1 400 000,00	236 650 330,00	0,00	0,00	238 050 330,00
R13	Receita com Passivos financeiros		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Não efetiva			1 400 000,00	236 650 330,00	0,00	0,00	238 050 330,00
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	P	0,00	4 854,00	2 427,00	0,00	2 427,00
R14	Saldo da gerência anterior – operações orçamentais		0,00	0,00	0,00	12 539 640,00	12 539 640,00
Total			0,00	4 854,00	2 427,00	12 539 640,00	12 542 067,00
Total Geral			209 813 447,00	236 769 762,00	2 427,00	12 539 640,00	459 120 422,00

3. Alterações orçamentais da despesa

Rubrica	Descrição	Tipo	Dotações Iniciais	Inscrições / Reforços	Diminuições / Anulações	Créditos Especiais	Dotações Corrigidas
D1	Despesas com o pessoal		4 591 563,00	980 494,00	980 494,00	0,00	4 591 563,00
D1.1	Remunerações certas e permanentes		3 209 600,00	474 704,00	772 704,00	0,00	2 911 600,00
D1.2	Abonos variáveis ou eventuais		200 363,00	6 424,00	6 424,00	0,00	200 363,00
D1.3	Segurança social		1 181 600,00	499 366,00	201 366,00	0,00	1 479 600,00
D2	Aquisição de bens e serviços		3 861 745,00	5 058 998,00	1 058 998,00	0,00	7 861 745,00
D3	Juros e outros encargos		6 723 120,00	0,00	1 525 000,00	0,00	5 198 120,00
D4	Transferências e subsídios correntes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1	Transferências correntes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1	Administrações Públicas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.1	Administração Central – Estado Português	P	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.2	Administração Central – Outras entidades		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.3	Segurança social		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.4	Administração regional		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.5	Administração local		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.3	Famílias		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.4	Outras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.2	Subsídios correntes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D5	Outras Despesas Correntes		4 851 148,00	60 000,00	60 000,00	0,00	4 851 148,00
Total Corrente			20 027 576,00	6 099 492,00	3 624 492,00	0,00	22 502 576,00
CAPITAL							
D6	Aquisição de bens de capital		377 200,00	302 002,00	302 002,00	0,00	377 200,00
D7	Transferência e subsídios de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1	Transferências de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1	Administrações Públicas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.1	Administração Central – Estado Português		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.2	Administração Central – Outras entidades		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.3	Segurança social	P	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.4	Administração regional		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.5	Administração local		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.3	Famílias		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.4	Outras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.2	Subsídios de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8	Outras despesas de capital		11 249 406,00	0,00	0,00	0,00	11 249 406,00
Total Capital			11 626 606,00	302 002,00	302 002,00	0,00	11 626 606,00
NÃO EFETIVA							
D9	Despesa com ativos financeiros	P	178 159 265,00	387 209 680,00	170 155 814,00	29 300 000,00	424 513 131,00
D10	Despesa com passivos financeiros		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Não efetiva			178 159 265,00	387 209 680,00	170 155 814,00	29 300 000,00	424 513 131,00
Total Geral			209 813 447,00	393 611 174,00	174 082 308,00	29 300 000,00	458 642 313,00

4. Alterações ao plano plurianual de investimentos

Não aplicável. A sociedade não dispõe de plano plurianual de investimentos.

5. Operações de tesouraria

Código das contas	Designação	Saldo Inicial	Recebimentos	Pagamentos	Saldo Final
0719	Outras Receitas de operações tesouraria	0,00	65 206,90	0,00	65 206,90
0729	Outras despesas de operações de tesouraria	-2 019,64	0,00	10 766 793,97	-10 768 813,61
Total		-2 019,64	65 206,90	10 766 793,97	-10 703 606,71

6. Contratação administrativa

Não aplicável.

7. Transferências e subsídios

Não aplicável.

8. Outras divulgações.

Não aplicável.

Lisboa, 22 de junho de 2026

O Contabilista Certificado

Vitor Manuel Saraiva

O Conselho de Administração

Joaquim Cadete

João Pinhão

Cristina Carvalho

João Ferreira

Filipa Franco

Pedro Fontes Falcão

Rita Cunha Leal

José Miguel Rodrigues



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de PARPÚBLICA – PARTICIPAÇÕES PÚBLICAS (SGPS), S.A. (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 4.650.037 mil euros e um total de capital próprio de 4.484.719 mil euros, incluindo um resultado líquido de 53.476 mil euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de PARPÚBLICA – PARTICIPAÇÕES PÚBLICAS (SGPS), S.A. em 31 de dezembro de 2025, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia e a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a Opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

Conforme referido no Relatório e Contas da PARPÚBLICA – PARTICIPAÇÕES PÚBLICAS (SGPS), S.A. referente a 2025, transcrevemos as matérias que julgamos relevantes enfatizar:

1. Conforme referido na nota 32 do anexo às demonstrações financeiras, em 31 de outubro de 2023 terminou o processo de reprivatização da EFACEC – Power Solutions, SGPS, S.A. (EFACEC), com a assinatura pelas partes do Contrato de Compra e Venda.

O Contrato de Compra e Venda prevê responsabilidades potenciais da PARPÚBLICA, que poderão ascender até ao limite de 80 milhões de euros. As potenciais responsabilidades incluem eventuais desvios financeiros em projetos, bem como potenciais valores decorrentes de processos judiciais desfavoráveis à EFACEC e anteriores a 31 de outubro de 2023.

À data de 31 de dezembro de 2025, os processos de análise e contraditório contratualmente previstos encontram-se em curso, não se encontrando definitivamente apurado qualquer montante indemnizável.

2. Conforme referido na nota 32 às demonstrações financeiras da PARPÚBLICA, referentes a 31/12/2025, o Despacho N°311/2022-SET, relativo à quantia de 11,5 milhões de euros, inerente à privatização da ANA, foi considerada como não devendo integrar a conta-corrente entre o Estado e a PARPÚBLICA.

Esta nova instrução conduziu a dúvidas jurídicas, tendo a Administração enviado em 2024, um pedido de clarificação ao Senhor Secretário de Estado do Tesouro, pelo qual ainda se aguarda a esta data, o qual poderá implicar o desconhecimento do crédito sobre o Estado.

Em consequência do referido, a conta corrente com a Entidade do Tesouro e Finanças (ex-DGTF) e relativa às privatizações, apresenta uma diferença de 11,5 milhões de euros, entre os saldos expressos pelas entidades.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Matérias Relevantes de Auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente. Essas matérias devem ser consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

A nossa abordagem de auditoria foi baseada na avaliação dos riscos ao nível do reporte financeiro, tendo no caso desta Entidade sido identificadas as seguintes matérias relevantes de auditoria:

Riscos significativos de distorção material identificados Mensuração dos investimentos financeiros Uma das missões atribuídas à PARPÚBLICA corresponde à gestão dos ativos integrados na sua carteira, tendo como enquadramento o programa de privatizações aprovado pelo Governo, nas condições específicas determinadas para cada operação pelos respetivos diplomas legais, aprovados em Conselho de Ministros, estando a Empresa fortemente condicionada pelas envolventes política, económica e financeira. Foram identificadas como matérias relevantes de auditoria, o risco de os investimentos financeiros poderem não estar corretamente reconhecidos, por eventual omissão da contabilização de operações realizadas ao longo do ano, nomeadamente no que respeita a aquisições, privatizações, dividendos e, principalmente, no que se refere à determinação da quantia recuperável das participadas, processo potencialmente complexo e que tem associado um elevado grau de subjetividade e de julgamento dos encarregados da governação, no que respeita à determinação de fluxos de caixa futuros, de taxas de desconto e de justo valor para determinação de perdas por imparidade em investimentos financeiros e ativos não correntes detidos para venda. As notas 2d e 6 às demonstrações financeiras, fornecem informações adicionais. Mensuração dos financiamentos obtidos No que respeita a estas matérias de auditoria, devido às suas naturezas e à relevância dos montantes envolvidos, foram identificados os seguintes riscos: - De liquidez no que se refere à capacidade de a Empresa satisfazer os seus compromissos, nomeadamente os que se relacionam com o serviço da dívida dos financiamentos; - De distorção ao nível das demonstrações financeiras, devido à incorreta mensuração destes instrumentos financeiros ao custo amortizado. As notas 2i e 17 às demonstrações financeiras, contêm informações adicionais sobre estas matérias.	Síntese da abordagem de auditoria Como forma de mitigar este risco, efetuámos uma revisão dos procedimentos de controlo interno, no sentido de verificarmos que os mesmos estão a ser cumpridos, tendo sido seguida uma abordagem de auditoria essencialmente substantiva, atendendo à especificidade e materialidade desta área. Efetuámos um acompanhamento das atividades e decisões tomadas pela Entidade e pelo Governo, de modo a ser possível antecipar situações com impacto ao nível das demonstrações financeiras. Realizámos um conjunto de procedimentos substantivos que consistiram, essencialmente na: - Análise de todas as transações significativas ocorridas incluindo o respetivo suporte documental; - Obtenção de confirmação externa, ou da própria Entidade, da custódia dos títulos em carteira, representativos dos investimentos financeiros; - Acompanhamento dos processos de avaliação externa, efetuados por entidades independentes, qualificadas nestas matérias, nomeadamente no que respeita à adequação dos pressupostos utilizados e à qualificação dos avaliadores externos; - Análise dos testes de imparidade efetuados pela Entidade, no sentido de obtermos segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materiais, relativamente a esta matéria; e - Análise dos aspetos fiscais relacionados com estas matérias e verificação de que as divulgações efetuadas se encontram em conformidade com o referencial contabilístico utilizado pela Entidade. Síntese da abordagem de auditoria A nossa abordagem a este risco consistiu, essencialmente, na realização de procedimentos substantivos, que incluíram designadamente: - A obtenção de confirmações externas das respetivas entidades bancárias; - A análise dos contratos de financiamento, sempre que aplicável, no sentido de confirmar a adequação dos cálculos e pressupostos relativos à mensuração ao custo amortizado, bem como a correta segregação por passivo corrente e não corrente e liquidação na data de vencimento; Verificação de que as divulgações efetuadas se encontram em conformidade com o referencial contabilístico utilizado pela Entidade.
--	---

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia e a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas;
- elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório do governo societário nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais, bem como a verificação de que a demonstração não financeira foi apresentada.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451º, nº 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Sobre o Relatório de Governo Societário

Dando cumprimento ao artigo 451º, nº 4 do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 29º-H do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do nº 1 do referido artigo.

Sobre a Demonstração Não Financeira

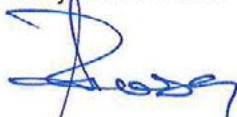
Dando cumprimento ao artigo 451º, nº 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Entidade preparou um relatório separado do relatório de gestão (relatório de sustentabilidade) que inclui informação não financeira, conforme previsto no artigo 66º-B do Código das Sociedades Comerciais, tendo o mesmo sido divulgado juntamente com o relatório de gestão.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Dando cumprimento do artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- fomos nomeados como Revisores Oficiais de Contas por deliberação social unânime por escrito do Acionista da PARPÚBLICA – PARTICIPAÇÕES PÚBLICAS (SGPS), S.A., realizada em 31 de março de 2025 para um mandato compreendido entre 2025-2027.
- o órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria, de acordo com as ISA, mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos nesta mesma data para ser entregue ao órgão de fiscalização da PARPÚBLICA – PARTICIPAÇÕES PÚBLICAS (SGPS), S.A..
- declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.
- informamos que, para além da auditoria, não prestámos à Entidade quaisquer outros serviços permitidos pela lei e regulamentos em vigor.

Lisboa, 23 de junho de 2026



MOORE STEPHENS & ASSOCIADOS, SROC, S.A.
Representada por Luis Manuel da Silva Rosa
ROC Nº 628, Registo CMVM Nº 20160274



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de PARPÚBLICA – PARTICIPAÇÕES PÚBLICAS (SGPS), S.A. (o Grupo), que compreendem a demonstração consolidada da posição financeira em 31 de Dezembro de 2025 (que evidencia um total de 10.817.289 mil euros e um total de capital próprio de 6.466.141 mil euros, incluindo um resultado líquido de 233.443 mil euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada de PARPÚBLICA – PARTICIPAÇÕES PÚBLICAS (SGPS), S.A. em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a Opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

Conforme referido no Relatório e Contas da PARPÚBLICA – PARTICIPAÇÕES PÚBLICAS (SGPS), S.A. referente a 2025, transcrevemos as matérias que julgamos relevantes enfatizar:

1. Conforme referido na nota 54 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, em 31 de outubro de 2023 terminou o processo de reprivatização da EFACEC – Power Solutions, SGPS, SA (EFACEC), com a assinatura pelas partes do Contrato de Compra e Venda.

O Contrato de Compra e Venda prevê responsabilidades potenciais da PARPÚBLICA, que poderão ascender até ao limite de 80 milhões de euros. As potenciais responsabilidades incluem eventuais desvios financeiros em projetos, bem como potenciais valores decorrentes de processos judiciais desfavoráveis à EFACEC e anteriores a 31 de outubro de 2023.

À data de 31 de dezembro de 2025, os processos de análise e contraditório contratualmente previstos encontram-se em curso, não se encontrando definitivamente apurado qualquer montante indemnizável.

2. Conforme referido na nota 54 às demonstrações financeiras consolidadas da PARPÚBLICA, referentes a 31/12/2025, o Despacho Nº 311/2022-SET, relativo à quantia de 11,5 milhões de euros, inerente à privatização da ANA, foi considerada como não devendo integrar a conta-corrente entre o Estado e a PARPÚBLICA.

Esta nova instrução conduziu a dúvidas jurídicas, tendo a Administração enviado em 2024, um pedido de clarificação ao Senhor Secretário de Estado do Tesouro, pelo qual ainda se aguarda a esta data, o qual poderá implicar o desreconhecimento do crédito sobre o Estado.

Em consequência do referido, a conta corrente com a Entidade do Tesouro e Finanças (ex-DGTF) e relativa às privatizações, apresenta uma diferença de 11,5 milhões de euros, entre os saldos expressos pelas entidades.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Matérias Relevantes de Auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do período corrente. Essas matérias devem ser consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

A nossa abordagem de auditoria, que contemplou os requisitos constantes da ISA 600 – Auditoria de Grupos, foi baseada na avaliação dos riscos ao nível do reporte financeiro, tendo, no caso do Grupo, sido identificadas as seguintes matérias relevantes de auditoria:

Riscos significativos de distorção material identificados	Síntese da abordagem de auditoria
Reconhecimento e mensuração dos imóveis As rubricas de Propriedades de investimento e inventários são constituídas por um vasto conjunto de imóveis, que são objeto de avaliações anuais, por peritos avaliadores externos, credenciados e independentes da Entidade, como tal certificados pela CMVM. Estas avaliações destinam-se a determinar o justo valor dos imóveis reconhecidos em propriedades de investimento e o valor realizável líquido dos imóveis registados em inventários, visando, neste caso, o reconhecimento de eventuais perdas / reversões de imparidades quando aplicável. Ambos os critérios são baseados em métodos de avaliação complexos, que envolvem uma forte componente de julgamentos e estimativas assentes em pressupostos macroeconómicos e de gestão, agravados, em alguns casos, com insuficiência de informação relativa a referências de mercado comparáveis. Por todas estas razões, consideramos existir um risco acrescido relativamente ao reconhecimento e mensuração destas duas componentes do ativo, o que nos leva a considerar como uma matéria relevante de auditoria.	A abordagem de auditoria incluiu a execução dos seguintes procedimentos: - Verificação da adequação dos pressupostos e métodos usados, na determinação do justo valor, por peritos em avaliações de imóveis, independentes e com competência reconhecida pela sua inscrição na CMVM; - Verificação, em base de teste, da valorização registada para os imóveis com base nas avaliações efetuadas e respetivos aspetos fiscais relacionados com estas matérias; - Obtenção e análise das respostas obtidas do ROC desta componente, às instruções de auditoria por nós remetidas; e - Análise das divulgações efetuadas de forma a garantir que as mesmas respeitam as disposições das normas contabilísticas aplicáveis.
Reconhecimento e mensuração do investimento Contratual O direito de utilização de infraestruturas é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção dos benefícios económicos, os quais são aprovados pela Entidade Reguladora. As amortizações são calculadas tendo como base os caudais (água e efluentes) faturados num determinado exercício e os caudais a faturar até ao final da concessão, os quais se encontram previstos no Estudo de Viabilidade Económica e Financeira anexo ao contrato de concessão (EVEF) e no Orçamento de Projeto de Tarifário para o exercício (OPT). Adicionalmente, em cumprimento do estipulado nos contratos de concessão e de gestão de parcerias e demais regras regulatórias, é registada nos gastos do exercício uma quantia estimada para fazer face às responsabilidades quanto a investimentos contratuais. Também estes acréscimos são calculados com base no referido EVEF, o qual também prevê os investimentos a realizar.	A abordagem de auditoria incluiu os seguintes procedimentos: - Análise dos orçamentos e projetos tarifários das empresas gestoras dos sistemas multimunicipais, nomeadamente a informação utilizada para o cálculo das amortizações e a adequação dos caudais estimados para os anos subsequentes face ao conhecimento da realidade do respetivo sistema multimunicipal; - Obtenção e análise das respostas obtidas do ROC desta componente, às instruções de auditoria por nós remetidas; - Análise da conferência do valor do investimento contratual utilizado para o cálculo das amortizações com o valor de investimento que consta do EVEF aprovado pelo Concedente; - Análise das divulgações efetuadas de forma a garantir que as mesmas respeitam as disposições das normas contabilísticas aplicáveis;

Riscos significativos de distorção material identificados	Síntese da abordagem de auditoria
Os referidos EVEF e OPT incluem diversos pressupostos relativamente ao nível de atividade futura da concessão/parceria e dos investimentos a realizar, sendo desta forma uma área de julgamento elevado. Sobre esta matéria, as Notas 2k, 17, 18, 30 e 36 às demonstrações financeiras consolidadas, referente à divulgação das políticas contabilísticas utilizadas, bem como às estimativas e julgamentos contabilísticos críticos efetuados na aplicação dessas políticas contabilísticas, fornecem mais informações. • <i>Reconhecimento e mensuração dos desvios de recuperação de gastos</i> Os Desvios de Recuperação de Gastos (DRG) correspondem à correção (positiva no caso de défice, negativa no caso de superavit) a registar ao rédito das atividades reguladas, para que este rédito obedeça ao disposto nos diversos contratos de concessão/parceria, nomeadamente no que diz respeito à recuperação integral dos gastos (incluindo imposto sobre o rendimento coletivo) e remuneração anual garantida aos acionistas. Tal como mencionado na Nota 2k às demonstrações financeiras consolidadas, a estimativa dos DRG é, em cada exercício, determinada com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras, nomeadamente o Orçamento e Projeto Tarifário (OPT), devendo as entidades gestoras, nos termos dos respetivos contratos de concessão/parceria, enviar à Entidade Reguladora o cálculo do DRG para que esta o aprove. Sobre esta matéria, as Notas 2k, 18 e 30 às demonstrações financeiras consolidadas, referente à divulgação das políticas contabilísticas utilizadas, bem como às estimativas e julgamentos contabilísticos críticos efetuados na aplicação dessas políticas contabilísticas, fornecem mais informações. • <i>Recuperabilidade dos saldos a receber dos Municípios</i> O montante registado na rubrica de Clientes a 31 de dezembro de 2025 é de 468.117 mil euros e tal como detalhado na nota 14 das notas às demonstrações financeiras consolidadas, é composto essencialmente por dívida de Municípios que apresentam uma elevada antiguidade, o que indicia a existência de dificuldades financeiras por parte dos Municípios e/ou existência de divergência na faturação efetuada.	- obtenção e análise das demonstrações financeiras das subsidiárias e das respetivas Certificações Legais de Contas; e - Consideramos que é um Key Audit Matter (KAM) devido a incluir diversos pressupostos relativamente ao nível de atividade futura da concessão/ parceria e dos investimentos a realizar, sendo desta forma uma área de julgamento elevado. A abordagem de auditoria incluiu os seguintes procedimentos: - Análise dos orçamentos e projetos tarifários das empresas gestoras dos sistemas multimunicipais, nomeadamente a demonstração de resultados previsional para o ano corrente e os pressupostos de atividade que lhe estão subjacentes; - Obtenção e análise das respostas obtidas do ROC desta componente, às instruções de auditoria por nós remetidas; - Recálculo da Remuneração Garantida e do correspondente DRG de acordo com os critérios estabelecidos nos contratos de concessão; e - Análise da correspondência / comunicações que existiram entre o Grupo AdP e a Entidade Reguladora (ERSAR), em particular no que respeita aos gastos permitidos em cenário de eficiência e à aprovação do DRG por parte da entidade Reguladora; - Análise das divulgações efetuadas de forma a garantir que as mesmas respeitam as disposições das normas contabilísticas aplicáveis. - Consideramos que é um Key Audit Matter (KAM) devido a incluir diversos pressupostos relativamente ao nível de atividade futura da concessão/ parceria e dos investimentos a realizar, sendo desta forma uma área de julgamento elevado. A abordagem de auditoria incluiu os seguintes procedimentos: - Obtenção e análise das respostas obtidas do ROC desta componente, às instruções de auditoria por nós remetidas, nomeadamente quanto ao trabalho realizado sobre a recuperabilidade dos créditos aos Municípios; - Análise da informação referente aos pedidos de confirmação de saldos efetuados aos Municípios e, quando aplicável, dos acordos de regularização de dívida;

Riscos significativos de distorção material identificados	Síntese da abordagem de auditoria
Em virtude desta situação, são registados acréscimos de rendimentos relativos aos juros de mora, os quais são determinados de acordo com a lei ou com os acordos de regularização de dívida. O saldo de clientes do ativo corrente inclui juros de mora debitados aos Municípios em consequência destes atrasos. Na avaliação efetuada pelo Conselho de Administração quanto à necessidade de registo de perdas de imparidade, este tem em consideração a adoção das medidas possíveis tendentes a assegurar a recuperabilidade dos saldos, entre as quais, a ativação do mecanismo associado ao privilégio contraditório, a realização de acordos de regularização de dívida e a interposição de injunções/ações judiciais. Dada a relevância do saldo no total do ativo, a não recuperabilidade da totalidade dos valores em dívida poderá colocar em causa o equilíbrio económico-financeiro das concessões/parcerias, afetando o cumprimento das responsabilidades contratuais. Sobre esta matéria, as Notas 14 e 40 às demonstrações financeiras consolidadas, referente à divulgação das políticas contabilísticas utilizadas, bem como às estimativas e julgamentos contabilísticos críticos efetuados na aplicação dessas políticas contabilísticas, fornecem mais informações. • Mensuração dos financiamentos obtidos No que respeita a estas matérias de auditoria, devido às suas naturezas e à relevância dos montantes envolvidos, foram identificados os seguintes riscos: - De liquidez no que se refere à capacidade de a Empresa satisfazer os seus compromissos, nomeadamente os que se relacionam com o serviço da dívida dos financiamentos; - De distorção ao nível das demonstrações financeiras, devido à incorreta mensuração destes instrumentos financeiros ao custo amortizado. A nota 25 às demonstrações financeiras, contém informações adicionais sobre estas matérias.	- Análise das divulgações efetuadas, de forma a garantir que as mesmas respeitam as disposições das normas contabilísticas aplicáveis, incluindo a correta apresentação dos saldos como ativos correntes ou não correntes. - Consideramos que é um Key Audit Matter (KAM) devido a incluir diversos pressupostos relativamente ao nível de atividade futura da concessão/ parceria e dos investimentos a realizar, sendo desta forma uma área de julgamento elevado. A nossa abordagem a este risco consistiu, essencialmente, na realização de procedimentos substantivos, que incluíram designadamente: - A obtenção de confirmações externas das respetivas entidades bancárias; - A análise dos contratos de financiamento, sempre que aplicável, no sentido de confirmar a adequação dos cálculos e pressupostos relativos à mensuração ao custo amortizado, bem como a correta segregação por passivo corrente e não corrente e liquidação na data de vencimento; - Verificação de que as divulgações efetuadas se encontram em conformidade com o referencial contabilístico utilizado pela Entidade.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório do governo societário nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- planeamos e executamos a nossa auditoria para obtermos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou unidades dentro do Grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e revisão do desempenho do trabalho efetuado para efeitos da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais, bem como a verificação de que a informação não financeira foi apresentada.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório Consolidado de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Conforme referido no artigo 451º, nº 7 do Código das Sociedades Comerciais este parecer não é aplicável à demonstração não financeira consolidada incluída no relatório consolidado de gestão.

Sobre o Relatório de Governo Societário

Dando cumprimento ao artigo 451º, nº 4 do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório do governo societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 29º-H do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do nº 1 do referido artigo.

Sobre a informação não financeira prevista no artigo 66º - B do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento ao artigo 451º, nº 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Entidade preparou um relatório separado do relatório de gestão (relatório de sustentabilidade) que inclui a informação não financeira, conforme previsto no artigo 508º-G do Código das Sociedades Comerciais e contempla os contributos das várias empresas do Grupo.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados como Revisores Oficiais de Contas por deliberação social unânime por escrito do Acionista da PARPÚBLICA – PARTICIPAÇÕES PÚBLICAS (SGPS), S.A., realizada em 31 de março de 2025 para um mandato compreendido entre 2025-2027.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos nesta mesma data para ser entregue ao órgão de fiscalização da PARPÚBLICA – PARTICIPAÇÕES PÚBLICAS (SGPS), S.A..
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, nº 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.
- Informamos que, para além da auditoria, não prestámos à Entidade quaisquer outros serviços permitidos pela lei e regulamentos em vigor.

Lisboa, 23 de junho de 2026



MOORE STEPHENS & ASSOCIADOS, SROC, S.A.
Representada por Luis Manuel da Silva Rosa
ROC Nº 628, Registo CMVM Nº 20160274

PARECER DA COMISSÃO DE AUDITORIA

Contas Consolidadas 2025

A Comissão de Auditoria desenvolve a sua atividade de acordo com as competências previstas no artigo 423.º-F do Código das Sociedades Comerciais e na legislação aplicável ao Setor Empresarial do Estado.

No âmbito do mandato 2024-2026, e até à produção de efeitos da renúncia da vogal não executiva em 30 de junho de 2025, a Comissão de Auditoria integrou dois membros. A partir de 1 de julho de 2025, com a nomeação de dois novos membros, a Comissão passou a contar com três membros, assegurando a sua composição plena nos termos estatutariamente previstos.

No exercício das suas competências, a Comissão de Auditoria acompanhou a evolução da atividade da sociedade e suas empresas participadas, zelou pela observância da lei, contrato de sociedade, normas das autoridades de supervisão, regulamentos e estatutos da sociedades, supervisionou o cumprimento das políticas e práticas contabilísticas e monitorizou o processo de preparação e divulgação da informação financeira bem como o relatório de gestão, a revisão legal de contas, a eficácia do sistema de controlo interno e gestão de riscos, bem como a independência e atividade do Revisor Oficial de Contas.

Em cumprimento do disposto na alínea g) do artigo 423.º-F do Código das Sociedades Comerciais, a Comissão de Auditoria da PARPÚBLICA – PARTICIPAÇÕES PÚBLICAS (SGPS), S.A. (“Parpública”), apresenta o parecer sobre as demonstrações financeiras consolidadas e respetivas notas anexas, o relatório de gestão e a proposta de aplicação de resultados nele expressa referentes ao exercício de 2025.

A Comissão examinou o relatório de gestão e a proposta de aplicação de resultados nele expressas, as demonstrações financeiras consolidadas e respetivas notas anexas, a certificação legal das contas e o relatório do auditor externo elaborado pelo Revisor Oficial de Contas e tomou conhecimento das ênfases neles expressas, tendo o documento merecido o seu acordo.

Face ao exposto os membros da Comissão de Auditoria da Parpública, declaram, na qualidade e no âmbito das funções que lhes competem, que, tanto quanto é do seu conhecimento e tendo por base a informação a que tiveram acesso no âmbito do exercício das suas funções como membros da Comissão de Auditoria:

COMISSÃO DE AUDITORIA

- i. O relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição económico-financeira da Parpública e das empresas incluídas no respetivo perímetro de consolidação, e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defronta;
- ii. As demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício de 2025 estão de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada da situação patrimonial e financeira, bem como dos resultados da Parpública e das empresas incluídas no respetivo perímetro de consolidação, pelo que merecem a aprovação em Assembleia Geral de Acionistas.

Lisboa, 29 de junho de 2026,

A Comissão de Auditoria

Assinado por: **Pedro Miguel Ribeiro
de Almeida Fontes Falcão**
Num. de Identificação: 08694626
Data: 2026.06.29 19:18:09+01'00'

Pedro Miguel Ribeiro de Almeida Fontes Falcão (Presidente)

Assinado por: **José Miguel Morais de Azevedo
Rodrigues**
Num. de Identificação: 12358059
Data: 2026.06.29 19:27:15+01'00'

José Miguel Azevedo Rodrigues (Vogal)

Assinado por: **RITA DOMINGUES DOS SANTOS DA
CUNHA LEAL**
Num. de Identificação: 11294904
Data: 2026.06.30 13:09:19+01'00'

Rita Domingues dos Santos da Cunha Leal (Vogal)

PARECER DA COMISSÃO DE AUDITORIA

Contas Separadas - 2025

A Comissão de Auditoria desenvolve a sua atividade de acordo com as competências previstas no artigo 423.º-F do Código das Sociedades Comerciais e na legislação aplicável ao Setor Empresarial do Estado.

No âmbito do mandato 2024-2026, e até à produção de efeitos da renúncia da vogal não executiva em 30 de junho de 2025, a Comissão de Auditoria integrou dois membros. A partir de 1 de julho de 2025, com a nomeação de dois novos membros, a Comissão passou a contar com três membros, assegurando a sua composição plena nos termos estatutariamente previstos.

Através do Ofício-Circular da Entidade do Tesouro e Finanças n.º SAI/2026/904, de 26 de janeiro de 2026, foram transmitidas as orientações sobre o processo de prestação de contas referente a 2025.

No exercício das suas competências, a Comissão de Auditoria acompanhou a evolução da atividade da sociedade, zelou pela observância da lei, contrato de sociedade, normas das autoridades de supervisão, regulamentos e estatutos da sociedades, supervisionou o cumprimento das políticas e práticas contabilísticas e monitorizou o processo de preparação e divulgação da informação financeira bem como o relatório de gestão, a revisão legal de contas, a eficácia do sistema de controlo interno e gestão de riscos, bem como a independência e atividade do Revisor Oficial de Contas.

Em cumprimento do disposto na alínea g) do artigo 423.º-F do Código das Sociedades Comerciais, a Comissão de Auditoria da PARPÚBLICA – PARTICIPAÇÕES PÚBLICAS (SGPS), S.A. (“Parpública”), apresenta o parecer sobre as demonstrações financeiras separadas e respetivas notas anexas referentes ao exercício de 2025.

A Comissão examinou as demonstrações financeiras separadas e respetivas notas anexas, a certificação legal das contas e o relatório do auditor externo elaborado pelo Revisor Oficial de Contas e tomou conhecimento das ênfases neles expressas, tendo o documento merecido o seu acordo.

A Parpública apresenta a informação relativa ao cumprimento das orientações legais de acordo com as orientações expressas no ofício da DGTF SAI_DGTF/2025/255 de 24 de fevereiro.

COMISSÃO DE AUDITORIA

Quanto ao indicador de eficiência operacional cabe referir que através do Despacho 1044/18-SET foi definido um indicador alternativo de eficiência operacional definido por Prestação de Serviços/Gastos operacionais. No entanto, considerando os objetivos estratégicos e financeiros definidos no PAO, a Comissão Executiva considerou que o indicador genérico (Gastos operacionais / Volume de Negócios) pode ser utilizado para medir a eficiência operacional da PARPÚBLICA. Em 2025, este rácio teve um ligeiro aumento pelo incremento de gastos operacionais resultantes da necessidade de assegurar apoio técnico especializado ao Ministério das Finanças, dos encargos com a alienação de participações não estratégicas e do investimento em IT, sendo esse aumento superior, em termos relativos, ao aumento do volume de negócios face a 2024.

É ainda de salientar que relativamente ao Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, a Parpública ficou excecionada do seu cumprimento no ano de 2025, através do Despacho do IGCP Ref.ª UE: SGC n.º 55 de 25.06.2025 nas operações não executadas pelo IGCP e identificadas no ofício suprarreferido.

Face ao exposto os membros da Comissão de Auditoria da Parpública, declaram, na qualidade e no âmbito das funções que lhes competem, que, tanto quanto é do seu conhecimento e tendo por base a informação a que tiveram acesso no âmbito do exercício das suas funções como membros da Comissão de Auditoria, as demonstrações financeiras separadas referentes ao exercício de 2025 estão de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada da situação patrimonial e financeira, bem como dos resultados da Parpública e das empresas incluídas no respetivo perímetro de consolidação, pelo que merecem a aprovação em Assembleia Geral de Acionistas.

Lisboa, 29 de junho de 2026,

A Comissão de Auditoria

Assinado por: **Pedro Miguel Ribeiro
de Almeida Fontes Falcão**
Num. de Identificação: 08694626
Data: 2026.06.29 19:19:46+01'00'

Pedro Miguel Ribeiro de Almeida Fontes Falcão (Presidente)

Assinado por: **José Miguel Morais de Azevedo
Rodrigues**
Num. de Identificação: 12358059
Data: 2026.06.29 19:25:22+01'00'

José Miguel Azevedo Rodrigues (Vogal)

Assinado por: **RITA DOMINGUES DOS SANTOS DA
CUNHA LEAL**
Num. de Identificação: 11294904
Data: 2026.06.30 13:09:54+01'00'

Rita Domingues dos Santos da Cunha Leal (Vogal)



2025

RELATÓRIO DE
SUSTENTABILIDADE

Relatório de Sustentabilidade 2025

Grupo PARPÚBLICA



Presidente do Conselho de Administração

“

O ano de 2025 confirmou a importância do Grupo PARPÚBLICA enquanto instrumento de gestão, valorização e acompanhamento de ativos públicos estratégicos, num contexto marcado por exigências acrescidas de responsabilidade, eficiência, transparência e sustentabilidade.

Ao longo do ano, o Grupo prosseguiu a sua missão de criação de valor público, assegurando uma gestão criteriosa das participações e ativos sob a sua responsabilidade e promovendo uma atuação alinhada com o interesse coletivo. Esta missão assume hoje uma relevância renovada. Gerir património público não significa apenas preservar valor económico; significa também garantir que esse património é colocado ao serviço do desenvolvimento do país, da coesão territorial, da transição ambiental e da qualidade dos serviços prestados aos cidadãos.

A diversidade das empresas que integram o Grupo PARPÚBLICA reflete a amplitude desta responsabilidade. Da água ao património imobiliário, da produção de moeda e documentos oficiais à gestão florestal, dos mercados abastecedores à atividade agropecuária, cultural, desportiva e territorial, o Grupo reúne entidades com missões distintas, mas ligadas por um propósito comum: contribuir para um Estado mais eficiente, mais sustentável e mais próximo das necessidades da sociedade.

Em 2025, continuámos a consolidar uma visão de gestão assente na valorização dos ativos públicos, na promoção de boas práticas de governo societário e no reforço da sustentabilidade como eixo transversal de atuação. A sustentabilidade deixou de ser um tema complementar para se afirmar como uma dimensão essencial da gestão pública responsável. Está presente na forma como utilizamos os recursos, como protegemos o território, como promovemos a eficiência energética, como apoiamos a economia circular, como asseguramos condições de trabalho adequadas e como reforçamos a integridade, a transparência e a prestação de contas.

Este relatório procura, por isso, apresentar uma visão integrada do contributo do Grupo PARPÚBLICA para uma economia mais resiliente, para uma gestão pública mais responsável e para a concretização de objetivos ambientais, sociais e de governação.

Ao reunir informação das várias empresas do Grupo, este relatório permite identificar progressos, reconhecer desafios e definir oportunidades de melhoria para os próximos anos. Temos consciência de que o caminho da sustentabilidade exige consistência, medição e compromisso. Exige também capacidade de adaptação e uma cultura de melhoria contínua.

O Grupo PARPÚBLICA continuará, por isso, a reforçar os seus mecanismos de acompanhamento, a promover maior articulação entre as empresas participadas e a desenvolver instrumentos que permitam avaliar, de forma cada vez mais rigorosa, o impacto económico, ambiental e social da sua atividade.

Olhamos para 2026 com responsabilidade e ambição. Responsabilidade, porque a gestão de ativos públicos exige rigor, prudência e sentido de serviço. Ambição, porque o património e as participações sob gestão do Grupo têm potencial para continuar a gerar valor, apoiar políticas públicas e contribuir para um modelo de desenvolvimento mais sustentável, inovador e inclusivo.

Em nome do Conselho de Administração, deixo uma palavra de reconhecimento a todos os trabalhadores, dirigentes, administradores e parceiros das empresas do Grupo PARPÚBLICA. O seu empenho, competência e sentido de missão são determinantes para que o Grupo continue a cumprir o seu papel ao serviço do interesse público.

A PARPÚBLICA continuará a afirmar-se como uma entidade orientada para a criação de valor sustentável, para a boa gestão dos recursos públicos e para a promoção de soluções que respondam aos desafios presentes e futuros do país.

Joaquim Cadete

Presidente do Conselho de Administração

PARPÚBLICA – Participações Públicas, SGPS, S.A.

Índice do relatório

01 Abertura institucional e enquadramento

02 Caracterização do Grupo

03 Enquadramento ESG, ODS e temas prioritários

04 Desempenho ambiental

05 Desempenho social

06 Governação, ética e transparência

07 Desempenho por área de negócio

08 Perfil ESG das empresas do Grupo

09 Iniciativas ESG 2025–2026

10 Fecho e melhoria contínua

11 Tabela de correspondência GRI e ODS

ROTEIRO EDITORIAL



Primeiro, contexto e escala; depois, desempenho ESG; por fim, empresas, iniciativas, melhoria contínua e correspondência técnica.

Sustentabilidade como Responsabilidade Pública

O presente Relatório de Sustentabilidade apresenta uma leitura integrada do desempenho ambiental, social e de governação do Grupo PARPÚBLICA no exercício de 2025, num contexto de maior exigência de transparência, qualidade de dados e responsabilidade na gestão de empresas e ativos de capitais públicos.

A diversidade do Grupo, que reúne atividades tão distintas como água, produção documental e monetária, agricultura, floresta, pecuária, imobiliário, mercados abastecedores, participações sociais e infraestruturas, exige uma análise proporcional. O relatório evita comparações artificiais entre realidades operacionais diferentes e privilegia a leitura por área de negócio.

Este documento dá visibilidade ao contributo das empresas do Grupo para a criação de valor público, identifica limitações metodológicas e aponta oportunidades de melhoria para reforçar a consistência, a rastreabilidade e a comparabilidade futura dos indicadores ESG.

Importa salientar que o relatório está integralmente alinhado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas. A estratégia de sustentabilidade do Grupo mapeou os ODS mais pertinentes às suas atividades e definiu metas contributivas para 2030, assegurando que as iniciativas descritas ao longo do relatório reforçam o compromisso nacional e global com a Agenda 2030.

A credibilidade do reporte depende tanto dos resultados apresentados como da transparência sobre o modo como são apurados.

O que este relatório entrega

01 Visão integrada

Consolida os principais indicadores ambientais, sociais e de governação reportados pelas entidades.

02 Leitura proporcional

Interpreta os dados por área de negócio, respeitando escala, atividade e maturidade de reporte.

03 Melhoria contínua

Assinala lacunas, reservas metodológicas e prioridades para dados ESG mais robustos.

Como ler este relatório

Uma visão de Grupo que respeita a especificidade de cada entidade.

A sustentabilidade no Grupo PARPÚBLICA deve ser lida a partir da natureza diversa das suas participadas, dos setores em que atuam e da maturidade dos dados disponíveis.

01 Escala e diversidade

O Grupo integra entidades operacionais intensivas em recursos e entidades com funções de gestão, património e apoio estratégico. A análise por área de negócio permite interpretar impactos sem apagar diferenças essenciais.

02 Dados com prudência

Os indicadores foram tratados com base na informação disponibilizada pelas empresas. Quando existem dados incompletos, N/A, N/D ou reservas de comparabilidade, essa limitação deve acompanhar a leitura dos resultados.

03 Evolução do reporte

O relatório é também uma ferramenta de gestão. A identificação de lacunas ajuda a definir indicadores mínimos comuns, reforçar validação interna e melhorar a rastreabilidade dos dados nos ciclos seguintes.

Regra de leitura

Os dados consolidados permitem uma visão de Grupo, mas não devem ser interpretados como ranking direto entre entidades com perfis operacionais, riscos e fontes de impacto distintos.

Mensagem de enquadramento

O objetivo é transformar dados ESG em leitura estratégica e não uniformizar artificialmente realidades diferentes.

O Grupo PARPÚBLICA em números

Escala, diversidade e principais indicadores ESG reportados pelas entidades em 2025.

PERÍMETRO DE REPORTE

10 entidades incluídas no tratamento ESG 2025

7 áreas de negócio com leitura agregada

ENTIDADES POR ÁREA



5 166 colaboradores

191 009 h horas de formação

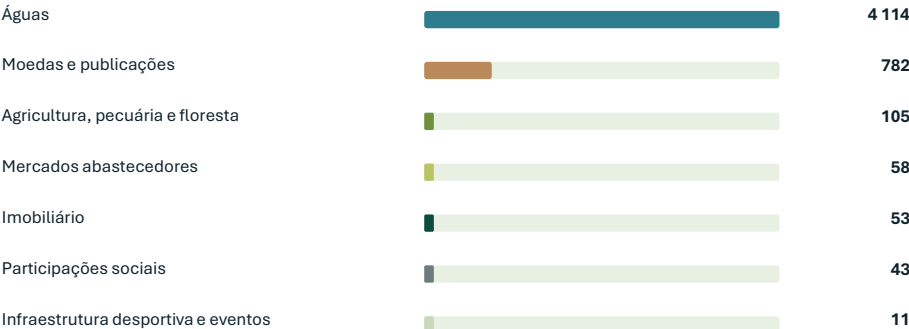
825,6 GWh eletricidade consumida

15,9 M m³ água consumida

499,7 kt resíduos não perigosos

9/10 entidades com efetivo reportado
Sagesecur sem pessoal próprio

DISTRIBUIÇÃO DE COLABORADORES POR ÁREA DE NEGÓCIO



Leitura rápida

A área da água concentra a maioria do efetivo e dos consumos operacionais.

Nota: indicadores tratados com base na informação disponibilizada pelas entidades.

Perímetro do relatório e metodologia

Perímetro 2025

Período de reporte: 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2025.

10 entidades incluídas no tratamento ESG do Grupo PARPÚBLICA.

Leitura agregada organizada em 7 áreas de negócio.

Entidades: PARPÚBLICA, AdP, INCM, Companhia das Lezírias, FlorestGal, Estamo, Fundiestamo, Grupo SIMAB, Circuito do Estoril e Sage secur.

Sage secur reportada com vários indicadores como não aplicáveis por não ter pessoal próprio.

Fontes e tratamento

Informação recolhida através dos questionários ESG preenchidos pelas participadas.

Tratamento complementar em Excel, com organização por entidade, área de negócio, tema ESG e indicador.

Cada métrica foi associada a unidade, fonte, comparabilidade, nota metodológica e nível de confiança.

Unidades de referência: kWh, m³, toneladas, FTE, n.º de trabalhadores, horas de formação e EUR.

Quando existiam dados N/A ou N/D, estes não foram convertidos em zero.

Limitações e reservas

Cobertura desigual entre entidades e temas, com alguns campos em branco ou sem evidência anexada.

Diferenças metodológicas em SST, energia, emissões, água e resíduos dificultam comparações diretas.

Indicadores ambientais são fortemente condicionados pela natureza operacional de cada área.

Alguns dados dependem de estimativas, anexos externos ou validação final pelas entidades.

A leitura por área de negócio deve evitar rankings simplistas entre realidades não comparáveis.

Regra de leitura: os dados consolidados permitem uma visão de Grupo, mas não devem ser interpretados como ranking direto entre entidades. A heterogeneidade operacional deve acompanhar a interpretação dos gráficos e indicadores.

Fonte: questionários ESG 2025 das entidades, base temática de tratamento e notas metodológicas de consolidação.

Caracterização do Grupo

Um grupo diversificado, com presença em setores estratégicos e perfis ESG distintos.

O Grupo PARPÚBLICA integra entidades com funções de gestão de participações públicas e atividades operacionais em áreas essenciais da economia portuguesa. A diversidade das suas atividades exige uma leitura ESG por área de negócio, evitando comparações artificiais entre realidades operacionais distintas.

01 Diversidade operacional

Água, produção documental e monetária, agricultura, floresta, pecuária, imobiliário, mercados abastecedores e infraestrutura desportiva.

02 Valor público

Atuação orientada para serviço público, gestão responsável de ativos, resiliência operacional e criação de valor sustentável.

03 Leitura ESG proporcional

Cada entidade deve ser analisada segundo o respetivo perímetro, atividade, materialidade e maturidade de reporte.

Áreas de negócio consideradas no relatório

A organização por área permite articular a visão agregada do Grupo com o perfil ESG específico de cada entidade.

Águas

Águas de Portugal
Água • energia • resiliência

Agricultura, floresta e pecuária

Companhia das Lezírias | FlorestGal
Solo • biodiversidade • território

Moedas e publicações

INCM
Produção • materiais • inovação

Participações sociais

PARPÚBLICA | Sage secur
Governança • supervisão • dados

Imobiliário

Estamo | Fundiestamo
Eficiência • reabilitação • recursos

Mercados abastecedores

Grupo SIMAB
Cadeia alimentar • logística • resíduos

Infraestrutura desportiva e eventos

Circuito do Estoril
Infraestrutura • energia • segurança

Mensagem-chave: a caracterização do Grupo é o ponto de partida para interpretar os indicadores ESG de forma integrada, mas proporcional à natureza de cada atividade.

Caracterização do Grupo

Visão geral da holding e das empresas participadas



A PARPÚBLICA – Participações Públicas (SGPS) S.A. foi criada através do Decreto-Lei n.º 209/2000, de 2 de setembro, o qual diploma teve como objetivo a reorganização, sob forma empresarial, da gestão da carteira de títulos do Estado e do património imobiliário público.

Neste sentido, em 2000, a PARPÚBLICA foi constituída com os ativos e passivos da Partest SGPS S.A., bem como com outros ativos transferidos pelo Tesouro, tendo em vista o reforço da sua estrutura de capital e a disponibilização dos meios necessários ao cumprimento das novas atribuições definidas pelo acionista Estado. Entre estas atribuições destacam-se a constituição de veículos empresariais orientados para a valorização do património imobiliário público e o alargamento da sua intervenção à gestão, acompanhamento e valorização de participações públicas com diferentes enquadramentos estratégicos.

Desde então, a PARPÚBLICA tem assumido um papel relevante na criação de valor público, através de uma gestão responsável, criteriosa e adaptada aos desafios institucionais, económicos e sociais de cada momento.

G

2. Empresas do Grupo

Águas de Portugal
INCM
Companhia das Lezírias
FlorestGal
Estamo
Fundiestamo
Grupo SIMAB
Circuito Estoril
Sagesecur

A

3. Áreas de atividade

Água
Moeda, publicações e serviços documentais
Agricultura, floresta e pecuária
Imobiliário
Mercados abastecedores
Segurança
Mobilidade e eventos

O Grupo PARPÚBLICA reúne entidades com missões públicas e perfis operacionais muito distintos. A caracterização deve, por isso, combinar a leitura institucional da holding com uma visão individualizada das empresas participadas, evitando comparações artificiais entre setores.

Caracterização do Grupo

Empresas participadas



A principal atividade da AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. centra-se na gestão integrada do ciclo urbano da água, abrangendo todas as suas etapas, desde a captação, tratamento e distribuição de água para consumo público até à recolha, transporte, tratamento e rejeição de águas residuais urbanas e industriais, incluindo ainda soluções de reciclagem e reutilização.

Com uma presença consolidada em Portugal continental e atividade internacional em vários países, através das empresas que integram o Grupo AdP, a organização desenvolve também iniciativas na área das energias renováveis, promovendo a valorização energética dos seus ativos e recursos endógenos. Paralelamente, aposta no desenvolvimento de novas áreas de negócio e de produtos associados à economia circular.



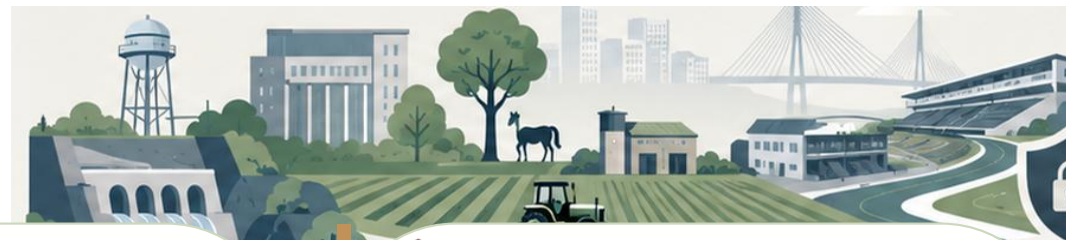
A INCM - Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P.

é uma empresa pública portuguesa com mais de dois séculos de história, assumindo um papel essencial na produção de bens e serviços fundamentais à soberania do Estado, à segurança documental e à vida quotidiana dos cidadãos. A sua atividade combina tradição, rigor técnico e inovação, abrangendo a produção de moeda metálica, passaportes, documentos de identificação, selos fiscais, certificados digitais, livros e edições culturais. A INCM é ainda responsável pela cunhagem das moedas em circulação em Portugal, incluindo moedas comemorativas e de coleção. Para além da sua dimensão industrial e tecnológica, a INCM desempenha uma função cultural de grande relevância, através da preservação e divulgação do património literário e documental português. Por via da Imprensa Nacional, publica obras de referência e promove autores clássicos e contemporâneos, contribuindo para a valorização do conhecimento, da língua portuguesa e da cultura nacional.



A ESTAMO – Participações Imobiliárias, S.A. é uma empresa do setor empresarial do Estado especializada na gestão, requalificação e valorização do património imobiliário público. A sua missão centra-se na criação de valor a partir dos ativos imobiliários do Estado, promovendo uma utilização eficiente, sustentável e estratégica destes recursos.

Com uma atuação transversal, que envolve entidades da Administração Pública Central e Local, a ESTAMO tem vindo a desenvolver soluções que conciliam o interesse público com a racionalidade económica. A sua intervenção contribui para uma gestão mais eficaz do território, para a reabilitação urbana e para o cumprimento de objetivos de sustentabilidade e responsabilidade social.



Caracterização do Grupo

Empresas participadas



A SIMAB - Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores, S.A. é uma empresa do setor empresarial do Estado responsável pelo desenvolvimento, gestão e modernização da rede nacional de mercados abastecedores e de plataformas de logística agroalimentar. A sua missão consiste em reforçar a eficiência das cadeias de abastecimento alimentar, criando condições adequadas ao funcionamento do comércio grossista e contribuindo para a segurança alimentar, a competitividade económica e a sustentabilidade dos sistemas de distribuição. Com uma presença relevante no território, a SIMAB desempenha um papel estratégico no apoio à economia local e regional, promovendo práticas logísticas mais responsáveis, a redução do desperdício alimentar e a valorização dos produtos nacionais.



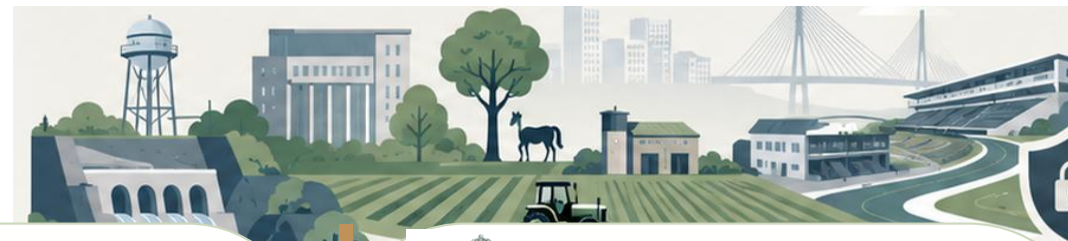
FUNDIESTAMO
SOCIEDADE GESTORA DE ORGANISMOS
DE INVESTIMENTO COLETIVO, S.A.

A Fundiestamo, SGOIC, S.A. é uma sociedade gestora de organismos de investimento coletivo, de capital exclusivamente público, com uma atuação centrada na valorização, racionalização e gestão eficiente do património imobiliário público. Através de uma gestão profissional e criteriosa dos ativos sob a sua responsabilidade, a Fundiestamo promove soluções sustentáveis, alinhadas com os objetivos estratégicos do Estado e orientadas para a criação de valor económico, social e territorial. A sua atividade contribui para a regeneração urbana, para a utilização responsável do território e para a maximização do valor dos bens públicos, reforçando o papel do património imobiliário como instrumento de desenvolvimento, sustentabilidade e interesse público.



Companhia das Lezírias

A Companhia das Lezírias, S.A., sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, constitui a maior exploração agropecuária e florestal existente em Portugal, assumindo um papel relevante na gestão sustentável do património rural, agrícola, florestal e ambiental do Estado. A sua atividade desenvolve-se, em particular, na Lezíria de Vila Franca de Xira, composta pela Lezíria Norte e pela Lezíria Sul. A Lezíria Norte integra cerca de 1.300 hectares explorados indiretamente, enquanto a Lezíria Sul abrange aproximadamente 5.000 hectares, dos quais cerca de 2.600 hectares se encontram arrendados e cerca de 2.200 hectares são explorados diretamente pela Companhia das Lezírias. Nesta área, destacam-se as zonas destinadas a pastagens e à cultura do arroz, bem como a integração da Lezíria Sul na Rede Natura 2000, o que reforça a importância ecológica e ambiental deste território. A Companhia das Lezírias assegura ainda a gestão do EVOA, um dos principais centros de observação de aves do país, contribuindo para a conservação da biodiversidade, a educação ambiental e a valorização sustentável do território.



Caracterização do Grupo

Empresas participadas



A CE - Circuito do Estoril, S.A. constitui um ativo público de referência, com elevado valor histórico, desportivo, económico e territorial para Portugal. Reconhecido nacional e internacionalmente, afirma-se como uma infraestrutura estratégica para a promoção do desporto motorizado, para a dinamização turística e para a projeção externa do país. A sua gestão tem vindo a privilegiar uma utilização mais eficiente dos recursos, a diversificação das atividades desenvolvidas e a valorização do território envolvente. Através da realização de eventos desportivos, ações formativas, iniciativas empresariais e atividades corporativas, o Circuito do Estoril contribui para a criação de valor económico, social e ambiental, em alinhamento com os princípios de sustentabilidade, responsabilidade e boa gestão pública prosseguidos pela PARPÚBLICA.



A Florestgal - Empresa de Gestão e Desenvolvimento Florestal, S.A. é a primeira empresa pública portuguesa dedicada à gestão e ao desenvolvimento florestal, assumindo-se como um instrumento de execução de uma estratégia nacional de valorização da floresta.

A sua atuação visa promover uma gestão mais sustentável, ativa e integrada dos espaços florestais, contribuindo para a preservação da biodiversidade, a conservação do solo e da água, a proteção das populações e a prevenção de riscos associados ao território.

A empresa desempenha ainda um papel relevante no desenvolvimento económico e social da fileira florestal, incentivando modelos de gestão participativa e o envolvimento das comunidades locais. Desta forma, contribui para a construção de territórios mais equilibrados, inclusivos, resilientes e preparados para os desafios ambientais e climáticos.

A atividade da FlorestGal organiza-se em três grandes eixos de intervenção: valorização do património próprio, criação de novos negócios e expansão territorial.

SAGESECUR

A Sage secur - Sociedade De Estudos, Desenvolvimento e Participação em Projetos, S.A. é uma empresa integrada no Grupo PARPÚBLICA, concebida como um veículo instrumental para a concretização de projetos específicos considerados de interesse público e enquadráveis no respetivo objeto social. Atendendo à sua natureza instrumental, a definição dos seus objetivos depende da avaliação realizada ao nível do Grupo e do acionista Estado, em função da relevância estratégica e da oportunidade de intervenção em cada projeto. Neste contexto, a Sage secur constitui um meio de execução dos objetivos definidos pelo acionista Estado para a PARPÚBLICA, permitindo assegurar uma atuação direcionada, flexível e adequada à concretização de iniciativas específicas.



Como o Grupo está organizado

Critério de agregação
Por atividade e impacto
Entidades por área

Tipo de impacto
Ambiental
Social
Governança

Uso no relatório
Base para gráficos por área
Base para perfis das empresas
Base para prioridades



Enquadramento ESG e ODS

Integração dos temas ESG com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030

A estratégia de sustentabilidade do Grupo PARPÚBLICA assenta numa leitura integrada dos temas ambientais, sociais e de governação, articulando dados reportados, iniciativas das empresas e contributos para os ODS.



ESG

Três dimensões de análise para interpretar impactos, riscos e oportunidades de sustentabilidade.



Ambiente

Recursos naturais, ação climática, economia circular e biodiversidade.



Social

Bem-estar, competências, segurança, diversidade e comunidades.



Governação

Ética, transparência, risco, controlo interno e dados.



ODS PRIORITÁRIOS

ODS com ligação mais direta aos dados e iniciativas reportados pelas empresas do Grupo.



O NOSSO COMPROMISSO



1 Alinhamento estratégico

Integrar os ODS na estratégia e nos planos de ação das empresas do Grupo.



2 Gestão baseada em dados

Acompanhar indicadores e metas que suportem decisões e melhoria contínua.



3 Parcerias e colaboração

Trabalhar com parceiros, clientes, comunidades e entidades públicas para gerar impacto positivo.



A integração dos ODS é apresentada como uma leitura estratégica sustentada por dados reportados e por iniciativas com ligação material às empresas do Grupo.

Nota: ODS 6 e 16 são tratados como enquadramento editorial do Grupo quando não mapeados expressamente por todas as entidades.

Contribuição do Grupo PARPÚBLICA para os ODS

Mapa de ODS associados às empresas, de acordo com os mapeamentos realizados e as principais iniciativas reportadas.

Matriz de associação aos ODS

● ODS mapeado e reportado pela empresa ○ ODS associado pela natureza da atividade ou por leitura editorial

		6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO	7 ENERGIA ACESSÍVEL E LIMPA	8 TRABALHO DIGNO E CRESCIMENTO ECONÓMICO	11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS	12 PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS	13 AÇÃO CLIMÁTICA	15 PROTEGER A VIDA TERRESTRE	16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES	17 PARCERIAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS
	AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	○	○		○	○	○			
	Imprensa Nacional – Casa da Moeda, E.P.			●			●			●
	Companhia das Lezírias, S.A.		●	●		●	●	●		
	FlorestGal - Empresa de Gestão e Desenvolvimento Florestal, S.A.			●				●		
	Estamo – Participações Imobiliárias, S.A.		○		○	○	○			
	FundiEstamo, Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.		○		○	○	○			
	SIMAB – Sociedade Instaladora de Mercados Abastecedores		●	●		●	●			●
	Circuito do Estoril, S.A.				●					
	PARPÚBLICA – Participações Públicas, SGPS, S.A.			○					○	
	Sagesecur – Sociedade de Estudos, Desenvolvimento e Participação em Projetos								○	

ODS em foco

	ODS 6 — Água potável e saneamento Gestão sustentável da água e saneamento para todos.
	ODS 7 — Energias renováveis e acessíveis Acesso a energia fiável, sustentável e moderna.
	ODS 8 — Trabalho digno e crescimento económico Emprego produtivo, crescimento inclusivo e condições dignas.
	ODS 11 — Cidades e comunidades sustentáveis Territórios, infraestruturas e comunidades resilientes.
	ODS 12 — Produção e consumo sustentáveis Eficiência de recursos, resíduos e circularidade.
	ODS 13 — Ação climática Mitigação, adaptação e resiliência climática.
	ODS 15 — Proteger a vida terrestre Biodiversidade, solo, floresta e ecossistemas terrestres.
	ODS 16 — Paz, justiça e instituições eficazes Ética, transparência, controlo interno e instituições responsáveis.
	ODS 17 — Parcerias para os objetivos Cooperação, parcerias e criação de valor partilhado.

Nota metodológica: A associação aos ODS resulta de mapeamentos realizados pelas empresas (●) e, quando aplicável, de uma leitura editorial fundamentada na natureza da atividade e nos indicadores reportados (○).

Temas Prioritários de Reporte

Temas prioritários de reporte, organizados por pilar ESG e por relevância para as áreas de negócio do Grupo



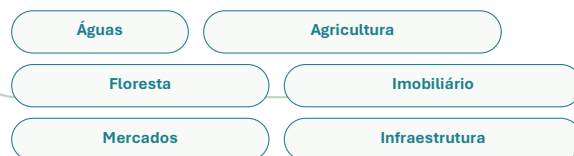
Ambiental

Gestão eficiente dos recursos naturais, redução de impactos operacionais e proteção do território.

TEMAS-CHAVE

- Água e eficiência hídrica
- Energia, renováveis e emissões
- Resíduos, valorização e circularidade
- Biodiversidade, solo e território

ÁREAS COM MAIOR INCIDÊNCIA



Social

Foco nas pessoas, nas condições de trabalho, na qualificação e no valor criado nos territórios.

TEMAS-CHAVE

- Emprego e caracterização da força de trabalho
- Formação e desenvolvimento de competências
- Saúde e segurança no trabalho
- Igualdade, diversidade e comunidade

ÁREAS COM MAIOR INCIDÊNCIA



Governança

Integridade, transparência e robustez do reporte como elementos centrais da responsabilidade pública.

TEMAS-CHAVE

- Ética, conduta e prevenção da corrupção
- Gestão de risco e controlo interno
- Compras, fornecedores e cadeia de valor
- Dados ESG, rastreabilidade e validação

ÁREAS COM MAIOR INCIDÊNCIA



Estes temas orientam a análise do desempenho ambiental, social e de governança, sem substituir a avaliação individual de cada entidade e das respetivas limitações de reporte.

Nota: a seleção corresponde a temas prioritários de reporte e não a uma análise formal de materialidade.

Desempenho ambiental

Do recurso ao resultado: água, energia, emissões, resíduos e território.



ENERGIA

Consumo elétrico reportado

825,6 GWh

Total das entidades com valor numérico reportado.

Concentração operacional

99,1%

Peso da Águas de Portugal no consumo elétrico agregado.

Restantes entidades

7,6 GWh

Consumo elétrico agregado sem Águas de Portugal.

Consumo elétrico por entidade

Leitura em GWh; a escala é interrompida para destacar as restantes entidades.

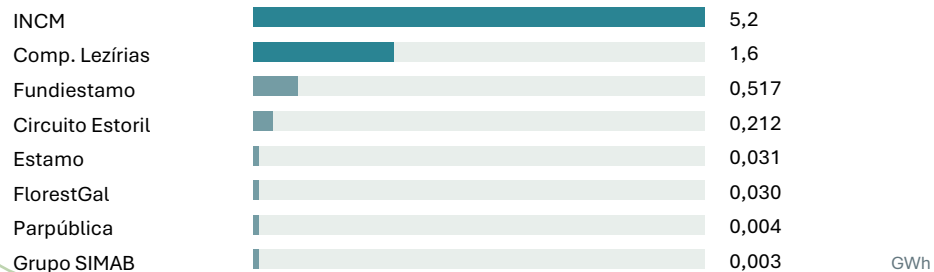
Águas de Portugal

Restantes



817,9 GWh

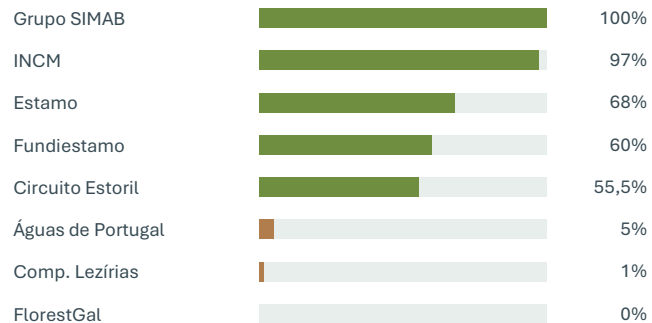
7,6 GWh



GWh

Eletricidade de origem renovável

Percentagem reportada pelas entidades, quando disponível.



ÁGUA

Informação consolidada

15,9 M m³

água consumida reportada

10,7 M m³

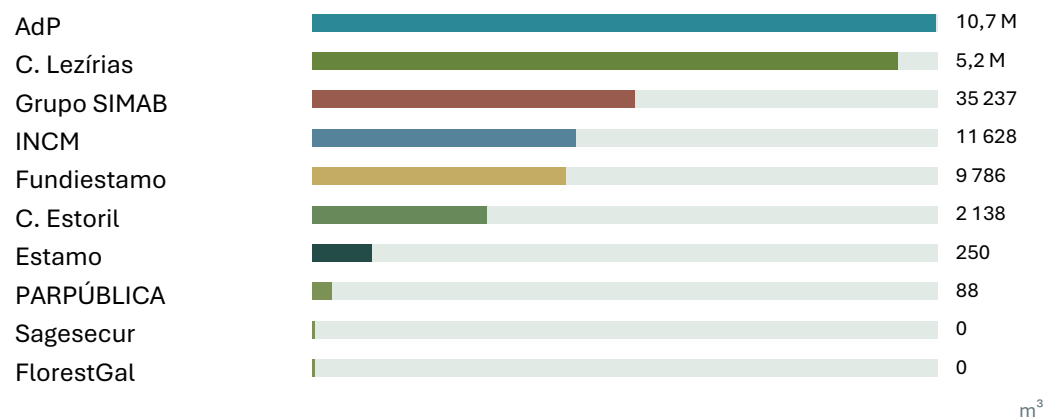
Águas de Portugal

5,2 M m³

Companhia das Lezírias

- Valores numéricos reportados por Águas de Portugal, Companhia das Lezírias, Grupo SIMAB, INCM, Fundiestamo, Circuito Estoril, Estamo e PARPÚBLICA.
- Sage secur e FlorestGal surgem com 0 apenas para efeitos gráficos, por ausência de valor numérico reportado ou não materialidade.

Consumo de água reportado



Nota metodológica: o gráfico inclui todas as entidades do perímetro. Quando não existe valor numérico reportado, N/A, N/D ou não materialidade, foi usado 0 apenas para efeitos de visualização. Não confundir consumo interno com a atividade económica ligada ao ciclo da água.

RESÍDUOS

Informação consolidada

499,7 kt

resíduos não perigosos reportados

7,2 kt

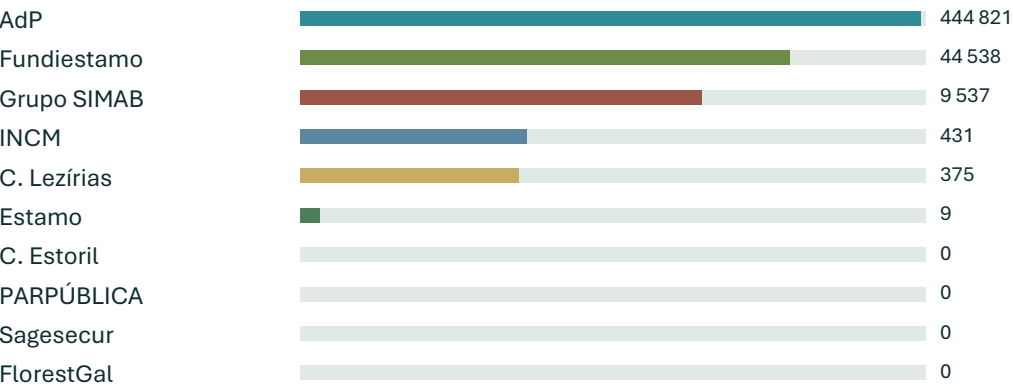
resíduos perigosos reportados

446,9 kt

resíduos enviados para valorização

- Valores numéricos: AdP, Fundiestamo, Grupo SIMAB, INCM, Companhia das Lezírias e Estamo.
- Circuito Estoril, PARPÚBLICA, Sage secur e FlorestGal surgem com 0 apenas para efeitos gráficos, por N/A, N/D, ausência de valor ou não materialidade.

Resíduos não perigosos gerados



t

BIODIVERSIDADE, SOLO E TERRITÓRIO

41 758 ha

área agrícola/florestal gerida

5 916 ha

zonas protegidas ou adjacentes

FSC

certificação reportada pela FlorestGal

461 055 kg

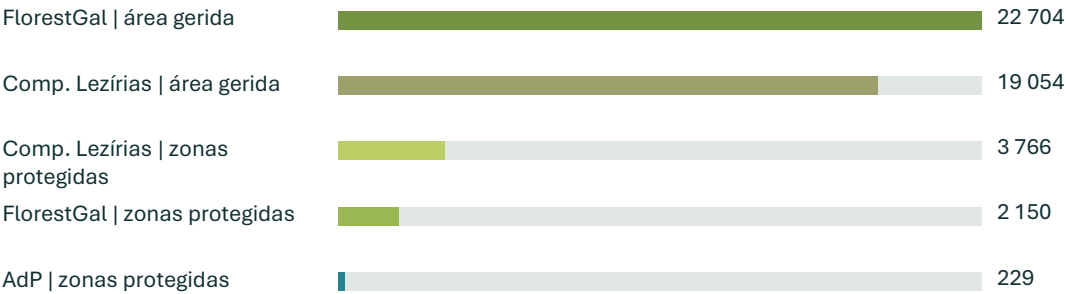
fitofármacos/fertilizantes reportados pela CL

Informação consolidada

- FlorestGal: 22 703,71 ha sob gestão e 2 149,95 ha em zonas protegidas ou adjacentes.
- Companhia das Lezírias: 19 054 ha sob gestão e 3 766 ha em zonas protegidas.
- Águas de Portugal: 229 ha em zonas protegidas ou adjacentes.
- A informação territorial é sobretudo material nas atividades agrícola, florestal e de gestão de ativos naturais.

Áreas geridas e áreas protegidas ou adjacentes

Valores em hectares; escala proporcional ao maior valor reportado.



ha

Evidência qualitativa

- FlorestGal: gestão agrupada, adaptação climática e reabilitação de ativos naturais.
- Companhia das Lezírias: práticas regenerativas agrícolas e pecuária de baixo carbono.

Indicadores e limites de reporte

- CL: contagens de biodiversidade e aves anilhadas.
- FlorestGal: cogumelos como indicador monitorizado.
- Restantes entidades: N/A, N/D ou não material.



Desempenho social

Pessoas, segurança, competências e impacto territorial.



PESSOAS DO GRUPO

Efetivo total

5 166

trabalhadores reportados

FTE médio

4 956

equivalente a tempo inteiro

Mulheres reportadas

1 680

cerca de 33% do total com género

Cobertura

9/10

entidades com pessoal próprio

Leitura consolidada

- A força de trabalho do Grupo está fortemente concentrada na Águas de Portugal.
- A INCM representa o segundo maior universo de colaboradores.
- As restantes entidades têm dimensão laboral muito inferior, mas perfis operacionais distintos.
- A Sage secur reporta não ter pessoal próprio.

Distribuição por género – página 23

Efetivo por entidade

AdP destacada; restantes entidades em escala própria para permitir leitura.

Águas de Portugal

Restantes

4 114

1 052

INCM		782
Comp. Lezírias		91
Grupo SIMAB		58
PARPÚBLICA		43
Estamo		41
FlorestGal		14
Fundiestamo		12
Circuito Estoril		11
Sage secur		0

Nota metodológica: a Sage secur foi considerada sem pessoal próprio; os dados resultam do efetivo reportado pelas entidades no perímetro ESG 2025.

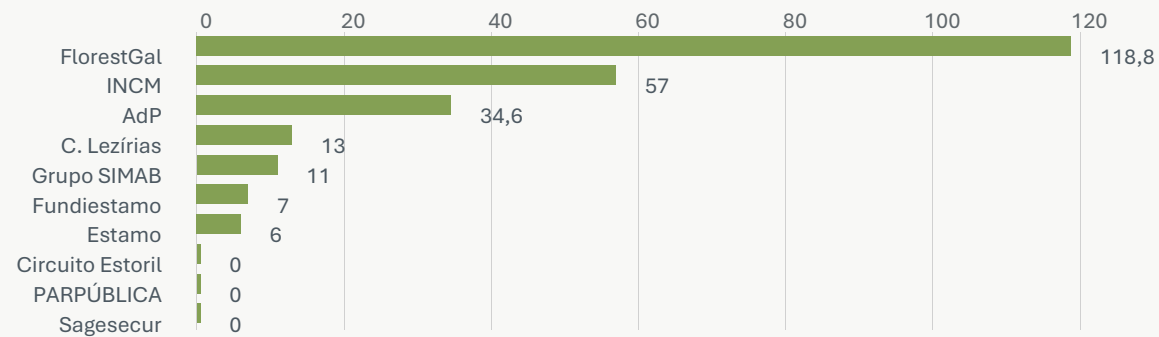
FORMAÇÃO

Informação-chave

- Horas totais de formação: 191 008 h
- Leitura principal: horas médias por colaborador
- Médias mais elevadas: FlorestGal (118,8 h), INCM (57 h) e AdP (34,6 h)
- Entidades com horas reportadas: FlorestGal, INCM, AdP, C. Lezírias, Grupo SIMAB, Fundiestamo e Estamo
- Circuito Estoril, PARPÚBLICA e Sage secur surgem com 0 h

Formação média por entidade

Ranking em horas por colaborador. Empresas sem horas reportadas surgem com zero.



Nota metodológica: a Sage secur foi considerada sem pessoal próprio; os dados resultam do efetivo reportado pelas entidades no perímetro ESG 2025.

SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO

7,84 M h

horas trabalhadas reportadas

29 | 8

acidentes com baixa | sem baixa

0

acidentes fatais reportados

6 002

dias perdidos reportados

Leitura integrada do tema

- A saúde e segurança no trabalho assume relevância diferenciada no Grupo PARPÚBLICA, refletindo a diversidade das atividades desenvolvidas pelas suas entidades.
- Nas entidades operacionais, o tema está ligado à exposição física, à prevenção de acidentes e à monitorização da sinistralidade; nas holdings e estruturas reduzidas, a exposição tende a ser mais limitada, mas subsistem deveres de prevenção, formação e controlo.
- Entidades com maior taxa de frequência reportada/recalculada: Águas de Portugal (37,39), Companhia das Lezírias (24,07) e INCM (20,61).
- O Grupo reporta 29 acidentes com baixa, 8 acidentes sem baixa e 0 acidentes fatais.
- Foram ainda reportados 6.002 dias perdidos.



Prevenção, procedimentos e cultura de segurança



Formação, resposta e controlo operacional

IGUALDADE, DIVERSIDADE E INCLUSÃO



DESEMPENHO SOCIAL

TEMAS EM DESTAQUE

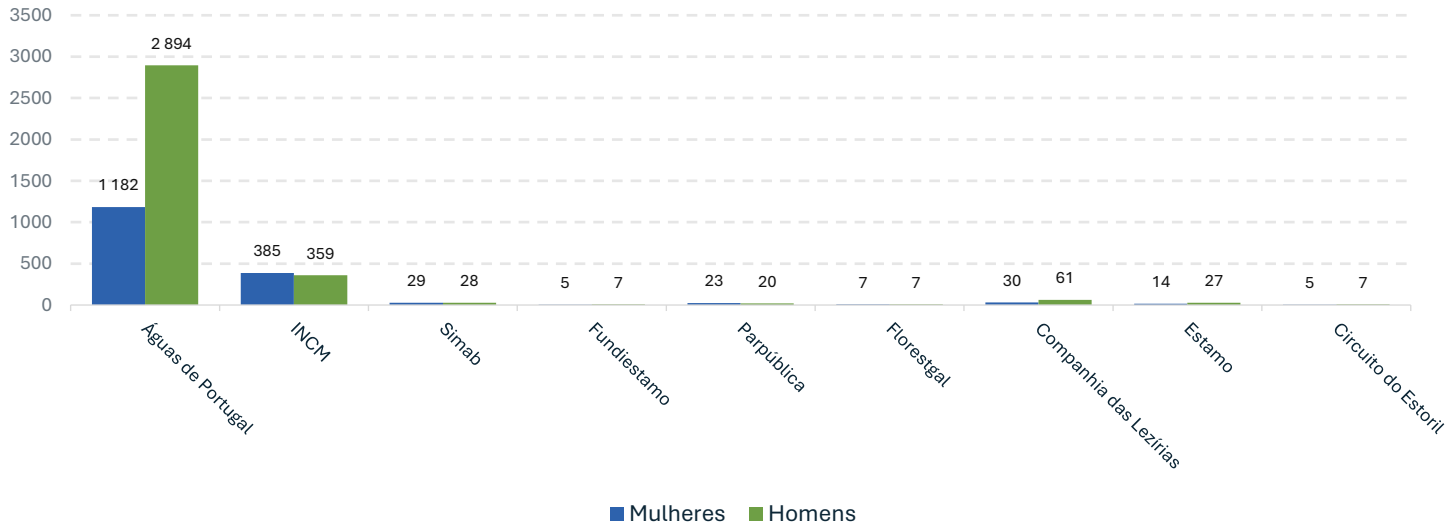
Distribuição por género

Mulheres em cargos de direção

Medidas de conciliação

Políticas de igualdade

Colaboradores por Género



PRINCIPAL INSIGHT

O Grupo apresenta realidades distintas entre sociedades, com maior equilíbrio em entidades de menor dimensão e maior assimetria absoluta nas empresas com mais colaboradores. O acompanhamento destes indicadores permite orientar medidas de igualdade, conciliação e desenvolvimento de talento.



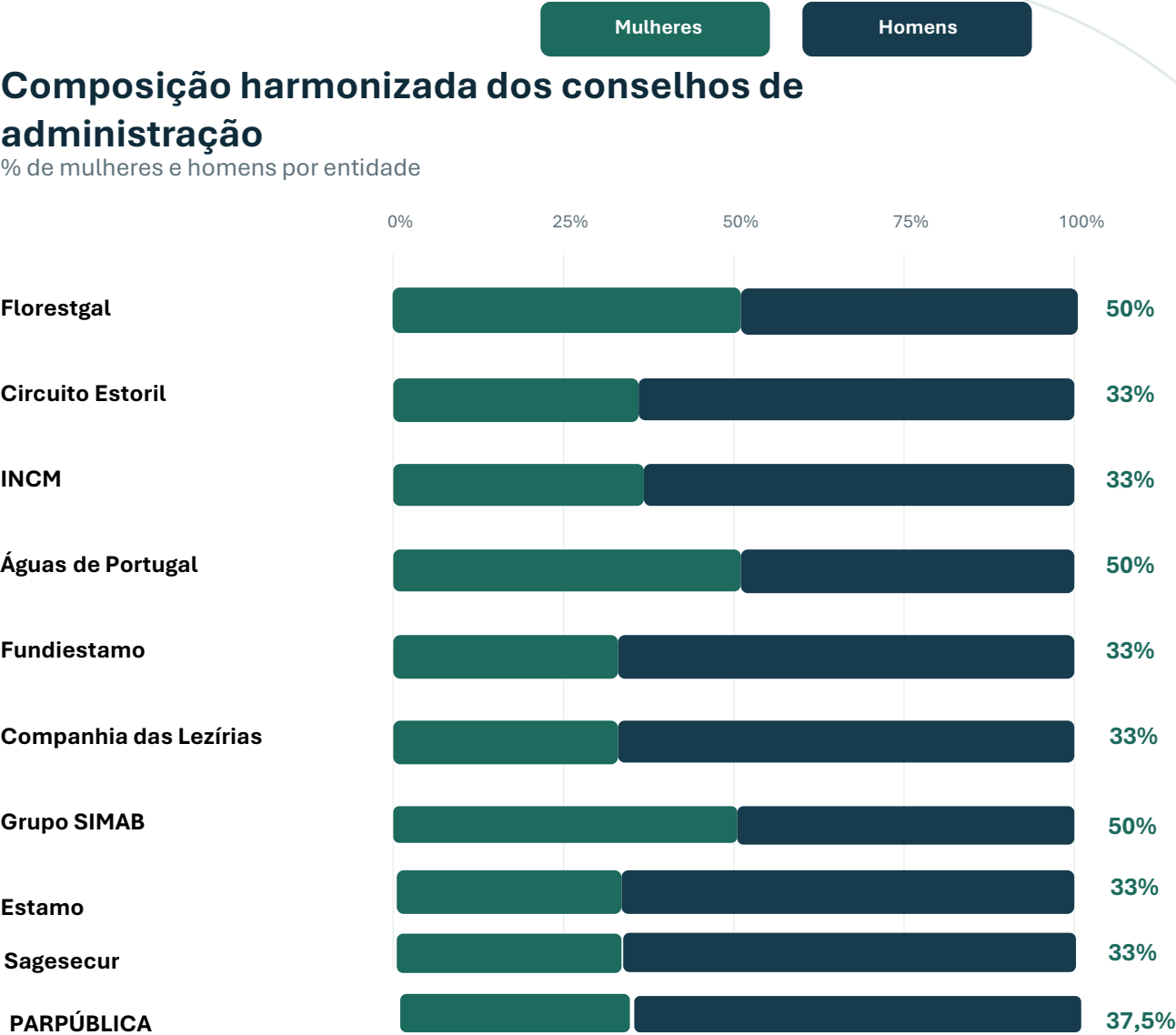


Presença feminina nos Conselhos de Administração

Representatividade feminina harmonizada em percentagem

Composição harmonizada dos conselhos de administração

% de mulheres e homens por entidade



CONCILIAÇÃO ENTRE VIDA PROFISSIONAL E PESSOAL

Um eixo social que liga bem-estar, igualdade de oportunidades e sustentabilidade organizacional.

Enquadramento

A conciliação entre vida profissional, familiar e pessoal é assumida como uma condição de bem-estar, motivação e sustentabilidade social. As iniciativas reportadas reforçam o acesso efetivo a direitos parentais, a partilha de responsabilidades familiares e a criação de condições para uma vida mais equilibrada e inclusiva.



Parentalidade sem barreiras

Acesso equitativo a licenças parentais e medidas de apoio à família.

Cultura inclusiva

Envolvimento masculino nas licenças parentais como sinal de mudança cultural.

Gestão certificada

Evidência mais estruturada no Grupo AdP, INCM e PARPÚBLICA.

A conciliação é apresentada como prática de gestão responsável e humanizada, com ligação direta à igualdade de género, à motivação e à retenção de talento.

PARPÚBLICA: conciliação estruturada e certificada

Da política interna à certificação, com foco na igualdade, parentalidade e cultura organizacional.

Medidas reportadas

Plano para a Igualdade

Implementação em 2025, aprovado pela CITE, com enfoque em igualdade de oportunidades, prevenção da discriminação e reforço da conciliação.

iGen – Fórum das Organizações para a Igualdade

Participação ativa em grupos de trabalho, partilha de boas práticas e integração de aprendizagens na estratégia interna.

Parentalidade e equilíbrio de vida

Medidas de apoio à parentalidade e promoção de equilíbrio entre vida profissional, familiar e pessoal, com impacto positivo na motivação e produtividade.

Sistema de Gestão da Conciliação

Renovação da certificação alinhada com a NP 4552:2022, definição da Política de Conciliação e elaboração do Manual da Conciliação.



Síntese de leitura

A PARPÚBLICA surge como uma das entidades com abordagem mais estruturada à conciliação, combinando política formal, certificação, instrumentos internos e participação em redes de igualdade.

A conciliação é tratada como fator de gestão de pessoas, inclusão e sustentabilidade social, e não apenas como benefício laboral isolado.

Grupo AdP, INCM e PARPÚBLICA: evidência de maturidade

As três organizações destacam-se por contar com certificação no Sistema de Gestão da Conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal.

AdP

Certificação no Sistema de Gestão da Conciliação

Evidência de compromisso com gestão responsável de pessoas.

INCM

Certificação no Sistema de Gestão da Conciliação

Integração da conciliação na cultura organizacional e práticas de gestão.

PARPÚBLICA

Certificação NP 4552:2022 e instrumentos internos

Política de Conciliação, Manual da Conciliação e Plano para a Igualdade.

Licenças parentais e corresponsabilização

É maioritariamente o sexo masculino que usufruiu do direito à licença parental, resultado associado a características concretas da vida pessoal e familiar dos colaboradores, e não a limitações ou condicionamentos das políticas internas.

Leitura institucional

A evidência reforça uma cultura organizacional mais responsável e humanizada, em que a conciliação é tratada como condição de equidade, inclusão e sustentabilidade social.

COMUNIDADE E TERRITÓRIO

Como o Grupo cria valor no território

A atuação do Grupo PARPÚBLICA nos territórios traduz-se na prestação de serviços de interesse público, na valorização de ativos estratégicos e no reforço da relação com comunidades, parceiros e entidades locais. Este eixo evidencia o contributo para a coesão territorial, a acessibilidade a serviços essenciais e a criação de valor social duradouro.

- Serviços essenciais — água, saneamento, abastecimento e segurança documental
- Território e natureza — gestão agroflorestal, biodiversidade e prevenção
- Património e ativos — reabilitação, valorização e utilização responsável
- Parcerias locais — proximidade, educação, segurança e resposta comunitária

Impacto territorial

Serviços, património e natureza como eixos de valor público.



Serviços essenciais

AdP, SIMAB e INCM

Água, saneamento, mercados abastecedores, moeda, publicações e segurança documental.



Território e natureza

Companhia das Lezírias e FlorestGal

Gestão agroflorestal, restauro ecológico, prevenção de incêndios e conservação.



Património e ativos

Estamo e Fundiestamo

Valorização e reabilitação de ativos públicos, com impacto urbano e territorial.



Segurança e eventos

Circuito Estoril

Formação de jovens pilotos, prevenção rodoviária e colaboração com entidades públicas.



Governança, ética e transparência

Integridade, responsabilidade e prestação
de contas.



Direção, controlo e criação de valor público

Num grupo público multissetorial, o sistema de governance não é apenas uma exigência formal. É o mecanismo que assegura orientação estratégica, controlo efetivo, responsabilidade na decisão e confiança na gestão de ativos públicos.

Ao estabelecer regras claras de decisão, acompanhamento e reporte, a PARPÚBLICA reforça a capacidade de articulação entre o acionista Estado, a holding e as empresas participadas, promovendo uma atuação coerente, transparente e orientada para o interesse público.

O modelo deve garantir

- Alinhamento estratégico**
entre acionista, PARPÚBLICA e empresas participadas.
- Responsabilidades claras**
com poderes de decisão, supervisão e reporte bem definidos.
- Transparência e integridade**
na prestação de contas perante o Estado, os cidadãos e os stakeholders.
- Risco e sustentabilidade**
integrados nos processos de gestão, controlo interno e melhoria contínua.

Da conformidade à criação de valor sustentável.

PARPÚBLICA

Órgãos Sociais e estrutura de governo societário

8

membros no Conselho de Administração

3

membros na Mesa da Assembleia Geral

2

ROC efetivo e suplente

Conselho de Administração

2024–2026

Gestão e supervisão estratégica

P

Presidente

Joaquim Cadete

E

Componente executiva

João Pinhão — Vice-presidente Executivo

Cristina Carvalho — Vogal Executivo

João Ferreira — Vogal Executivo

Filipa Franco — Vogal Executivo

A

Não executivos e Comissão de Auditoria

Pedro Fontes Falcão — Presidente da Comissão de Auditoria

Rita Domingues dos Santos da Cunha Leal — membro

José Miguel Azevedo Rodrigues — membro

Estrutura divulgada com eleições por DUE entre agosto de 2024 e julho de 2025.

Mesa da Assembleia Geral

2023–2025

Representação e funcionamento da assembleia de acionistas

Presidente

Nuno Pereira da Cruz

Vice-Presidente

Maria de Lurdes Pereira Moreira Correia de Castro

Secretária

Maria Teresa Vasconcelos Abreu Flor de Morais

Revisor Oficial de Contas

2020–2022

Efetivo

Moore Stephens & Associados, SROC, S.A.

Suplente

Baker Tilly, PG & Associados, SROC, Lda.

Representada pelo Dr. Paulo Galvão André

Modelo de governo assente em gestão, controlo societário e revisão legal de contas.

Políticas reportadas por entidade

Leitura de governance

A identificação das políticas reportadas por cada entidade permite comparar níveis de maturidade, consolidar mínimos comuns de controlo e orientar prioridades de harmonização no Grupo.

Objetivo

Passar de reporte disperso para uma visão integrada de políticas, responsabilidades e mecanismos de prestação de contas.

Matriz por entidade

políticas e instrumentos indicados no reporte

01

Parpública

Ética e conduta · PPR · Canal de denúncias · Igualdade · RGPD

02

Águas de Portugal

Ética · PPR · Canal de denúncias · Igualdade · Ambiente/qualidade · SST

03

INCM

Ética · PPR · Canal de denúncias · Segurança da informação · Qualidade/ambiente · RGPD

04

Estamo

Ética · PPR · Canal de denúncias · Igualdade · Proteção de dados

05

Fundiestamo

Ética · PPR · Canal de denúncias · Conflitos de interesses · RGPD

06

SIMAB

Ética · PPR · Canal de denúncias · SST · Ambiente/qualidade

07

Companhia das Lezírias

Ética · PPR · Canal de denúncias · Ambiente/biodiversidade · SST

08

FlorestGal

Ética · PPR · Canal de denúncias · Gestão florestal · Ambiente/SST

09

Sagesecur

Ética · PPR · Canal de denúncias · instrumentos transversais do Grupo

10

Circuito do Estoril

Ética · PPR · Canal de denúncias · SST/eventos · Ambiente

Papel da PARPÚBLICA na coordenação, consolidação e utilização da informação ESG do Grupo

- A PARPÚBLICA assegura o acompanhamento estratégico das participadas e a visão integrada de Grupo.
- As empresas mantêm responsabilidade primária pela recolha, fonte e evidência dos indicadores.
- A informação ESG é tratada por entidade, área de negócio, tema, unidade e nota metodológica.
- A leitura consolidada suporta prioridades, lacunas e plano de ação, sem criar rankings artificiais.

Da recolha nas participadas à decisão e prestação de contas do Grupo.



Foco em responsabilidades, evidência e rastreabilidade: a melhoria da governação ESG depende de indicadores mínimos comuns, validação documentada e calendário de reporte.

Riscos ESG

Áreas de risco reportadas

Categorias de exposição consideradas na análise transversal do Grupo.

- A

Ambientais
água, energia, resíduos, biodiversidade, clima e território.
- S

Sociais
atração e retenção de talento, adequação de RH, SST e gestão do conhecimento.
- G

Compliance e governação
corrupção, conflitos de interesses, contratação, privacidade e cibersegurança.
- O

Operacionais e reputacionais
fiabilidade de infraestruturas, segurança física e robustez dos dados.

Matriz indicativa de exposição

Síntese indicativa por área, a consolidar com metodologia comum de severidade e probabilidade.

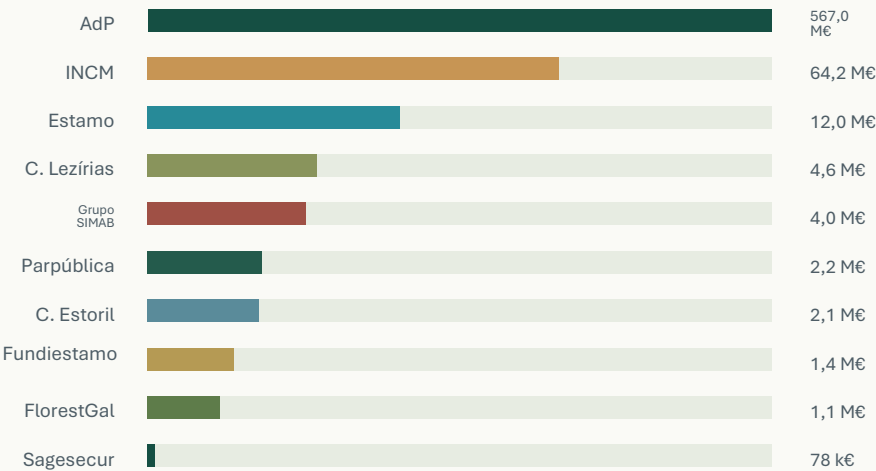
Área	Amb.	Social	Gov.	Dados
Água	Alto	Médio	Alto	Médio
Agricultura/floresta	Alto	Médio	Médio	Médio
Moeda e publicações	Médio	Alto	Alto	Médio
Imobiliário	Médio	Baixo	Médio	Alto
Mercados	Alto	Médio	Médio	Médio
Participações	Baixo	Baixo	Alto	Alto

Exposição qualitativa, não ranking de desempenho.

! Os riscos são avaliados por entidade e por área de negócio.

Fornecedores e cadeias de valor

Despesa com fornecedores por entidade



Valores reportados em milhões de euros.

Evidência ESG na cadeia de valor

Leitura consolidada por prática, sem assumir harmonização total de critérios entre entidades.

- Fornecedores nacionais**
A maioria das entidades reporta percentagens acima de 99%; exceções: INCM 64,1% e Circuito Estoril 94,2%.
- Críticos avaliados ESG**
AdP reporta 13 fornecedores críticos avaliados a 100%; INCM reporta 58 avaliados a 100%; Estamo identifica 25 críticos, sem avaliação ESG aplicável.
- Cláusulas ESG/sociais**
AdP reporta 100% de cláusulas ESG em contratos críticos; INCM tem cláusulas sociais nos fornecedores críticos; SIMAB prevê reforço em 2026.
- Incidentes cadeia valor**
INCM reporta 1 acidente ambiental e 2 condenações sociais em fornecedores nos últimos 5 anos; restantes entidades sem registo ou sem dado comparável.
- Plano de melhoria**
AdP, INCM, SIMAB e Fundiestamo indicam reforço de práticas: métricas ESG, plataforma de risco, green clauses, KYS/questionário simplificado.

658,7 M€

despesa com fornecedores reportada

7/9

entidades com ≥99% fornecedores nacionais

58 | 13

fornecedores críticos INCM | AdP

100%

críticos avaliados ESG na INCM e AdP

Dados, control interno e reporte

Fluxo de recolha, validação e consolidação



Responsáveis por dados

Identificar responsáveis por entidade e por tema, garantindo ownership dos indicadores e resposta a pedidos de validação.



Validação interna

Confirmar coerência, unidades, fontes e evidências antes da consolidação, sobretudo em indicadores físicos e sociais.



Rastreabilidade

Manter ligação entre número reportado, fonte documental, pressuposto de cálculo e tratamento efetuado no Grupo.



Melhoria contínua

Converter lacunas em plano de ação: templates comuns, unidades harmonizadas e calendário de fecho.

Desempenho por área de negócio



Área de negócio: Água

Águas de Portugal | ciclo urbano da água, saneamento e reutilização

Escala e perímetro

Entidade: Águas de Portugal, SGPS, S.A. e empresas do Grupo AdP
Perímetro: todas as empresas e infraestruturas, sem exclusões reportadas
Escala 2025: 866,9 M€ de volume de atividade; 4 114 trabalhadores
Atividade: abastecimento de água, saneamento e reutilização

Impactos ESG mais relevantes

Recurso hídrico: 621,1 Mm³ captados; 10,7 Mm³ consumidos
Serviço público: 655,9 Mm³ de água fornecida e 614 Mm³ de efluentes tratados
Energia: 817,9 GWh de eletricidade consumida; 5% renovável
Circularidade: 426,6 kt de resíduos valorizados; taxa de valorização de 94,4%

Prioridades

Executar a Estratégia “Água que Une”
Reforçar a resiliência hídrica no Algarve, na ZILS e em Sines
Prosseguir eficiência energética e Programa ZERO: 9,2 M€ executados em 2025
Aprofundar reutilização de água, circularidade e apuramento de emissões Scope 1/2

MENSAGEM-CHAVE DA ÁREA

A água é a área de maior escala operacional do Grupo e a que apresenta ligação mais direta a serviços essenciais, resiliência hídrica e qualidade ambiental. Os indicadores da AdP devem ser lidos à luz da dimensão das infraestruturas críticas de abastecimento e saneamento, evitando comparações lineares com áreas menos operacionais.

Área de negócio: Agricultura, floresta e pecuária

Área de negócio: Agricultura, floresta e pecuária

Escala e perímetro

Entidade(s) incluída(s): Companhia das Lezírias / FlorestGal
Ativos / operações relevantes
Dados disponíveis e dados em falta

Impactos ESG mais relevantes

Solo, biodiversidade e território
Água e energia
Segurança operacional

Prioridades

Indicadores de território e biodiversidade
Gestão sustentável de recursos
Dados sociais comparáveis

MENSAGEM-CHAVE DA ÁREA

Esta área traduz o contributo do Grupo para a gestão sustentável do território, dos recursos naturais e da biodiversidade, conciliando produção, conservação e valorização de ativos públicos.

Área de negócio: Moeda, publicações e serviços documentais

Área de negócio: Produção e serviços documentais

Escala e perímetro

Entidade incluída: INCM
782 colaboradores reportados nesta área
5,2 GWh de eletricidade consumida
97% de eletricidade de origem renovável
11 628 m³ de água e 431 t de resíduos não perigosos

Impactos ESG mais relevantes

Produção documental e monetária com consumo de energia e materiais
Segurança documental, inovação e continuidade operacional
Gestão de resíduos e eficiência de recursos
Competências técnicas e qualificação de equipas

Prioridades

Reforçar eficiência energética e uso de renováveis
Melhorar rastreabilidade de materiais, resíduos e emissões
Acompanhar consumos por processo e ativo produtivo
Consolidar indicadores sociais e de formação

MENSAGEM-CHAVE DA ÁREA

A INCM evidencia o contributo do Grupo em serviços documentais e monetários de valor público, onde sustentabilidade passa por eficiência produtiva, segurança, inovação e rastreabilidade de recursos.

Área de negócio: Gestão de participações sociais

Área de negócio: Holding e participações

Escala e perímetro

Entidades incluídas: PARPÚBLICA e Sage secur
43 colaboradores reportados na área
Sage secur sem pessoal próprio
0,004 GWh de eletricidade e 88 m³ de água reportados
Função centrada na gestão de participações públicas e acompanhamento estratégico

Impactos ESG mais relevantes

Governança, transparência e supervisão das participadas
Qualidade, rastreabilidade e consolidação do reporte ESG
Gestão de risco, ética e controlo interno
Integração progressiva dos temas ESG no acompanhamento das empresas

Prioridades

Uniformizar o modelo comum de recolha e validação ESG
Reforçar evidência documental, comparabilidade e calendário de reporte
Integrar ESG no acompanhamento das participadas e na gestão de risco
Definir indicadores mínimos por área de negócio

MENSAGEM-CHAVE DA ÁREA

Nesta área, o contributo ESG é sobretudo de governação: orientar, consolidar e qualificar o reporte das participadas, transformando informação dispersa em decisões mais transparentes, comparáveis e responsáveis.

A leitura desta área não deve ser feita por intensidade ambiental: o impacto material reside na governação, supervisão, dados e influência sobre participadas, não no consumo operacional direto.

Área de negócio: Imobiliário

Área de negócio: Gestão e promoção imobiliária

Escala e perímetro

Entidades incluídas: Estamo e Fundiestamo
53 colaboradores reportados nesta área
Gestão de ativos, participações e fundos imobiliários
0,548 GWh de eletricidade reportada
10 036 m³ de água e 44 547 t de resíduos não perigosos reportados

Impactos ESG mais relevantes

Eficiência energética e hídrica dos ativos sob gestão
Reabilitação, valorização e ocupação sustentável do património
Gestão de resíduos associada a imóveis, obras e operação
Qualidade dos dados por ativo, ocupante e perímetro

Prioridades

Consolidar dados de energia e água por ativo
Reforçar critérios ESG em projetos, obras e ocupação
Melhorar rastreabilidade de resíduos e emissões
Uniformizar metodologia entre Estamo e Fundiestamo

MENSAGEM-CHAVE DA ÁREA

A área imobiliária liga sustentabilidade à gestão responsável do património: eficiência dos ativos, reabilitação, ocupação e qualidade dos dados condicionam a capacidade de reduzir impactos e valorizar ativos públicos de forma sustentável.

Área de negócio: Mercados abastecedores

Área de negócio: Mercados abastecedores

Escala e perímetro

Entidade incluída: Grupo SIMAB
58 colaboradores reportados nesta área
Mercados abastecedores e logística alimentar
35 237 m³ de água consumida
9 537 t de resíduos não perigosos gerados

Impactos ESG mais relevantes

Infraestruturas de abastecimento alimentar e logística
Consumo de água e energia na operação dos mercados
Produção, separação e valorização de resíduos
Relação com operadores, fornecedores e território

Prioridades

Reforçar valorização e rastreabilidade de resíduos
Acompanhar consumos de água e energia por instalação
Consolidar dados sociais, ambientais e de cadeia de valor
Integrar critérios ESG na operação dos mercados

MENSAGEM-CHAVE DA ÁREA

Os mercados abastecedores evidenciam o contributo do Grupo para a cadeia alimentar e para a ligação ao território, com impacto ESG concentrado na eficiência operacional, gestão de resíduos e qualidade dos dados reportados.

Área de negócio: Agricultura, floresta e pecuária

Área de negócio: Agricultura, floresta e pecuária

Escala e perímetro

Entidades: Companhia das Lezírias e FlorestGal
Ativos naturais, produção agrícola, pecuária e floresta
105 trabalhadores
Cerca de 41 586 ha de área gerida/reportada

Impactos ESG mais relevantes

Solo, biodiversidade e território
Água, energia e resíduos operacionais
Incêndios, alterações climáticas e resiliência dos ativos naturais
Segurança operacional e qualificação técnica

Prioridades

Consolidar métricas de biodiversidade e território
Melhorar comparabilidade de água, resíduos e emissões
Reforçar dados sociais e de segurança
Distinguir impacto setorial de consumo interno

MENSAGEM-CHAVE DA ÁREA

Esta área evidencia o contributo do Grupo para a gestão responsável do território, dos ativos naturais e da biodiversidade, conciliando atividade económica, serviço público e proteção ambiental.

Perfil ESG das empresas do Grupo



PARPÚBLICA

Holding pública empresarial



1

Papel no Grupo

Holding pública empresarial que gere participações do Estado e acompanha empresas com relevância económica e estratégica. Atua como entidade agregadora de informação, governação e orientação de criação de valor público.

2

Indicadores-chave

Colaboradores: 43
Consumo de água reportado: 88 m³
Reporte ambiental pontual: eletricidade, combustíveis, frota eletrificada e água
Função agregadora no reporte ESG do Grupo

3

Temas ESG relevantes

Governança e ética institucional
Qualidade dos dados e controlo interno
Igualdade, conciliação e valorização das pessoas
Promoção de reporte ESG estruturado pelas participadas

4

Prioridades e desafios

Consolidar a informação ESG do Grupo
Reforçar a comparabilidade entre entidades
Aprofundar políticas internas de igualdade, conciliação e sustentabilidade
Melhorar rastreabilidade e documentação dos indicadores

A PARPÚBLICA estrutura o contributo do Grupo para o serviço público, promovendo governação, responsabilidade e criação de valor sustentável.

Águas de Portugal

Água



1

Papel no Grupo

Grupo empresarial do setor da água, responsável por atividades de abastecimento, saneamento e gestão do ciclo urbano da água, com forte relevância para o serviço público e para a resiliência hídrica do país.

2

Indicadores-chave

Colaboradores: 4 114
Consumo elétrico reportado: 817,9 GWh
Consumo de água reportado: 10,7 M m³
Formação SST reportada: 29 622 h

3

Temas ESG relevantes

Gestão eficiente da água
Resiliência climática e adaptação
Energia, emissões e eficiência operacional
Segurança, desenvolvimento e retenção de talento

4

Prioridades e desafios

Executar a Estratégia Água que Une
Reforçar segurança de infraestruturas e resposta à seca
Melhorar completude e consolidação dos dados
Investir em eficiência e continuidade do serviço

A Águas de Portugal traduz o contributo do Grupo para a sustentabilidade através da gestão de um recurso essencial, combinando serviço público, eficiência e resiliência.

INCM

Moeda, publicações e serviços documentais



1

Papel no Grupo

A Imprensa Nacional-Casa da Moeda assegura atividades ligadas à produção de moeda, publicações oficiais e serviços documentais, conjugando funções económicas, culturais e institucionais com forte responsabilidade pública.

2

Indicadores-chave

Colaboradores: 782
Consumo elétrico reportado: 5,2 GWh
Consumo de água reportado: 11 628 m³
Formação média: 57 h por colaborador

3

Temas ESG relevantes

Eficiência de recursos e economia circular
Segurança documental e inovação
Valorização das pessoas
Ética e responsabilidade institucional

4

Prioridades e desafios

Continuidade do Prémio de Responsabilidade
Great Place to Work e valorização interna
Operacionalizar avaliação ESG da cadeia de valor
Reforçar economia circular e diálogo social

A INCM evidencia como o Grupo cria valor público através da combinação entre produção, inovação, segurança e responsabilidade institucional.

Companhia das Lezírias

Agricultura, floresta e pecuária



1

Papel no Grupo

Empresa com atividade agrícola, florestal e pecuária, fortemente ligada ao território e à gestão sustentável de ativos naturais, conciliando produção, conservação e valorização do património natural.

2

Indicadores-chave

Colaboradores: 91
Consumo de água reportado: 5,16 M m³
Consumo elétrico reportado: 1,6 GWh
Horas trabalhadas reportadas: 166 215 h

3

Temas ESG relevantes

Território, solo e biodiversidade
Produção agrícola e pecuária
Gestão florestal e uso eficiente de recursos
Segurança e qualificação das pessoas

4

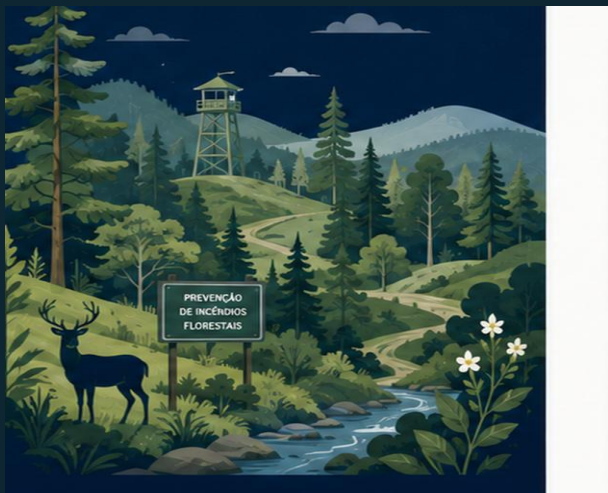
Prioridades e desafios

Manter o Conselho Estratégico
Realizar conferência sobre economia circular
Reforçar adaptação climática e proteção da biodiversidade
Melhorar comparabilidade dos dados

A Companhia das Lezírias representa a dimensão territorial do Grupo, articulando atividade económica, conservação da natureza e criação de valor sustentável.

FlorestGal

Floresta



1

Papel no Grupo

Entidade ligada à gestão e valorização florestal, com enfoque na administração de áreas florestais, na preservação do território e na promoção de soluções de adaptação e resiliência.

2

Indicadores-chave

Colaboradores: 14
Consumo elétrico reportado: 0,030 GWh
Horas trabalhadas reportadas: 21 120 h
Formação média reportada: 118,8 h por colaborador

3

Temas ESG relevantes

Gestão florestal sustentável
Biodiversidade e proteção dos ecossistemas
Prevenção de incêndios
Adaptação climática e proteção do território

4

Prioridades e desafios

Prosseguir OIGP e projetos florestais
Reforçar monitorização e reporte
Desenvolver projeto SARA e análise turística
Consolidar indicadores de biodiversidade e território

A FlorestGal evidencia o contributo do Grupo para a proteção do território e para a gestão sustentável da floresta, num contexto de crescente pressão climática.

Estamo

Imobiliário



1

Papel no Grupo

Empresa do setor imobiliário, vocacionada para a gestão e valorização de ativos, com incidência na administração de património e na integração de medidas de eficiência e preservação operacional.

2

Indicadores-chave

Colaboradores: 41
Consumo elétrico reportado: 0,031 GWh
Consumo de água reportado: 250 m³
Horas trabalhadas reportadas: 71 448 h

3

Temas ESG relevantes

Gestão de ativos imobiliários
Eficiência energética e hídrica
Prevenção, autoproteção e segurança
Valorização do património

4

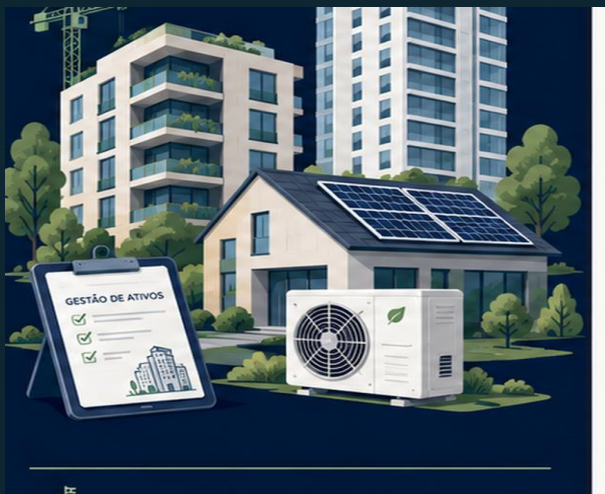
Prioridades e desafios

Aprofundar reporte ESG por ativo
Reforçar sistematização dos dados
Continuar medidas de autoproteção e anti-incêndios
Melhorar evidência das iniciativas executadas

A Estamo mostra a vertente patrimonial do Grupo, evidenciando a importância da gestão responsável dos ativos e da melhoria contínua do seu desempenho.

Fundiestamo

Imobiliário



1

Papel no Grupo

Entidade associada à gestão e valorização de ativos imobiliários, com intervenção em projetos de reabilitação e incorporação progressiva de soluções de eficiência em edifícios e equipamentos.

2

Indicadores-chave

Colaboradores: 12
Consumo elétrico reportado: 0,517 GWh
Consumo de água reportado: 9 785,61 m³
Formação média reportada: 7 h por colaborador

3

Temas ESG relevantes

Reabilitação sustentável
Eficiência energética e hídrica
Valorização do património
Gestão responsável de ativos

4

Prioridades e desafios

Poupança AVAC e painéis fotovoltaicos
Substituição de AVAC e geradores mais eficientes
Melhorar comparabilidade entre ativos
Reforçar separação entre sociedade gestora e ativos

A Fundiestamo traduz a relevância da reabilitação e da eficiência no património imobiliário como parte do contributo sustentável do Grupo.

Grupo SIMAB

Mercados abastecedores



Caracterização da empresa

1

Papel no Grupo

Grupo ligado à gestão de mercados abastecedores, com relevância na cadeia alimentar, na logística de abastecimento e na prestação de serviços a operadores económicos e comunidades.

2

Indicadores-chave

Colaboradores: 58
Consumo de água reportado: 35 237 m³
Consumo elétrico reportado: 0,003 GWh
Energia renovável reportada: 100% no período jun-dez

3

Temas ESG relevantes

Cadeia alimentar e abastecimento
Economia circular e resíduos
Eficiência energética e hídrica
Saúde, segurança e operação de mercados

4

Prioridades e desafios

Reforçar cláusulas ESG e compras públicas ecológicas
Dar continuidade a UPAC e gestão de resíduos
Melhorar eficiência operacional
Consolidar informação por unidade operacional

O Grupo SIMAB evidencia a ligação entre sustentabilidade, eficiência operacional e cadeia de abastecimento, num setor com forte impacto económico e social.

Circuito Estoril

Mobilidade e eventos



1

Papel no Grupo

Entidade ligada à gestão de uma infraestrutura dedicada à mobilidade, ao desporto motorizado e à realização de eventos, com impacto regional e relevância formativa e promocional.

2

Indicadores-chave

Colaboradores: 11
Consumo elétrico reportado: 0,212 GWh
Consumo de água reportado: 2 138 m³
Horas trabalhadas reportadas: 20 890 h

3

Temas ESG relevantes

Eficiência no consumo de recursos
Gestão de ruído e impactos
Segurança e prevenção
Formação, sensibilização e relação com a comunidade

4

Prioridades e desafios

Cooperação para formação de jovens pilotos
Ações com GNR e parceiros
Monitorização de ruído e sistema MIRA
Continuar medidas de eficiência e prevenção

O Circuito Estoril evidencia a dimensão de mobilidade e eventos do Grupo, combinando atividade económica, segurança e gestão responsável dos impactos.

Sagesecur

Natureza Instrumental



1

Papel no Grupo

A Sagesecur constitui um instrumento de intervenção do Grupo relativamente a projetos específicos considerados de interesse e que se enquadrem no seu objeto social, enquadrando-se na lógica de serviço e suporte ao Grupo.

2

Indicadores-chave

Sem quadro de pessoal próprio reportado
Materialidade ambiental considerada não aplicável
Pegada ambiental mínima
Riscos de governance e compliance baixos

3

Temas ESG relevantes

Governança, segurança e controlo
Compliance e gestão responsável
Apoio à continuidade operacional
Informação de suporte e supervisão

4

Prioridades e desafios

Reforçar evidência reportada
Melhor caracterizar riscos e oportunidades
Consolidar informação disponível
Clarificar materialidade específica da entidade

A SAGESECUR atua como sociedade instrumental do Grupo PARPÚBLICA, intervindo em projetos específicos de interesse estratégico e contribuindo para a concretização dos objetivos definidos pelo acionista Estado para o Grupo.

Iniciativas ESG 2025–2026

Do que foi realizado ao que deve ser consolidado no próximo ciclo de reporte



2025

Do plano à execução

Iniciativas com evidência reportada pelas empresas

Iniciativas ESG realizadas em 2025

O ano combinou resiliência ambiental, impacto territorial e reforço dos mecanismos de governação.



Ambiente e eficiência

- AdP: estratégia “Água que Une”, ZILS, dessalinização de Sines, reutilização no Algarve e biolamas+.
- FlorestGal: OIGP da Aguda, Travessa e Ribeira de Mega e reabilitação de barragens.
- Companhia das Lezírias, SIMAB e Circuito: fotovoltaico, circularidade, eco-área e iluminação eficiente.



Pessoas, comunidade e território

- INCM: Prémio de Responsabilidade Social, Great Place to Work e Moeda do Desenvolvimento Sustentável.
- AdP: Zambujal 360°, associando água, inclusão, literacia e ODS 6.
- Companhia das Lezírias: criação do primeiro Conselho Estratégico de Sustentabilidade.



Governação e controlo

- Fundiestamo: canal de denúncia, regulamento de whistleblowing, política ESG e atualização do PPR.
- FlorestGal: ética, antifraude, compras, proteção de dados e igualdade.
- Estamo e Sage secur: reforço de prevenção e alinhamento com os instrumentos do Grupo.

As iniciativas de 2025 mostram execução real, mas também níveis diferentes de maturidade e de evidência entre empresas.

Agenda ESG prevista para 2026

Do portefólio de iniciativas ao plano de melhoria: prioridades, responsáveis e evidência.

Três eixos para 2026



1. Eficiência e resiliência ambiental

- AdP: continuidade da estratégia “Água que Une”.
- Fundiestamo: painéis fotovoltaicos, AVAC e geradores mais eficientes.
- FlorestGal: Serra de São Mamede, projeto SARA e recursos micológicos.
- SIMAB: UPACs, orgânicos e compras públicas ecológicas.

Foco: água, energia, solo, floresta e circularidade



2. Comunidade, literacia e competências

- INCM: 2.ª edição do prémio social e manutenção do Great Place to Work.
- Companhia das Lezírias: Conselho Estratégico e conferência de sustentabilidade.
- Circuito do Estoril: federações, jovens pilotos e ações com a GNR.
- Reforço transversal de competências e participação interna.

Foco: pessoas, território e cultura ESG



3. Cadeia de valor e qualidade do reporte

- INCM: plataforma e metodologia de avaliação de riscos ESG de fornecedores.
- SIMAB: revisão do Regulamento Interno de Compras e cláusulas ESG.
- Companhia das Lezírias: política de cibersegurança.
- Grupo: melhorar comparabilidade e rastreabilidade dos dados ESG.

Foco: fornecedores, controlos, dados e evidência

Mapa de iniciativas por empresa

2025

Resumo das medidas comunicadas, com indicação visual do pilar ESG predominante.



A

Ambiente

S

Social

G

Governança

Águas de Portugal

A S

Água que Une, resiliência hídrica, reutilização de água, biolamas+ e Zambujal 360°.

INCM

S G

Prémio de Responsabilidade Social, Great Place to Work e Moeda do Desenvolvimento Sustentável.

FlorestGal

A

OIGP com apoio PRR e reabilitação de barragens para retenção de água e prevenção de incêndios.

Companhia das Lezírias

A S

Conselho Estratégico de Sustentabilidade, fotovoltaico, valorização de subprodutos e solo.

Fundiestamo

A G

Política ESG, whistleblowing, PPR atualizado, green clauses e painéis fotovoltaicos em ativo.

Estamo

A G

Frota híbrida, desmatamentos anuais e medidas de autoproteção contra incêndio.

Grupo SIMAB

A S

Economia circular, Banco Alimentar, Unidos Contra o Desperdício, eco-área e UPACs.

Circuito do Estoril

A

Iluminação eficiente, controlo de gasto energético, captação subterrânea e eficiência de recursos.

Sagesecur

G

Contributo ESG indireto, alinhado com políticas e estruturas da PARPÚBLICA.

Mapa de prioridades por empresa

2026

Base para completar com evidência, responsáveis internos e estado de aprovação.



A

Ambiente

S

Social

G

Governança

Águas de Portugal

A

Prosseguir os planos da estratégia Água que Une, com foco em resiliência hídrica.

INCM

A S G

Economia circular, 2.ª edição do prémio social, Great Place to Work e avaliação ESG de fornecedores.

FlorestGal

A

Gestão agrupada na Serra de São Mamede, projeto SARA e estratégia para recursos micológicos.

Companhia das Lezírias

S G

Manter Conselho Estratégico, conferência sobre economia circular e política de cibersegurança.

Fundiestamo

A

Poupança de AVAC, painéis fotovoltaicos em dois ativos e substituição de equipamentos.

Grupo SIMAB

A G

Reforço de cláusulas ESG, revisão do regulamento de compras, UPACs e valorização de orgânicos.

Circuito do Estoril

S

Cooperação com federações e ações de formação/prevenção rodoviária com a GNR.

Estamo

G

Sem plano 2026 expressamente reportado. Confirmar iniciativas ESG específicas.

Sagesecur

G

Sem plano autónomo reportado. Tratar contributo como indireto e alinhado com a PARPÚBLICA.

FECHO E MELHORIA CONTÍNUA

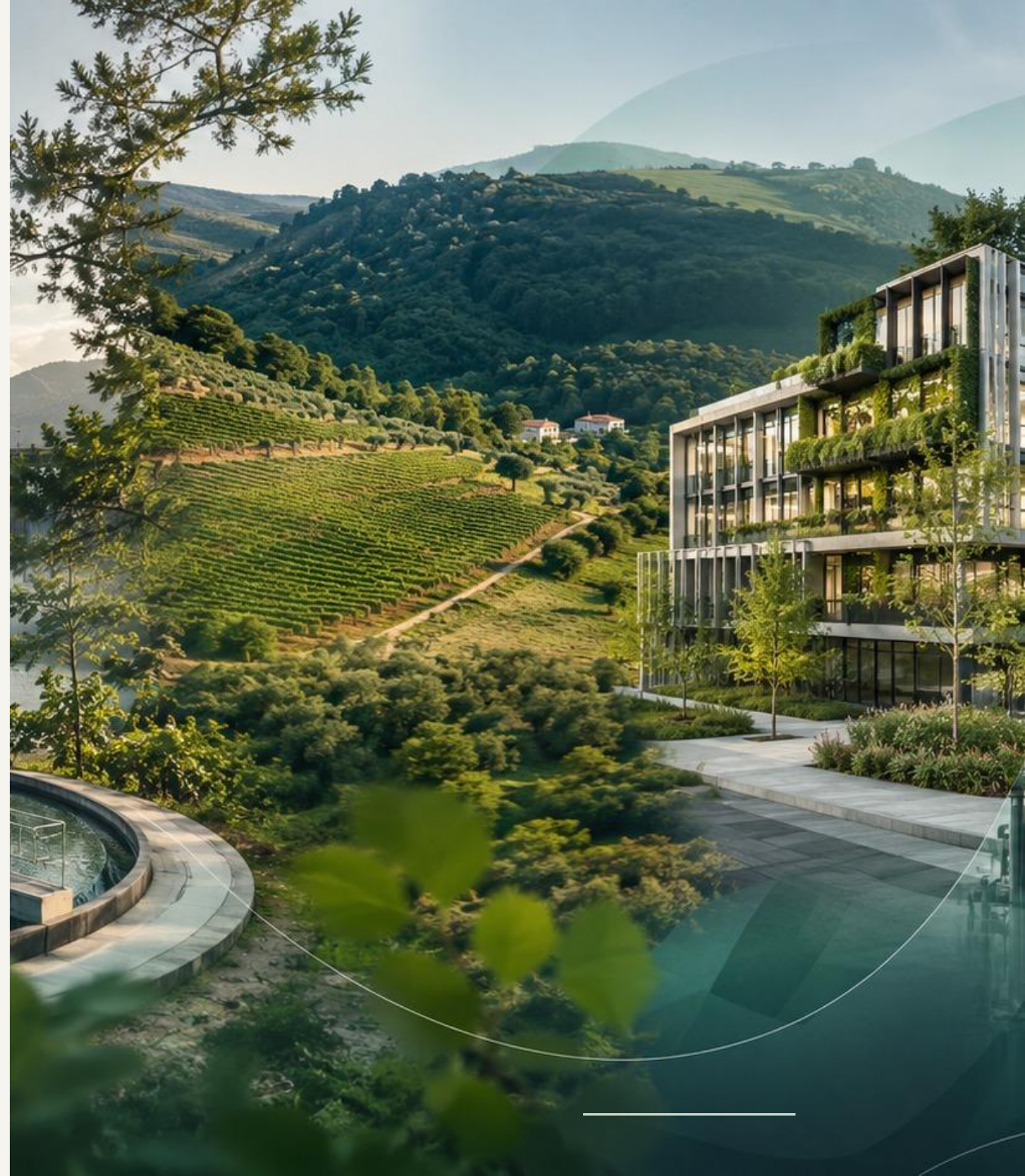
Oportunidades de melhoria identificadas

Comparabilidade

Evidência

Prioridade

OPORTUNIDADES DE MELHORIA



Oportunidades de melhoria

Prioridades para transformar o reporte ESG num instrumento de gestão.



1 Normalizar

Criar um dicionário ESG do Grupo, com definições, unidades, fórmulas e critérios de consolidação por indicador.

2 Evidenciar

Associar cada KPI a fonte, responsável, método de cálculo e prova documental rastreável.

3 Gerir

Integrar indicadores ESG no acompanhamento das participadas, gestão de risco, compras e decisões de investimento.

Ações prioritárias para o próximo ciclo

Dados e metodologia	indicadores mínimos comuns, matriz de responsáveis e calendário de reporte
Ambiente	cálculo consistente de energia, água, resíduos e emissões Scope 1/2
Social	formação, SST, diversidade e comunidade com métricas comparáveis
Governança	políticas mínimas, PPR, canal de denúncias, cibersegurança e controlo interno
Cadeia de valor	identificação de fornecedores críticos, due diligence e cláusulas ESG

Roteiro de melhoria do reporte ESG

Da recolha de dados à gestão ativa de desempenho.



Resultado esperado

um relatório mais curto, mais defensável e mais útil: menos inventário, mais leitura estratégica baseada em dados comparáveis.

2026

Consolidar a base comum

- KPI pack obrigatório
- responsável por indicador
- repositório de evidência
- validação interna

2027

Comparar e automatizar

- séries históricas
- dashboard por entidade
- controlo de qualidade
- fornecedores críticos

2028

Ligar ESG à decisão

- metas por área
- risco e investimento
- plano de melhoria
- monitorização de compromissos

Compromissos e plano de ação

Do diagnóstico à execução: transformar o reporte ESG num instrumento de gestão, decisão e responsabilização.

Medir

Indicadores comuns, fontes rastreáveis e validação consistente.

Comparar

Perímetros claros, histórico e leitura por áreas de negócio.

Decidir

Integração gradual de ESG no acompanhamento das participadas.

Princípio de prudência: não converter intenções ainda não validadas em metas formais.



Plano de ação 2026–2028

Roteiro faseado para passar de recolha de dados a gestão ativa do desempenho ESG.



2026

Consolidar a base comum

- Aprovar dicionário ESG do Grupo com definições, unidades e fórmulas.
- Definir KPI pack mínimo obrigatório e responsável por indicador em cada entidade.
- Criar repositório de evidências e calendário anual de recolha, validação e fecho.
- Confirmar lacunas de perímetro e indicadores reportados como N/D, N/A ou “a confirmar”.

2027

Integrar e comparar

- Construir histórico comparável por entidade e área de negócio.
- Integrar indicadores ESG no acompanhamento regular das participadas.
- Reforçar compras responsáveis, avaliação de fornecedores críticos e critérios ESG.
- Desenvolver painéis internos para energia, água, resíduos, pessoas e governação.

2028

Ligar a desempenho

- Definir metas quantificadas para indicadores com dados estáveis e auditáveis.
- Relacionar prioridades ESG com risco, investimento e desempenho operacional.
- Avaliar verificação independente dos principais indicadores consolidados.
- Consolidar reporte alinhado com GRI e preparado para maior aproximação a ESRS.

A lógica do plano é progressiva: primeiro assegurar qualidade e rastreabilidade dos dados; depois comparar e gerir; por fim, estabelecer metas defensáveis.

Responsabilização e próximos passos



Compromisso transversal

Reforçar a maturidade ESG do Grupo através de dados comparáveis, evidência documental e integração gradual dos indicadores no acompanhamento das participadas.

Não basta reportar mais. É preciso reportar melhor, com critérios uniformes e capacidade de decisão.

Coordenação do Grupo

PARPÚBLICA

- Calendário anual de reporte ESG
- KPI pack e notas metodológicas
- Acompanhamento de lacunas e planos de fecho

Resultado esperado: reporte mais robusto, comparável e acionável.

Execução nas entidades

Participadas

- Responsável por indicador
- Fonte e evidência documental
- Validação interna antes de consolidação

Resultado esperado: reporte mais robusto, comparável e acionável.

Integração na gestão

Órgãos e áreas funcionais

- Ligação a risco, compliance e investimento
- Compras responsáveis e cadeia de valor
- Revisão anual de prioridades e metas

Resultado esperado: reporte mais robusto, comparável e acionável.

Tabela de correspondência GRI e ODS

Leitura técnica dos temas reportados, com ligação a indicadores, ODS e notas de cobertura.

Tema do relatório	Indicadores GRI	ODS associados	Observação técnica
Perfil, perímetro e governação	GRI 2 GRI 3	ODS 16	Enquadrar entidade, perímetro, metodologia, políticas, governação e temas prioritários de reporte.
Ambiente: energia, água, emissões e resíduos	GRI 302 GRI 303 GRI 305 GRI 306	ODS 6 ODS 7 ODS 12 ODS 13	Reportar dados com fonte, unidade e método; distinguir dados completos, parciais e estimados.
Pessoas: emprego, formação, SST e diversidade	GRI 401 GRI 403 GRI 404 GRI 405	ODS 3 ODS 5 ODS 8	Garantir comparabilidade por entidade, género, vínculo, liderança, formação e sinistralidade.
Território, biodiversidade e economia circular	GRI 303 GRI 306	ODS 9 ODS 11 ODS 12 ODS 15	Aplicável a água, mercados, agricultura, floresta e património; evitar ODS sem evidência operacional.
Integridade, compras e cadeia de valor	GRI 2	ODS 12 ODS 16	Usar indicadores complementares apenas se existirem dados sobre fornecedores, controlos, riscos ou compras responsáveis.

Critério de reporte

Cada correspondência deve indicar fonte, cobertura, período, método de cálculo e limitação metodológica. Sem evidência, o ODS deve ficar fora da tabela.